

VILMAR RADZINSKI

**A TRAJETÓRIA DO PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO NO
PARANÁ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRABALHO, EMPREGO E RENDA.**

**CURITIBA
2013**

VILMAR RADZINSKI

**A TRAJETÓRIA DO PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO NO
PARANÁ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRABALHO, EMPREGO E RENDA.**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Sociologia,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a Benilde Maria
Lenzi Motim.

**CURITIBA
2013**

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros(as) de preocupações com os trabalhadores(as) e amigos que acompanham as mudanças que vem ocorrendo no Mundo do Trabalho.

De modo especial e carinhoso à Prof^a Dr^a. Benilde Maria Lenzi Motim, orientadora amiga e incentivadora, que atuou com profissionalismo e dedicação na construção desta tese, pela serenidade na condução de sua orientação, o seu rigor acadêmico, as suas inquietantes interpelações e as importantes sugestões realizadas.

A todos os professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que sempre de alguma forma estiveram presentes para corresponder às minhas demandas, especialmente pela colaboração dos Profs. Drs. – Sílvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi, Dimas Floriani, Alfio Brandenburg, Maria Tarcisa Silva Bega, Ana Luisa, e outros.

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira pela contribuição aferida no evento promovido pelo Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS), na UFPR – Trabalho e Trabalhadores pensados pela Sociologia: configurações do trabalho, saúde do trabalhador e nova informalidade e a todos os participantes do GETS.

Agradeço ao Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, principalmente ao Drs. André Langer, Cesar Sanson, Dari Krein e a Mestra Darli Sampaio.

Agradeço aos Profs. Drs. José Elmar Feger, Silvia Maria de Araújo e Benilde Lenzi Motim pelas valiosas contribuições na análise desta tese e durante a banca de qualificação.

Entre as instituições, agradeço: A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), e que considero parceira na tarefa que realizei, concedendo-me afastamento temporário para elaboração e conclusão desta tese e, de modo particular, a todos os professores e funcionários do Colégio Estadual São Pedro Apóstolo; A Coordenadoria de Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego do Estado do Paraná e toda a sua equipe pela disponibilização dos dados utilizados no desenvolvimento desta tese; Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) que disponibilizou os dados sobre a evolução do número de empregos no Brasil e no Paraná, no período de 1994 a 2011.

Um agradecimento carinhoso a Prof^a Sirley Matias Machado, pela revisão ortográfica desta tese, trabalho que realizou com esmero e generosidade, auxiliando para uma redação escorreita do texto.

E por fim, agradeço aos meus pais e familiares, minha filha Vanessa Hellen Radzinski e de modo especial a Nilce Freiria, pelo carinho e compreensão.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	x
ABSTRACTxi
APRESENTAÇÃO	01
CAPÍTULO I	
ESTADO, TRABALHO, CAPITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO	12
1.1 A consolidação do mercado de trabalho no Brasil e as políticas de educação e qualificação profissional.....	19
1.2 As políticas de Trabalho, Emprego e Renda adotadas no Brasil nos anos 1990.....	29
1.3 As Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil após a criação dos PEQs.....	34
CAPÍTULO II	
A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2003 A 2010)	42
2.1 Evolução dos Empregos no Brasil e no Estado do Paraná no período de 1994 a 2011.....	53
2.2 Empregos por atividade econômica no Paraná no período de 2003 a 2010.....	65
2.3 O Plano Nacional de Qualificação adotado no período de 2003 a 2010.....	69
2.4 Alterações das relações Capital Trabalho na base da pirâmide social brasileira.....	85
2.5 Trabalhadores brasileiros inscritos no Sistema Público de Emprego em 2010.....	90
2.6 O crescimento do Emprego Formal no Brasil.....	95
CAPÍTULO III	
O PAPEL DAS COMISSÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EMPREGO E O PERFIL DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2004 A 2010	100
3.1 O papel dos Conselheiros e das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego	103
3.2 Ações prioritárias do Plano Territorial de Qualificação no Estado do Paraná.....	106
3.3 Ações da Coordenadoria de Qualificação Profissional no Paraná.....	107
3.4 Cursistas inscritos e concluintes no PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2010.....	113
3.4.1 Cursos de qualificação executados pelo SENAC/PR.....	119
3.4.2 Cursos de qualificação executados pelo SENAI/PR.....	125
3.4.3 Cursos de qualificação executados pelo SENAT/PR.....	131
3.4.4 Cursos de qualificação executados pela FUNTEL	136
3.4.5 Cursos de qualificação executados pela Associação Gerações e Talentos	141
3.4.6 Cursos de qualificação executados pela ADESOBRAS em 2007 e 2008.....	144
3.4.7 Cursos de qualificação executados pela Fundação Cândido Garcia	147
3.4.8 Executoras com menor número de cursistas no período de 2004 a 2010.....	149
3.5 Ações do PLANTEQ desenvolvidas no Paraná em 2009.....	160
3.6 Perfil dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010.....	180
CONSIDERAÇÕES	196
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE	219
ANEXOS	223

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	28
QUADRO 2 – LEIS DO CODEFAT SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	226
QUADRO 3 – RESOLUÇÕES DO CODEFAT SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	227

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1994 A 2005.	53
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2006 A 2011.....	56
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1994 A 2005.....	59
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011.....	62
TABELA 5 - PÚBLICO PRIORITÁRIO DE 2004 A 2007 ARTIGO 8º RESOLUÇÃO 333/2005.....	73
TABELA 6 - CARGA HORÁRIA REFERÊNCIA DE CUSTOS DOS CURSOS OFERECIDOS POR CURISTAS VIA PLANTEQ/PR EM CADA SETOR (R\$).....	112
TABELA 7 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAC NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	119
TABELA 8 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAI NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	126
TABELA 9 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAT NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	132
TABELA 10. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA FUNTEL, NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	137
TABELA 11 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA AGT NO PERÍODO DE 2004 A 2009 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES	142
TABELA 12 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA ADESOBRAS, NO ANO DE 2007 A 2008 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	145
TABELA 13 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA FCG NO ANO DE 2005 A 2007 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES.....	147
TABELA 14 - EXECUTORAS QUE QUALIFICARAM MENOR NÚMERO DE TRABALHADORES VIA PLANTEQ/PR NO PERÍODO DE 2004 A 2010.....	150
TABELA 15 - DADOS DO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009...160	

TABELA 16 - TRABALHADORES QUALIFICADOS POR EXECUTORA NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2004 A 2010.
.....171

TABELA 17 - PRINCIPAIS CURSOS EXECUTADOS NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO E TRABALHADORES CONCLUINTES NO PERÍODO DE 2004 A 2010...... 176

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL DE MARÇO DE 2002 A SETEMBRO DE 2012	96
GRÁFICO 2 - INSCRITOS NO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009.....	161
GRÁFICO 3 - CONCLUINTES DO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009.....	162
GRÁFICO 4 - TAXA DE EVASÃO DO PLANTEQ/PR EM 2009.....	162
GRÁFICO 5 - CONCLUINTES E ALOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ PELO PLANTEQ/PR EM 2009.....	163
GRÁFICO 6 - ENCAMINHADOS E SEM ENCAMINHAMENTO EM 2009.....	165
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE TRABALHADORES ACEITOS E NÃO ACEITOS APÓS ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO EM 2009.....	166
GRÁFICO 8 - TAXA DE ENCAMINHAMENTO DO PLANTEQ NO PARANÁ EM 2009.....	167
GRÁFICO 9 - TAXA DE COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PELO PLANTEQ NO PARANÁ MEDIANTE O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO EM 2009.....	168
GRÁFICO 10 - INSCRITOS NO PLANTEQ/PR E ALOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2009.....	168
GRÁFICO 11 - TRABALHADORES INSCRITOS, CONCLUINTES E EVADIDOS 2004 A 2010.....	180
GRÁFICO 12 - PRINCIPAL PÚBLICO ALVO DO PEQ/PR NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	181
GRÁFICO 13 - PÚBLICO SECUNDÁRIO DO PEQ/PR NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	183
GRÁFICO 14. FAIXA ETÁRIA DOS TRAB. QUALIFICADOS NO SPE NO PERÍODO 2004 A 2009.....	184
GRÁFICO 15 - FAIXA ETÁRIA MASCULINA NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	185
GRÁFICO 16 - FAIXA ETÁRIA FEMININA NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	187

GRÁFICO 17 - COR DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO PERÍODO DE 2009 A 2009.....	188
GRÁFICO 18 - LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	190
GRÁFICO 19 - PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E CHEFES DE FAMÍLIA. 2004 A 2009.....	190
GRÁFICO 20 - ESCOLARIDADE MÉDIA DOS CURSISTAS NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	191
GRÁFICO 21. RENDA FAMILIAR DOS CURSISTAS NO PERÍODO DE 2004 A 2009.....	192
GRÁFICO 22 - RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIO MÍNIMO) DOS CURSISTAS EM 2009.....	194
GRÁFICO 23 - NÚMERO DE CURSISTAS INSCRITOS NOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERECIDOS PELO PLANTEQ/PR EM 2004 E CONCLUINTES.....	224
GRÁFICO 24 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2005.....	224
GRÁFICO 25 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2006.....	224
GRÁFICO 26 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2007.....	225
GRÁFICO 27 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2008.....	225
GRÁFICO 28. INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO 2009.....	225
GRÁFICO 29 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2010.....	226

SIGLAS

(ADESOBRAS)	Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira
(AGT)	Associação Geração de Talentos
(AVAL)	Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos
(BNDES)	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
(BIRD)	Banco Mundial
(BPC)	Benefício de Prestação Continuada
(CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social
(CUT)	Central Única dos Trabalhadores
(CEPAT)	Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores
(CET)	Comissões Estaduais de Trabalho
(CMT)	Comissões Municipais de Trabalho
(CGT)	Confederação Geral dos Trabalhadores
(CNC)	Confederação Nacional do Comércio
(CNF)	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
(CNA)	Confederação Nacional da Agricultura
(CONTRAN)	Conselho Nacional de Trânsito
(CODEFAT)	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
(CET)	Conselho Estadual do Trabalho
(CFMO)	Conselho Federal de Mão de obra
(CLT)	Consolidação das Leis do Trabalho
(CP)	Convênio Plurianual
(CQP)	Coordenadoria de Qualificação Profissional
(CCE)	Criação de Comissões de Emprego
(DENATRAN)	Departamento Nacional de Trânsito
(DIEESE)	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
(DRT)	Delegacia Regional do Trabalho
(EP)	Educação Profissional
(ER)	Escritório Regional
(FIEPR)	Federação das Indústrias do Paraná
(FHC)	Fernando Henrique Cardoso
(FAT)	Fundo de Amparo ao Trabalhador
(FGTS)	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
(FMI)	Fundo Monetário Internacional
(FUNTEL)	Fundação do Ensino Técnico de Londrina
(LDB)	Lei de Diretrizes de Base da Educação
(LER)	Lesões por Esforço Repetitivo
(IDH)	Índice de Desenvolvimento Humano
(IDEB)	Índice de Desenvolvimento Educacional
(IBGE)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(IMO)	Intermediação de Mão de Obra
(IPARDES)	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
(IPEA)	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
(IFPR)	Instituto Federal do Paraná
(MEC)	Ministério da Educação e Cultural
(MDS)	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(MTE)	Ministério do Trabalho e Emprego
(MTIC)	Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
(NTI)	Novas Tecnologias da Informação
(OSCIP)	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
(OCDE)	Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico

(OIT).....	Organização Internacional do Trabalho
(ONGs).....	Organizações não Governamentais
(PLR).....	Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas
(PASEP).....	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
(PPE).....	Políticas Públicas de Emprego
(PEA).....	População Economicamente Ativa
(PIB).....	Produto Interno Bruto
(PIPMO).....	Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra
(PIS).....	Programa de Integração Social
(PIN).....	Programa de Integração Nacional
(PROVOPAR).....	Programa do Voluntariado Paranaense
(PLANFLOR).....	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
(PEQ).....	Plano Estadual de Qualificação
(PND).....	Plano Nacional de Desenvolvimento
(PNAD).....	Pesquisa Nacional de Domicílio
(PNQ).....	Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional
(PLANSEQ).....	Plano Setorial de Qualificação
(PLANTEQ).....	Plano Territorial de Qualificação
(PROEMPREGO)...	Programa de Expansão do Emp. e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
(PROGER).....	Programa de Geração de Emprego e Renda
(PPD).....	Programa para Pessoas com Deficiência
(PROESQS).....	Projetos Especiais de Qualificação
(PRONAF).....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
(PROESQS).....	Projetos Especiais de Qualificação
(REP).....	Rede Nacional de Educação Profissional
(RMC).....	Região Metropolitana de Curitiba
(SM).....	Salário Mínimo
(SEED).....	Secretaria de Estado da Educação
(SERT).....	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
(SETP).....	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
(SEFOR).....	Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho
(SEBRAE).....	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
(SINE).....	Sistema Nacional de Emprego
(SINDUSCON).....	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná
(SENAI/PR).....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná
(SENAC/PR).....	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná
(SENAT).....	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
(SENAR).....	Serviço Nacional de Formação Rural Profissional
(SESCOOP).....	Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo
(SESI).....	Serviço Social da Indústria
(SIGAE).....	Sistema Gerencial de Ações de Emprego
(SIMO).....	Sistema de Intermediação de Mão de Obra
(SINE).....	Sistema Nacional de Emprego
(SUS).....	Sistema Único de Saúde
(SPE).....	Sistema Público de Emprego
(SIMO).....	Sistema de intermediação de mão de obra
(SDS).....	Social Democracia Sindical
(SOCIESC).....	Sociedade Educacional de Santa Catarina
(TE).....	Tesouro Estadual
(UEPG).....	Universidade Estadual de Ponta Grossa
(UFPR).....	Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Esta pesquisa teve como foco de análise o Plano Territorial de Qualificação no Sistema Público de Emprego no contexto brasileiro e, especificamente, no Estado do Paraná, no período de 2003 a 2010. O Ministério do Trabalho e Emprego mediante o CODEFAT instituiu o Plano Nacional de Qualificação, descentralizando as ações de qualificação profissional, integrando-as a outros programas sociais e as políticas de governo. Os Estados, em parceria com seus municípios, arrolaram ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra de boa parte dos trabalhadores cadastrados no Sistema Público de Emprego, buscando reinseri-los no mercado de trabalho. A baixa alocação desses trabalhadores não invalida as ações do Estado devido terem contemplado diferentes interesses e perspectivas dos atores envolvidos, que se sobrepõe à questão da mera qualificação profissional. Nesse sentido, os resultados das ações do PlanTeQ/PR no período de 2003 a 2010, se diferem dos objetivos propostos. A análise do público alvo destas políticas revela o perfil dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação profissional, o perfil das executoras atuantes, os investimentos realizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Estadual. Compreende-se que a qualificação via Sistema Público de Emprego se constitui num sistema destinado às classes menos favorecidas na sociedade, aos trabalhadores excluídos ou em vias de exclusão social. As ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra desenvolvidas no período do governo Lula, foram marcadas por um processo de reavaliação e reformulação das Políticas Públicas de Emprego e Renda, reconfigurações políticas, rupturas e continuidades, mudanças conceituais e ideológicas, inovações organizacionais e diferentes estratégias de atuação dos atores sociais. Mediante o desenvolvimento de vários programas sociais, houve um enfraquecimento das políticas neoliberais, o que repercutiu na redução dos índices de desemprego e no crescimento do emprego formal. Consequentemente, houve redução da informalidade e maior regulamentação das relações Capital Trabalho no Brasil. Esta tese procura analisar estas políticas a partir das ações desenvolvidas no Paraná, sob a perspectiva da Sociologia do Trabalho.

Palavras chave: Trabalhadores. Qualificação Profissional. Sistema Público de Emprego. Inserção Social. Sociologia do Trabalho.

ABSTRACT

This research had as focus of analysis the Territorial Qualification Plan in the Public Job System, in the Brazilian context, specifically, in the State of Paraná, during 2003 up to 2010. The Labor and Employment Ministry through CODEFAT established the National Qualification Plan, decentralizing the professional qualification actions, integrating them with different social programs and to government policies. The States, along with cities, enlisted professional qualification actions and intermediations of a big part of the labor force registered to the Public Job System, aiming for their reinsertion to the job market. These workers low allocation does not invalidate the State actions because they have contemplated different interests and perspectives to the subjects involved. Accordingly to this, the results of the PlanTeQ/PR actions during 2003 up to 2010 are different from the aimed objectives. The analysis of the target audience for these policies reveals the workers profiles who participate in the professional qualification courses, the active executing profiles, the investments made by the Worker Assistant Fund and State Treasury. It is understood that the qualification via Public Job System is constituted in a system destined to the less favored classes in the society, to the excluded workers or near the social exclusion. The professional qualification and labor force intermediation actions developed during Lula's government were marked by a process of reevaluation and reformulation of the Public Policies for Employment and Income, political reconfigurations, disruption and continuum, conceptual and ideological changes, organizational innovations and different strategic action to the social actors. By the development of many social programs, there were an impairment of the neoliberal policies, which means the reduction of the unemployment and in the growth of the formal job. Consequently, there were a reduction of the informality and a bigger regulation of the Capital Work relations in Brazil. This theses aim is to analyze these policies from the actions developed in Paraná, under the Work Sociology perspective.

Key words: Workers. Professional Qualification. Public Job System. Social Insertion. Work Sociology.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores dos 399 municípios no Estado do Paraná podem procurar por uma das Agências do Sistema Público de Emprego e se inscreverem num curso de qualificação profissional. Ao realizarem um curso, poderão ser encaminhados ao mercado de trabalho. Nesta pesquisa buscamos compreender os motivos da baixa alocação dos participantes dos cursos de qualificação oferecidos pelo PlanTeQ/PR no mercado de trabalho, no período de 2003 a 2010, em média 15% dos trabalhadores. Buscamos analisar os dados e conteúdos dos documentos relativos às políticas públicas de qualificação, as mudanças e especificidades, as interpretações sobre o tema na Sociologia do Trabalho, visando entender os dados levantados junto a Coordenadoria de Qualificação Profissional e as tendências quanto aos tipos de cursos ofertados no Paraná.

O objetivo dessa tese foi compreender o desenvolvimento das ações das políticas públicas de qualificação no Sistema Público de Emprego (SPE), no contexto das mudanças do Mundo do Trabalho no Brasil e, especificamente no Estado do Paraná, mediante análise do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ/PR) no período de 2003 a 2010.

A problematização da presente tese partiu dos seguintes questionamentos: Quais as mudanças importantes no que se refere às Políticas Públicas de Emprego? Como as Políticas Públicas de Emprego se colocam no contexto e/ou a esse(s) contexto(s)? Em que medida a qualificação¹ dos trabalhadores pode nos revelar encontros e desencontros em relação às exigências das empresas, aos empregos formais e as novas formas de trabalho, algumas irregulares, enquanto porta de entrada para o mercado de trabalho, no contexto das mudanças que vêm ocorrendo no Mundo do Trabalho.

Os pressupostos e as hipóteses que orientaram esta pesquisa, no que se refere aos anos que precederam o período estudado foram: Há evidências de que o predomínio da política neoliberal, alterou a forma de intervenção do Estado nas relações Capital Trabalho, afetando o Sistema Público de Emprego. Assim,

1) Em meados dos anos 1990, o discurso da qualificação profissional de teor neoliberal tornou-se hegemônico, ressaltando a qualificação como fator de obtenção de emprego e inclusão social. Nesse sentido, as ações do Estado no campo da qualificação

¹ Hirata (1993) chama a atenção para a multidimensionalidade do conceito de qualificação, pois compreende: de um lado, a qualificação do emprego como sendo um conjunto de exigências definidas a partir dos postos de trabalho; de outro, a qualificação dos trabalhadores como sendo um conjunto de atributos, que incluem as qualificações sociais ou tácitas e a qualificação como relação social, historicamente conflituosa, muitas vezes mediada pelo Estado que define o valor de uso e o valor de troca da mercadoria força de trabalho.

profissional, via Sistema Público de Emprego, favoreceram o capital mediante a qualificação em massa da força de trabalho. Procuramos entender os motivos da ineficácia desse programa frente à meta nacional de atendimento anual de 20% da População Economicamente Ativa (PEA), contingente de praticamente 72 milhões de pessoas maiores de 16 anos, ocupadas e desocupadas, provenientes tanto do setor formal quanto informal (CODEFAT, 1995).

Mediante a difusão das políticas neoliberais adotadas nos governos FHC, o Estado favoreceu o processo de acumulação capitalista, com a concentração da renda e defasagem salarial. Houve um achatamento dos salários, percebido pela maior parte das categorias de trabalhadores, o que repercutiu na realização de investimentos diretos na qualificação de trabalhadores mediante a implantação do PLANFOR.

2) As ações de qualificação profissional, desenvolvidas no período do governo FHC, não atendiam aos objetivos de manutenção ou reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal e podem ter contribuído para uma maior exclusão social. Procuramos entender as diferenças entre as Políticas Públicas de Emprego, adotadas em meados dos anos 1990 e, aquelas empreendidas no período de 2003 a 2010.

3) As ações de qualificação profissional desenvolvidas no período do governo Lula, foram elaboradas a partir de um processo de reavaliação e reformulação das Políticas Públicas de Emprego e Renda, levando em conta o contexto de inovações organizacionais e as estratégias de diversos segmentos sociais. Houve redução da informalidade e maior regulamentação das relações Capital Trabalho no Brasil.

As mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho, no contexto das políticas neoliberais, como a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e o discurso da falta de qualificação profissional dos trabalhadores influíram na concepção dos programas de qualificação.

4) As ações do Estado, no campo da qualificação profissional, desenvolvidas via PlanTeQ/PR, serviram como alternativas ao problema do desemprego.

O objetivo do Plano Nacional de Qualificação previsto para os anos 2003 a 2007 era sua articulação com as demais Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, de educação e de desenvolvimento. A qualificação profissional passou a ser entendida como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, uma construção social que envolve uma multiplicidade de dimensões, entre elas: a epistemológica, a social, a pedagógica. Nesse sentido, as ações do PlanTeQ/PR foram planejadas e integradas a um planejamento de governo. Tais objetivos podem ser verificados no Art. 2º da resolução nº 333/2003 do CODEFAT.

5) As políticas públicas de qualificação adotadas no Brasil, nas últimas duas décadas revelam no Paraná, uma correlação entre os cursos e as vagas de emprego oferecidas e ocupadas. Buscamos verificar se os cursos mais procurados e frequentados estavam relacionados ao setor industrial, comércio ou serviços; se visavam preencher vagas de alta rotatividade, trabalho terceirizado, subcontratado, precarizado e a porção de trabalhadores que conseguiram emprego devido aos cursos realizados via PlanTeQ/PR.

Ao analisar as ações das políticas públicas de qualificação no Brasil nas últimas duas décadas, especificamente no Estado do Paraná, fez-se necessário considerar as mediações das políticas de emprego num contexto de desestruturação do mercado de trabalho, desregulamentação da legislação trabalhista e recentes mudanças nas relações de trabalho, referenciadas por vários autores.

A temática das significativas mudanças no Mundo do Trabalho e suas implicações para o conjunto da sociedade vem sendo refletida por vários autores. Sob a perspectiva da macro transformação da realidade do trabalho, podemos mencionar autores como Castel, Castells, Gorz, Rifkin, Harvey, Lojkin, e outros. No Brasil, autores como Pochmann, Antunes, Giovani Alves, Dupas, tem refletido sobre o impacto dessas mudanças junto à nossa sociedade. Em relação às Políticas Públicas de Emprego no Brasil, temos a contribuição de autores como, Roberto Vêras de Oliveira, Beatriz de Azeredo, Cândida da Costa, Márcio Pochmann, Claudio Salvadori Dedecca, Amilton José Moretto, Denis Maracci Gimenez, Marcelo Weishaupt Proni, José Dari Krein, entre outros.

Para auxiliar a análise sobre as ações das Políticas Públicas de Emprego no Estado do Paraná recorreremos aos dados estatísticos do Plano Nacional de Qualificação (PLANFOR), Plano Estadual de Qualificação (PEQ), Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ), Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) e, principalmente os dados do Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ/PR) que foram disponibilizados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP). Utilizamos relatórios gerenciais do PLANFOR e do PNQ e avaliações externas de ambos, as resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e Ministério do Trabalho (MTE).

Utilizamos como critério de análise o contexto histórico, político, econômico, cultural, social e a trajetória das ações desenvolvidas como sendo mais significativa do que a análise anual dos dados disponibilizados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional.

O presente estudo não considerou apenas a dimensão técnica dos Planos por não se configurarem como um processo neutro. Foram utilizados ainda dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

(PNADs) de 2001 e 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados sobre a evolução do número de empregos no Estado do Paraná, durante o período de 1994 a 2012, foram disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), imprescindíveis para o desenvolvimento desta análise e sua comparação com os cursos oferecidos pelo PlanTeQ/PR. Utilizamos também a bibliografia da área da Sociologia do Trabalho como fundamento metodológico e referencial teórico. Nossa perspectiva inicial era realizarmos uma pesquisa com trabalhadores egressos dos cursos de qualificação, mas isso não foi possível devido à inviolabilidade dos dados cadastrais. Pretendíamos avaliar a eficácia dos cursos oferecidos, mas deixamos de lado, devido à necessidade premente de redirecionarmos o foco inicial de análise do projeto de pesquisa. Entretanto, a análise do perfil dos cursistas foi possível devido à obtenção dos dados cadastrais junto a Coordenadoria de Qualificação Profissional. Para subsidiar nossa análise, utilizamos como referência, os dados de 2009, sobre o número de cursistas concluintes, encaminhados e alocados no mercado de trabalho, como recorte metodológico, devido ser o penúltimo ano de nossa análise e 2010 ser um ano eleitoral.

Ao realizarmos uma análise sobre a trajetória histórica da qualificação profissional no Brasil, percebe-se que ela cumpre uma função social no sentido de atender às necessidades das classes que vivem às margens da sociedade. Parte dela é incluída no mercado mediante acesso ao trabalho precário² de baixa qualificação e remuneração. O trabalho obtido, além de diferenciar as posições sociais no interior da sociedade, está relacionado aos mecanismos de controle dos trabalhadores pelo capital que objetiva manter as estruturas sociais praticamente inalteradas. Esse estudo considera que a qualificação obtida pelos trabalhadores que participaram dos cursos, o trabalho e a renda que possuem são indicativos de suas posições sociais e do espaço que ocupam na sociedade.

Entende-se que o desemprego é resultante de questões estruturais, conjunturais decorrentes do sistema econômico capitalista opressor e excludente, denominado por Harvey (1992) em sua nova fase de ‘acumulação flexível’, por outros autores, globalização econômica, financeirização do mundo, mundialização de capital, e outros. O capitalismo na fase de ‘acumulação flexível’ buscou difundir na sociedade a ideia de que a responsabilidade pela posição que cada trabalhador ocupa na sociedade é fruto da sua qualificação e de suas

² Compreende-se por trabalho precário a ida do trabalhador para a informalidade e a consequente queda do poder de compra do seu salário ou de sua renda.

escolhas, suspendendo nesse sentido, mesmo que temporariamente, os conflitos existentes nas relações Capital e Trabalho.

O Plano Nacional de Qualificação de 2003 a 2007 e o Plano Plurianual 2008 a 2011, buscou ver a questão da qualificação não apenas como responsabilidade do Estado, mas de toda a sociedade, de modo geral. Vislumbramos em nossa análise que a responsabilidade social do Estado vem se deslocando do plano coletivo para o individual onde os indivíduos devem adquirir competências, habilidades e atitudes para tornarem-se competitivos e empregáveis, para atuarem no mercado formal ou informal.

Há diferenças fundamentais em relação à concepção de educação, qualificação e qualificação profissional. A educação possui várias dimensões que se diferem de qualificação. Essas dimensões são históricas, familiares, institucionais, culturais, sociais, e outras. A qualificação tem sido entendida como preparação para o mercado de trabalho, atuação numa determinada função, setor, área específica que envolve o acesso, domínio e utilização de pressupostos teóricos e conceituais como se fossem ferramentas para a atuação prática. No que se refere ao Sistema Público de Emprego, entende-se que a qualificação profissional constituiu-se num sistema pontual. Diante da falta de extensão de uma educação pública e de qualidade para todos, constituíram-se sistemas paralelos de educação e qualificação profissional, ora idealizados pela iniciativa privada, ora estruturados e organizados pela iniciativa do próprio Estado, conforme seus propósitos e interesses.

A análise sobre as Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil, especificamente o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ), nos auxiliaram na definição do foco desta pesquisa que tem como recorte o Plano Territorial de Qualificação no Estado do Paraná, no período de 2003 a 2010. Buscamos o apoio em alguns suportes teóricos e metodológicos que nos ajudaram a compreender e explicar o problema norteador deste estudo. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica dando ênfase às literaturas que têm contribuído para as reflexões sobre o tema em foco. As principais fontes foram os documentos do PLANFOR e os dados da Coordenadoria de Qualificação Profissional do Estado do Paraná.

Ao analisar a eficácia das Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil, especificamente no Estado do Paraná, percebe-se que a maior parte dos cursistas não conseguiu se reinserir no mercado de trabalho; a maioria das vagas oferecidas pelo programa de intermediação de mão de obra não estavam relacionadas às novas exigências do Capital, decorrentes da revolução tecnológica e informacional. No entanto, atribuía-se o desemprego à falta de qualificação.

Tal análise refere-se aos Planos de Qualificação Profissional dos governos FHC e Lula sob uma perspectiva comparativa, identificando divergências, similaridades, orientações políticas e perspectivas ideológicas, mediante uma leitura crítica no cenário político, social, econômico e cultural do Brasil. Nossa análise sobre os cursos oferecidos no período de 2003 a 2010, indica que as ações da qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego, no Paraná, podem ter favorecido o mercado de trabalho que demandava mão de obra qualificada para atuar de maneira pontual em determinados setores da economia paranaense, principalmente no setor têxtil e de confecções.

A sobreposição das leis de mercado sobre os interesses coletivos resultantes das políticas neoliberais e seu predomínio nos anos 1990, foi prejudicial aos trabalhadores devido o crescimento do desemprego, a intensificação da precarização das relações de trabalho, a flexibilização da legislação do trabalho e da produção, o crescimento do trabalho informal, o achatamento salarial de praticamente todas as categorias de trabalhadores.

As ações do PlanTeQ/PR foram desenvolvidas pelas instituições parceiras a partir da ação pontual do Estado, voltada para atender e assistir as classes menos favorecidas da sociedade, os trabalhadores excluídos ou em processo de exclusão social. Partimos do pressuposto de que houve deslocamento da responsabilidade do Estado frente à questão do emprego e desemprego, à busca de soluções e alternativas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. O Estado não consegue garantir a todos o direito a educação e ao emprego de maneira equânime. No entanto, necessita resguardar aos trabalhadores que se encontram em desvantagens competitivas, condições mínimas de inserção social, caso contrário, poderão acarretar outros males ou prejuízos sociais.

A política econômica desenvolvida no período analisado buscou comprometer-se com todos na tentativa de estabelecer alianças entre Capital e Trabalho. O capital busca conciliar interesses divergentes entre patrões, empregadores e trabalhadores, no sentido de fazê-los acreditarem que podem obter vantagens competitivas, apropriando-se de instrumentos necessários à inserção na sociedade de consumo.

O crescimento do desemprego resultante das políticas neoliberais nos anos 1990, decorrente da abertura econômica e inserção subordinada na chamada globalização econômica, levou o governo FHC a adotar o PLANFOR, uma política de qualificação pontual da força de trabalho. A avaliação positiva desse plano, no final do seu 2º mandato de governo, manteve a oferta de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego. No entanto, essa política passou por um processo de reavaliação, reformulação, mudanças conceituais, metodológicas, estruturais e conjunturais. Não houve mudanças em relação às Políticas

Públicas de Emprego, o que mudou foi à política de qualificação profissional. Entre as principais mudanças destacamos: a ampliação da carga horária, os investimentos realizados por cursistas, a redução do número de executoras dos cursos oferecidos e a manutenção daquelas ligadas principalmente ao Sistema S – SENAI, SENAC e SENAT. A permanência dessas instituições tradicionais no ramo da qualificação profissional se deve à confiabilidade, à infraestrutura, aos processos de licitação, aos serviços prestados e aos compromissos assumidos. Outras mudanças importantes se referem aos cursos oferecidos, aos conteúdos abordados, a descentralização do PlanTeQ/PR e sua interligação com os demais programas sociais, nos governos Lula.

As Comissões de Emprego foram estruturadas em três níveis: no plano federal, através do CODEFAT; no plano estadual, através das Comissões/Conselhos Estaduais; e no plano municipal, através das Comissões/Conselhos Municipais. As Comissões podem ser criadas por atos administrativos do poder executivo, enquanto o Conselho só pode ser criado por lei, assumindo caráter mais deliberativo. Mediante as resoluções do CODEFAT de nº 80 de 1995, 114 de 1996, 227 de 1999, 262 e 270 de 2001 e 365 de 2003, houve um fortalecimento da gestão tripartite do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Conforme o MTE (2005, p. 319), estabeleceu-se por objetivo “criar condições para que as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego funcionem como conselhos deliberativos e sejam envolvidas na formulação de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, com garantias legais no âmbito estadual e municipal”.

No ano de 2003 foi implantado o PlanTeQ/PR, foco de análise desta tese. Inicialmente, o Conselho Estadual do Trabalho, juntamente com os Conselhos municipais via SERT, realizaram um diagnóstico sobre a realidade local dos 399 municípios existentes no Estado do Paraná, inclusive dos índices da População Economicamente Ativa, das vagas abertas e ocupadas em cada setor ou atividade econômica e das demandas existentes no mercado de trabalho paranaense. A elaboração do diagnóstico das demandas de qualificação social e profissional para o Estado do Paraná foi constituída com base nos indicadores socioeconômicos de cada município, levando em consideração as condições e as tendências do mercado de trabalho local, bem como as potencialidades de geração de trabalho e renda para os segmentos da classe trabalhadora em situação de maior vulnerabilidade social.

Após essa análise conjuntural da realidade econômica paranaense, das resoluções, instruções e recomendações do MTE, CODEFAT e PNQ, foram estabelecidas demandas de qualificação profissional segundo as necessidades locais, os interesses empresariais, de patrões e empregadores, o número de trabalhadores a serem qualificados e outros. A definição

do público alvo foi determinante para o desenvolvimento das ações do PlanTeQ/PR no período de 2003 a 2007. De 2007 a 2011 foi elaborado o Plano Plurianual. É importante destacarmos que os PlanTeQ's fazem parte de uma política nacional de qualificação que vem sendo desenvolvida em conformidade com as necessidades e especificidades regionais de cada Estado e seus respectivos municípios.

O foco de análise desta tese está relacionado à política nacional de qualificação integrada a outras políticas de governo desenvolvidas no período de 2003 a 2010. No 1º mandato do governo Lula, os programas de inclusão social, a reposição gradativa do salário mínimo, o controle da inflação, alavancaram o crescimento da economia brasileira, contribuíram para a geração de empregos, principalmente no setor de comércio e serviços. Inicialmente, os cursos de qualificação oferecidos via PlanTeQ/PR estavam interligados ao programa do Seguro Desemprego, intermediação de mão de obra, aos programas de inclusão social, Fome Zero, Bolsa Família, o programa economia solidária e outros. Nossa análise indica que mais da metade dos cursistas participantes das ações do PlanTeQ/PR faziam parte do programa economia solidária. Outra parte era formada por trabalhadores autogestionados, associados, cooperativados, egressos do sistema penal, beneficiários do programa Seguro Desemprego, beneficiários de um dos programas sociais desenvolvidos nos governos Lula, inscritos no Sistema Público de intermediação de mão de obra e outros.

Apesar da baixa alocação dos cursistas estar em conformidade com uma das exigências do CODEFAT, que estabelecia o mínimo de 15% de alocação dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho, as ações desenvolvidas pelo Estado não podem ser invalidadas. No entanto, ressalvas e ponderações foram realizadas nesta tese. A análise crítica frente à atuação do Estado pode ser fundamentada em diferentes versões e concepções. O desemprego tornou-se uma questão social, um desafio coletivo. O desemprego não pode ser relegado ao indivíduo, às leis do mercado de trabalho, é resultante de questões políticas, do modelo de desenvolvimento econômico adotado, do jogo de forças existentes entre Capital e Trabalho, de interesses opostos e conflitantes entre trabalhadores e empregadores, entre aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário e aqueles que compram. Essas relações configuram-se como desiguais em vários contextos históricos, desfavorável aos trabalhadores, especificamente a partir dos anos 1990. O predomínio das políticas neoliberais no Brasil afetou o Sistema Público de Emprego e impactou negativamente na vida cotidiana dos trabalhadores, principalmente daqueles que se encontravam desempregados e estavam fora do mercado de trabalho, excluídos ou em processo de exclusão social.

Assistir os desassistidos, aqueles que foram deixados de fora, inclusive pelas próprias ações do Estado pode ser considerada uma prática verdadeiramente recente, uma maior preocupação do Estado brasileiro com os excluídos e em processo de exclusão social. O mercado de trabalho no Brasil impõem ao Sistema Público de Emprego vários obstáculos e desafios que ainda precisam ser superados, apesar dos avanços obtidos na área social.

A breve análise realizada sobre os governos Lula indica que o Estado brasileiro passou a apresentar maior preocupação com os excluídos e aqueles que se encontram em processo de exclusão social. Entende-se que a exclusão social causa outros males sociais e compromete as bases de sustentação da sociedade. O que se vê nos últimos anos é uma relativa redução das desigualdades sociais, ocasionando assim, uma mobilidade na base da pirâmide social brasileira devido acesso ao consumo, aumento do salário mínimo e outros. Existem vários fatores que contribuíram para essa relativa melhora, entre eles apontamos: o crescimento econômico, o acesso ao crédito, à elevação dos índices de consumo, a redução do desemprego e consequente inflexão da informalidade. No entanto, vislumbramos que o trabalho informal, flexível, de baixa remuneração persiste em nossa sociedade. Entende-se que essa inserção na sociedade de consumo é acima de tudo desigual, não possui bases sólidas, é insustentável a médio e longo prazos.

No 2º mandato do governo Lula houve uma reavaliação das Políticas Públicas de Emprego que vinham sendo adotadas. A posição favorável do Brasil no cenário econômico internacional, a avaliação positiva dos direcionamentos políticos e das opções do governo Lula, o enfraquecimento das políticas neoliberais repercutiram no planejamento das ações de qualificação profissional adotadas nos anos seguintes. A criação do Programa de Aceleração do Crescimento econômico 1 e 2, as obras de infraestrutura, saneamento básico, educação, habitação, a criação do programa de segurança alimentar e nutricional e outros provocaram uma redefinição das Políticas Públicas de Emprego e qualificação profissional que vinham sendo adotadas no âmbito do Sistema Público de Emprego. Entende-se que a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho depende de uma multiplicidade de fatores que estão relacionados mutuamente e não se restringem na mera escolaridade ou qualificação profissional dos trabalhadores. A questão da qualificação está no centro dos interesses capitalistas e das relações de trabalho. Ela marca, define e delimita as posições dos atores sociais envolvidos. Ela é relacional porque as interpretações e análises realizadas são relativas a determinados contextos históricos, políticos, econômicos e culturais.

Nosso objetivo não foi negar a importância da qualificação profissional oferecida no Sistema Público de Emprego e sim, analisar, compreender suas múltiplas faces e facetas.

Entre outros resultados provenientes das ações desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR podemos destacar vários tipos de aprendizagem e experiências obtidas pelos atores envolvidos, pelo Estado, empregadores, gestores de políticas públicas, autoridades governamentais, representantes políticos, funcionários da SERT, ONG's, sindicatos, instituições 'sem fins lucrativos', Conselheiros Estaduais e Municipais do Trabalho, pela Coordenadoria de Qualificação Profissional, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e CODEFAT, e principalmente pelos trabalhadores, entre elas: a compreensão do desemprego como uma questão social, cujas alternativas e soluções devem ser buscadas por toda sociedade.

Esta tese está organizada em três capítulos:

O **Cap. 1** refere-se a uma análise sobre as relações entre Estado, trabalho, capital e as Políticas Públicas de Emprego no Brasil, adotadas nos anos de 1990 e 2000. Iniciamos realizando uma breve análise sobre as políticas de Trabalho, Emprego e Renda, adotadas nos países desenvolvidos no século XX e a consolidação do mercado de trabalho no Brasil, as políticas de educação e qualificação e as principais mudanças resultantes da Constituição de 1988, no que se refere à qualificação profissional.

O **Cap. 2** refere-se à política de desenvolvimento econômico brasileiro adotado no período de 2003 a 2010, as políticas de inclusão e inserção social desenvolvidas no governo Lula, particularmente sobre as Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, mediante uma análise comparativa com o período anterior, no governo FHC, no sentido de analisar as ações desempenhadas pela qualificação profissional, identificando continuidades, mudanças conceituais e ideológicas, rupturas e inovações, especificamente sobre as ações da qualificação profissional no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. Os dados disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), nos auxiliaram a acompanhar a evolução dos empregos no Brasil e no Estado do Paraná, no período de 1994 a 2011, especificamente, os empregos por atividade econômica no Paraná no período de 2003 a 2010. Compreende-se que a mobilidade social na base da pirâmide social brasileira é resultante, principalmente do crescimento da economia, provocando efeitos em cadeia, ocasionou o crescimento do emprego formal no Brasil, maior formalização das relações de trabalho e conseqüente inflexão da informalidade. Na base desse processo que ocorreu na década de 2000, e que se difere do período anterior, da década de 1990, encontramos os programas de inclusão social e qualificação profissional.

No **Cap. 3** foi realizada uma análise sobre o papel das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego, as ações da Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP), as ações do PlanTeQ/PR por escritório regional, considerando o número de cursistas inscritos,

concluintes e evadidos. No ano de 2009, especificamente, foi analisado o número de trabalhadores encaminhados, sem encaminhamento, alocados e não alocados no mercado de trabalho, conforme os escritórios regionais do trabalho atuantes no Estado do Paraná. A seguir foi realizada uma análise sobre os cursos de qualificação oferecidos pelas principais executoras atuantes no período de 2004 a 2010.

E por fim, a análise do perfil dos trabalhadores que participaram dos cursos oferecidos foi realizada mediante consulta aos dados da Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP), considerando o público alvo do PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010. Consideramos também as questões de gênero, sexo, faixa etária, cor, localização, escolaridade, renda familiar, salários percebidos e as condições de trabalho.

CAPÍTULO I

ESTADO, TRABALHO, CAPITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO.

A determinação fundamental das formas estatais são as lutas de classes. Desta forma, as políticas estatais de assistência social possuem como determinação fundamental o regime de acumulação, que expressa uma determinada configuração das lutas de classes. O Estado de Bem-Estar Social, por exemplo, foi produto das lutas sociais que agitaram o mundo a partir do início do século XX.

A constituição das políticas públicas só pode ser compreendida a partir de uma visão da totalidade das relações sociais e, neste contexto, temos o papel do Estado como o agente desse processo, realizando sua ação no interior de suas contradições internas e pressões externas. A elaboração das políticas públicas não são produtos apenas da acumulação capitalista, mas também dos conflitos sociais, das pressões realizadas pela classe trabalhadora e outros. Portanto, o Estado como instituição, é objeto de disputa entre as classes sociais. Como analisa Castel (1998), todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a voltar-se para o social, no sentido de mitigar algumas disfunções gritantes e assegurar um mínimo de coesão social. Mas, é através do ideal socialdemocrata que o Estado Social surgiu como o princípio de governo de sociedade, como a força motriz que deve assumir a responsabilidade pela melhoria progressiva da condição do todo. O arranjo econômico keynesiano ou socialdemocrata construído no pós-guerra, possibilitou um crescimento econômico ímpar na história do capitalismo, tendo como um dos objetivos centrais a promoção do pleno emprego³.

As políticas de Trabalho, Emprego e Renda, adotadas nos países desenvolvidos em meados do século XX, tinham como objetivo aumentar a demanda de mão de obra por meio da sustentação de taxas elevadas de crescimento do produto, da inserção social via trabalho assalariado, buscando garantir trabalho e renda ao conjunto dos trabalhadores. O Sistema Público de Emprego consolidou-se num contexto de crescimento econômico, difusão da política do pleno emprego e consolidação do Welfare State, visando a proteção dos trabalhadores e maior eficiência do mercado de trabalho. A intermediação de mão de obra e a formação profissional exerciam uma função auxiliar e compensatória na política de pleno

³ O pleno emprego não foi só fruto das políticas monetárias e fiscais, mas, através da ampliação das políticas sociais relacionadas a saúde, educação, transporte, habitação e outros, o Estado tornou-se um grande empregador. A ampliação das políticas sociais foi possível através da apropriação, por parte do Estado, de parte dos ganhos de produtividade.

emprego. As políticas de emprego no período do pós-guerra nos países desenvolvidos estavam voltadas ao crescimento econômico e à plena utilização da mão de obra.

No período pós-guerra o pano de fundo do debate estava relacionado à construção de uma nova ordem econômica, antiliberal, com forte intervenção estatal nas relações econômicas, ou seja, uma progressiva configuração de uma ordem político-social que impõe à economia um novo padrão de regulamentação. Essa ordem assentava-se sobre um modelo combinado entre mecanismos de mercado e intenso planejamento econômico estatal.

Em tais condições estavam embutidas novas possibilidades de uma atuação mais ampla não só contra o desemprego, mas contra as diversas maneiras de manifestação do excedente da força de trabalho, com base em políticas de geração de empregos fora da esfera tipicamente capitalista de acumulação, que acabaram por fomentar um processo crescente de 'desmercantilização' do trabalho (GIMENEZ 2006, p. 199).

A mercantilização do trabalho é inerente ao capitalismo e caracteriza-se pela exploração do homem em relação ao próprio homem. Atualmente, as relações de trabalho tendem intensificar a mercantilização do trabalho. Isso resulta em maior exploração daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de um salário.

Nos países avançados durante o pós-guerra houve o desenvolvimento das estruturas de Bem-Estar Social e proteção social, em especial a ampliação dos sistemas educacionais e dos sistemas previdenciários e da melhoria da qualidade de vida de grande parte da população. Segundo Oliveira (1998), na organização de uma esfera pública em que, com base em regras universais e pactuadas, o fundo público em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado e do financiamento da reprodução da força de trabalho de outro, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. O espaço ocupado pelo Estado na vida econômica não só se manteve como se expandiu na consciência coletiva, solidificando sua responsabilidade mediante o desenvolvimento de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda.

A possibilidade de efetivação das políticas de pleno emprego colocou vários obstáculos ao processo de concentração de renda e acúmulo do capital. O direcionamento imposto pela intervenção estatal à vida econômica fortalecia o poder dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Os investimentos públicos não implicavam na redução dos investimentos privados. A estagnação do processo de acumulação capitalista sinalizava o fortalecimento da classe trabalhadora diante do capital, pois se tornou detentora de direitos trabalhistas, regularizados e amparados pelo aparelho estatal. No entanto, o capital buscou alternativas para retomar o processo de acumulação e concentração de renda, iniciando um processo gradativo de flexibilização das leis trabalhistas que haviam fortalecido a classe trabalhadora.

A interferência do Estado na economia no decorrer do século XX, fez-se necessária no sentido de se evitar as crises econômicas do capitalismo e manter-se o pleno emprego da mão de obra. Esta política foi chamada de Keynesianismo, em referência às ideias do economista inglês John Maynard Keynes. Por outro lado, o neoliberalismo⁴ como fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX, surgiu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos, onde o capitalismo era hegemônico e representou uma forte reação teórica e política contra o Estado intervencionista, chamado de Estado do Bem-Estar Social ou socialdemocrata⁵.

Na política de emprego socialdemocrata os interesses dos trabalhadores são elevados à condição de universalidade, direito social, salários adequados e garantia de renda. O Estado se faz presente quando necessário para corrigir as distorções do mercado, favorecendo a construção de uma sociedade menos desigual, gerando empregos no setor de serviços, saúde, educação, buscando alcançar padrões mais homogêneos de consumo. O sindicato tem mais força, maior poder de negociação, maior presença no local de trabalho e no chão de fábrica. Existem mecanismos institucionais, elaborados para defender a constituição de um mercado de trabalho estruturado, como menos formas heterogêneas possíveis de ocupação e renda. As políticas sociais garantem o mínimo de renda aos trabalhadores. A análise realizada no **Cap. 2** indica uma retomada dessa tendência e o enfraquecimento da tendência neoliberal.

A origem do pensamento econômico neoliberal encontra-se na obra “O caminho da servidão”, do Austríaco Friedrich Von Hayek, escrito em 1944. Hayek e seus seguidores eram contra a intervenção do Estado na economia, pois para os defensores desta política os gastos governamentais eram causadores da inflação e um entrave para o crescimento econômico. Para os defensores do neoliberalismo, o crescente controle do Estado levaria à completa perda da liberdade. O Estado liberal procura direcionar sua política por caminhos que possibilitem o

⁴ O Neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos e outros.

⁵ O termo socialdemocracia é uma expressão que ganhou diversos significados desde o seu aparecimento ainda no século XIX. Nos primeiros escritos de Marx e Engels, eles consideravam como socialdemocracia um segmento do partido democrata ou republicano mais ou menos impregnado de socialismo. Desde então adquiriu sentidos diversos, sendo que a partir de 1945, o significado da expressão socialdemocracia voltou a se modificar. Muitos partidos populares passavam a adotar linhas políticas que visavam um capitalismo reformado e uma economia mista. Muitos países da Europa Ocidental reorientaram-se no sentido de enfatizar a importância da democracia e das instituições representativas. O fato é que o Brasil não chegou a constituir um Estado socialdemocrata. Talvez, o governo Lula tenha se orientado nessa direção, mesmo que, sob diversos paradoxos. Estas conceituações podem ser consideradas uma chave de análise das políticas de qualificação profissional desenvolvidas nos governos Lula, no período de 2003 a 2010.

máximo de liberdade de mercado, visando à estabilidade de sua economia. Essa imensa contradição do liberalismo encontra-se na questão social, ao gerar desigualdades socioeconômicas entre os cidadãos.

Na política de emprego neoliberal, as políticas sociais são voltadas exclusivamente para parcelas minoritárias da população, onde o sindicato possui papel reduzido, mais orientado para a definição de reivindicações dos trabalhadores por empresa, permitindo que os salários e a jornada de trabalho estejam associados à produtividade e às oscilações das economias. A flexibilização dos contratos de trabalho é utilizada pelos detentores do capital mediante o aparato estatal para adequar o custo da mão de obra às oscilações do mercado. Há uma diminuição dos benefícios públicos e a criação de mecanismos de garantia de renda com menor valor possível para segmentos de pessoas mais jovens do mercado de trabalho, com o objetivo de estimular a aceitação de empregos com salários menores, se necessário promovendo ocupações em pequenos negócios e autoemprego.

A base que impulsionou e viabilizou um processo de regulação das relações de trabalho, no pós-guerra até meados dos anos 1970, foi o pleno emprego e o arranjo institucional e político construído em seu entorno. O controle da demanda keynesiana e do Bem-Estar socialdemocrata era o selo da época, assegurando maiores níveis de intervenção estatal e redistribuição fiscal que aqueles jamais vistos no mundo capitalista.

A partir de meados dos anos 1970, com a crise internacional do sistema econômico capitalista, o crescimento do desemprego, a estagnação do processo de acumulação do capital fez com que o conceito originalmente atribuído às políticas em prol do pleno emprego e seu compromisso político com a ampla incorporação social fosse esvaziado. Esse processo de estagnação, levou a uma reconfiguração do sistema econômico capitalista mediante o desenvolvimento de políticas direcionadas ao mercado de trabalho, às iniciativas de flexibilização dos marcos regulatórios das relações de trabalho e redução do custo do trabalho. O afastamento do Estado de um compromisso político em prol do pleno emprego e da plena incorporação social a partir da década de 1980 caracteriza o predomínio das políticas liberais de emprego ou ainda, políticas focalizadas, dirigidas ao mercado de trabalho. Entretanto a redução dos índices de desemprego e crescimento do emprego fez-se necessária para a retomada do processo de acumulação e centralização do capital.

A consolidação das políticas neoliberais ocorreu a partir da década de 1980, em muitos países do mundo, com exceção do Chile, que já a havia iniciado anteriormente.

As palavras e expressões mágicas dessas décadas foram muitas e podemos destacar entre elas, “reformas”, “modernização”, “ajustes estruturais”, “enxugamento dos gastos públicos”, “diminuição da intervenção estatal”, “redução da máquina estatal”, “diminuição dos gastos públicos”. Essas fórmulas dos laboratórios políticos do neoliberalismo rapidamente levaram ao “sucateamento do Estado”, com destruição dos serviços públicos no campo da saúde, educação, e em toda a rede de proteção da população mais pobre (GIANNOTTI, 2007, p. 268).

Na interpretação da Harvey (1992), nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento do desemprego passou a ser atribuído à rigidez do mercado de trabalho. A intervenção do Estado no mercado de trabalho, nas questões do emprego e da organização do mercado de trabalho, passou a ocorrer sob a lógica do capital, defendendo um conjunto de medidas vistas como indispensáveis para o enfrentamento do desemprego, através de estratégias diversas de garantias de direitos sociais básicos, como a garantia de renda via Seguro Desemprego, o acesso à educação profissional, atenção aos grupos especialmente em dificuldades de obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, entre outros.

Conforme Standing (1998, p. 289-290), na década de 1980, e mais dramaticamente, na década de 1990, entramos na era do capitalismo global e da regulamentação via mercado, no lugar de regulamentações estatutárias, protetoras e pró-coletivas, aparecem cada vez mais regulamentações pró-individualistas, antioletivas, fiscais e outras pró-mercado. Para o autor, na era da regulamentação estatutária, os trabalhadores lutavam por segurança no trabalho, pela consequente desmercadorização do trabalho e melhorias do salário social, enquanto que os empresários mesmo tendo feito a maior parte das concessões, lutavam para bloquear esse processo.

As políticas públicas adotadas no Brasil a partir dos anos 1990 particularmente, a qualificação profissional tem contemplado o modelo neoliberal centrado na regulamentação do mercado, acentuando as desigualdades salariais e de renda, provocando a redução dos salários de diferentes categorias de trabalhadores. Por outro lado, a renda de capital cresceu mais rápido do que a renda proveniente do trabalho. A maior incidência dos impostos mudou do capital para o trabalho, além da redução dos subsídios para os trabalhadores e maior subsídio ao capital e empresas por criarem empregos, atraírem e manterem capital estrangeiro. Conforme Standing (1998, p. 290), “o que deveria nos preocupar são os custos sociais, ecológicos e societários da era de regulamentação do mercado, inclusive os custos do desenvolvimento humano de crescentes desigualdades e inseguranças”.

Inicialmente, nos deparamos com uma análise mais apurada sobre a questão do neoliberalismo predominante nos países desenvolvidos nos anos 1980, e no Brasil, nos anos 1990. Portanto, faz-se necessário uma breve análise sobre suas características, os debates que giram em seu entorno e as contradições desse fenômeno, visto que a não intervenção do

Estado é uma falácia, uma vez que, o capital em nenhum momento abre mão da atuação do Estado e intervenção no mercado.

O neoliberalismo no Brasil surge com o Governo Collor e atinge seu auge durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, sofrendo recuos nos Governos de Lula. No Governo Collor (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), os processos de privatizações foram intensificados, onde também aconteceu a oferta de muitas concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, um período em que houve maior flexibilização de muitos direitos trabalhistas conquistados através de grandes lutas e mobilizações. As transformações ocorridas no mundo e no Brasil devido às políticas neoliberais causaram incertezas pelo fato das mudanças provocarem desemprego, diminuição dos serviços públicos e fragilização da soberania do Estado. A desorganização econômica brasileira dos anos 1990 legitimou o projeto privatista. Neste período, grande parte do patrimônio econômico acumulado, que se encontrava majoritariamente nas mãos de empresas estatais, na maior parte, foi desnacionalizado. Vito Giannotti enumera diversas medidas adotadas nessa direção,

Desregulamentação da economia; Fim das tarifas alfandegárias sobre os impostos; Começa a festa dos produtos importados; Entrada maciça de capital estrangeiro no país; Privatização de todos os serviços públicos das empresas estatais como serviços de água, luz, gás, transportes e outros; Início da destruição do pouco que existia do “Estado do Bem-Estar Social” para uma pequena parcela da sociedade; Ataque aos direitos trabalhistas e necessidade de enfraquecer os sindicatos; Ataque aos serviços públicos. Cem mil funcionários são imediatamente colocados em disponibilidade. É o tal “enxugamento da máquina” exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); Processo acelerado de desindustrialização com as consequências já clássicas, de forte depressão e desemprego (GIANOTTI, 2007, p. 268).

Segundo os defensores do neoliberalismo no Brasil, a privatização seria o único caminho para resolver o quadro de crise das principais empresas estatais do país, a irracionalidade administrativa, os gastos com pessoal desqualificado e administrativamente incapacitado, os constantes desvios de dinheiro público e opções gerenciais equivocadas.

As reformas levadas a efeito, sobretudo durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 1998), incluíram a privatização das empresas estatais, regulamentação das concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, como transportes e eletricidade, revisão dos cerceamentos constitucionais ao capital externo, além de mudanças na Previdência Social, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço, e proposta de flexibilização e desregulamentação da compra e venda da força de trabalho. A orientação Neoliberal, voltada para o mercado, segundo o jargão dominante, prevê a diminuição do papel ativo do Estado em todos os setores. Nesse contexto, não faltaram ataques à legislação social e trabalhista, à qual se imputava parte da responsabilidade do “custo Brasil”, formuladas não apenas por empresários ou analistas de instituições financeiras internacionais, mas por dirigentes de sindicatos e centrais sindicais de trabalhadores (PINSKY e PINSKY, 2005 p. 489).

A partir de 1990 a regulamentação do mercado se contrapõe ao período anterior de regulamentação estatutária ou Era do capitalismo previdenciário, marcado pela incorporação social via trabalho assalariado e regulamentado, regularizado pelo Estado. Nesse sentido, o crescimento do desemprego durante o 1º e 2º mandatos do governo FHC, se deve ao predomínio das políticas neoliberais no Brasil e pode ser associado ao desenvolvimento do

sistema econômico capitalista e sua fase de acumulação flexível, de maior controle do aparelho estatal, dos sindicatos e dos trabalhadores.

Conforme Harvey (1992, p. 140), a ‘acumulação flexível’ se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, no surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A ‘acumulação flexível’ envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como em conjuntos industriais completamente novos, em regiões até então subdesenvolvidas, inclusive da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados.

A política desenvolvimentista pode ser considerada a principal característica do Estado Brasileiro. Entretanto, faz-se necessário compreendermos os diferentes contextos históricos e os diferentes tipos de atuação do Estado. Tal atuação diferencia-se da atuação realizada pelos Estados europeus, principalmente nos anos do pós-guerra. A implantação do Estado de Bem-Estar Social não foi efetivada no Brasil conforme o modelo de desenvolvimento econômico e social adotado nos países centrais do capitalismo. Vivenciamos alguns aspectos desse modelo, mediante a implementação e regulamentação da legislação trabalhista, organizada por um maior intervencionismo do Estado no mercado de trabalho, especificamente mediante oferta de qualificação profissional aos trabalhadores menos escolarizados, aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho.

Portanto, o papel do Estado no Brasil pode ser caracterizado em determinados contextos como mais regulador e em outros como menos. No que se refere às questões de maior ou menor inclusão social, podemos nos referir à produção de cidadania, à instituição de direitos sociais e trabalhistas, às conquistas e avanços obtidos na área social, principalmente nos últimos anos, à obtenção de novos direitos, o acesso ao consumo e à cidadania.

Acompanhemos a seguir uma breve análise sobre a trajetória histórica da consolidação do mercado de trabalho no Brasil.

1.1 A consolidação do mercado de trabalho no Brasil e as políticas de educação e qualificação profissional.

Nas primeiras décadas do século XX, a educação profissional no Brasil era considerada um instrumento de capacitação da massa trabalhadora, atendendo aos interesses da burguesia emergente. Durante a chamada ‘Era Vargas’, o Estado passou a atuar como agente interventor, controlador, regulamentador e regularizador das relações Capital Trabalho. A educação profissional passou a ser considerada um dever do Estado, pilar de sustentação do desenvolvimento da indústria e do comércio, fortalecida pela criação de leis e instituições ligadas a qualificação profissional, focada nas exigências do mercado de trabalho da indústria e do comércio.

O crescimento industrial e a expansão da infraestrutura econômica impulsionados pela estratégia desenvolvimentista do Estado brasileiro foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento do Estado brasileiro e pelo desempenho favorável do mercado de trabalho no que diz respeito à criação de empregos. Ao contrário da experiência dos países de capitalismo avançado, não havia uma política deliberada de pleno emprego, um compromisso político de combinar desenvolvimento econômico com distribuição dos frutos do progresso material, não houve uma preocupação em regular o funcionamento do mercado de trabalho impedindo uma pressão excessiva sobre os salários, nem se procurou fortalecer o processo de negociação democrática das relações de trabalho, nem se constituiu uma rede de proteção social baseada no gasto público que auxiliasse a construir uma sociedade mais homogênea e socialmente justa.

Conforme Baltar (1996), no Brasil não se desenvolveu um sistema de proteção ao trabalhador com as mesmas dimensões que caracterizaram o Welfare State nos países avançados. A incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho no Brasil via trabalho assalariado, ocorreu mediante tendências políticas opostas e conflitantes. Entre elas, destacaram-se três tendências principais: A constituição do modelo de industrialização via substituição de importações de 1930 a 1955 – tendência varguista; A constituição do modelo de industrialização associado ao capital internacional de 1955 a 1980 – industrialização retardatária e; A inserção competitiva do Brasil no mercado internacional de 1980 até os dias atuais.

A partir de 1930, o Brasil incorporou também em sua legislação trabalhista o conceito de medicina social que se desenvolvera na Europa desde o século XIX. Foram criados os seguros contra invalidez, doença, morte, acidentes de trabalho e o seguro

maternidade, todos vinculados à saúde dos trabalhadores. A incorporação da classe trabalhadora no mercado de trabalho deveria ocorrer via intermediação do Estado. Através desse projeto de desenvolvimento social e econômico, as Políticas de Emprego seguiam as diretrizes da tendência socialdemocrata adotadas nos países desenvolvidos.

O modelo de industrialização via substituição de importações levou à incorporação e inserção contínua e gradativa do operariado brasileiro, influenciados pela tendência internacional de incorporação social via trabalho assalariado, amparado pelo estatuto do trabalho e regulado pelo poder estatal. O desenvolvimento desse modelo nas economias desenvolvidas levou a configuração do Estado de Bem-Estar Social, conforme tese defendida por Castel, não concretizada de fato no Brasil.

Mudanças significativas nas Políticas Públicas de Emprego no Brasil ocorreram durante a ‘Era Vargas’, pois, foram influenciadas pela incorporação social via trabalho assalariado, relacionadas com as políticas do pleno emprego, Bem-Estar Social de tendência Socialdemocrata: o regulamento da lei do salário mínimo, em 1938; a criação da Justiça do Trabalho, em 1941; a CLT, em 1943 e a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944. Mesmo assim, o Brasil, durante o seu processo de industrialização, não conseguiu generalizar para o conjunto dos ocupados um estatuto coletivo do trabalho. Pochmann (1999) afirma que, paralelamente, criou-se um Estado de Bem-Estar Social segmentado, com políticas não universais, no qual as políticas de mercado de trabalho se apresentavam como residuais, diferentemente do que ocorrera no caso dos países desenvolvidos.

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), nos anos 1940, com o objetivo de atender à demanda de mão de obra qualificada, sobretudo da indústria, atendiam os interesses e as exigências da burguesia industrial nascente, configurando-se no primeiro esforço nacional de qualificação profissional.

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, subvencionado pelo poder público, mediante Leis Federais, financiamento com orçamento público, revelava a necessidade de formação de trabalhadores especializados para a indústria em ascensão. O ensino profissional direcionava-se às classes menos favorecidas e representava o primeiro ajuste da força de trabalho às necessidades do setor produtivo industrial. O ensino profissional passou a ser considerado primordial para alavancar o processo de industrialização, considerado dever do Estado, dos institutos de ensino profissional, das empresas, das

associações particulares e profissionais, das indústrias e dos sindicatos. Havia necessidade de uma mobilização coletiva dos atores sociais em prol do ensino profissional.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, assegurava aos empregados com mais de um ano de serviço na mesma firma, o direito a uma indenização em caso de dispensa sem justa causa, e para aqueles com 10 anos ou mais de serviços prestados, a estabilidade do vínculo empregatício – Decreto-lei nº 5.452, de 1/5/1943 (Título IV, ‘Do Contrato Individual de trabalho’, capítulos V, ‘Da Rescisão’, e VII, ‘Da Estabilidade’). Portanto, a constituição dos direitos sociais no Brasil ocorreu mediante tendências políticas opostas e em conflito, de natureza liberal e socialdemocrata. A Constituição de 1946, Art. 157, inciso XII estabelecia a estabilidade no emprego, ou na exploração rural, e indenização aos trabalhadores despedidos nos casos e condições que a lei estatuir. Já a Constituição de 1967, Art. 157, inciso XIII estabelecia a estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente. Essa lei permitiu a substituição da estabilidade no emprego pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estimulando o aumento da rotatividade da mão de obra.

A eliminação da estabilidade no emprego deu início ao processo de flexibilização da legislação do trabalho no Brasil, dos contratos de trabalho, da rotatividade de mão de obra e permitiu um poder extraordinário aos empregadores – demitir os empregados sem justificar – demissão sem justa causa (RADZINSKI, 2007, p. 25).

A criação do FGTS possibilitou para o empregador, mecanismos de rescisão de contrato que acabaram estimulando a rotatividade de mão de obra. Esse processo de flexibilização da legislação do trabalho e flexibilização da produção foi acentuado a partir dos anos 1990 devido à intensificação da concorrência do capital financeiro internacional, às políticas desregulamentadoras e outros.

A partir dos anos 1950 surgiram iniciativas no MEC de equivalência, entre os cursos profissionais endereçados às classes menos favorecidas e o secundário destinado as classes mais favorecidas. Com o processo de industrialização bastante avançado, o governo Juscelino Kubitschek lançou o plano de metas. Entre elas, a dinamização do ensino profissional para atender as necessidades da indústria. A reforma do ensino industrial de 1959 tinha o propósito de proporcionar condições para o cumprimento desta meta, estreitar as distâncias entre escola e a fábrica.

A organização do mercado de trabalho e inserção social no Brasil via trabalho assalariado formal, regularizada, regulamentada, intermediada e coordenada pelo Estado, levou a uma gradativa regulamentação e estruturação das relações de trabalho. Desde o início da ‘Era Vargas’, é marcada por tendências políticas opostas e conflitantes, resultantes de lutas

políticas, disputas de poder entre diferentes grupos sociais, interesses políticos econômicos opostos, divergentes, irreconciliáveis conforme Marx, entre a classe trabalhadora e o capital. É marcada também, por diferentes contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais; por avanços que beneficiaram a classe trabalhadora, principalmente na ‘Era Vargas’, mediante a constituição do modelo de industrialização via substituição de importações; por estagnações e retrocessos dos direitos trabalhistas, mediante a constituição do modelo de industrialização associado ao capital internacional através de políticas que favoreceram os patrões, a concentração de renda e capital, as desigualdades sociais, acentuando as diferenças de classe e salários e, pela inserção competitiva do Brasil no mercado internacional de 1980 até os dias atuais.

O modelo de industrialização associado ao capital internacional visou tornar a economia brasileira mais competitiva, flexível, dinâmica, associada ao capital financeiro internacional, caracterizado pelos investimentos externos no setor industrial e conseqüente redução dos salários e do aumento do controle dos sindicatos. Essa política possibilitou maior concentração do capital.

Conforme o projeto desenvolvimentista e industrial adotado no período de 1930 a 1960, o Estado brasileiro passou a se interessar pelo ensino técnico, expandindo sua oferta dentro dos padrões tayloristas e fordistas de produção. Essas iniciativas de qualificação profissional da força de trabalho atendiam os interesses de empresas multinacionais que estavam se instalando no Brasil e do próprio Estado que investia na criação e fortalecimento de empresas estatais. O processo de mecanização da agricultura provocou o crescimento do êxodo rural. Na metade da década de 1960, a população urbana já se equiparava a população rural. Esse crescimento do contingente de trabalhadores que foram deslocados do campo para os centros urbanos no país deveriam ter acesso à qualificação profissional para atender às exigências do setor industrial em expansão e dos setores que estavam passando por um processo de modernização no país, inclusive o setor Estatal. O Estado brasileiro passou a desenvolver programas de qualificação aos trabalhadores com baixa escolaridade, com dificuldades de inclusão e integração no mercado de trabalho.

Na metade da década de 1960, a população urbana havia ultrapassado a população rural. Esse período foi marcado por forte êxodo rural e crescente excedente de mão de obra nos grandes centros urbanos. Em um contexto de crescimento do desemprego estrutural e no auge da ditadura militar, o Brasil passou a atender as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), resultantes da Convenção nº 88 que estabelecia a implantação do Sistema Público de Emprego nos países membros. O desenvolvimento da

indústria exigia cada vez mais mão de obra especializada. Diante disso, em 1963, foi criado o Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra (PIPMO). O programa tinha como meta inicial a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais por meio de escolas nas próprias empresas e em cursos volantes.

Os governos militares no Brasil não mediam esforços para investir na imagem de um país que caminhava rumo à industrialização, com destaque para a indústria automobilística, a construção civil e a produção agrícola. Esse processo começou a se desenhar no ano de 1968, quando a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), alcançou a marca de 11,2%, tendo seu pico em 1973 com uma variação de 13%. O aquecimento do mercado mediante a ampliação da linha de crédito bancário ao setor privado, a criação do conselho interministerial para controlar os preços, o controle da inflação, a fixação dos salários dos empregados dos setores públicos e privados integrou o chamado ‘milagre econômico’, combinando crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação.

No período da ditadura militar, especificamente nos anos de 1969 a 1973, durante o chamado ‘milagre econômico’, numa abordagem essencialmente quantitativa do fenômeno do emprego, predominou a visão de que o crescimento econômico era suficiente para atender à demanda da força de trabalho excedente. Durante esse período houve um acentuado investimento de empresas multinacionais no Brasil e elevados investimentos do Estado em empresas estatais. No entanto, esse rápido crescimento da economia brasileira estava baseado na exploração da força de trabalho e repressão aos movimentos sociais que reivindicavam melhores salários. A implantação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento fez a economia crescer, tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de capitais externos. O plano abrangia uma série de investimentos no campo siderúrgico, petroquímico, de transporte e de energia elétrica, além do Programa de Integração Nacional (PIN). O resultado desse projeto foi o aumento da inflação e da dívida externa. O crescimento da economia brasileira durante o referido período beneficiou-se de uma situação econômica mundial com ampla disponibilidade de empréstimos do exterior, bem como do arrocho salarial e a repressão política. Os baixos salários e os recursos estrangeiros garantiam a expansão industrial. Ao mesmo tempo, o controle dos meios de comunicação assegurava a divulgação de índices de crescimento econômico e de inflação manipulados.

A crise do petróleo de 1971 e 1973 e a crise do Welfare State a partir da década de 1970 implicaram numa redefinição e reconfiguração das políticas de emprego. Nesse período, é preciso considerar o contexto da crise mundial nas relações de produção e nas relações de

trabalho, as mudanças que houve no contexto brasileiro com a implantação da intermediação de mão de obra no auge da ditadura militar. Com a crise do petróleo em 1973, o preço do barril quadruplicou, atingindo duramente os países importadores, causando o crescimento da dívida externa do Brasil. Essa conjuntura obrigou o governo a criar o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que tinha o objetivo de retomar o crescimento econômico por meio da expansão da indústria de base e da tentativa de diminuir a dependência em relação aos países fornecedores de petróleo. O governo enfatizava a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção, a fim de conseguir uma sólida infraestrutura econômica para o progresso econômico e industrial. Nesse período, estimularam-se grandes obras no setor da mineração e no setor energético.

Em 1975 com a criação do Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra (PIPMO) vinculado ao Ministério do Trabalho, o Estado passou a executar programas de qualificação, aperfeiçoamento e de especialização. No ano de 1976, constituiu-se o Conselho Federal de Mão de Obra (CFMO), com atribuições para estabelecer normas e diretrizes sobre a política nacional de formação profissional. Diante da incapacidade do Estado de assegurar o crescimento econômico, o crescimento do emprego, a qualificação profissional e a intermediação de mão de obra foram levadas à condição de núcleo central das Políticas Públicas de Emprego.

Inicialmente, o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), estava vinculado ao MEC, manifestando uma tendência à universalização. Com a criação do Sistema de intermediação de mão de obra, o programa foi transferido para o Ministério do Trabalho. A desvinculação com o Ministério da Educação veio acompanhada da criação da Lei nº 6.297/75, que concedia incentivos fiscais para empresas que desenvolvessem projetos de formação profissional, favorecendo suas iniciativas, institucionalizando o discurso da qualificação como mecanismo de controle social.

Segundo Krüger (2006, p. 71), essa lei permitia a dedução do lucro tributável para fins de imposto de renda, do dobro das despesas realizadas com projetos de preparação para o trabalho, por meio de aprendizagem metódica e da especialização técnica em todos os níveis. Essa lei só veio ser revogada em 1990, após denúncias de corrupção, sonegação de impostos, especificamente do imposto de renda que não era aplicado em projetos de qualificação profissional, desviados como capital de giro, utilizado na aquisição de equipamentos destinados à produção.

O serviço da intermediação visava ajudar alocar mão de obra desocupada no setor formal da economia, buscando tanto recolocar os desempregados num novo posto de trabalho

como ajudar os jovens a encontrar o seu primeiro emprego. O decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975 estabeleceu as seguintes linhas de ação: Implantação de serviços e Agências de colocação em todo o país, necessários à organização do mercado de trabalho, como também, a prestação de informações ao mercado consumidor de mão de obra sobre a disponibilidade de recursos humanos – Intermediação de mão de obra; Propiciar informação e orientação aos trabalhadores quanto à escolha de emprego e identificar os trabalhadores por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – Orientação profissional e emissão de CTPS; Prestar informações ao conjunto de empregadores sobre a disponibilidade de recursos humanos; Organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho – Geração de informações sobre o mercado de trabalho; Apresentar alternativas mais favoráveis à absorção da força de trabalho disponível, especialmente para o caso de projetos prioritários de desenvolvimento e o progresso de experiência que favorecem a utilização intensiva da força de trabalho potencial – Geração de Emprego e Renda; Fornecer subsídios à educação e ao sistema de formação de mão de obra para a elaboração de suas programações e estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis – orientação, capacitação e qualificação profissional.

O Sistema Público de Emprego no Brasil, no início de sua implantação foi marcado pela sua expansão (1975 a 1982), descontinuidade das políticas (1983 a 1992) e reconfiguração a partir da Constituição Federal de 1988, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). A partir de 1981, em meio à crise fiscal, os recursos federais foram reduzidos a 50% do custo total do programa.

A descontinuidade administrativa e a interferência política dos governos estaduais, num contexto de ausência de diretrizes precisas e coerentes emanadas pelo Ministério do Trabalho, trouxeram resultados muito heterogêneos para a intermediação nos vários Estados da Federação (CACCIAMALI et al, 1988).

No período de 1979 a 1985, o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, estabeleceu o 3º Plano Nacional de Desenvolvimento que apresentava como metas prioritárias o crescimento de renda e do emprego, equilíbrio do balanço de pagamentos, controle da dívida externa, combate à inflação e desenvolvimento de novas fontes de energia. Dos vários objetivos planejados, um dos que o governo levou avante foi a substituição progressiva da energia importada por energia nacional. Contudo, a maioria dos objetivos planejados esteve longe de serem alcançados. A permanência da crise econômica mundial trouxe dificuldades para a economia brasileira, como a resistência dos bancos internacionais em conceder novos empréstimos, o aumento da dívida externa, a diminuição dos investimentos públicos em obras

de infraestrutura e a redução de créditos para o setor privado. A redução da atividade econômica causou o aumento do desemprego e do custo de vida, redução dos investimentos públicos nos setores essenciais, como saúde e educação. Apesar do crescimento econômico, o problema do desemprego continuou se agravando ainda mais. A distribuição de renda ocorreu de maneira desigual, tornando-se ainda mais concentrada nas mãos de uma minoria. O ‘milagre econômico’ favoreceu a classe dominante bem remunerada e ansiosa para consumir.

A repressão da ditadura sobre os movimentos sociais, as entidades de representação dos trabalhadores, os sindicatos, os partidos políticos de oposição, as organizações não governamentais e as entidades religiosas, reforçavam o poder desproporcional dos empresários sobre os trabalhadores e retirava a construção de relações de trabalho mais democráticas. A criação do SINE coincide com o fim do chamado ‘milagre econômico’.

Diante da incapacidade do Estado de assegurar o crescimento econômico, o crescimento do emprego, a qualificação profissional e a intermediação de mão de obra foram levadas à condição de núcleo central das Políticas Públicas de Emprego no Brasil.

O programa do Seguro Desemprego foi implantado no Brasil em 1986, quando o mercado de trabalho nas principais metrópoles deixava de mostrar vitalidade para absorver a oferta de mão de obra. Por outro lado, criou as bases sólidas para a consolidação dos demais programas que compõem o Sistema Público de Emprego, estabeleceu as bases para a proteção contra a perda de renda do trabalhador e políticas que permitam sua reinserção em nova ocupação por meio da intermediação e programas de qualificação profissional.

Desde a Constituição de 1988, houve uma descentralização das Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil, principalmente após a implantação do PNQ, integrado as outras políticas sociais, inclusive as políticas de governo, buscando promover maior inserção social, redução dos índices de desemprego e da desigualdade social. A participação de diferentes atores nos Conselhos Estaduais e Municipais do Trabalho revela a utilização desse espaço estratégico junto aos trabalhadores. Esta descentralização das ações e integração com outras políticas de inserção explicam-se, em parte, devido o caminho construído no processo de redemocratização do país e consolidado na Constituição de 1988 e que passamos a analisar, mais especificamente.

A partir da Constituição de 1988 houve mudanças significativas em relação às ações das Políticas Públicas de Emprego, particularmente no que se refere ao programa de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional, principalmente, mediante a criação do FAT e do CODEFAT. Portanto, a Constituição de 1988 estabeleceu a descentralização política e administrativa como princípio organizativo das políticas sociais,

cabendo aos municípios a execução dos programas e serviços. A descentralização representou um avanço no desenvolvimento das políticas sociais e fortalecimento do poder local, abrindo caminho para um crescente e generalizado processo de municipalização das políticas públicas.

O debate sobre Políticas Públicas de Emprego, seguridade social, saúde, educação e habitação, manifesto na Constituição de 1988, também foi marcado pela abertura democrática. No entanto as mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho, a partir dos anos 1990, provocaram impactos no Sistema Público de Emprego, levando-o à reestruturação. Houve uma retomada na discussão sobre a valorização do Sistema Nacional de Emprego (SINE) como instrumento de política de emprego, porém não foi estabelecida uma estratégia de médio e longo prazos. Conforme dados do Ministério do Trabalho (2010), praticamente 50% das vagas oferecidas pelas empresas no Sistema Público de Emprego, respondiam a uma estratégia de substituição dos trabalhadores para reduzir a folha de pagamento.

A falta de articulação entre os programas existentes revelou uma situação de relativa folga de recursos associado à ausência de uma estratégia estruturante. O Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) decidiu que os recursos do FAT que excedessem a reserva mínima de liquidez que garantisse o pagamento do Seguro Desemprego e do abono salarial, poderiam ser aplicados em projetos de geração de emprego e renda. Outros programas foram criados como o Proger Urbano e Rural (1994); o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995); o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais (1998) e o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (2007). Paralelamente, formula-se um Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR).

Acompanhemos a seguir as ações de educação e qualificação profissional desenvolvidas desde o início do processo de industrialização e modernização do Brasil até o ano de 2010, sistematizadas na revista Tecnologias para Competitividade Industrial (E-Tech), cujo objetivo é divulgar estudos e pesquisas multidisciplinares em educação profissional e tecnologia, inovação e tecnologias industriais e gestão industrial. É uma publicação semestral do SENAI/SC, editada pela faculdade de tecnologia do SENAI, Florianópolis/SC, integra o programa SENAI/SC inovação.

QUADRO 1 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de Mão de obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE). A partir da Constituição Federal de 1988 houve mudanças significativas em relação às ações das Políticas Públicas de Emprego, mediante a criação do FAT e do CODEFAT. A proposta de criação do FAT foi originalmente assegurada no Artigo 239, posteriormente regulamentada por intermédio da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador foi criado por meio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. A criação do FAT e CODEFAT, nos anos 1990, consolidou o Sistema Público de Emprego no Brasil.
1995 a 2003	Criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) tinha como estratégia a qualificação em massa da força de trabalho. O plano de qualificação em massa levava em consideração alguns aspectos históricos da educação Profissional no Brasil. O PLANFOR foi uma política social dirigida aos trabalhadores de baixa escolaridade e renda, implantado no contexto das mudanças do Mundo do Trabalho, das transformações produtivas, do crescimento do desemprego e das atividades informais, na ordem econômica social globalizada.
2003 a 2010	As ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais). O objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Os Projetos Especiais, por sua vez, destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. Juntos, os Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais constituem o Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Fonte: Tecnológicas para Competitividade Industrial (E-Tech), volume 1, nº 1, p. 77-86, 1º semestre, Florianópolis: 2008.
Reelaboração: RADZINSKI, Vilmar, 2012.

O **Quadro 1** apresenta uma síntese do histórico da educação profissional no Brasil, atrelada ao processo de industrialização e modernização que teve início no final da primeira

década do século XX e passou a ser vista como essencial para a inserção no mercado de trabalho, a partir dos anos 1990 e início do século XXI.

A criação do FAT e CODEFAT, no início dos anos 1990, fortaleceu a atuação do Estado no campo da qualificação profissional dos trabalhadores, nos últimos anos. Nessa trajetória histórica, o Estado ocupou um papel central. Entretanto, os pressupostos e as hipóteses que orientam esta pesquisa, no que se refere aos anos que precederam o período estudado, evidenciam que o predomínio da política neoliberal, alterou a forma de intervenção do Estado nas relações Capital Trabalho, afetando o Sistema Público de Emprego. Acompanhemos a seguir as políticas de Trabalho, Emprego e Renda adotadas a partir dos anos 1990.

1.2 As políticas de Trabalho, Emprego e Renda adotadas no Brasil nos anos 1990.

As mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho a partir dos anos 1990, no Brasil, acentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados de trabalhadores. É nesse contexto que o discurso da qualificação profissional passou a ser difundido, tanto no grupo central de trabalhadores, financiado pelos próprios trabalhadores, por conta própria, sobre responsabilidade e iniciativa individual, quanto no grupo secundário, subsidiada com recursos do FAT, mediante política estatal.

Conforme Harvey (1992), a forte volatilidade do mercado de trabalho, o aumento da competição e estreitamento das margens de lucro nos anos 1960 e 1970, fez o mercado de trabalho passar por uma radical reestruturação, composta por três grupos de trabalhadores: o grupo central, obtendo maior segurança no emprego, boas expectativas de promoção e reciclagem; o grupo secundário, subdividido em dois grupos, o primeiro, em tempo integral, o segundo, inclui empregados em tempo parcial, casuais, com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público. Compreende-se que o crescimento do desemprego estrutural e conjuntural teve maior impacto no grupo secundário de trabalhadores, desprivilegiados, desprotegidos legalmente pela legislação do trabalho, mais suscetíveis ao trabalho precário e de baixa remuneração. A política neoliberal difunde-se entre os atores envolvidos: empregadores, trabalhadores e Estado. Os empregadores para manterem-se no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, seletivo e excludente, são levados a reduzir custos com a mão de obra, informatizando o sistema produtivo, flexibilizando a legislação do trabalho e a produção.

O processo de flexibilidade produtiva e das relações de trabalho passou a exigir outras atitudes dos atores envolvidos. Para os trabalhadores representou maior exploração, menos liberdade, maior controle em suas atividades e uma nova forma de submissão real do trabalho ao capital. Para os empregadores, passaram a exigir maior intensificação da concorrência, fusões, aquisições de empresas menores pelas empresas maiores, informatização do sistema produtivo no intuito de reduzir os custos da mão de obra e produção, maior controle sob a atividade laboral e a instalação da produção em rede conforme tese defendida por Castells (1999), buscando sempre aumentar a produtividade e a competitividade.

Conforme Langer (2006, p. 240), o discurso neoliberal difundiu-se sob a falácia de que a existência do desemprego se deve à inadequação do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho. O caráter conservador e disciplinador do mito da qualificação profissional como solucionador do problema do desemprego se volta, principalmente contra os jovens como forma de pressão e de exclusão social, colocando-os à margem da sociedade, retirando-lhes as reais perspectivas de futuro.

Cada trabalhador preocupado deve arcar com duas cargas: primeiro, a de saber que é responsável por sua inclusão/exclusão no mercado; segundo, a de que deve carregar sozinho esse peso. Há, em tal processo, uma desresponsabilização das instâncias públicas ou da sociedade. No máximo, há políticas que se ocupam com a capacitação desses trabalhadores (LANGER, 2006, p. 248).

O trabalhador é ator da tarefa de se manter competitivo no mercado de trabalho, responsabilizado pela sua inserção ou exclusão, disciplinado pelas leis do mercado de trabalho e pelas próprias políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda, desenvolvidas pelo Estado.

O Estado brasileiro no período pós 1990 atende em vários aspectos à lógica neoliberal, mediante a realização da abertura econômica, intensificando a concorrência e financiando o capital. E, ao oferecer qualificação aos trabalhadores, reproduz a lógica neoliberal favorecendo o capital, levando-os a aceitarem baixos salários e trabalho precário. A qualificação, enquanto capital exclusivo do trabalhador sob sua própria iniciativa e prerrogativa, faz com que ele assuma a condição de empregabilidade, de estar ou não desempregado. A falta de iniciativa é vista como incapacidade do trabalhador manter-se competitivo, serve para rotulá-lo de incapaz, incompetente, inapto, sem habilidades para manter-se no mercado de trabalho, desconsiderando a possível não empregabilidade de todos os trabalhadores, conforme tese defendida por Castel e Gorz.

No entanto, podemos colocar em dúvida se o que se assiste é mesmo a retirada do Estado do cenário socioeconômico, preconizada pela política neoliberal, ou apenas um

rearranjo de forças que permitam a legitimação da continuidade da acumulação do capital. No lugar dos interesses opostos existentes nas relações Capital e Trabalho, das tensões sociais e dos conflitos de classe, difunde-se a perspectiva de uma possível cooperação entre Capital e Trabalho, mediante a busca de alternativas coletivas ao problema do desemprego que podem estar sendo representadas nas ações de políticas públicas sob o pretexto de inserção social.

O capital financeiro internacional aliado ao progresso científico e tecnológico provoca o crescimento do desemprego e acentua a pobreza e desigualdade social. As relações capital, Estado e trabalho são alteradas. Há uma reconfiguração dos papéis dos atores envolvidos, sendo altamente prejudicial aos trabalhadores que entram em contato com as recentes formas de gestão da produção e controle do processo de trabalho. A lógica da exploração capitalista não é alterada, apenas redesenhada na renovação das condições necessárias à reprodução do capital e subsunção do trabalho.

A inserção subordinada do Brasil acompanhada pelo predomínio da política neoliberal a partir dos anos 1990 intensificou as exigências de qualificação, competitividade, adoção de novas estratégias motivacionais e comportamentais, envolvimento dos trabalhadores com os objetivos das empresas. As novas estratégias gerenciais desenvolveram-se sob um controle mais forte junto aos trabalhadores no processo de trabalho.

Vivenciou-se no Brasil nos anos 1990, um debate público tensionado pelas conquistas sociais e políticas da década de 1980, de um lado, e pelas novas exigências do mercado, vindas à tona na virada à década seguinte, de outro. A partir da crise do modelo de produção taylorista-fordista e constituição de um novo paradigma produtivo, denominado por Harvey (1992), de ‘produção flexível’, caracterizado pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na produção e significativas mudanças no campo das relações de trabalho, a noção de competência ganhou relevância frente à noção de qualificação.

As Políticas Públicas de Emprego formuladas a partir do início da década de 1990 resultaram de um processo contraditório, marcado tanto por um claro esforço de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, como por um diverso e difuso movimento por parte da sociedade civil organizada, visando ampliar a participação quanto à formulação e gestão das políticas públicas com a constituição do FAT e CODEFAT.

A aposta do governo FHC, sobretudo depois do lançamento do real, baseava-se na crença de que o capital estrangeiro se encarregaria de promover o desenvolvimento do país e seria suficiente para desencadear uma onda modernizadora da sociedade brasileira. As Políticas Públicas de Emprego atribuíram as causas do desemprego e da precária situação do

trabalho no Brasil à baixa qualificação profissional dos trabalhadores e à suposta rigidez das normas de contratação, uso e remuneração do trabalho.

Ao fazer um balanço da reforma trabalhista no governo FHC e avaliar a efetividade das diferentes modalidades de flexibilização das relações de trabalho no Brasil, Krein (2003, p. 279-322), conclui que, o contrato por tempo determinado, as cooperativas de trabalho, a possibilidade de demissão sem justa causa, o banco de horas, o trabalho aos domingos, a participação nos lucros e resultados, as comissões de conciliação prévia, entre outras medidas, tiveram pouca efetividade no que se refere à diminuição do desemprego e à formalização do vínculo empregatício. Ao contrário, pode-se dizer que a flexibilização tornou ainda mais precário o mercado de trabalho brasileiro, já que contribuiu para o aumento do número de trabalhadores sem registro em carteira e para a redução do rendimento médio dos assalariados. O rumo ou a opção tomada pelas autoridades governamentais foi marcado pela inserção subordinada do Brasil ao mercado financeiro nacional e internacional, pela séria desnacionalização da produção e dos serviços e pelo desmonte do Estado provocando consequências profundas na segurança pública, nas áreas de saúde e saneamento público, de educação, de habitação e dos transportes urbanos de massa e outros.

Segundo Krüger (2006), a correlação de forças entre os atores envolvidos nos colegiados tripartites, no SPE, cuja lógica é a busca do consenso entre Capital e Trabalho, pode ser caracterizada como desigual, pois o avanço coletivo dos trabalhadores se torna questionável, suas organizações premidas pelas investidas do capital contra o trabalho, encontram dificuldades extremas de resistência. Portanto, o projeto de qualificação profissional concebido no governo FHC, sob a orientação das agências financeiras internacionais e no bojo da reforma do Estado brasileiro, operacionalizado por meio de parcerias, especialmente com o setor privado empresarial, minimizou a atuação do Estado nesta política social, inserindo-se na lógica geral que presidiu a reforma da educação, naquele momento.

As políticas sociais de proteção, capazes de beneficiar os pobres, buscando diminuir os riscos da exclusão social, mobilizaram as agências internacionais como o Banco Mundial, a OCDE, a UNESCO e o BID que passaram a organizar, sugerir ou financiar políticas sociais de combate à pobreza. A flexibilização das relações de trabalho, reestruturação produtiva, redução do custo do trabalho e combate à pobreza e exclusão social seguiam os interesses do sistema econômico capitalista e da ideologia neoliberal. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (1997), nos anos 1990 a população Economicamente Ativa (PEA) no Brasil,

compreendendo cerca de 79,3 milhões de pessoas, apresentava aproximadamente 8,6 milhões de desempregados, cerca de 10% da totalidade.

As principais alterações trabalhistas adotadas no governo FHC no período de 1994 a 1998 e suas iniciativas, trouxeram implicações para as questões centrais analisadas na presente tese, principalmente no que se refere à qualificação, ao crescimento do desemprego, a flexibilização da produção e desregulamentação da legislação do trabalho, entre outros.

Conforme Krein (2001), as novas medidas se voltaram contra os direitos dos trabalhadores e sua organização sindical, a política salarial, a atuação do Ministério do Trabalho e a ação sindical no setor público. Ambas contemplavam a reorganização e reestruturação do sistema econômico capitalista em sua fase de 'acumulação flexível'. As principais medidas adotadas sobre a legislação trabalhista estavam relacionadas às novas estratégias organizacionais adotadas no 'chão de fábrica', especificamente a distribuição de benefícios da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e o Banco de Horas, favorecendo os empregadores, garantindo maior flexibilidade da legislação do trabalho, facilitando a reorganização da produção.

Conforme dados do MTE (1995), no decorrer dos anos 1990 foram eliminados cerca de 20,8% dos empregos em estabelecimentos industriais e mais de 20% do emprego assalariado rural. O aumento total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e que trabalhavam por conta própria subiu entre 1989 e 1999, de 18,4% para 46,7%, enquanto o número de pessoas ocupadas aumentou apenas em 11,5%, passando de 60,6 milhões para 67,6 milhões, num ritmo médio anual de 1,1%. A absorção, por ano, de trabalhadores foi cerca de 700 mil, aproximadamente metade do aumento anual da população ativa que crescia anualmente em torno de 2%. Ainda nesse período, o desemprego aberto passou de menos de 5% para 10,4% da PEA e o número de desempregados aumentou cerca de 3 milhões para 8 milhões. Paralelamente, postos de trabalho que não exigiam qualificação passaram a ceder lugar para os que possuíam o ensino fundamental completo ou o ensino médio. As ações do PLANFOR promoviam a qualificação dos trabalhadores visando o exercício de ocupações tradicionais, aquelas que exigiam pouca escolaridade ou para o mercado informal.

Conforme Oliveira (Org.) (2006, p. 22-23), os vários sujeitos envolvidos na problemática da qualificação profissional atuam sobre diferentes perspectivas. A perspectiva da resposta técnica suscita a necessidade de se estabelecer procedimentos eficazes tanto de identificação e formulação das demandas socialmente dadas, como de concepções e elaboração dos tipos e condições de oferta de programas de qualificação profissional. A perspectiva do ganho privado refere-se a uma expectativa de obtenção de renda ou lucro por

instituições privadas, empresas do setor educacional embora ‘sem fins lucrativos’, mas com o propósito de gerar renda para os seus membros. Tal perspectiva foi favorecida pela onda de privatização que atingiu o país nos anos 1990, com impactos importantes na educação e pelo discurso da empregabilidade que, com a crise do emprego, motivou uma corrida aos cursos de qualificação e também pelo modelo de política pública de qualificação profissional, mediante o investimento de vultosos recursos públicos em programas executados por instituições conveniadas pelo PLANFOR. A perspectiva da resposta política ao desemprego se utiliza das possibilidades das políticas públicas de qualificação como um recurso de enfrentamento da problemática da crise do emprego, estimulada pela repercussão pública que o debate nacional e mundial sobre qualificação profissional teve, sobretudo nos anos 1990 e com a conversão de parte dos recursos do FAT para financiar uma política pública nacional de qualificação profissional, o PLANFOR e PNQ.

Compreende-se que as políticas liberais de emprego desconsideram a questão social, simplificam as questões do trabalho, naturalizam o problema do desemprego considerando-o como temporário, conjuntural, estrutural, individual, resultante das imperfeições e desequilíbrios do mercado de trabalho. Tais políticas não consideram o desemprego como sendo resultante de questões políticas, econômicas e sociais, não relacionam o problema do desemprego com o contexto histórico atual e sua nova fase de acumulação.

O discurso ideológico das políticas liberais de emprego oculta a realidade social, distorce os fatos, desconsidera as relações dos grupos de poder econômico, político e cultural, porque atribui aos trabalhadores as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, responsabilizando-os quanto à condição de estarem ou não empregados, considera as dificuldades de incorporação social como resultantes da insuficiência de atributos individuais dos trabalhadores e que não derivam do funcionamento do sistema econômico capitalista excludente, desigual e contraditório.

1.3 As Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil após a criação dos PEQs.

Conforme a resolução do CODEFAT nº 126/1996, a execução dos PEQ's seria feita por convênios plurianuais firmados entre o MTE/Sefor e as Secretarias de Trabalho ou suas similares de cada Estado. Cabem a essas secretarias a elaboração e coordenação dos planos, devendo estes seguir a orientação global do PLANFOR e ter a aprovação das Comissões Estaduais de Emprego. O público alvo do programa era composto pelos beneficiários do Seguro Desemprego, beneficiários dos programas de geração de emprego e renda,

trabalhadores desempregados e com risco de perda do emprego, trabalhadores autônomos e micro produtores do setor informal e segmentos populacionais em desvantagem social, do meio urbano ou rural, com maior atenção para adolescentes, jovens, mulheres e idosos.

A criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), entre 1995 a 2003, vinculado ao Seguro Desemprego, tinha como estratégia a qualificação em massa da força de trabalho. Em outras palavras, o ensino profissional seria estendido a todos os trabalhadores que não tiveram acesso a ele, àqueles que foram excluídos do mercado de trabalho ou encontravam-se em vias de exclusão. Esse plano de qualificação em massa levava em consideração alguns aspectos históricos da educação profissional no Brasil, pois, se direcionava aos trabalhadores excluídos ou em processo de exclusão social, aos ‘desqualificados’, expulsos do campo, integrantes da classe trabalhadora operária dos grandes centros urbanos e industriais, público prioritário das ações compensatórias do Estado que procurava adequar a qualificação desses trabalhadores às funções reservadas pela determinação da nova divisão internacional do trabalho, atendendo às necessidades do sistema produtivo. As mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho exigem dos trabalhadores uma readequação das demandas de qualificação ao setor produtivo que, na maioria das vezes, são subsidiadas pelo Estado, que ao oferecer qualificação profissional aos trabalhadores colabora com o sistema readequando-os às exigências do capitalismo, enquadrando-os às diversificadas formas de obtenção da mais-valia. No entanto, o processo de ‘acumulação flexível’ no Brasil ocorreu mediante a maior flexibilidade dos direitos trabalhistas, a flexibilização da produção, redução da intervenção do Estado nas relações Capital Trabalho e das novas exigências do mercado de trabalho sobre os trabalhadores.

Os conceitos de eficiência e competência foram disseminados para orientar disciplinarmente a conduta dos trabalhadores na sua vida profissional e pessoal. Nesse contexto, o Estado também se inscreve como ator, com a responsabilidade de criar possibilidades de políticas públicas que atendam esta racionalidade. A formação profissional endereçada aos trabalhadores sem ocupação ou em vias de perder o emprego, passa a atender os interesses do setor privado, possibilitando oportunidades vantajosas para as empresas do ramo da educação profissional, além de permitir aos empregadores a possibilidade de fazerem maiores exigências em relação à qualificação dos trabalhadores, reduzindo seus salários, intensificando o ritmo de trabalho, aumentando seus lucros, e reduzindo o quadro de trabalhadores quando necessário.

Enquanto a noção de qualificação surgiu referenciada no paradigma fordista de produção, a noção de competência derivou da sua crise e substituição por um novo

paradigma, o da ‘produção flexível’. O conceito de competência realça o aspecto individual, subjetivo, motivacional, centrado na capacidade do trabalhador em colaborar criativa e comprometidamente com a empresa no seu desafio de enfrentar eficientemente a crescente competitividade do mercado. A competência associa-se às noções de desempenho e de eficiência. Porém, nos domínios das referidas esferas o mesmo conceito possui sentidos e conotações diferentes. A noção de competência impõe novas exigências de conhecimentos aos trabalhadores que devem se preparar inclusive para mudar de profissão, várias vezes ao longo da vida. As assim chamadas competências juntamente com a denominada empregabilidade, formam a ideologia da ‘acumulação flexível’ fundada nos princípios e nexos organizacionais do toyotismo que é a forma de ser hegemônica da produção do capital no contexto da mundialização.

O conceito de competências contempla a organização do trabalho flexível, que não permite mais que o trabalhador seja qualificado de forma adestrada para o cumprimento de tarefas prescritas como ocorria sob o fordismo, em que as tarefas eram previamente descritas e codificadas pela gerência. Além disso, tal conceito cria a ilusão de que haveriam ganhos para os trabalhadores, pois ao contrário do que acontecia antes, o adestramento daria lugar ao trabalho comunicativo e interativo, elevando o grau de subjetividade dos trabalhadores ao exigir níveis mais elevados de abstração, criatividade, dinamismo, comunicação, entre outros.

O conceito de empregabilidade recupera a concepção individualista da teoria do capital humano desconsiderando o fato de que o desenvolvimento econômico atualmente não depende de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva. Essa ideologia norteou a concepção de qualificação profissional do PLANFOR, voltada para o desenvolvimento de competências adequadas para garantir a empregabilidade dos trabalhadores, assim como a elevação de seus salários e rendimentos. O discurso da empregabilidade difunde a ideia de que a ascensão social do indivíduo depende da sua qualificação profissional, ocultando o fato de que, na atual fase de desenvolvimento do sistema econômico capitalista, o capital não depende da integração de todos os trabalhadores à vida produtiva. Atualmente, as economias podem crescer e se desenvolver com uma elevada taxa de desemprego. As causas do desemprego produzidas socialmente são ocultadas e atribuídas aos indivíduos. Estes são responsabilizados pela sua exclusão, inserção ou permanência no mercado de trabalho.

O PLANFOR foi concebido a partir de três ideias força: as noções de competência, empregabilidade e parceria. No que diz respeito à concepção de qualificação, sobressaiu no âmbito do PLANFOR a noção de competência. Além do ‘saber fazer’, para o qual os trabalhadores eram preparados no âmbito do paradigma fordista de qualificação, a esse

deveria ser acrescido o ‘saber ser’ e o ‘saber aprender’, conforme o paradigma da ‘produção flexível’. O problema do desemprego foi formulado não como uma questão social, mas como uma questão de natureza técnico-administrativa, remetida ao plano individual, cabendo ao trabalhador individualmente através da requalificação profissional, adequar-se às exigências do mercado e, com isso tornar-se empregável. Tal concepção adquiriu concretude institucional, organizacional e operacional através da ideia de parceria. Competência, empregabilidade e parceria, mostraram-se com a experiência do PLANFOR, elementos plenamente combináveis, sobre certa perspectiva. O Estado dá resposta ao desemprego, oferecendo cursos de qualificação. No entanto os indivíduos pouco escolarizados e subempregados ou desempregados dificilmente conseguirão situar-se consistentemente no mercado. Além disso, tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado nada resultou, então a responsabilidade não é social, mas individual.

Segundo Oliveira (Org.) (2006, p. 24), a visão liberal, clientelista e republicana de qualificação disputam entre si e se interinfluenciam mutuamente, configurando na prática, combinações complexas e contraditórias. A visão liberal tem apostado prioritariamente em noções como empregabilidade, competência e parceria. Tais noções transferem a responsabilidade do Estado para os indivíduos e caracterizam-se como políticas de caráter compensatório. A visão clientelista se utiliza do acesso privilegiado aos gestores das políticas públicas com o fim de beneficiar-se como executor, conselheiro, cursista ou como gestor. A visão republicana toma a qualificação profissional sob a perspectiva dos direitos sociais, do conflito e da contratação social, situa-se sob uma percepção crítica em relação às visões liberal e clientelista. O viés tecnicista ao apresentar uma relação direta com as exigências trazidas com as inovações técnico-organizacionais nos sistemas produtivos, evidencia uma correspondência técnica entre as ações de qualificação e as necessidades do sistema produtivo e/ou das políticas públicas de desenvolvimento local, regional, nacional, global e/ou das oportunidades de trabalho autônomo.

As Políticas Públicas de Emprego no Brasil foram implantadas num contexto desfavorável da economia, crescimento do desemprego decorrente da desestruturação produtiva, reestruturação produtiva, flexibilização da produção e legislação do trabalho, predomínio das políticas neoliberais, marcadas por avanços e retrocessos, dilemas e contradições, configurando-se num campo de disputa, onde os atores envolvidos com os mais variados interesses medem forças, disputam espaço, lutam por posições de maneira individualizada, coletiva ou institucional, procurando cada qual resguardar seus interesses.

Na avaliação dos resultados do PLANFOR predominaram os aspectos quantitativos sobre os qualitativos, os investimentos aplicados sobre os resultados efetivos, o número de inscritos, o público alvo, a PEA, sobre a qualificação real oferecida aos trabalhadores encaminhados e alocados no mercado de trabalho. Os resultados da qualificação profissional revelaram-se ineficazes. Nessa avaliação foram contemplados os valores investidos, os custos relacionados com os orçamentos previstos, o cumprimento de datas, prazos e metas, o desempenho das executoras, a obtenção de resultados, visando uma utilização racional dos recursos disponíveis, priorizando a avaliação dos processos administrativos muito mais que os resultados sociais. A eficácia e a efetividade social da qualificação profissional para os trabalhadores e seu encaminhamento ao mercado de trabalho ficaram em segundo plano. A representação dos trabalhadores excluídos ou em vias de exclusão do mercado de trabalho ficou atrelada aos interesses da iniciativa privada, dos gestores das PPE, das ONGs, centrais sindicais, e do próprio Estado. A avaliação e monitoramento na gestão de programas sociais também se tornou uma atividade lucrativa, tanto para a iniciativa privada quanto para o próprio Estado.

Percebe-se que a avaliação das Políticas Públicas de Emprego adotadas no governo FHC foi realizada segundo uma interpretação positiva dos dados sobre a qualificação profissional. Tal avaliação ocorreu num campo de disputas onde existiam interesses divergentes e relações de poder, tendendo peculiarmente para as expectativas do Ministério do Trabalho, dos gestores, das entidades executoras, do sistema de parcerias e da própria SEFOR. Na avaliação do PLANFOR e sua efetividade como Política Pública de Emprego priorizou-se as questões administrativas, gerenciais, burocráticas, relativas ao seu planejamento, deixando-as em primeiro plano, enquanto os efeitos do programa para os trabalhadores treinados ou seu desempenho que deveriam ser o foco central das PPE ficaram em segundo plano. Os dados sobre a administração do programa diferem dos seus objetivos, não contribuindo assim para redução do desemprego e subemprego da PEA.

A supervalorização nas avaliações da ação do PLANFOR, mostrando ser mais bem sucedido do que realmente foi na prática pode ser observada através dos indicadores de desemprego, não havendo uma redução após quase 8 anos do programa. O que se vê ao final do mandato de FHC foi um crescimento do desemprego e do trabalho precário. Os dados demonstram que a política de qualificação profissional não apresentou resultados satisfatórios, principalmente no que se refere à obtenção de Trabalho, Emprego e Renda.

Ao seguir as diretrizes do PLANFOR e regulamentação do CODEFAT, a SERT/PR, elaborava o planejamento das ações de qualificação para todo o Estado, definia a aplicação

dos recursos nas regiões e municípios do Estado, determinava os critérios e selecionava as entidades executoras das ações de qualificação. Os municípios deveriam se adequar às determinações da SERT/CFP, aos recursos disponibilizados e aos critérios de seleção das executoras. Em relação às questões locais, muitos cursos oferecidos contemplavam as exigências do mercado de trabalho e empregadores, as demandas de mão de obra qualificada em determinados setores econômicos, os interesses de organizações coletivas e outros. Em relação à qualificação, as determinações do CODEFAT reativaram a responsabilidade social das entidades públicas estatais, universidades, Cefet, Emater, Sistema S e dos sindicatos de várias categorias dos trabalhadores.

Entre 1995 e 2000, o PLANFOR/PEQ qualificou 10 milhões de trabalhadores. No entanto, Pochmann (2001, p. 171) afirma que nesse período o desemprego cresceu de 4,5 milhões de trabalhadores para 7,6 milhões. O Estado do Paraná acumulou entre 1995 a 1999 um estoque de investimentos de aproximadamente US\$ 29 bilhões em projetos industriais e obras de infraestrutura. Conforme os indicadores do desempenho industrial e do emprego paranaense, com base nas pesquisas da Federação das Indústrias do Paraná (FIEPR), nos anos 1996 a 1998, o aumento do faturamento real da indústria foi de 47,75% e do emprego de 8,5% em relação ao início da década.

A partir das metas de recursos e de cursistas determinadas pela Coordenação de Formação Profissional, os Conselhos Municipais do Trabalho (CMTs) faziam o levantamento da demanda dos cursos de qualificação segundo a demanda social e do mercado de trabalho. As planilhas dos cursos do PEQ não seguiam uma determinação técnica sobre a demanda, na maioria das vezes era realizada com base no ano anterior, ficando condicionada ao volume de recursos e sua liberação. Nesse sentido, a discussão no âmbito regional restringia-se à administração de valores financeiros e do número de cursistas. O conhecimento e discussão sobre o conteúdo dos cursos ficavam em segundo plano. Primeiramente, fazia-se um levantamento de qual segmento econômico no momento na região estavam em alta, e assim privilegiavam-se cursos voltados a estes ramos e atividades ocupacionais. Outra questão se refere à certificação dos trabalhadores.

Apesar da resolução do CODEFAT delimitar o volume de recursos, o número de cursistas, o público alvo conforme a PEA, o discurso dos chefes regionais da SERT continuou sendo empregabilidade, empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, vocação e potencial do município. Por outro lado, ocorriam solicitações do SINE e de autoridades governamentais de cursos existentes nas listagens das executoras orientadas para as necessidades dos trabalhadores, patrões e poder público.

O que pesava na hora da definição dos cursos de qualificação quando a seleção das executoras não se dava por meio de licitação era o poder de argumentação e a defesa de interesses entre as entidades executoras e a SERT, entre os representantes das distintas bancadas nos Conselhos do Trabalho. A desigualdade representativa desvirtuava o caráter democrático das PPE. Os interesses dos trabalhadores ficavam subordinados aos interesses das executoras e da própria SERT, girando em torno dos investimentos realizados, dos cursos que as entidades tinham a oferecer, da negociação financeira dos contratos e prazos. A definição dos cursos de qualificação resultava de disputas internas de poder e representação dos atores envolvidos: de empresas, quando haviam interesses específicos de qualificação de trabalhadores, solicitando a realização de determinados cursos pela SERT; de centrais sindicais e sindicatos que defendiam determinadas categorias de trabalhadores; do Estado que realizava o controle dos conflitos sociais e das executoras que negociavam a execução dos cursos como mercadorias oferecidas aos trabalhadores.

Conforme Souza (2002, p. 119), a SERT estadual juntamente com a Coordenadoria de Formação Profissional (CFP), solicitavam aos Conselhos Municipais do Trabalho a planilha geral das demandas dos cursos para a região, sugerindo de antemão as executoras e os títulos dos cursos com base no ano anterior. Os Conselhos Municipais do Trabalho relacionavam os cursos e os enviavam à regional da SERT. As executoras reunidas com a regional da SERT apontavam o que poderiam realizar e iniciavam a negociação. A regional da SERT enviava a planilha dos cursos para a SERT estadual e a CFP para equilibrar as demandas ao orçamento dessa última. A SERT estadual e a CFP elaboravam a listagem final das ações aprovadas e autorizadas, homologadas pelo Conselho Estadual do Trabalho e comunicavam à regional da SERT e às executoras. Nesse processo de definição dos cursos e das executoras é que ocorriam várias disputas entre os atores envolvidos. Ao analisar as ações das PPE no Estado do Paraná no âmbito da democratização da sociedade, percebe-se que existia uma hierarquização de poderes que perpassavam os atores sociais envolvidos.

As regionais do trabalho da SERT no Estado do Paraná ao apresentarem a qualificação como possível alternativa ao desemprego estabeleciam uma relação direta com os trabalhadores com ou sem ocupação, alimentando a possibilidade de obtenção de renda, enfatizando o trabalho informal como alternativa ao desemprego, tornando os trabalhadores suscetíveis à lógica competitiva predominante do mercado de trabalho. Os atores envolvidos visualizavam as ações do PEQ como sendo importantes para os trabalhadores que encontravam-se em vias de exclusão do mercado de trabalho e não tinham oportunidades de emprego.

Ao comparar os cursos de qualificação profissional oferecidos pelas executoras no âmbito do PEQ e aqueles que compõem a estrutura de cursos da própria executora, nota-se que eram praticamente os mesmos, passando apenas por algumas adaptações, ou seja, não foram elaborados para atenderem exclusivamente as exigências das diretrizes do PLANFOR, mas que já eram ofertados à população, enaltecendo a idoneidade das tradicionais instituições de educação. Os conteúdos programáticos dos cursos de qualificação eram focados, objetivos e práticos. O PLANFOR revelou um estreitamento com a política neoliberal, defendendo a necessidade dos trabalhadores se adaptarem às mudanças organizacionais, jurídicas e subjetivas do mundo do trabalho. Os trabalhadores além de terem de se qualificar e se adaptar constantemente as mudanças em curso, precisariam desenvolver também habilidades específicas, habilidades básicas e de gestão no sentido de serem autônomos, críticos, multifuncionais, flexíveis, polivalentes no sentido de atenderem às demandas do capital e às necessidades do mercado de trabalho. O contexto econômico desfavorável reduziu a eficácia dos cursos oferecidos durante o PLANFOR.

Vimos neste capítulo que, apesar da oferta de qualificação profissional e dos investimentos realizados em âmbito nacional e estadual, o desemprego nos anos de 1990 continuou sendo um problema constante para os trabalhadores. Os dados indicam que os cursos oferecidos não se revelaram eficazes no combate ao desemprego. Compreende-se que, a qualificação profissional não pode ser utilizada como único critério para explicar a não inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Portanto, a política econômica desenvolvida acompanhada pelo crescimento econômico mediante a geração de novos postos de trabalho faz-se necessária para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A análise realizada a seguir, no **Cap. 2** refere-se à política econômica adotada no período de 2003 a 2010. Nesse período houve uma reorientação política, conceitual, institucional, pedagógica, ética e operacional das Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil mediante a criação do novo plano de qualificação profissional. A qualificação profissional foi afirmada na perspectiva do direito social, articulada a outras políticas de inclusão social, desenvolvimento sustentável e cidadania, não visando somente os conteúdos técnicos ou inclusão produtiva, mas orientada para a busca de uma inclusão cidadã. Houve grandes avanços na área social. Acompanhemos a seguir análise sobre as Políticas Públicas de Emprego adotadas no período de 2003 a 2010 associadas às demais políticas sociais de governo, diferenciando-se nesse sentido das Políticas Públicas de Emprego adotadas no período anterior, especificamente no período de 1995 a 2002, conforme a análise realizada neste capítulo.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2003 A 2010.

O governo Lula (2003 a 2010) foi marcado por continuidade, rupturas, mudanças, estagnações, avanços e até mesmo retrocessos, nas relações Capital Trabalho. Durante o seu governo (2003 a 2010), houve uma expansão do emprego com carteira assinada na ordem de 14,6 milhões. Conforme Pochmann (2012, p. 22), “Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal”. Os empregos gerados no governo Lula estavam condicionados à política de desenvolvimento econômico adotado no Brasil.

A elevação do salário mínimo no país é outro aspecto importante a ser considerado e sua capacidade de compra, que aumentou em torno de 1/3, considerado uma referência para os trabalhadores que estavam na ativa, devido à maioria dos trabalhadores brasileiros perceberem entre 1 a 3 salários mínimos e, aqueles que estavam na inatividade, os aposentados, que tiveram um aumento dos benefícios, com a elevação do salário mínimo. A seguir, apresentamos vários autores que vêm desenvolvendo suas análises sobre o período do governo Lula, entre eles, Vianna (2006), Dowbor (2008), Antunes (2008), Krein (2008), Benjamin (2008), Sarti (2008), Quadros (2008) e outros.

Conforme Dowbor (2008), a melhoria de renda no governo Lula não foi sinônima de aumento da classe média. Os dados da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstram que, em 2008, 51% da população brasileira estava na informalidade. Apesar dos avanços significativos na formalização do emprego, o caminho para incluir tantos trabalhadores excluídos do trabalho formal não ocorre em curto prazo. O início das melhorias para a classe trabalhadora começou a ocorrer com o aumento do salário mínimo e do desenvolvimento das políticas sociais de erradicação da pobreza e da fome. Tais políticas fizeram com que o conjunto da população começasse melhorar sua situação. As pesquisas do IPEA e FGV demonstram que, no período de 2003 a 2010, houve uma fortíssima redução das pessoas ditas indigentes que têm uma renda de até 1/4 do salário mínimo. Os trabalhadores que ganham até metade do salário mínimo, tiveram uma redução em torno de 7% no mesmo período. No entanto, apesar da ascensão desses segmentos sociais, a mesma pesquisa mostra que houve um grande aumento dos muito ricos no país, que estão beirando agora meio milhão de pessoas.

O Bolsa Família, no ano de 2008, atingiu cerca de 50 milhões de pessoas, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável aos agricultores de pequeno porte e que empregam mão de obra majoritariamente familiar, atingindo cerca de 8 milhões de trabalhadores rurais. Esses programas sociais desenvolvidos no governo Lula, realizaram uma redistribuição de renda para segmentos mais fragilizados da população e dinamizaram a pequena produção gradualmente, movimentando a conjuntura econômica de todo o país. Por outro lado, houve um aumento ainda maior da concentração dos lucros e centralização do capital dos muito ricos no país.

A PNAD de 2007 constata que, em um ano, houve um aumento da renda média oriunda do trabalho no Brasil na ordem de 7,2%, sendo que no Sudeste foi de 6% e no Nordeste de 12%. O foco da política no governo Lula esteve pautado no estímulo ao consumo, no crescimento econômico como fator responsável pela geração de empregos. Dowbor (2008) acredita que o aumento do consumo não significou maior acomodação da classe trabalhadora, mas a tomada de maior conscientização da sua posição de classes.

A integração dos programas sociais e sua focalização nos trabalhadores em processo de exclusão social, por exemplo, a vinculação do Bolsa Família e do Seguro Desemprego ao programa de qualificação profissional e o possível encaminhamento destas pessoas ao mercado de trabalho indicam que, os programas sociais desenvolvidos nos governos Lula tiveram como foco uma possível cooperação entre Capital e Trabalho, caracterizando assim uma neutralização dos conflitos resultantes dessas relações que passam a ser intermediadas pelo Estado. A percepção dos governos Lula era de que o crescimento da economia brasileira, juntamente com a criação e geração de novos empregos, abriria uma janela de oportunidades para fazer uma política distributiva, mesmo mantendo a orientação macroeconômica do governo anterior. Portanto, o Estado foi o grande articulador dos interesses entre Capital e Trabalho, e isso pode ser verificado através dos programas sociais desenvolvidos no decorrer dos seus governos. Esse contingente de trabalhadores que outrora nos governos FHC, encontrava-se em processo de exclusão social ou fora do mercado de trabalho, passou a ser incorporado no mercado de trabalho na condição de trabalhadores e conseqüentemente, consumidores.

Segundo Dowbor (2008), construir uma dinâmica de inclusão para aqueles que estão ficando de fora dos benefícios da modernização é algo vital. No governo Lula foram criados

mais de 100 programas sociais, distributivos e redistributivos⁶. O autor ressalta que a desigualdade está sendo produzida hoje por determinados mecanismos que travam o processo de dinamização da economia, formada por especuladores financeiros, corretores, pensionistas, rentistas de diversos tipos que dificultam a ascensão daqueles que se encontram na base da pirâmide social. Os imensos avanços da tecnologia e maior produtividade, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, não são redistribuídos para o conjunto dos trabalhadores. Dowbor (2008) acredita que na medida em que for progredindo, a expansão do emprego, a capacidade de pressão dos trabalhadores será maior. A questão da redução da jornada de trabalho já fez parte do debate europeu e fez com que a França e a Itália adotassem no início do século XXI, no dia 1º de janeiro de 2001, a jornada de trabalho de 35 horas semanais.

Atualmente, a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais é uma das bandeiras de reivindicação dos sindicatos que poderá ser abraçada pelos trabalhadores, de modo geral, nos próximos anos, como a grande luta. Segundo Antunes (2008), a redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 horas para 40 horas semanais é uma bandeira decisiva porque consegue unir os que estão empregados com os que não estão. Reduzindo a jornada dos que trabalham, se abre espaço para os que não trabalham. Essa iniciativa articula duas bandeiras decisivas: o direito ao trabalho em tempo reduzido e o controle do tempo no trabalho ou fora dele e ainda permite outra reflexão central: ‘produzir o que e para quem?’. O autor questiona a opção do governo Lula, já no início do seu 1º mandato, devido não ter realizado a revisão de nenhuma privatização e não ter mudado a política do Banco Central que continuou subordinada ao capital financeiro.

Krein (2008) aponta a redução da jornada de trabalho como uma das saídas ao desemprego. Conforme o autor, o debate sobre a redução da jornada de trabalho refere-se à necessidade de redistribuir os ganhos de produtividade. Atualmente, os mecanismos de controle da classe trabalhadora sobre a jornada de trabalho são cada vez mais sofisticados, combinados com as estratégias das empresas aumentam sua competitividade, racionalizando o trabalho e impondo aos trabalhadores metas a serem atingidas fazem com que se tenha uma ampliação da jornada real do trabalho. Essas questões têm gerado uma série de doenças ocupacionais como stress, angústia e ansiedade. O autor avalia que o governo Lula tentou

⁶ As políticas públicas distributivas possuem objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do Estado, financiados por meio de orçamentos público que beneficiam pequenos grupos ou pessoas de distintas camadas sociais. Enquanto elas não são estendidas a todos e possuem pouca oposição na sociedade, as políticas redistributivas atingem uma grande parte da população e são vista como direitos sociais. Em muitos casos, a parte da população mais organizada politicamente manifestam discordâncias e resistências. Boa parte dos programas redistributivos são disponibilizados em forma de serviços buscando reduzir a resistência dessas classes sociais.

construir pontes com os movimentos sindicais, abrindo possibilidade de diálogo, atendendo algumas demandas mais especiais das centrais, chamando-as para a negociação, valorizando o espaço de participação política, encaminhando o aumento do salário mínimo, participando do debate sobre a redução da jornada de trabalho. Na questão do trabalho, em relação à proposta da regulamentação de direito de greves no setor público, na condução da política econômica pelo Banco Central ao propor a preferência de pagamento de débitos trabalhistas aos banqueiros ao invés dos trabalhadores, Lula assume uma postura conservadora em contraposição às bandeiras históricas defendidas.

Apesar dos avanços obtidos na área social no Brasil, as estatísticas mostram que a classe rica enriqueceu muito nos últimos anos e a classe muito pobre melhorou um pouco. O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Pelos dados do Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2010, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, apesar de estar também entre gigantes da economia mundial. Nossa análise indica que o emprego formal e a política social do governo promoveram um avanço da parte muito pobre da população. Houve uma elevação de renda da classe baixa pelo acesso aos benefícios sociais e por um crescimento da ocupação. Mas isso não configura uma redistribuição de renda no sentido de equidade, de solução dos problemas sociais. Conforme dados do IBGE (2010), a economia brasileira se consolidou como a 8ª maior do mundo, mas é o 72º maior do mundo em renda per capita. No período de 2003 a 2010, o crescimento econômico ajudou a tirar mais de 20 milhões de pessoas da pobreza, mas os dados do Banco Mundial mostram que o Brasil ainda tinha, em 2007, 12,7% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, com menos de US\$ 2 por dia.

Os dados da pesquisa do IPEA de 2008 sobre o perfil de rendimentos e da ocupação no mercado de trabalho mostram que houve um avanço da ocupação formal, com carteira assinada, ou qualquer forma de vínculo empregatício no governo Lula. Esse avanço se deu, basicamente, nas ocupações com 2 ou 3 três salários mínimos. Houve um processo de concentração no topo da pirâmide social e um avanço de algumas categorias de base. O emprego formal nesse patamar tem se elevado, o que representa, junto com outros fatores da política social, os benefícios da seguridade social, da previdência, da assistência, um avanço da base da pirâmide, ou seja, da parte muito pobre, para uma situação ocupacional e de rendimentos mais favorável. Na distribuição de renda Capital Trabalho, as fatias continuam muito desiguais. Temos menos de 50% dos rendimentos do trabalho e da seguridade social apropriado por toda a população economicamente ativa. Enquanto isso, os outros 50% ou mais vão para uma fatia extremamente pequena da população, tendência que permanece. A

maior parte da população brasileira depende da renda proveniente da venda da sua força de trabalho, enquanto isso, uma pequena proporção obtém renda dos bens de capital.

Os empregos gerados na área informacional que envolve trabalho virtual, imaterial, não conseguem absorver o aumento da demanda por emprego. A inserção dos trabalhadores em setores mais dinâmicos da economia, que tem necessidade de capital humano e trabalho criativo, é relativamente baixa. O que temos é uma maior inserção da mão de obra considerada pelo mercado como não qualificada e empregos informais, autogestionados, cooperativados, por conta própria, autoemprego, empreendedor e micro e pequenos produtores. A produtividade do trabalho está aumentando, mas os salários não. Compreende-se que esse processo está relacionado à nova divisão internacional do trabalho, a concentração de empregos altamente qualificados e bem remunerados nas economias mais desenvolvidas e industrializadas, que desenvolvem tecnologia de ponta e que geram empregos de alta qualificação e remuneração, enquanto que, os empregos gerados nas economias em desenvolvimento, nos chamados países ‘periféricos’ do capitalismo, podem ser caracterizados, de modo geral, por postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração.

Conforme Vianna (2006), a expansão do que se chama ‘classe média’ deriva do “novo papel do setor de serviços no Brasil, da ampliação do sistema universitário, das novas oportunidades educacionais oferecidas à população e mesmo de um aumento da riqueza nacional”. Conforme o autor, os programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, não guardam nenhum vínculo com a classe média. Trata-se de uma estratégia orientada para extrair da zona de pobreza extrema, setores imensos da população, através de programas orientados na melhoria das condições de vida.

Nossa análise indica que a qualificação profissional oferecida no SPE, via PlanTeQ/PR, mesmo ineficiente se mantém devido a vários motivos, entre eles a existência de um quadro próprio de funcionários públicos, gestores públicos, secretarias do trabalho e outros cargos ligados a ela. Além disso, os empregadores podem utilizar os recursos do Estado em benefício dos seus interesses, no sentido de atender suas demandas por qualificação e formação dos trabalhadores que compõem seus quadros funcionais e às executoras do ramo da qualificação que podem aferir lucros mediante a oferta de cursos direcionados ao mercado de trabalho. Nosso objetivo não é desconsiderar a importância das ações de qualificação profissional via PlanTeQ/PR. Entendemos que existem desafios no campo da representação social e obstáculos que precisam ser superados e que estão relacionados às questões históricas conjunturais e aos interesses de classe que extrapolam a questão da qualificação e encontram-se distantes de uma possível superação do quadro das

desigualdades sociais, de renda e salários. O desemprego é resultante das disputas de classe, das relações entre Capital e Trabalho, das políticas de governo e das políticas de Estado⁷.

As Políticas Públicas de Emprego servem para dar suporte aos trabalhadores desamparados. O Estado se mantém responsável perante os trabalhadores e empregadores no sentido de resguardar seus interesses, o direito à educação e ao trabalho. O Estado constituiu-se como um espaço de representação dos seus interesses, frente às investidas do capital que tende a tornar as relações de trabalho cada vez mais precárias, flexíveis, fragmentadas, multifacetadas, mesmo aquelas apresentadas como libertadoras e emancipatórias. Muitas promessas de trabalho menos alienante e explorador, podem ser caracterizadas como formas refinadas, métodos sofisticados, ampliados, reformulados de alienação e exploração.

A lógica do capitalismo flexível atua de maneira estranha às perspectivas de organização histórica dos trabalhadores, evidenciando sinais de inflexão no seu papel revolucionário. A necessidade constante e permanente de qualificação está ligada às exigências de reprodução e ampliação do capital. Diante do crescimento acentuado do desemprego, o capital passou a utilizar várias estratégias para obter a adesão das instituições ‘sem fins lucrativos’, intelectuais, instituições públicas e privadas ligadas a qualificação profissional, tornando-as parceiras das iniciativas do Estado no enfrentamento do problema do desemprego.

As Políticas Públicas de Emprego adotadas pelo Estado via ONGs, instituições públicas e privadas, universidades, sindicatos e instituições ‘sem fins lucrativos’ foram apresentadas à sociedade como promessas de inclusão social, ou seja, elas implicariam em ganhos para toda a sociedade e possibilitariam a reversão das desigualdades sociais. Na prática, esses objetivos corresponderiam às necessidades do capitalismo flexível.

As políticas de integração à ordem capitalista, adotadas sob a ótica do Estado liberal partem do pressuposto que a inclusão social só acontece mediante a inserção no mercado de trabalho, ocultando outras possibilidades de acesso aos bens socialmente produzidos. Os trabalhadores empreendedores, autogestionados, associados, cooperativados, ligados aos arranjos produtivos locais, autônomos e por conta própria, beneficiários dos programas de inclusão social e aqueles que buscam o primeiro emprego, tanto no setor industrial quanto no setor de serviços e comércio, são alvos das estratégias de dominação do capital.

7. As políticas de governo são aquelas que o executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 323-337).

Nos últimos anos, houve três elementos positivos para o crescimento do consumo nessa base da população: a expansão de políticas sociais; o crescimento real do valor do salário mínimo, que teve um crescimento real, que antes de 2003 era de 55 dólares, chegando a quase 300 dólares em 2010; e, a retomada do crédito, principalmente a partir do crédito consignado. Isso levou a uma expansão do consumo nesses setores de baixa renda. Desses três elementos que têm sido favoráveis à expansão do consumo na população de baixa renda, o mais consistente e importante, conforme Benjamin (2008) é a elevação do poder real do salário mínimo. Isso tem um impacto grande sobre o sistema de previdência. A seguridade social transfere, no Brasil, uma renda equivalente a 8,3% do PIB. E o Bolsa Família transfere o equivalente a 0,3% do PIB. O ganho real é do salário mínimo; o do Bolsa Família é residual. E o ganho do crédito é temporário porque as pessoas não podem se endividar indefinidamente. Os neoliberais são favoráveis às políticas que não significam incorporação como direitos, que sejam políticas flexíveis e adaptáveis às realidades orçamentárias. Eles querem conter os gastos do salário mínimo e expandir os gastos do Bolsa Família. O salário mínimo é um direito e o Bolsa Família não. Ainda não é possível afirmar que a estrutura de classes no Brasil tenha sofrido alguma alteração significativa no sentido de ascensão social nesses anos. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego da juventude brasileira é em média quatro vezes superior à taxa de desemprego média no Brasil. Há uma proporção muito alta de jovens de 16 a 24 anos que não estudam nem trabalham. O sistema educacional público no Brasil não dá conta disso e o mercado de trabalho não absorve essas pessoas.

Sarti (2008) pontua dois momentos que refletiram na industrialização brasileira: 1º De 1980 a 2005 – o setor externo era o vetor que favorecia o crescimento. A partir de 2004, esse cenário começa a mudar, sobretudo, por meio do consumo, o qual foi beneficiado por diversos fatores, entre eles, a transferência de renda e o aumento do salário mínimo, os quais inseriram uma parcela da população no mercado de consumo. Além disso, há um aumento no nível de emprego e uma ampliação da formalização do mercado de trabalho. Com isso, as pessoas passaram a ter acesso a crédito; 2º De 2005 a 2006 – o consumo puxou o crescimento brasileiro. Nesse momento, a formação por uso de capitais fixos, medida utilizada para avaliar o investimento, cresceu acima do PIB. O Brasil entrou em um ciclo de investimento, o qual não é baseado apenas na indústria, mas também na infraestrutura e no petróleo. Então, entre 2005 a 2008, o principal vetor do crescimento brasileiro passa a ser o mercado doméstico num primeiro momento, com o aumento do consumo e, num segundo período, com os investimentos.

Segundo Quadros (2008), no quinquênio 1998 a 2002 a taxa média foi de apenas 1,7% ao ano e em 2003, 1,15%. Ainda que no período 1998 a 2002 o crescimento real do salário mínimo também tenha sido significativo (4,1% ao ano), o baixo crescimento econômico (1,7% ao ano) neutralizou bastante seu impacto. Embora o salário mínimo venha apresentando ganhos reais desde 1992, com exceção de 1994 e 2003, é no período 2004 a 2007 que se verifica a mais virtuosa combinação entre expansão do PIB, 4,5% ao ano, e do piso salarial legal, 4,8% ao ano.

O crescimento médio do PIB de 4,5% ao ano no quadriênio 2004 a 2007 foi o principal responsável pelo aumento da renda dos brasileiros e 2008 esteve no mesmo patamar. Quadros, ao tentar encontrar características do que entende sobre a atual classe média, sua identidade, posturas teóricas e políticas da sociedade capitalista moderna e neoliberal, acredita que ela aponta para uma brutal concorrência individual, sem freios morais, na luta por escassas oportunidades de acesso a padrões de consumo mais sofisticados. Além dessa mais favorável combinação entre PIB e salário mínimo real, outros elementos positivos estão presentes no período recente. Um deles é a acentuada formalização dos contratos de trabalho, que potencializa os efeitos da recuperação do salário mínimo.

As Políticas Públicas de Emprego adotadas nas últimas décadas apresentaram resultados diferentes, conforme as políticas de governo e Estado adotadas. Após os dois mandatos do presidente Lula, cientistas políticos, sociólogos e economistas passaram a identificar várias mudanças na sociedade brasileira. A redução do desemprego e a criação de novos empregos são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico. Os programas sociais promoveram uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores em vias de exclusão, através da obtenção de Trabalho, Emprego e Renda. O início das melhorias para aqueles que já estavam trabalhando passou a ser efetivada com a valorização do salário mínimo e sua elevação. Para aqueles que não conseguiam obter trabalho e renda, os programas de transferência de renda, fornecimento de crédito, redução da inflação, investimento em saúde e educação, garantiam direitos mínimos. Os programas de transferência de renda passaram a ser apresentados como alternativas ao desemprego, ao lado do crescimento do número de empregos no setor industrial e no setor de comércio e serviços. O discurso da qualificação que culpa o trabalhador pela sua condição de emprego e desemprego passou a ser relativizado.

A aposta do governo Lula, já no início do seu 1º mandato, foi o crescimento econômico associando a possibilidade de inserção social mediante o desenvolvimento de políticas de inclusão social que passaram a ser apresentadas como alternativas ao desemprego.

A inclusão social deixou de ser considerada estritamente uma questão de qualificação. Portanto, a maior ascensão social da classe trabalhadora em processo de exclusão social ocorreu mediante o crescimento da economia brasileira que foi capaz de gerar um número maior de emprego em relação à década de 1990.

No entanto, há necessidade de realizarmos ressalvas e ponderações sobre o processo de inclusão social, porque ele está associado ao consumo, à sociedade do espetáculo, onde a posição social do indivíduo é medida pelo acesso aos bens materiais disponíveis no mercado. Compreende-se que as políticas sociais adotadas no período de 2003 a 2010, contribuíram para o processo de aceleração do desenvolvimento econômico capitalista brasileiro e suas características podem ser associadas à concentração de renda e centralização do capital. Os programas de governo adotados subsidiaram o capital.

Na base desse sentimento de inclusão social encontrava-se a porção social do governo Lula, mediante o programa Bolsa Família, o controle dos preços da cesta básica, o aumento real do salário mínimo, o crédito consignado, a ampliação de empréstimos à agricultura familiar, o microcrédito e a assistência às pessoas de baixíssima renda e a ampliação do Benefício de Prestação Continuada.

No conjunto das políticas sociais que fortaleceram a base da pirâmide social, sua inclusão e inserção social, encontram-se:

O programa Bolsa Família que, a partir do final de 2003, contribuiu para o início de uma gradual melhora nas condições de vida dos mais pobres. Entre 2003 e 2006, o programa viu o seu orçamento multiplicado por 13, pulando de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo cerca de 11,4 milhões de famílias.

O controle dos preços da cesta básica foi um componente central do aumento do poder de compra entre as camadas pobres. Em alguns casos houve até deflação decorrente da desoneração fiscal.

O aumento real do salário mínimo de 24,25% no primeiro mandato de Lula, entre outros fatores, alavancou os ganhos dos aposentados, dinamizando algumas economias locais menos desenvolvidas.

O crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais que tinha por objetivo expandir o financiamento popular; houve também um aumento expressivo do empréstimo à agricultura familiar e do microcrédito. Com a expansão do crédito popular e o aumento da formalização do trabalho, o desemprego caiu de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% em dezembro de 2005.

A ampliação do Benefício de Prestação Continuada e a promulgação do Estatuto do Idoso, em janeiro de 2004, que reduziu a idade mínima para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), de 67 para 65 anos. Em 2006, 2,4 milhões de cidadãos recebiam o Benefício de Prestação Continuada – pagamento de 1 salário mínimo para idosos ou portadores de necessidades especiais.

A ativação dessa série de programas focalizados, anteriormente inexistentes na economia, bem como, clínicas dentárias para a baixa renda, luz para todos, regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido, e outros programas sociais adotados, favoreceram em parte os setores de baixíssima renda. Essa afinidade eletiva entre os interesses dos mais pobres com as políticas sociais desenvolvidas no período 2003 a 2010.

No período anterior, do governo FHC, por conta do predomínio da política neoliberal, o capital obteve ganhos significativos devido à maior flexibilidade dos direitos trabalhistas dos trabalhadores e achatamento de seus salários, ao plano de privatização da economia brasileira, ao crescimento do desemprego e outros.

Molin (2011) faz um balanço das reformas trabalhista e sindical no Brasil, no 1º e 2º mandatos do governo de FHC e Lula, mediante uma análise dos conflitos e consensos existentes. A autora (2011, p. 161), faz um mapa das novas modalidades em substituição ao contrato de trabalho por tempo indeterminado, entre elas: a lei nº 8.949/1994 que, exclui a relação entre a cooperativa e seus associados e os tomadores de serviços da cooperativa e aquelas relacionadas à flexibilização da jornada de trabalho, entre elas: a lei nº 9.601/1998 que, criou o banco de horas, a lei nº 10.097/2000 do contrato de aprendizagem e a Medida Provisória nº 2.164/2001 do trabalho estagiário.

Essas alterações se estenderam nos anos seguintes, impactando na vida cotidiana dos trabalhadores associados, cooperativados, estagiários e em busca do primeiro emprego. Conforme nossa análise, no período de 2003 a 2010, boa parte dos cursistas contemplados faziam parte do público alvo das ações do PlanTeQ/PR.

O crescimento da economia brasileira e seu fortalecimento, a partir de 2003, a entrada de capital internacional, o aumento das exportações de produtos primários, as políticas de promoção social focadas no mercado de trabalho, passaram a ser vistos como meios de inserção de parcela significativa da população excluída do mercado de trabalho. O desemprego aos poucos foi deixando de ser mera responsabilidade do indivíduo, tornando-se responsabilidade do Estado e da sociedade de modo geral. O discurso da qualificação e da baixa escolaridade da população brasileira, hegemônico no governo de FHC foi perdendo

força e espaço na sociedade, sendo aos poucos desconstruído. O problema do desemprego passou a ser cada vez mais entendido como uma questão política.

Nesse sentido, o período do governo Lula corresponde à realização de um projeto de desenvolvimento econômico que contemplou de modo geral, àqueles que estavam fora do mercado formal de trabalho ou em vias de exclusão social. Essa experiência de aprimoramento do capitalismo brasileiro – consolidação, manutenção, permanência do sistema, sem provocar rupturas, mantendo a ordem, marcado pela possibilidade de ascensão social sem confronto, ocorreu de maneira diferente em relação às expectativas de parcela da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970, tinha por bandeira a ruptura com o atual modelo econômico. As questões de longo prazo, por exemplo, a redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários, contrária aos interesses do capital, considerada impopular pelo empresariado, patrões e empregadores, mas de longo alcance, considerada pelos sindicatos como uma saída viável para o problema do desemprego, tramita no Congresso Nacional, mas não foi aprovada.

Conforme a análise realizada, pode-se aferir que houve mudanças nas Políticas Públicas de Emprego adotadas a partir de 2003. Os programas sociais implantados no governo Lula, associados ao crescimento econômico, foram importantes para a inserção de uma parcela significativa de trabalhadores que estavam excluídos do mercado de trabalho ou encontravam-se em vias de exclusão.

Compreende-se que o desenvolvimento de tais programas sociais por si só, não foi suficiente para resolver os problemas decorrentes da falta de oportunidades de obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, mas indicam caminhos a serem percorridos em direção a uma sociedade mais justa e menos desigual, onde os trabalhadores poderão usufruir de melhores condições de trabalho, perceberem melhores salários, conquistarem direitos trabalhistas e usufruírem de maior autonomia frente aos interesses do capital.

A análise a seguir refere-se à evolução das ocupações de trabalho formal no Brasil e no Estado do Paraná no período de 1994 a 2011, ou seja, desde a implantação do plano real. Os dados foram disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2012) e coordenadores desta instituição, reelaborados por RADZINSKI (2013), nas **Tabelas 1, 2, 3 e 4.**

Nosso objetivo a seguir é relacionar as Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, adotadas no governo de FHC, analisadas no **Cap. 1**, com aquelas implantadas a partir de 2003, expostas neste **Cap. 2.**

2.1 Evolução dos Empregos no Brasil e no Estado do Paraná no período de 1994 a 2011.

A análise a seguir sobre a evolução dos empregos no Brasil, no período de 1994 a 2005, faz-se necessária para percebermos a relação dos cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego via PlanTeQ/PR com a evolução dos empregos no Brasil no referido período e, especificamente no Estado do Paraná.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1994 A 2005

BRASIL	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, pecuária, silvicultura e Exploração Florestal	1.029.761	1.033.867	1.014.657	1.019.121	1.028.258	1.052.493	1.094.489	1.106.555	1.159.334	1.239.539	1.330.148	1.354.947
Pesca	12.373	12.012	11.794	10.176	10.890	10.604	12.303	16.846	21.375	25.516	26.251	23.176
Indústrias extrativas	131.315	109.095	117.148	105.830	104.956	100.506	109.608	117.659	122.801	122.806	137.585	147.560
Indústria de transformação	5.018.065	4.858.448	4.755.735	4.664.444	4.431.799	4.540.734	4.821.093	4.903.179	5.130.893	5.257.047	5.716.341	6.008.341
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	298.080	281.362	264.775	236.557	226.932	213.954	197.819	203.438	207.620	208.382	205.076	218.982
Construção	1.105.432	1.077.735	1.119.229	1.162.045	1.136.900	1.047.891	1.094.528	1.132.955	1.106.350	1.048.251	1.076.447	1.245.395
Comércio e reparação de veículos	3.211.525	3.340.398	3.463.649	3.668.782	3.761.087	3.937.911	4.251.762	4.487.004	4.826.533	5.119.479	5.356.849	6.005.189
Alojamento e alimentação	542.324	625.769	653.565	699.448	723.315	746.583	793.310	830.881	874.280	896.307	926.052	1.046.241
Transporte e armazenagem e comunicações	1.338.508	1.362.332	1.378.219	1.375.514	1.359.719	1.326.342	1.390.777	1.420.985	1.478.840	1.455.552	1.524.977	1.671.066
Intermediação financeira seguros, previdência.	718.457	704.621	632.957	594.776	567.731	541.635	557.214	559.491	572.239	576.578	550.082	620.860
Atividades imobiliárias, aluguéis e outros.	1.831.478	1.970.002	2.136.433	2.242.384	2.362.452	2.560.672	2.986.596	2.947.118	3.124.381	3.212.471	3.230.352	3.625.038
Administração Pública, defesa e seguridade social	5.114.565	5.470.580	5.477.570	5.457.247	5.868.956	5.984.577	5.893.210	6.330.430	6.805.299	7.003.147	6.548.925	7.557.097
Educação	463.796	872.661	850.940	875.118	883.619	883.542	918.771	924.182	894.396	930.774	940.605	1.034.292
Saúde e serviços sociais	887.352	955.192	988.547	1.020.761	1.031.241	1.017.185	1.038.228	1.083.053	1.141.159	1.167.820	1.136.735	1.303.147
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	755.699	817.700	868.733	938.028	981.734	1.024.881	1.062.860	1.118.162	1.208.974	1.269.639	1.247.259	1.364.762
Serviços domésticos	3.253	4.179	3.111	2.520	2.290	1.726	4.334	5.967	7.568	8.688	10.014	10.390
Organismos internacionais e outras Instituições extraterritoriais	807	2.588	1.314	1.672	1.424	1.463	1.727	1.709	1.871	1.978	1.152	2.134
Não classificado	1.204.451	257.195	91.936	30.005	8.332	566	-	-	-	953	-	-

Fonte: CNAE 1995, IPARDES, 2012. **Elaboração:** RADZINSKI, 2012.

Apesar das diferenças e semelhanças em relação às políticas do governo FHC e Lula, nos interessou analisar também as tendências de crescimento dos empregos gerados no Brasil nos últimos anos. As estatísticas mostram que os índices de redução do desemprego indicam uma tendência de crescimento do emprego formal em vários setores. Em algumas atividades econômicas houve estagnação, oscilações, e em outras, gradativa redução do número de empregos gerados em determinado período.

Segundo o IPARDES (2012), a atividade econômica que mais gerou emprego formal no Brasil no período de 1994 a 2005 foi: Comércio e reparação de veículos, duplicando no referido período. Em 1994 esse setor gerou 3.211.525 empregos e no ano de 2005 foi superior

a 6 milhões de empregos. Alojamento e alimentação foi outra atividade econômica que praticamente duplicou nesse período, aumentando de 542.324 empregos para mais de 1 milhão em 2005. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas saltaram de 1.831.478 empregos em 1994 para mais de 3 milhões e meio em 2005. O setor de educação que congregava meio milhão ultrapassou 1 milhão de empregos em 2005. Outros serviços coletivos e pessoais que geravam 7.555.699 empregos formais em 1994, caíram para 1.364.762. Apesar do baixo índice de emprego doméstico formal, os empregos formais domésticos praticamente triplicaram no período, passando de 3.253 para 10.390.

As atividades econômicas que apresentaram baixo desempenho, estagnação ou queda no número de empregos gerados no Brasil no período de 1994 a 2005 foram: Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Construção; Transporte; Armazenagem e comunicação. Saúde e serviços sociais apresentaram um pequeno crescimento, passando de 887.352 empregos em 1994 para 1.303.147 empregos em 2005. O número de empregos gerados na atividade pesqueira praticamente duplicou, passando de 12.373 empregos em 1994 para 23.176 em 2005. No geral, percebemos um gradativo crescimento no número de empregos a partir dos anos 2000, em especial a partir de 2003, exceto em uns poucos ramos.

As atividades econômicas que apresentaram queda no número de empregos gerados estavam relacionadas à produção e distribuição de eletricidade, gás e água, intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados. Percebe-se que o predomínio das políticas neoliberais impactou numa redução do número de empregos ligados ao setor estatal, comprometendo os serviços públicos, a previdência, a produção agrícola, a indústria de transformação, as atividades que apresentaram baixo crescimento, estagnação, ou mesmo, queda do número de empregos gerados. As atividades econômicas em expansão contemplavam interesses globais de grupos econômicos, empresas multinacionais e grandes instituições financeiras. Ambas estavam relacionadas às exportações, à especulação financeira nacional e internacional, às atividades que favoreciam a concentração de renda e a centralização do capital. Esse processo foi acompanhado por uma gradativa redução dos salários das diferentes categorias de trabalhadores.

Quanto à qualificação profissional, a política adotada no Sistema Público de Emprego revelou-se uma qualificação paralela àquela oferecida na rede pública de educação. Os cursos de curta duração estavam voltados para a geração de empregos informais, precários, flexíveis, devido estarem distantes de contemplar os empregos gerados por atividade econômica, conforme dados do IPARDES, no período de 1995 a 2002.

Esse quadro de estagnação do crescimento econômico em vários setores econômicos do Brasil passou a apresentar mudanças importantes a partir de 2003 com o governo Lula. As mudanças passaram a ocorrer de maneira gradativa, repercutindo no crescimento de empregos em praticamente todas as atividades econômicas no Brasil. Nesse sentido, houve uma retomada do crescimento econômico acompanhado por uma reorganização das relações Capital Trabalho, crescimento do emprego formal e conseqüente inflexão do trabalho informal que havia se expandido de modo acentuado no governo de FHC. Nesse sentido, as políticas adotadas a partir de 2003, integradas aos programas sociais desenvolvidos no governo Lula, serviram para revitalizar o sistema econômico capitalista brasileiro.

Conforme avaliação do IPARDES (2010), as políticas sociais implantadas pelo Governo Federal e complementadas pela administração do governador Roberto Requião (PMDB/PR⁸), transformaram o perfil econômico e social do Estado. A criação do salário mínimo regional, o estímulo à agricultura familiar, a reforma tributária, a implantação do leite das crianças, luz fraterna e tarifa social, o aumento do orçamento da educação para 30%, o investimento em obras de infraestrutura por todo o Estado, a reestruturação da saúde e a geração recorde de empregos formais formaram uma base sólida para o desenvolvimento do Paraná.

A partir de 2005, o IPARDES passou a utilizar uma nova metodologia para realizar o levantamento do número de empregos por atividade econômica. Conforme a **Tabela 2** a seguir, a indústria extrativa compreende a extração de carvão mineral, petróleo e gás natural, minerais metálicos, minerais não metálicos e atividades de apoio à extração de minerais. A indústria de transformação engloba a fabricação de produtos alimentícios, bebidas, produtos do fumo, produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, fabricação de produtos de madeira, de celulose, papel e produtos de papel, edição, impressão e reprodução de gravações, fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, de produtos químicos, de artigos de borracha e plástico, de produtos de minerais não metálicos, metalurgia básica, fabricação de produtos de metal exceto máquinas e

⁸ Roberto Requião de Mello e Silva foi governador do Estado do Paraná, no período de 01 de janeiro de 2003 a 04 de setembro de 2006, eleito por sufrágio universal e foi governador reeleito, tendo assumido o governo no período de 01 de janeiro de 2007 a 01 de abril de 2010. Orlando Pessuti vice-governador eleito, assumiu o cargo de governador no período de 01 de abril de 2010 a 01 de janeiro de 2011.

equipamentos, de máquinas e equipamentos, de máquinas para escritório e equipamentos de informática, de máquinas, aparelhos e material elétricos, de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações, de equipamentos de instrumentação médico hospitalar, instrumentos de precisão, fabricação e montagem de veículos automotores, reboque e carrocerias, fabricação de outros equipamentos de transporte de móveis e indústrias diversas e, reciclagem. Acompanhemos a evolução dos empregos no Brasil no período de 2006 a 2011.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2006 A 2011

Brasil	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.409.226	1.434.614	1.463.226	1.461.010	1.450.065	1.522.633
Indústrias extrativas	183.188	185.444	204.936	208.836	211.216	231.389
Indústria de transformação	6.253.684	6.710.807	6.905.074	6.932.127	7.517.123	7.726.509
Eletricidade e gás	108.982	116.664	120.103	120.911	120.591	126.527
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	258.183	273.038	283.318	292.447	312.853	318.741
Construção	1.438.713	1.674.483	1.987.131	2.221.254	2.633.674	2.909.131
Comércio e reparação de veículos e motocicletas	6.336.024	6.849.108	7.338.492	7.720.396	8.312.829	8.756.328
Transporte, armazenagem e correio	1.608.644	1.716.089	1.837.139	1.923.601	2.102.383	2.216.428
Alojamento e alimentação	1.135.596	1.233.087	1.330.499	1.400.119	1.531.731	1.643.228
Informação e comunicação	625.199	629.548	660.852	697.256	755.627	811.059
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	688.443	725.900	757.413	763.946	812.499	840.242
Atividades imobiliárias	69.363	71.599	77.832	88.339	101.622	114.424
Atividades profissionais, científicas e técnicas	555.833	619.416	695.729	789.715	900.226	1.008.176
Atividades administrativas e serviços complementares	2.886.208	3.123.963	3.292.253	3.449.361	3.754.810	4.029.823
Administração pública, defesa e seguridade social	7.749.359	8.204.891	8.342.538	8.808.318	8.966.385	9.152.902
Educação	1.291.799	1.369.769	1.371.410	1.425.668	1.529.330	1.644.599
Saúde humana e serviços sociais	1.341.861	1.388.845	1.459.861	1.562.880	1.650.562	1.774.241
Arte, cultura, esporte e recreação	180.439	172.844	179.520	188.511	200.094	212.742
Outras atividades de serviços	1.016.049	1.090.604	1.116.812	1.134.819	1.190.837	1.210.196
Serviços domésticos	10.610	12.378	11.988	13.202	5.946	11.392
Organismos internacionais e outras Instituições extraterritoriais	7.846	4.339	5.377	4.830	7.952	4.921
Não classificado			63			

Fonte: Seção CNAE 2.0, IPARDES, 2012. **Elaboração:** RADZINSKI, 2012.

A avaliação do Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná 2004 a 2007 e a implantação do Plano Plurianual 2008 a 2011, redirecionaram as Políticas Públicas de Emprego no Brasil e no Estado do Paraná, em relação aos investimentos diretos realizados pelo FAT e Tesouro Estadual através do PlanTeQ/PR, nas escolhas dos cursos oferecidos, e outros. A **Tabela 2** apresenta os empregos gerados por atividade econômica no Brasil no período de 2006 a 2011. Conforme dados do IPARDES, as atividades que mais geraram emprego formal no Brasil no referido período foram: A indústria de transformação que cresceu de 6.253.684 empregos para 7.726.509. O setor de construção cresceu de 1.438.713 para 2.909.131 chegando quase a duplicar no período. O setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas cresceram de 6.336.024 para 8.756.328. O setor de transporte, armazenagem e correio, subiu de 1.608.644 em 2006 para 2.216.428 empregos em 2011. Alojamento e alimentação apresentou crescimento de 1.135.596 empregos formais em 2006 para 1.643.229 em 2011. Os empregos gerados nas atividades administrativas e serviços complementares aumentaram de 2.886.208 para mais de 4 milhões em 2011. Em relação aos empregos gerados no setor público, destacam-se o setor de educação que passou de 1.291.799 em 2006 para 1.644.599 em 2011. Na área da saúde humana e serviços sociais houve um crescimento de 1.341.861 empregos em 2006 para 1.774.241 em 2011. No que se refere à administração pública, defesa e seguridade social, houve um crescimento de 7.749.359 para 9.152.902 empregos. Em relação às atividades profissionais científicas houve um crescimento de praticamente 50% no período, aumentado de 555.833 empregos para mais de 1 milhão no referido período.

Aqueles ramos onde os empregos mais cresceram no período, em números absolutos e aqueles que embora tenham gerado relativamente poucos, no ramo, representam um grande crescimento do número de empregos, equivalente a mais de 50%. Os dados da **Tabela 2** indicam uma tendência de maior formalização das relações de trabalho. Os fatores que levaram ao crescimento do número destes empregos ou perda de postos de trabalho em alguns setores, podem ser atribuídos às políticas adotadas no período analisado neste capítulo.

Os dados referentes à saúde, educação, previdência, seguridade social e administração pública, revelam que no governo Lula houve um crescimento do emprego público acompanhado por uma reestruturação do emprego formal. Os dados sobre o crescimento do número de empregos e conseqüente redução dos índices de desemprego revelam um processo de reordenamento das relações Capital Trabalho no Brasil, retomada de direitos trabalhistas, maior proteção social e realinhamento da legislação trabalhista sucateada no governo de FHC por intermédio do predomínio das políticas neoliberais no Brasil. Essa

maior regulamentação das relações Capital Trabalho via fortalecimento da legislação trabalhista, vem ocorrendo no setor estatal e privado.

Essas diferenças em relação à elevação do número de empregos em cada setor são evidentes, principalmente se comparamos com os dados da **Tabela 1**. Nesse sentido, a análise que estamos realizando corrobora com as hipóteses levantadas nesta tese. O que se vê é um movimento inverso aos anos 1990 e esse crescimento do número de empregos formais, principalmente no período de 2006 a 2011, em praticamente todos os setores, pode ser considerado uma tendência de maior formalização das relações de trabalho no Brasil.

A desvalorização da moeda brasileira, no governo FHC, aumentou significativamente a dívida externa e seu principal impacto foi o crescimento do desemprego. Não podemos desconsiderar que, o crescimento do número de empregos regulamentados no período recente, resulta numa maior arrecadação de impostos federais, estaduais, municipais e previdenciários que, fortalecem o poder do Estado e, conseqüentemente, o seu poder de intervenção no mercado de trabalho. Esse processo de desenvolvimento econômico no Brasil vem elevando os investimentos do Estado no setor estatal e em setores estratégicos da economia, o que repercute no aumento dos empregos públicos, regulamentados via concursos públicos, por exemplo, o número de empregos relacionados às atividades de maior qualificação profissional praticamente duplicaram entre 2006 e 2010. Essa elevação dos investimentos dos estados nos serviços sociais pode ser constatada no Plano Plurianual 2007 a 2011. Uma das características importantes desse plano foi à elevação dos investimentos em educação, atividades profissionais, científicas e técnicas que, implicam numa outra dinâmica social. Nesse sentido, os investimentos realizados na qualificação profissional de curta duração, via PlanTeQ/PR, passam a ser redirecionados conforme a nova dinâmica da economia brasileira.

Os investimentos nos setores de saúde, educação, saneamento básico, habitação praticamente duplicaram no 2º mandato do governo Lula. Nesse sentido, fica evidente que as políticas direcionadas à área social nos governos Lula se contrapõem às políticas neoliberais adotadas nos anos de 1990. Portanto, houve uma inversão da lógica dos governos anteriores.

Os dados a seguir revelam a evolução do número de empregos por atividade econômica no Estado do Paraná no período de 1994 a 2005⁹.

⁹ Roberto Requião de Mello e Silva foi governador do Estado do Paraná, eleito por sufrágio universal, no período de 15 de março de 1991 a 02 de abril de 1994 e Mário Pereira, vice governador, eleito por sufrágio universal, assumiu o cargo de governador, no período de 02 de abril de 1994 a 01 de janeiro de 1995. No período de 1995 a 1998, e 1998 a 2003, o Estado do Paraná foi governado por Jaime Lerner.

Acompanhemos na **Tabela 3** a seguir os dados sobre as atividades em expansão no Estado do Paraná no período de 1994 a 2005, segundo o número de empregos gerados.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1994 A 2005

Paraná	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agric/pec/silvicult. e expl. florestal	80.916	81.255	80.267	82.554	97.210	92.172	88.670	87.443	85.401	88.968	99.348	98.495
Pesca	109	127	308	743	161	145	122	134	146	279	295	300
Indústrias extrativas	5.386	4.225	4.164	4.171	3.870	3.675	4.302	4.659	4.286	4.284	4.682	4.411
Indústria de transformação	292.880	300.241	301.988	322.230	316.718	329.296	351.889	370.527	406.103	427.755	477.577	490.543
Prod/distrib. de eletríc., gás e água	18.904	16.988	16.211	15.529	14.697	13.245	12.728	12.331	12.685	13.281	14.140	15.396
Construção	66.076	63.516	69.370	77.167	71.966	62.371	64.528	63.377	60.408	55.012	55.481	56.391
Comércio e rep. de veículos	230.833	230.610	232.317	250.093	258.722	273.605	290.006	308.023	336.703	368.963	404.357	431.821
Alojamento e alimentação	30.803	33.558	35.952	39.765	40.937	42.389	46.782	49.205	50.537	53.166	58.595	62.979
Trans, armaz. e comunicações	82.568	83.113	80.730	83.410	85.137	81.815	86.001	90.877	92.380	97.146	108.533	117.898
Inter financ, seguros, prev.	47.417	69.468	50.655	38.365	36.192	31.125	32.647	32.349	32.705	32.646	34.512	36.581
Ativ imobiliárias, aluguéis etc.	81.121	89.944	99.325	111.235	118.639	135.676	142.712	151.840	151.052	157.375	166.520	174.028
Adm. Públ, defesa e seg. social	322.108	327.624	311.653	323.750	328.763	321.001	328.194	325.197	336.627	338.606	355.460	366.273
Educação	18.129	50.147	47.526	49.903	52.793	56.001	60.900	64.017	65.018	67.227	69.502	71.129
Saúde e serviços sociais	39.396	43.835	46.737	51.853	54.910	59.049	60.413	62.686	68.520	68.428	68.951	72.809
Serviços coletivos sociais e pessoais	56.108	59.011	65.032	78.981	78.996	79.130	83.165	98.089	108.979	110.336	113.666	109.107
Serviços domésticos	202	179	158	111	100	83	314	788	1.036	861	1.103	1.120
Organismos internacionais	14	49	138	24	16	16	62	69	45	47	48	67
Não classificado	57.090	8.594	2.539	801	209	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.430.060	1.462.484	1.445.070	1.530.685	1.560.036	1.580.794	1.653.435	1.721.656	1.812.631	1.884.380	2.032.770	2.109.348

Fonte: CNAE 1995, IPARDES, 2012. Elaboração: RADZINSKI, 2012.

No período de 1994 a 2005 as atividades econômicas que mais geraram emprego no Estado do Paraná foram: A indústria de transformação que passou de 292.880 empregos formais em 1994 para 490.543 em 2005. O setor de comércio e reparação de veículos quase duplicou no referido período, passando de 230.833 empregos formais para 431.821, acompanhando a tendência de crescimento nacional. As atividades de alojamento e alimentação também duplicaram no referido período, passando de 30.803 empregos formais em 1994, para quase 63.000 em 2005. As atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas duplicaram no referido período, passando de 81.121 empregos formais

em 1994 para 174.028 em 2005. Em relação ao setor de educação houve um crescimento de 18.129 empregos formais para 71.129 em 2005. Houve um aumento significativo de empregos formais gerados nesses setores entre 1994 e 1995, período que antecedeu aos governos de Jaime Lerner.

É importante ressaltar que, no período de 1994 a 2003, nos mandatos dos governos Lerner¹⁰, houve um investimento de mais de 10 bilhões de dólares, via isenção de impostos e incentivos fiscais, na vinda das montadoras e suas instalações no Estado do Paraná. O crescimento deste setor é resultado da abertura econômica realizada ao capital financeiro internacional, da ação dos governos Lerner e do intervencionismo do Estado no mercado de trabalho. Consideramos a abertura da economia brasileira realizada nos anos 1990, os incentivos concedidos às empresas transnacionais, os investimentos realizados para a entrada dos capitais financeiros internacionais como sendo resultantes do predomínio das políticas neoliberais, porque apesar dos elevados investimentos realizados na geração de empregos, houve um baixo índice de postos de trabalho criados ou resultantes dessas políticas. Outras questões se referem à utilização da mão de obra barata, a maior flexibilização dos direitos trabalhistas, às condições de trabalho, à remessa de lucros ao exterior e a concentração de mão de obra altamente qualificada nos países sede das matrizes produtivas. Ressaltamos ainda que, no período dos governos Lerner, de corte neoliberal, houve setores que caíram, principalmente aqueles relacionados aos serviços públicos, mas houve setores que se elevaram com a intervenção do Estado. Esse Estado ao lado do capital realizava sua intervenção em prol do capital em detrimento da maior parte da população.

Ao analisarmos os diferentes períodos e contextos políticos e econômicos, podemos concluir que, as ações do Estado são resultantes das disputas de maior ou menor representação política de determinados grupos, dos interesses opostos e conflitantes entre o capital e a classe trabalhadora. Portanto, o Estado é um ator que interfere politicamente no mercado de trabalho, direcionando o crescimento de determinados setores ou, em outras instâncias, promovendo sua estagnação ao até mesmo seu retrocesso.

No Paraná, o setor de transporte, armazenagem e comunicação apresentou uma variação em relação à tendência nacional, crescendo de 82.568 empregos formais em 1994 para 117.898 em 2005. Nos anos seguintes, boa parte dos cursos de qualificação profissional

¹⁰ Jaime Lerner foi governador do Estado do Paraná, no período de 01 de janeiro de 1995 a 01 de janeiro de 1999, eleito por sufrágio universal. De 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003 foi reeleito por sufrágio universal.

oferecidos pelo SENAT/PR, no período de 2004 a 2010, contemplou esse setor que apresentou relativo crescimento no período.

A **Tabela 3** demonstra que entre 1995 a 2002, principalmente nos governos Lerner, houve uma redução do número de empregos formais no setor de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, caindo para 16.988 em 1995, e 12.685, no final de 2002, voltando a aumentar a partir de 2003. Na década de 1990 houve uma política deliberada de fragilização dos serviços públicos acompanhadas pela política de privatização adotada em vários setores de utilidade pública. A privatização de vários setores de utilidade pública resultou em maiores lucros para o capital. Nessa década as atividades econômicas de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados, também apresentaram uma redução do número de empregos. As políticas neoliberais no Brasil particularmente no Estado do Paraná, objetivavam a redução dos custos do trabalho e maior flexibilização das relações de trabalho. Os dados da **Tabela 3** demonstram que, o efeito dessas políticas se contrapôs ao discurso da abertura econômica que defendia que tais iniciativas implicariam na geração de mais empregos no Estado do Paraná. Esse discurso foi difundido principalmente pela mídia e pelos meios de comunicação de massa e teve como principal consequência o crescimento do desemprego. O que ocorreu de fato foi a precarização de vários setores dos serviços públicos, reduzindo o número de empregos formais, principalmente daqueles ligados à saúde, aos serviços sociais estatais e aos serviços coletivos sociais e pessoais.

Em relação aos setores que se elevaram com a intervenção do Estado, principalmente a partir de 2003, podemos afirmar que os cursos de qualificação profissional oferecidos via PlanTeQ/PR, ao contemplarem determinadas atividades econômicas no Estado do Paraná, contribuíram para o desenvolvimento de alguns setores específicos da economia paranaense, principalmente mediante os cursos de qualificação oferecidos pelo SENAI/PR, SENAC/PR, SENAT/PR, FUNTEL, pela Associação Gerações e Talentos, pela ADESOBRAS e pela Fundação Cândido Garcia. Ambos os cursos oferecidos por estas executoras, foram direcionados em sua maior parte à indústria de transformação, construção, comércio e reparação de veículos, transporte, armazenagens e comunicações, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Portanto, as políticas públicas de qualificação adotadas no Brasil, nos últimos anos, revelam no Paraná, uma correlação entre os cursos e as vagas de emprego oferecidas e ocupadas.

Os dados também indicam que houve um crescimento significativo de empregos de maior estabilidade e remuneração, pouca rotatividade, maior qualificação reservados aos trabalhadores que possuem maior qualificação, enquanto que o adicional de ocupação na base

da pirâmide era formada por trabalhadores expostos à alta rotatividade no emprego, percebendo em sua maioria até 1,5 salário mínimo, subsidiados por Políticas Públicas de Emprego via PlanTeQ/PR, reorientadas por uma perspectiva fundamentalmente mercantil que impactou numa maior exploração da força de trabalho.

O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, 2012, p. 8).

Acompanhemos na **Tabela 4** a seguir os dados sobre as atividades em expansão no Estado do Paraná no período de 2006 a 2011, quanto ao número de empregos¹¹.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011

Paraná	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	98.737	99.713	111.608	109.824	106.428	104.730
Indústrias extrativas	5.137	5.328	5.617	5.722	6.930	6.237
Indústria de transformação	510.452	561.960	583.190	592.176	635.387	655.243
Eletricidade e gás	10.422	10.745	10.999	11.170	11.401	11.989
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	15.204	14.544	15.083	15.851	16.847	18.519
Construção	68.215	79.562	101.129	116.236	142.419	154.560
Comércio e reparação de veículos e motocicletas	452.077	488.368	525.203	550.805	585.955	617.790
Transporte, armazenagem e correio	105.616	110.573	118.480	123.127	135.255	148.983
Alojamento e alimentação	69.412	75.117	79.696	83.605	89.770	96.355
Informação e comunicação	37.002	37.774	39.880	39.940	47.788	51.710
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	41.892	44.762	46.008	46.405	49.237	51.335
Atividades imobiliárias	4.035	4.620	5.181	5.958	6.493	6.837
Atividades profissionais, científicas e técnicas	33.392	37.211	37.053	47.285	55.002	59.688
Atividades administrativas e serviços complementares	138.954	144.388	146.937	152.461	165.737	180.283
Administração pública, defesa e seguridade social	404.293	398.926	394.295	443.702	423.209	439.407
Educação	78.172	81.872	92.934	96.949	103.225	111.362
Saúde humana e serviços sociais	81.889	84.000	90.102	93.572	98.939	103.838
Arte, cultura, esporte e recreação	10.697	11.472	12.144	12.759	13.052	13.136
Outras atividades de serviços	84.500	86.748	87.123	88.875	90.120	87.086
Serviços domésticos	1.162	1.219	1.214	1.338	492	1.160
Org.anismos internacionais e outras Instituições extraterritoriais	30	29	19	29	29	29
Não classificado	-	-	32	-	-	-

Fonte: Seção CNAE 2.0, IPARDES, 2012. **Elaboração:** RADZINSKI, 2012.

¹¹ Em 1994, Jaime Lerner, foi eleito governador do Paraná, e em 1998, trocou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) pelo Partido da Frente Liberal (PFL). No período de 2003 a 2010, o Estado do Paraná foi governado pelo PMDB. No início de 2011, o Estado do Paraná passou a ser governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

É importante ressaltar que, nas últimas duas décadas, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido da Frente Liberal (PFL), foram os partidos políticos no Estado do Paraná que aglutinaram as maiores disputas políticas em torno do poder do Estado.

No que se refere à indústria de transformação, os cursos de qualificação profissional desenvolvidos via PlanTeQ/PR, contemplaram as atividades de fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos de vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, principalmente no período 2004 a 2006. Apesar do crescimento dessas atividades econômicas, os investimentos realizados no Estado do Paraná via PlanTeQ, foram reduzidos significativamente nos últimos anos. Nos anos anteriores a 2006, houve um maior número de trabalhadores concluintes dos cursos direcionados a esses setores, principalmente àqueles voltados para fabricação de produtos têxteis, confecções de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e artigos relacionados. É provável que boa parte dos cursistas qualificados via PlanTeQ/PR passaram a atuar nesses setores em expansão, inserindo-se no mercado de trabalho.

A qualificação da mão de obra no Estado do Paraná via PlanTeQ, associada ao Programa de Aceleração do Crescimento econômico desenvolvido em nível nacional contribuiu para o crescimento de boa parte dos empregos gerados no período de 2004 a 2010. As ações focalizadas do Estado via PlanTeQ em setores estratégicos da economia paranaense, contribuíram para alavancar o crescimento do número de empregos. No entanto, houve setores em expansão no Estado do Paraná que não foram contemplados pelos cursos de qualificação profissional oferecidos via PlanTeQ. São setores relacionados às indústrias extrativas e de transformação, os serviços especializados para construção, telecomunicações, atividades dos serviços de tecnologia da informação, atividades de serviços financeiros, atividades imobiliárias, atividades administrativas e serviços complementares, atividade de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde, artes, cultura, esporte e outras atividades que exigiam maior qualificação.

O Estado não realizou investimentos em qualificação profissional para empregos que exigiam maior qualificação dos trabalhadores, exceto alguns cursos. De modo geral os cursos oferecidos não estavam voltados para os setores em expansão que poderiam gerar empregos de maior estabilidade, menor rotatividade, melhores condições de trabalho, maiores salários e renda. Nesse sentido os cursos oferecidos via PlanTeQ/PR treinavam trabalhadores para atuarem principalmente na base da pirâmide social paranaense.

Esse direcionamento dado às Políticas Públicas de Emprego no Estado do Paraná comprometeu a eficácia e os resultados obtidos pelas ações de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego. Podemos identificar nas ações do PlanTeQ/PR a histórica diferenciação entre o trabalho manual e intelectual. Os cursos oferecidos pelas executoras estavam voltados principalmente para o desenvolvimento do trabalho manual e menos para o trabalho intelectual, favorecendo alguns setores em expansão, em detrimento de outros. Isso também ocorreu mediante a redução dos investimentos realizados na qualificação profissional dos trabalhadores e às dificuldades do Estado em acionar instituições que oferecessem cursos direcionados para esses setores em expansão. O crescimento de empregos gerados nas atividades de informação e comunicação, atividades financeiras e de seguros e serviços relacionados, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas e técnicas, indicam as exigências do capitalismo em sua fase de acumulação flexível, a necessidade de inovação e diversificação da produção, a busca de novos mercados e variadas fontes de lucro.

Conforme os dados da **Tabela 4**, boa parte dos empregos gerados no Estado do Paraná, no referido período, estavam relacionados aos setores de utilidade pública, como educação, saúde humana e serviços sociais, eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Esses setores em expansão podem ter ficado longe do alcance das políticas públicas de qualificação desenvolvidas via PlanTeQs em nível nacional e estadual. Há setores em que não é possível resolver o problema da qualificação com cursos de curta duração, a exemplo dos cursos oferecidos pelo PlanTeQ/PR, analisados no **Cap. 3**.

Os cursos técnicos oferecidos em outras instâncias pelo próprio Estado, juntamente com os cursos técnicos oferecidos pela iniciativa privada passaram a ser valorizados pelo mercado de modo geral, configurando-se como mais importantes que os cursos de curta duração oferecidos pelo Sistema Público de Emprego. O crescimento do número de empregos, o acesso à renda acompanhado por melhorias na qualidade de vida da população, principalmente de baixa renda fez com que um número cada vez maior de trabalhadores passasse a investir e reinvestir em sua qualificação de maneira individualizada.

A análise realizada por Pochmann (2012) indica que houve uma elevação da escolaridade dos trabalhadores brasileiros em praticamente todos os ramos de atividade nos últimos anos. A maior escolaridade dos trabalhadores pode ser constatada em diferentes faixas etárias, nos setores que geraram o maior número de empregos no Brasil, particularmente no Estado do Paraná. Os investimentos realizados em qualificação por parte dos trabalhadores podem ser observados mediante o crescimento dos cursos técnicos oferecidos principalmente pela iniciativa privada, pela abertura de instituições educacionais públicas e privadas. Os

programas sociais relacionados à educação que foram desenvolvidos pelos governos federal e estadual contribuíram para a elevação do número de alunos matriculados em instituições educacionais públicas e privadas de ensino técnico e superior. Os dados revelam que o processo de modernização e industrialização da economia paranaense está integrado às mudanças que vêm ocorrendo no Mundo do Trabalho, à globalização da economia e à mundialização do capital. Os empregos de maior qualificação e remuneração gerados exigem maior experiência, escolaridade e qualificação. Conseqüentemente, pode-se afirmar que há um processo de diferenciação cada vez maior entre os trabalhadores, entre aqueles que conseguem aferir maior escolaridade mediante a realização de cursos técnicos, aqueles que têm acesso ao ensino superior, àqueles que encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, aqueles que buscam investir na sua qualificação mediante a realização de algum curso de qualificação profissional via PlanTeQ/PR, aqueles que não possuem acesso à qualificação e ao emprego.

2.2 Empregos por atividade econômica no Paraná no período de 2003 a 2010.

Conforme dados do IPARDES, o número de empregos no setor de transporte terrestre no Paraná aumentou de 75.028 em 2004 para 103.379 em 2010, subindo para 126.580 em 2011. O número de empregos gerados no setor de transporte aéreo aumentou de 604 em 2004 para 1.919 em 2010, subindo para 2.095 em 2011. Em relação às atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagens houve um aumento de 14.352 empregos gerados em 2004 para 19.779 em 2010, subindo para 23.345 em 2011.

O setor de transportes vem se desenvolvendo de maneira acentuada no Brasil e de modo particular no Estado do Paraná nos últimos anos. Esse crescimento pode ser observado através das agências de viagens que oferecem pacotes turísticos, da redução do preço das passagens aéreas e conseqüentemente do número de pessoas que estão utilizando mais desses serviços prestados por empresas transnacionais. A expansão do transporte aéreo nos últimos anos pode ser observada mediante a elevação do número de viagens aéreas, os pacotes turísticos oferecidos principalmente à classe média que está viajando cada vez mais. O acesso ao crédito e as facilidades de pagamento ampliaram o número de empregos gerados neste setor. Esse processo revela a expansão da acumulação capitalista no Brasil, a modernização dos meios de transporte e comunicação e a internacionalização econômica. Os empregos gerados neste setor são praticamente reservados aos trabalhadores altamente qualificados, à classe média, à elite que percebe maiores salários. Através do crescimento do transporte aéreo

é possível perceber a elevação das distâncias de salário e renda que se instalam entre as classes sociais, a qualificação obtida pelos trabalhadores, o acesso aos bens e serviços, o acesso aos bens de consumo e a melhoria da qualidade de vida.

As ações do Estado no campo da qualificação profissional se diferem conforme as categorias de trabalhadores. Normalmente os trabalhadores que têm acesso à alta qualificação, conseguem se inserir nos empregos gerados nesse setor. A maioria dos trabalhadores, principalmente aqueles que dependem do desenvolvimento de Políticas Públicas de Emprego e delas são o principal público alvo, restam-lhes empregos precários, trabalho informal, flexível, geralmente de baixos salários. A maioria dos empregos gerados no Brasil nos últimos anos foi de baixos salários. A diferenciação das classes sociais no Brasil encontra-se em meio ao desenvolvimento das Políticas Públicas de Emprego que contemplam os trabalhadores de maneira diferenciada, conforme direcionamentos políticos, as disputas de interesses entre patrões e trabalhadores existentes nas relações Capital Trabalho.

As Políticas Públicas de Emprego desenvolvidas pelo Estado possuem vários direcionamentos, atendem aos interesses das classes sociais de maneira diferenciada, provém acesso diferenciado dos trabalhadores ao emprego, aos salários percebidos, atuando em conformidade com os interesses do capital. O crescimento do número de empregos nos últimos anos, bem como a redução das taxas de desemprego no âmbito nacional e estadual não têm contribuído para uma redução significativa das desigualdades sociais e das diferenças de classe. O acesso aos empregos de boa qualidade e remuneração de modo geral são reservados à elite e não estão disponíveis aos trabalhadores que buscam o Sistema Público de Emprego, àqueles que buscam melhorar sua qualificação profissional via algum curso de qualificação profissional oferecido via PlanTeQ/PR. Portanto, as políticas públicas existem para ajudar àqueles que apresentam dificuldades de inserção social ou não conseguem se inserir por conta própria, àqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Os pontos turísticos no Brasil são cada vez mais frequentados e movimentam a economia em nível nacional, regional e local. Muitos empregos gerados nesse setor podem ser associados à indústria do entretenimento, à sociedade de consumo, ao desenvolvimento do setor de comércio e serviços. Percebe-se que boa parte dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2003 a 2010, estavam voltados para atender essas demandas do mercado e às necessidades desse setor em expansão. Entre os cursos oferecidos podemos destacar aqueles relacionados aos serviços domésticos, serviços de supermercado, panificação, confeitaria,

culinária básica, cozinheiro, garçom, porteiro, camareiro(a) recepcionista, zelador de edifício, telefonista, vendedor e outros.

Os cursos oferecidos pelo SENAT/PR estavam voltados principalmente para o setor de transportes. Há necessidade de ressaltar a elevação da produtividade agrícola no Paraná, relacionando-a com o desenvolvimento do agronegócio. Empresas multinacionais e transnacionais podem estar utilizando inclusive da mão de obra qualificada via Sistema Público de Emprego para atuar na área rural, na indústria de transformação, bem como no trabalho dos motoristas de carga pesada no escoamento dessa produção até o porto de Paranaguá. No período da colheita formam-se filas intermináveis pelas rodovias paranaenses, escoando a produção para outros países, principalmente a produção de grãos, produtos primários para atender às necessidades de outros países que dependem dessa produção para alavancar suas economias. O desenvolvimento do setor agrícola está ligado ao desenvolvimento da indústria alimentícia e de transformação. Pode-se aferir que houve uma variedade de cursos oferecidos pelo PlanTeQ/PR que estavam voltados para atender essas demandas específicas do capital, entretanto, as exportações no Estado do Paraná não se restringem apenas às commodities, mas à exportação de produtos de alta tecnologia e alto valor agregado.

A construção teve um acentuado desenvolvimento no Brasil nos últimos anos. O crescimento desse setor pode ser observado mediante a elevação do número de pessoas que ingressaram no programa 'Minha Casa Minha Vida' do governo Federal que acontece em parceria com Estados, municípios, empresas e entidades 'sem fins lucrativos' entre elas, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Companhia de Habitação do Paraná.

No Brasil, ainda na primeira fase do programa foram construídas mais de 1 milhão de moradias. Os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) foram destinados exclusivamente para empreendimentos voltados para trabalhadores com renda de até R\$ 1.600 para a faixa 1 do programa. Nessa faixa o construtor é contratado para a produção do empreendimento e os beneficiários são indicados diretamente pelo poder público, sem a necessidade de comercialização das unidades habitacionais. Conforme previsão para a segunda fase, 2 milhões de casas e apartamentos serão construídos até 2014. O programa oferece algumas facilidades para os trabalhadores que possuem renda bruta de até R\$ 5.000,00, descontos, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais.

Segundo cálculos da Fundação João Pinheiro (2012), o déficit habitacional no Estado do Paraná era de aproximadamente 260,6 mil domicílios. O programa já contratou 124,5 mil unidades habitacionais sendo que 81,4 mil delas foram concluídas. Os recursos aplicados

ultrapassam R\$ 8 bilhões. As habitações serão construídas até 2014 e incluirão todas as três faixas do programa que beneficiarão famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1,6 mil, R\$ 3,1 mil e R\$ 5 mil por mês. Portanto, o programa procura suprir o déficit habitacional contemplando diferentes categorias de trabalhadores e seus rendimentos, incentivando às iniciativas privadas, associações, movimentos sociais, cooperativas, ‘entidades sem fins lucrativos’ para unir forças com o objetivo de resolver o problema habitacional no Brasil. Há uma aliança entre Capital e Trabalho que procura favorecer trabalhadores e empregadores.

No que se refere às Políticas Públicas de Emprego no Brasil podemos identificar diferenças importantes desde a implantação do PLANFOR ao desenvolvimento do PlanTeQ. No PLANFOR não havia integração dos cursos oferecidos com os demais programas sociais. Além dos cursos serem de curta duração, estavam voltados para a formação em massa dos trabalhadores. Em relação ao PlanTeQ desenvolvido em nível nacional, e particularmente no Estado do Paraná, houve uma correlação dos cursos desenvolvidos com os PAC 1 e 2 desenvolvidos em nível nacional. Portanto, boa parte dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período 2007 a 2010 estavam voltados para atender esse setor em expansão, especificamente os cursos de pedreiro, pintor, azulejista, eletricista e instalador predial, encanador, e outros. Essa análise dos cursos e suas especificidades será realizada no **Cap. 3**.

O desenvolvimento do PAC também levou em consideração os investimentos que haviam sido realizados em qualificação profissional no período anterior, entre 2004 a 2006. Os cursos executados serviriam de subsídio, inclusive. Portanto, o Estado passou a utilizar dos recursos humanos disponíveis no mercado de trabalho associando-os às políticas sociais que vinham sendo desenvolvidas na área social, tendo como público alvo, trabalhadores de baixa renda, desempregados, em busca do primeiro emprego, buscando suprir o déficit de empregos em nível nacional e estadual. Boa parte dos empregos gerados por atividade econômica no Brasil particularmente no Estado do Paraná apresenta-se como resultado das políticas sociais desenvolvidas via PAC 1 e 2 associadas aos PlanTeQs.

Entretanto, os cursos oferecidos via PlanTeQ de modo geral estavam voltados para o treinamento técnico, direcionado à capacitação dos trabalhadores para atuarem em funções específicas, principalmente no setor de comércio e serviços, conforme os empregos gerados no Brasil nos últimos anos. Nesse sentido, os cursos oferecidos, estavam em conformidade com as imposições do mercado de trabalho e dos setores em expansão. O direcionamento dos cursos para o mercado de trabalho procurando atender suas demandas, pode ser comprovado mediante o crescimento dos empregos por atividade econômica no Brasil e no Estado do Paraná.

2.3 O Plano Nacional de Qualificação adotado no período de 2003 a 2010.

A discussão pública ganhou novos contornos com a instituição do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em 2003, em substituição ao PLANFOR. Partindo de um balanço crítico do período anterior, o PNQ propôs mudanças no plano político, institucional, conceitual, pedagógico, ético e operacional (MTE/SPPE/DEQ, 2003). Sobretudo, realçou a noção de qualificação como construção social, questionou o discurso da empregabilidade e buscou centrar o entendimento da política pública de qualificação profissional na perspectiva dos direitos sociais. Manteve-se com isso a qualificação profissional como um campo em disputa.

Conforme Oliveira (2006, p. 117), o PNQ começou a ser implementado no segundo semestre de 2003, através dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQ) e dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQ), os quais substituem respectivamente, os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ) e as parcerias nacionais e regionais, da era do PLANFOR. Os PlanTeQs foram concebidos como uma responsabilidade compartilhada entre as Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, as Secretarias Estaduais e Municipais de Trabalho dos territórios envolvidos, as Delegacias Regionais do Trabalho e o próprio Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (DEQ/MTE). Basicamente, os PlanTeQ deviam ser elaborados a partir de ampla consulta aos diversos atores envolvidos, pelas Secretarias Estaduais do Trabalho que assumem a condição de gestoras do plano. Em seguida, o Plano devia ser aprovado pela Comissão Estadual de Trabalho e Emprego e remetido para a análise do DEQ/MTE.

Conforme a resolução nº 333/2003 do CODEFAT o público alvo e prioritário do PNQ deveria compreender “segmentos que tenham sido alvo de processos de exclusão e discriminação social” (DEQ/MTE, 2003a), para fins de aplicação de recursos do FAT, se estender aos trabalhadores sem ocupação, cadastrados no SPE ou beneficiários das demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda, particularmente ações de primeiro emprego, Seguro Desemprego, intermediação de mão de obra, microcrédito e de ações de economia solidária; trabalhadores rurais, agricultores familiares e outras formas de produção familiar, assentados ou em processo de assentamento, populações tradicionais, trabalhadores que trabalhavam em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; trabalhadores domésticos; trabalhadores em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva; trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social, de ações afirmativas de combate à discriminação, de ações envolvendo segurança alimentar, de

políticas de integração e desenvolvimento regional e local; trabalhadores egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas, trabalhadores libertados de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares egressos do trabalho infantil; trabalhadores do Sistema Único de Saúde, educação, meio ambiente, segurança e administração pública; trabalhadores de empresas incluídas em arranjos produtivos locais, de setores exportadores, setores considerados estratégicos da economia segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda e de setores econômicos beneficiados por investimentos estatais; trabalhadores gestores em políticas públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de políticas públicas e sociais.

A maior mudança ocorreu na definição da carga horária: mínimo de 75% de ações formativas denominadas cursos, que não poderiam ter carga horária inferior a 40 horas; até 25% de ações formativas denominadas seminários, oficinas, laboratórios e outras modalidades, cuja duração não poderia ser inferior a 16 horas e; média não inferior a 200 horas quando considerado o conjunto das ações (Resolução nº 333/2003, Art. 3º § 10). Essa resolução configurou-se como uma política de emprego direcionada, focalizada nas categorias de trabalhadores que sofreram exclusão social ou que ainda encontravam-se em processo de exclusão social.

A redução do volume dos recursos liberados pelo FAT a partir de 2003, assim como o sistemático atraso na sua liberação, a efetivação dos convênios anuais que regularizam a disponibilização dos recursos às exigências no cumprimento de cláusulas, os períodos curtos para licitação e execução das ações de qualificação, interrupções e longos intervalos até a efetivação do próximo convênio, a falta de responsabilidades maiores dos governos com a política pública de qualificação profissional, comprometeram a qualidade técnico pedagógica e as condições institucionais da política pública de qualificação profissional.

O capital para manter e ampliar suas margens de lucro e obter mais-valia defende a chamada ‘miniaturização’ do poder Estatal e sua não intervenção no mercado de trabalho e, quando lhe convém, nos momentos de crise econômica, recorre ao Estado para salvaguardar sua estrutura, seu funcionamento, os interesses de grupos econômicos e financeiros em detrimento dos interesses coletivos.

A busca de alternativas e soluções para os fatores que agravaram as condições de trabalho e contribuíram para o crescimento do desemprego nos anos 1990, entre elas a desregulamentação econômica, maior flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, além da privatização de empresas estatais, ocorreram por intermédio da descentralização das

Políticas Públicas de Emprego, via a divisão de responsabilidades, a cooperação entre União, Estados e municípios e as entidades da sociedade civil de modo geral. Por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional implantado em 2003 tinha por objetivo assessorar na formulação de diretrizes e políticas que garantissem o direito de todos à alimentação. Esse conselho fazia a articulação entre governo e sociedade civil para a proposição de ações e programas na área da alimentação e nutrição, como Bolsa Família, alimentação escolar, aquisição de alimentos da agricultura familiar, vigilância alimentar e nutricional, entre outros.

A análise realizada a seguir no **Cap. 3** indica que vários cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2003 a 2010, estavam relacionados às diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, entre eles os cursos de manipulação e industrialização de alimentos, gestão de empreendimentos solidários, auxiliar de panificação e confeitaria, formação em economia solidária e rede solidária de alimentação, produção e transformação do pescado, associativismo, cooperativismo e outros.

O programa Fome Zero estava articulado à merenda escolar e à agricultura familiar. Tais programas sociais estavam focados na redução da pobreza e desigualdades sociais. No entanto, a situação dos trabalhadores no campo vem se agravando ainda mais nas duas últimas décadas, devido ao processo de mecanização e modernização da produção, da compra de terras por multinacionais, da utilização de insumos químicos na maioria dos estabelecimentos agropecuários, geralmente ligados às grandes corporações internacionais e outros.

Com a implantação do Cadastro Único em 2004, o governo Lula unificou em um só benefício os programas Bolsa Escola, Bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás. Além desses, outros dois programas utilizavam o Cadastro Único: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil destinado a crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos e o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, assistência social a jovens entre 15 e 17 anos e que determina a capacitação destes para futura inserção no mercado de trabalho. Boa parte dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR a serem analisados no **Cap. 3**, estavam relacionados ao Programa Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, entre eles os cursos de auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais e produção, vendedores, corte e costura, manicuro, pedicuro, garçom e outros.

A redução das desigualdades no Brasil vem ocorrendo mediante o desenvolvimento de programas sociais. Entretanto, há necessidade de fazermos ressalvas e ponderações sobre as ações focalizadas do Estado mediante o desenvolvimento de inúmeros programas sociais

de transferência de renda, considerados estratégias importantes de combate à pobreza, sem que se altere significativamente o quadro de desproteção existentes.

Além da defesa do ‘Estado Mínimo’ adotado pelos neoliberais, a difusão da ideia de empreendedorismo na década de 1990, também contribuiu para diminuir a responsabilidade social do Estado perante o desemprego. A capacidade do trabalhador de tomar iniciativas, fazer suas próprias escolhas, encontrar alternativas, nichos de mercado, contribuiu para a criação de ocupações precárias, principalmente no setor de serviços. É importante salientar que, o governo Lula não provocou uma ruptura radical com a política de desenvolvimento econômico brasileiro, não mudou as Políticas Públicas de Emprego. O que mudou foi a política de qualificação profissional. Nosso objetivo aqui não se restringe a analisar as diferenças entre as políticas de governo desenvolvidas em cada período, mas, entender qual a correlação existente entre as políticas de governo e as políticas de qualificação profissional desenvolvidos em cada período, em cada contexto histórico econômico e suas diferenciações, suas características específicas e suas particularidades. O direcionamento político juntamente com a política econômica adotada no Brasil impactou de maneira decisiva nas políticas públicas que vinham sendo adotadas conforme a abordagem realizada sobre a trajetória histórica da qualificação profissional no Brasil.

Conforme a resolução nº 333 de 10/07/03, a qualificação realizada via Sistema Público de Emprego passou a ser integrada a outras políticas públicas de inclusão social, direcionada principalmente aos trabalhadores sem ocupação do Sistema Público de Emprego e àqueles que faziam parte do programa economia solidária. Conforme o Art. 2º dessa resolução, o PNQ deveria contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vista a contribuir para: a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos trabalhadores brasileiros; o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego; a elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos; a inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações; o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo; a elevação da

produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda e efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.

Em 2003, durante o primeiro ano do primeiro mandato do governo Lula quando foi elaborado o Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ), houve a elaboração do Plano Territorial de qualificação do Estado do Paraná (PlanTeQ/PR), para o período de 2004 a 2007, foi elaborado conforme a resolução 333/03 do CODEFAT e conforme as orientações do Departamento de Qualificação Profissional da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho. A elaboração desse plano revelava a disposição dos agentes locais da política pública de qualificação em promover mudanças em relação às diretrizes anteriores, mediante discussão das características locais da produção, das atividades ocupacionais em expansão, das oportunidades de geração de trabalho e renda e do perfil da mão de obra em cada um dos escritórios regionais existentes no Estado do Paraná.

As políticas públicas de qualificação profissional no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, foram associadas também aos programas de inclusão social desenvolvidos, principalmente no 1º mandato do governo Lula. Os cursos oferecidos via PlanTeQ/PR deveriam contemplar trabalhadores beneficiários do programa Fome Zero, Bolsa Escola, trabalhadores beneficiários de outras políticas de inclusão social, das políticas afirmativas relacionadas a questões de gênero, etnia e aos portadores de necessidades especiais. O detalhamento do público prioritário, praticamente definiu a direção das políticas públicas de emprego a serem adotadas nos anos seguintes. Acompanhemos na **Tabela 5** a definição do público prioritário das ações que deveriam ser desenvolvidas via PlanTeQ/PR.

TABELA 5 – PÚBLICO PRIORITÁRIO DE 2004 A 2007 ARTIGO 8º RESOLUÇÃO 333/2003

PÚBLICO PRIORITÁRIO DE 2004 a 2007	CURSISTAS	(%)
I. Trabalhadores sem ocupação do SPE e economia solidária	36.195	47,2%
II. Trabalhadores Rurais	7.674	10%
III. Trabalhadores Ocupados Autoemprego	5.459	7,1%
IV. Trabalhadoras Domésticas	1.535	2%
V. Trabalhadores – Reestruturação Produtiva	7.674	10%
VI. Trabalhadores – Inclusão Social	9.208	12%
VII. Trabalhadores em situação especial	768	1%
VIII. Trabalhadores dos Setores de Utilidade Pública	1.534	2%
IX. Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	2.856	3,7%
X. Gestores de Políticas Públicas	3.070	4%
XI. Outros Públicos	767	1%
Total	76.740	100%

Fonte: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SERT). Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP). Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná (PlanTeQ/PR 2004 a 2007). Curitiba, janeiro de 2004.

As ações a serem desenvolvidas via PlanTeQ no Paraná, no período de 2004 a 2007, deveriam contemplar 76.740 trabalhadores. A maior atenção deveria ser dada aos trabalhadores sem ocupação do Sistema Público de Emprego e economia solidária, totalizando 47,2%. Mediante a definição do público prioritário, podemos observar a vinculação da política pública de qualificação profissional dos trabalhadores a ser adotada em âmbito Nacional e Estadual, com as políticas de governo a serem adotadas no período de 2003 a 2006. É possível identificarmos a associação direta entre os trabalhadores sem ocupação do Sistema Público de Emprego com o programa economia solidária. Praticamente 50% das ações a serem desenvolvidas via PlanTeQ/PR, estavam direcionadas e articuladas com o programa economia solidária. No período anterior, essa articulação direta foi realizada com as instituições ligadas à qualificação profissional, ONGs, sindicatos e trabalhadores, no sentido de estabelecer parcerias.

No período de 2004 a 2010 praticamente 10% dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR estavam direcionados aos trabalhadores ocupados pelo autoemprego, autônomos e por conta própria, cooperativados, associados, autogestionados, micro e pequenos empreendedores. Os dados a serem apresentados no **Cap. 3**, indicam que houve tensionamentos políticos entre as políticas neoliberais que vigoravam no Brasil e os programas sociais desenvolvidos no 1º e 2º mandatos do governo Lula.

Conforme a **Tabela 5**, do total de 76.740 trabalhadores no Paraná que deveriam ser contemplados no período, 47,2% seriam trabalhadores sem ocupação do Sistema Público de Emprego e economia solidária, incluindo os programas de intermediação de mão de obra, primeiro emprego, microcrédito e de emprego e renda; 10% deveriam ser trabalhadores rurais, incluindo agricultores familiares, assalariados rurais, rurais não agrícolas, populações tradicionais étnicas, assentados ou em processo de assentamento, pescadores e piscicultores; 12% dos contemplados deveriam estar inseridos nos programas de inclusão social; 10% deveriam ser trabalhadores oriundos da reestruturação produtiva; 7,1% deveriam ser trabalhadores ocupados, autônomos e por conta própria, cooperativados e associados ou então, micro e pequenos produtores; 4% do público contemplado deveriam ser formados por gestores de políticas públicas; 3,7% dos programas de desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda; 2% dos setores de utilidade pública e 2% de trabalhadoras domésticas; somente 1% dos trabalhadores deveria estar em situação especial e 1% deveria pertencer a outros públicos.

A análise realizada posteriormente no **Cap. 3** indica que mais de 1/3 do público prioritário foi contemplado pelas ações do PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2007. Esse

capítulo apresenta o perfil das Comissões de Emprego atuantes no Brasil nos últimos anos. Conforme a análise realizada sobre o governo Lula, pode-se aferir que houve ampliação dos espaços de representação dos trabalhadores em nível Federal, Estadual e Municipal.

Na política neoliberal os interesses dos indivíduos se sobrepõem aos interesses coletivos. A busca do emprego é individualizada assim como a obtenção de Trabalho, Emprego e Renda. As ações de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego, mediante a implantação do PLANFOR, e as ações desenvolvidas mediante a criação do PNQ, especificamente via PlanTeQ, se diferem em relação à carga horária dos cursos oferecidos e aos investimentos realizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. A política econômica adotada implicou em imposições políticas do capital, do mercado de trabalho, das atividades econômicas e dos setores em expansão no país, das determinações do mercado financeiro internacional e da globalização econômica.

Os investimentos realizados na qualificação profissional dos trabalhadores via PlanTeQ/PR no período de 2003 a 2010, estavam relacionados à política econômica adotada no governo Lula, associados aos programas sociais desenvolvidos. Nesse sentido, os investimentos financeiros realizados na qualificação profissional dos trabalhadores via SPE, a participação dos parceiros nas ações do PlanTeQ/PR, os cursos oferecidos, o público alvo, os encaminhamentos e alocação dos trabalhadores não podem ser analisados fora deste contexto. As particularidades regionais, estaduais e municipais devem ser consideradas e relativizadas, porque estavam relacionadas ao cenário nacional e global e influenciadas por determinações sociais, políticas, econômicas e conjunturais. Se considerássemos apenas o volume dos investimentos realizados pelo FAT, as ações de qualificação profissional em massa realizadas via PLANFOR no período anterior, deveriam ser mais efetivas. Na contramão do volume de investimentos, a tendência do desemprego, do trabalho informal, autônomo, precário e flexível foi ascendente, no período do governo FHC.

No governo Lula, os investimentos realizados via PlanTeQ tiveram uma redução significativa, particularmente no Estado do Paraná. Entretanto, a tendência de crescimento do emprego formal e consequente inflexão da informalidade, manteve-se praticamente uma constante no período analisado. Do PLANFOR ao PNQ, as Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, foram reavaliadas e reestruturadas. A descentralização dessas políticas e os programas sociais desenvolvidos passaram a atuar diretamente no mercado de trabalho, conforme o processo de expansão capitalista no Brasil e as necessidades do capital.

As políticas de geração de Trabalho, Emprego e Renda, passaram a ser direcionadas pelos representantes políticos, gestores e funcionários públicos, conselheiros do trabalho

Estadual e Municipal, integrantes do FAT e CODEFAT, por aqueles que estavam à frente das decisões políticas, muitas vezes atendendo às determinações do mercado de trabalho e em algumas circunstâncias, influenciados pela conjuntura internacional e, em outras, pela política econômica adotada no país. Houve uma retomada do crescimento econômico e da acumulação capitalista no Brasil.

Conforme a política econômica adotada no Brasil no período de 2003 a 2006, o principal alvo das ações de qualificação profissional eram os trabalhadores rurais, trabalhadoras domésticas, trabalhadores com necessidades especiais, trabalhadores do programa economia solidária, Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, beneficiários do Seguro Desemprego, primeiro emprego, aqueles que encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, trabalhadores desempregados, chefes de famílias, aqueles trabalhadores que possuíam acima de 40 anos de idade e estavam em busca do emprego perdido e de modo geral, aqueles que não possuíam Trabalho, Emprego e Renda, aqueles que possuíam renda e salário, mas que era insuficiente para si e sua família, e por fim, aqueles que pretendiam melhorar sua qualificação, sua renda e seu salário.

Após o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC 1), no final de janeiro 2007, houve mudanças em relação às ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ, especificamente no Estado do Paraná. Devido às recomendações do CODEFAT e previsões orçamentárias, manteve-se praticamente o número de cursistas e dos serviços prestados pelas Instituições do Sistema S e outras. Houve uma redução de mais de 50% das outras Instituições ‘sem fins lucrativos’, parceiras do PlanTeQ/PR, em relação ao ano anterior e, a partir de 2008, houve uma redução dos investimentos realizados e, conseqüentemente, do número de cursistas concluintes.

O valor pago pelo Sistema Gerencial de Ações de Emprego (SIGAE) às executoras dos cursos de qualificação profissional parceiras do PlanTeQ no Estado do Paraná, no período de 2004 a 2010 foi equivalente a R\$ 18.741.549,00. Os investimentos realizados anualmente foram de R\$ 3.819.603,00 em 2004, R\$ 3.791.320,00 em 2005, R\$ 3.197.321,00 em 2006, R\$ 3.577.148,00 em 2007, R\$ 1.440.017,00 em 2008 e R\$ 1.287.970,00 em 2009 e 1.628.107,00 em 2010. O investimento médio entre 2004 a 2007 foi de aproximadamente R\$ 3,5 milhões e entre o ano de 2008 a 2010 de praticamente R\$ 1,5 milhão. Essa redução dos investimentos ocorreu ao lado da redução dos índices de desemprego e crescimento do número de empregos.

O valor pago pelo SIGAE às entidades executoras não é suficiente para afirmar que a lucratividade e expansão dessas Instituições ‘sem fins lucrativos’ atuantes no PlanTeQ/PR no período analisado estão relacionadas aos cursos oferecidos. O predomínio das Instituições do

Sistema S se deve à trajetória histórica, à infraestrutura disponível, aos recursos humanos e financeiros, à confiabilidade e aos compromissos sociais dessas Instituições. Há necessidade de fazermos ressalvas e ponderações em relação às demais executoras. De um lado, algumas podem ter sido parceiras das políticas públicas de qualificação profissional com a finalidade exclusiva de obter recursos do FAT, mas não podemos afirmar isso como uma tendência. De outro lado, podemos perceber o processo de acumulação capitalista e centralização do capital no Brasil, mediante o predomínio das grandes Instituições educacionais sobre as pequenas. A concorrência entre elas não se difere das empresas capitalistas ligadas à produção e dos bens de capital duráveis e não duráveis. No que se refere ao crescimento de capital das Instituições ‘sem fins lucrativos’ que estavam ligadas à qualificação profissional dos trabalhadores, outras pesquisas podem ser realizadas.

O art. 2º da resolução nº 333/2003 do CODEFAT estabelecia os objetivos das políticas públicas de qualificação profissional para o período de 2003 a 2007. As ações de qualificação social e profissional do Brasil deveriam: Estar integradas e articuladas com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, com vistas a contribuir para a formação integral intelectual, técnica, cultural e cidadã, para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho, da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego; Contribuir também para a elevação da escolaridade dos trabalhadores por meio da articulação com as políticas públicas de educação e em particular com a educação de jovens e adultos; Servir para auxiliar na inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações, para o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo e elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda; Propiciar efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.

Em relação aos objetivos do PlanTeQ/PR, nos dois mandatos do governo Lula, podemos observar sua efetividade mediante sua integração e articulação com outras políticas sociais, com outras políticas de Trabalho, Emprego e Renda, com as políticas de governo, diferentemente das políticas públicas de qualificação profissional desenvolvidas no período anterior, a partir da metade da década de 1990, com a implantação do PLANFOR. No que se refere à formação integral intelectual, técnica, cultural e cidadã, faz-se necessário ressaltar

que os cursos de qualificação oferecidos no referido período estavam voltados principalmente para uma formação técnica, pontual, focalizada, direcionada para as atividades em expansão, para os empregos gerados principalmente no setor privado que incorporavam boa parte dos trabalhadores cursistas do PlanTeQ/PR.

As ações desenvolvidas via PlanTeQ/PR ao serem associadas aos programas de governo, contribuíram para a redução da pobreza e da inclusão social dos trabalhadores mas não auxiliaram necessariamente na redução das desigualdades sociais e em muitos casos elas podem ter se acentuado ainda mais, porque o mercado de trabalho no Brasil tornou-se mais competitivo e consequentemente seletivo diante das exigências capitalistas que fazem com que os trabalhadores tenham acesso diferenciado ao emprego de maior ou menor qualidade, de maior ou menor qualificação, de maior ou menor rotatividade, formal ou informal, instável, flexível, precário, empregos sujeitos à maior ou menor segurança e estabilidade.

Conforme RADZINSKI (2007), a maior permanência no mercado de trabalho pode ser observada entre os trabalhadores que possuem maior escolaridade, tempo de experiência, indicação, boas referências, em detrimento dos trabalhadores que se encontram em desvantagem, sofrem com as consequências do trabalho instável, precário, flexível, sendo levados muitas vezes a mudar constantemente de emprego e profissão, principalmente os jovens, muitas vezes alvo das estratégias adotadas pelo capital, que busca intensificar a exploração dessa força de trabalho.

A avaliação do Plano Territorial de Qualificação no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, associada ao desenvolvimento de outras Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, de educação e de desenvolvimento, dos programas sociais desenvolvidos principalmente no 1º mandato do governo Lula, os dados sobre o crescimento do emprego e redução da taxa de desocupação, bem como a inflexão da informalidade, repercutiram num redirecionamento das políticas públicas de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQs.

O art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008, referente ao Plano Plurianual 2008 a 2011, do governo Federal, reestabelece os Planos Territoriais de Qualificação, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais que juntos constituem o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Após a elaboração dessa resolução houve redução dos investimentos realizados via PlanTeQ/PR, no período de 2008 a 2010. A avaliação sobre as Políticas Públicas de Emprego integradas e articuladas com os programas de governo adotadas no 1º mandato do governo Lula, principalmente a avaliação do PlanTeQ no Estado do Paraná, resultaram em mudanças e redirecionamentos políticos. As executoras

que não correspondiam com as exigências das políticas de governo e não apresentavam afinidades com a política econômica adotada, foram extintas inclusive muitos cursos que vinham sendo oferecidos anteriormente e aquelas que apresentavam afinidades com a política econômica adotada foram predominantes, principalmente aquelas que ofereciam cursos que contemplavam a indústria de transformação, a construção civil, o turismo, o setor de transportes, comércio e serviços.

Os motivos da redução do número de executoras que não estavam vinculadas ao Sistema S podem estar relacionados à confiabilidade, aos compromissos assumidos, aos empregos gerados por atividade econômica conforme a política econômica adotada no governo Lula. Os empregos gerados no Brasil nos últimos anos estavam relacionados à maior parte dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelas Instituições do Sistema S, entre elas a indústria de transformação, a construção, ao comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, ao transporte, armazenagem e correio, aos empregos gerados na atividade econômica de alojamento e alimentação. Entre os cursos direcionados às atividades econômicas em expansão, oferecidos pelas demais executoras, os que apresentaram descontinuidade foram os cursos de empreendedorismo, gestão de empreendimentos individuais e solidários, cooperativismo e associativismo, formação em rede solidária de alimentação e do vestuário articulados ao programa economia solidária, artesanato, reciclagem, e outros. Esses, geralmente estavam voltados para pequenos empreendimentos, trabalho autônomo, por conta própria e outros. O crescimento do emprego formal fez com que diminuísse a procura por cursos relacionados a essas atividades que outrora eram consideradas importantes alternativas de obtenção de Trabalho, Emprego e Renda.

Como forma de viabilizar a estratégia de desenvolvimento, o Plano Plurianual 2008 a 2011 priorizou: as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda, a elevação da qualidade da educação, o aumento da produtividade e da competitividade, a expansão do mercado de consumo de massa, a utilização da diversidade dos recursos naturais de forma sustentável, a melhoria da infraestrutura, inclusive urbana, nas regiões metropolitanas, a redução das desigualdades regionais, a segurança e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

O Plano Plurianual 2008 a 2011 incorporou a dimensão territorial em seu planejamento com o intuito de promover: a superação das desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da coesão social e unidade territorial, os potenciais de desenvolvimento sustentável das diferentes regiões, a valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica

da população, o uso sustentável dos recursos naturais, o apoio à integração sul-americana e o apoio à inserção competitiva autônoma no mundo globalizado.

Para impulsionar a estratégia de desenvolvimento, o Governo Lula reforçou o conjunto dos programas do Plano Plurianual 2008 a 2011 dando prioridade a Agenda Social, ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Agenda Social compreende um conjunto de iniciativas prioritárias com ênfase: nas transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares, no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos, na cultura e na segurança pública. A prioridade é a parcela da sociedade mais vulnerável. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob uma abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade da educação básica no sentido de mobilizar a sociedade para a importância da educação envolvendo pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência dos alunos nas escolas. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo Lula em janeiro de 2007 é um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo.

Outra estratégia utilizada pelo governo Lula para impulsionar crescimento econômico e desenvolvimento social estava relacionada à lei geral da micro e pequena empresa, do microempreendedor individual, ou seja, aqueles que desenvolvem pequenos empreendimentos e, em sua maioria informal, passaram a ser incentivados no Brasil desde julho de 2009. A lei permite que manicuros, costureiros, pintores, mecânicos, feirantes e outros profissionais, possam se formalizar. Podemos dizer que a formalização do emprego doméstico, inclusive a formalização do microempreendedor individual contribuíram para a elevação da taxa do emprego formal no Brasil. Para ser um empreendedor individual é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. As atividades que se enquadram no trabalho do microempreendedor individual são comércio e indústria em geral e serviços de natureza não intelectual sem regulamentação legal como lavanderia, salão de beleza, agência de viagem, entre outros.

O objetivo da lei é atender um público estimado entre 11 e 20 milhões de brasileiros que vivem na informalidade, uma lista com cerca de 200 profissões que estarão aptas a

receber os benefícios da Lei Complementar nº 128/2008, entre elas: açougueiro, artesão em cortiça, bambu e afins, artesão em couro, azulejista, cabeleireiro, costureiro, cozinheiro, curtidor de couros, doceira, eletricitista, encanador, esteticista, marceneiro, moveleiro, pescador, pintor, torneiro mecânico, soldador, padeiro e outros. Boa parte dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR estavam relacionados a essas profissões. Após a criação da lei muitos desses cursos deixaram de ser oferecidos no Sistema Público de Emprego devido aos incentivos realizados no trabalho do microempreendedor individual. O registro é feito totalmente online, via portal do empreendedor. A formalização dessas profissões ocorre mediante o pagamento mensal de 5% do salário mínimo, equivalente a R\$ 31,10, R\$ 5 de Imposto sobre Serviços e R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços. Pagando essas contribuições, o empreendedor individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria e pode registrar até um empregado com custos mais baixos, é enquadrado no Simples Nacional e fica isento dos tributos federais, como imposto de renda, Programa de Integração Social, COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Tal iniciativa indica a ação do Estado de buscar formalizar o trabalho informal de suprir o déficit orçamentário da previdência, seja mediante aumento da arrecadação de impostos e outras futuras reformas.

As Políticas Públicas de Emprego são altamente flexíveis às oscilações do mercado de trabalho, às políticas de governo adotadas em âmbito nacional, estadual e municipal. No governo FHC, com o crescimento do desemprego em massa, conseqüentemente a qualificação dos trabalhadores via Sistema Público de Emprego também passou a ocorrer em massa. No governo Lula, as Políticas Públicas de Emprego passaram a ser associadas à política econômica visando maior regulamentação das relações Capital Trabalho, inclusão social, obtenção de Trabalho, Emprego e Renda no sentido de fortalecer a base da pirâmide social brasileira, amortizando os impactos da crise internacional capitalista mediante o aquecimento do mercado de trabalho, acesso e estímulo ao mercado de consumo interno.

As mudanças decorrentes do mercado de trabalho podem atribuir à qualificação profissional, determinada responsabilidade social, delegá-la à iniciativa privada, às instituições ‘sem fins lucrativos’, às ONGs, aos sindicatos, à iniciativa individual dos trabalhadores e à sociedade de modo geral. Elas se apresentam como flexíveis às oscilações do mercado de trabalho, às demandas de mão de obra qualificada ou ao aumento de sua demanda no mercado de trabalho. Elas configuram-se num campo de disputas entre os atores sociais envolvidos e não são dissociadas do mercado de trabalho.

As ações de qualificação profissional via PlanTeQ/PR estavam relacionadas à maior parte dos empregos gerados pelas atividades econômicas em expansão no Estado do Paraná. Mediante maior fortalecimento da base da pirâmide social brasileira, as ações de qualificação profissional dos trabalhadores via Sistema Público de Emprego, foram associadas aos programas sociais de maior alcance, contribuindo para a mobilidade da base da pirâmide social brasileira, àquela parcela da população que não se contentava mais com os programas focados apenas na pobreza e miséria.

As ações do PlanTeQ/PR estavam focadas na dívida social brasileira com as camadas subalternas da sociedade, apesar de suas ações não conseguirem suprir o déficit social em várias áreas sociais. A partir da criação do PAC, as ações do PlanTeQ/PR passaram a contemplar os trabalhadores que lutavam para manter suas posições no mercado de trabalho, buscavam maior renda e salários, àqueles que estavam dispostos a ascender socialmente, mesmo servindo ao capital e não mediam esforços para isso, realizando sacrifícios para poder reposicionar-se socialmente a exemplo do programa ‘Minha Casa Minha Vida’. É evidente que esse reposicionamento social também ocorreu no topo da pirâmide social brasileira e estava relacionado aos profissionais liberais, àqueles que possuem elevada renda e salários, objetos de estudo de presentes e futuras análises.

A seguir, buscamos entender a correlação das Políticas Públicas de Emprego no Brasil, particularmente no Estado do Paraná com o contexto de crise econômica internacional. Apesar dos diferentes contextos econômicos de cada país, nos interessou entender a posição do Brasil frente à crise econômica internacional, ocasionada pelo processo de globalização. Nossa análise não é suficiente para explicar as múltiplas causas e consequências desse processo em desenvolvimento, entretanto, buscamos relacionar alguns de seus aspectos com as políticas públicas de qualificação profissional adotadas no Brasil e no Estado do Paraná, principalmente no período de 2008 a 2010, especificamente via PlanTeQ/PR. Outras análises podem ser desenvolvidas para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento do sistema econômico capitalista no âmbito local, regional, estadual, nacional e global.

Nossa análise indica que, houve uma combinação entre as Políticas Públicas de Emprego e os programas sociais desenvolvidas no 1º e 2º mandatos do governo Lula, uma combinação entre avanços econômicos e progresso social, entre crescimento econômico e controle da inflação, entre crescimento do emprego e redução do desemprego. Existem afinidades do PlanTeQ/PR que podem ser relacionadas aos interesses das Instituições ‘sem fins lucrativos’, ONGs, Sindicatos e outras instituições parceiras das políticas públicas de qualificação profissional dos trabalhadores no sentido de buscarem conciliar crescimento

econômico e social com a redução nas desigualdades sociais. Pode-se dizer que os cursos de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo manifestavam essa pretensão de conciliação de interesses da classe trabalhadora com os interesses do sistema econômico capitalista brasileiro.

Compreende-se que houve um processo de retomada da intervenção do Estado no mercado de trabalho mediante o desenvolvimento de políticas de longo prazo via crescimento do produto interno bruto, da economia formal e do mercado de consumo de massa. Essa aceleração do desenvolvimento econômico e social foi alavancada pela manutenção da estabilidade macroeconômica, controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade das contas externas do país diante de choques internacionais. Nesse sentido, a reação do governo Lula frente à crise internacional de 2008 foi aumentar os investimentos nos setores de utilidade pública, na área social, em educação, infraestrutura, saneamento básico e outros.

Esse aumento pode ser observado na previsão orçamentária do Plano Plurianual 2008 a 2011 para o Estado do Paraná em praticamente todas as secretarias e departamentos, exceto no setor do transporte rododiferroviário que não houve previsão alguma. Os principais investimentos previstos estavam relacionados à indústria de transformação, à educação, às atividades profissionais, científicas e técnicas, à saúde humana e serviços sociais, à habitação, à infraestrutura, ao saneamento básico e outros. De modo geral houve maiores investimentos nos setores públicos que contribuíram para a geração de um maior número de empregos nos setores relacionados. No 2º mandato do governo Lula, o enfrentamento dos impactos da crise econômica capitalista internacional ocorreu mediante maior fortalecimento do aparato Estatal, geração de empregos nos setores públicos e na iniciativa privada. O governo estimulou o comércio interno reduzindo a taxa de juros em até 8,75%, expandiu o acesso ao crédito, subsidiado por bancos públicos e privados. Dados do Banco Central indicam que em 2011 os investimentos estrangeiros diretos no Brasil atingiram US\$ 69,1 bilhões, equivalente a 2,78% do PIB. As reservas internacionais brasileiras atingiram um recorde de US\$ 350 bilhões nesse mesmo ano. Esse volume de investimentos estrangeiros tende a permanecer forte com a aproximação de eventos internacionais como a copa do mundo em 2014 e as olimpíadas em 2016. Na área energética o Brasil tornou-se autossuficiente na produção de petróleo. Atualmente e nos próximos anos, maiores investimentos serão realizados na exploração do pré-sal e gás natural na faixa litorânea de 800 quilômetros entre o Espírito Santo e Santa Catarina. Além desses investimentos, o Brasil é o maior exportador de etanol do mundo, biocombustível produzido a partir da cana de açúcar. Percebe-se que os investimentos

estrangeiros diretos, o estímulo ao consumo interno subsidiado pelo acesso ao crédito e redução de impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a linha branca (fogões, máquinas de lavar e geladeiras, carro e computadores), além dos programas governamentais de incentivo à indústria, aos microempresários, empreendedores individuais, pequenas empresas e outros, contribuíram para a redução dos impactos da crise internacional capitalista no Brasil. Essas medidas contribuíram para o crescimento econômico com geração de Trabalho, Emprego e Renda. O crescimento econômico e fortalecimento do mercado interno contribuíram para a elevação do número de empregos gerados tanto em setores públicos quanto privados. Os dados do IPARDES (2012) confirmam essa tendência de crescimento do número de empregos no Estado do Paraná e maior inserção dos trabalhadores qualificados via PlanTeQ/PR no mercado de trabalho.

Um dos reflexos mais visíveis da crise internacional na economia brasileira esteve relacionado à queda das principais ações comercializadas na BM&FBovespa, devido os investidores não investirem em ações sujeitas a oscilações e aplicarem seu capital onde há maior segurança financeira. A BM&FBovespa é uma companhia de capital brasileiro formada em 2008, a partir da integração das operações da bolsa de valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros. Como principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais, a companhia desenvolve, implanta sistemas para negociação de ações, derivativos de ações, títulos de renda fixa, títulos públicos federais, derivativos financeiros, moedas à vista e commodities agropecuárias. Os investidores muitas vezes vendem seus papéis para cobrir perdas em outros mercados e as grandes empresas que dependem desses financiamentos externos não encontram linhas de crédito disponíveis, seus projetos ficam comprometidos e empregos deixam de ser gerados no país.

No entanto, cerca de 260 companhias listadas na BM&FBovespa duplicaram seus lucros nos últimos anos, entre elas algumas empresas estatais. Os lucros obtidos por essas empresas na bolsa de valores de São Paulo, revelam o fortalecimento do sistema econômico capitalista brasileiro. Apesar de haver uma mobilidade social na base da pirâmide social brasileira, o processo de acumulação flexível e centralização do capital, tem intensificado a concorrência entre empresas nacionais e internacionais. A redução dos índices de desemprego e inflexão do trabalho informal não foi acompanhada por uma maior distribuição dos lucros derivados da produtividade. Ao analisar algumas particularidades da crise internacional capitalista, podemos estabelecer algumas relações entre as ações desenvolvidas pelo Estado no campo da qualificação profissional via PlanTeQ/PR com o processo de acumulação capitalista, ou seja, como elas foram efetivadas em termos de Brasil.

2.4 Alterações das relações Capital Trabalho na base da pirâmide social brasileira.

Segundo Pochmann (2012, p. 29), em 2009, os ocupados com até 1,5 salário mínimo, absorviam 24,5% do total da remuneração do trabalho no país, de 1,5 a 3 salários mínimos, 25,8%; de 3 a 5, 14,5% e 35,3% mais de 5 salários mínimos. Essa desigualdade de rendimentos revela o padrão de trabalho existente e, conseqüentemente, da política macroeconômica do país. Há uma polarização entre trabalhadores que se encontram no topo da pirâmide social brasileira, os detentores de maior renda derivada principalmente da propriedade, e os trabalhadores que estão na base dessa pirâmide. Por exemplo, o setor da construção civil, inseriu um contingente significativo de trabalhadores no Estado do Paraná na última década. O desenvolvimento acentuado desse setor vem sendo financiado por altos investimentos imobiliários. Há uma reconfiguração do sistema econômico capitalista brasileiro, associando aos investimentos da iniciativa privada com Políticas Públicas de Emprego, por exemplo, mediante o desenvolvimento do programa ‘Minha Casa Minha Vida’. Percebe-se que houve uma elevação do número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho paranaense nesse setor nos últimos anos.

Verifica-se que a expansão das ocupações na base da pirâmide social, por intermédio da concentração do saldo líquido dos empregos para trabalhadores de salário de base, tem sido acompanhada tanto pelo retorno da acelerada mobilidade social como pelo crescimento do consumo de bens e serviços associados à economia popular (POCHMANN, 2012, p. 31).

Esse realinhamento do capitalismo brasileiro se fez presente na definição das ações prioritárias e do público alvo do PlanTeQ/PR. Na década de 2000, quase 60% das ocupações geradas absorveram mulheres. O número de mulheres concluintes dos cursos de qualificação oferecidos no 1º e 2º mandatos do governo Lula coincide com a porcentagem das ocupações geradas no país para mulheres. A faixa etária e a escolaridade dos concluintes no SPE no Paraná, também se aproximam das ocupações que mais absorveram mão de obra restante do Brasil.

Conforme Pochmann (2012, p. 36-37), “na década de 2000, quase 85% do total das vagas abertas destinavam-se a trabalhadores de salário base com escolaridade equivalente ao ensino médio”. Em comparação com a década anterior, elas representavam 68,3% do total. Houve uma elevação da escolaridade em relação às profissões, acompanhada por maiores exigências do mercado de trabalho. No âmbito nacional, a presença maior da mulher no total de ocupações de baixa remuneração tem sido crescente.

As maiores ocupações geradas para trabalhadores de salário de base segundo o setor de atividade econômica, eram da indústria da construção 41,7%, indústria de transformação 59,9%, transporte, armazenagem e comunicação 71,9%, comércio de mercadorias 82,3% e outros serviços auxiliares, coletivos, sociais e pessoais, 113,3%. No ano de 2009, o Brasil registrou a maior participação do emprego formal no total da ocupação de salário de base dos últimos 40 anos. Nesse ano, 43% dos ocupados possuíam mais de 9 anos de escolaridade.

Em relação às características do trabalho para famílias no Brasil, Pochmann (2012, p. 47-68) apresenta dados relevantes que se relacionam como o período analisado no Estado do Paraná. O curso de cuidador de idosos indica uma preocupação com o envelhecimento da população brasileira. Pode ser relacionado ao alongamento da expectativa média de vida e com a ampliação dos serviços no lar. A oferta de tal curso relaciona-se mais à combinação da concentração da renda e riqueza com a existência de parcela significativa da força de trabalho sobrando às atividades desenvolvidas nos setores públicos e privados. Em 2009, havia 7,2 milhões de trabalhadores domésticos. Desses, somente 26,3% possuíam vínculo formal de trabalho. O autor constata que o emprego com carteira assinada dos trabalhadores domésticos cresceu em média, 0,8% ao ano.

Ao comparar os dados com os cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, percebe-se que muitos dos cursistas encontravam-se numa situação semelhante, distantes da regulamentação das relações de trabalho, da efetivação das normas contratuais, entre eles, manicuro e pedicuro, cabeleireiro, empregados domésticos e outros. As tentativas de estabelecer normas contratuais, principalmente em relação ao trabalho no lar, não apresentaram os resultados esperados. Segundo Pochmann (2012, p. 60), “esse segmento responde por um a cada dois postos de trabalho assalariados sem carteira assinada, além de absorver 30,5% das vagas de autônomos que geralmente funcionam sem proteção social e trabalhista no Brasil”. O que se percebe em relação aos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, é que boa parte dos cursos estavam direcionados para esse tipo de trabalho.

Em relação às ocupações do setor primário, Pochmann (2012, p. 68-84) apresenta dados que podem ser relacionados aos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período analisado. No que se refere à renda em 2009, pouco mais de 15% do conjunto dos trabalhadores encontravam-se ocupados no setor primário, equivalente a 15,6 milhões de pessoas. Desses, 87% recebiam até 1,5 salário mínimo mensal. Em relação à década anterior, houve aumento da escolaridade, elevação da faixa etária ocupada nesse setor e uma proporção maior de mulheres em praticamente todos os setores ocupados, entre eles, na agricultura, na pecuária e no extrativismo mineral e vegetal e outras atividades econômicas. Em relação à

composição das ocupações dos trabalhadores no setor primário, o Estado do Paraná teve uma redução de 9,3% em 1980, para 5,5% em 2009. Os dados indicam que houve uma intensificação do processo de mecanização do campo seguida de uma redução do número de trabalhadores alocados. Em relação a outras regiões do Brasil, o autor registra que no ano de 2009, as regiões Norte e Nordeste aumentaram levemente suas participações relativas entre o total dos ocupados no setor primário. A maior elevação no peso relativo do total de ocupação do setor primário ocorreu no Estado da Bahia, aumentando de 11,6% para 14,7%. Na região Nordeste existem projetos direcionados à produção agrícola relacionados às Políticas Públicas de Emprego, desenvolvidos em parcerias com as universidades que buscam levar o desenvolvimento econômico e social.

Mediante o PlanTeQ/PR, no período analisado foram oferecidos vários cursos direcionados para a produção de leite e derivados, para a manipulação de alimentos, inclusive os cursos de formação em rede solidária de alimentação, empreendimentos solidários e outros. De um lado, podemos constatar o crescimento do número de empregos de baixa qualificação e remuneração na região norte e nordeste. De outro, esse projeto de desenvolvimento nacional em curso pode estar sendo favorável à concentração e centralização do capital nas regiões mais ricas no país. Em outros termos, as mudanças em curso que vêm ocorrendo na base da pirâmide social brasileira podem acentuar ainda mais diferenças regionais, sociais, econômicas e históricas.

Apesar de haver leis federais ainda existem lugares no Brasil que há condições degradantes de trabalho, desrespeito às leis trabalhistas, onde há denúncias de trabalho escravo e infantil, geralmente em regiões de menor histórico de lutas e organizações sindicais. Conforme as estatísticas da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), em 2010, o Paraná foi o 5º Estado em registro de trabalho análogo ao de escravo, com a liberação de 120 pessoas. No final de 2011, o Ministério do Trabalho divulgou uma lista de 16 nomes de fazendas e empresas paranaenses que utilizavam trabalho análogo à escravidão. Nesse ano, foram resgatados 250 trabalhadores em regime de escravidão. Conforme Censo do IBGE (2010), o trabalho infantil aumentou no Paraná na última década. Entre 2000 e 2010, o índice de crianças de 10 a 13 anos que trabalhavam cresceu de 36.459 casos para 42.118 casos de trabalho infantil em todo o Estado. Apesar dos avanços obtidos na área social na última década no Brasil, a não erradicação do trabalho escravo e infantil revela uma contradição social e falta do desenvolvimento de políticas educacionais de longo prazo.

Em relação à obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, percebe-se um nítido processo de precarização do trabalho disponível às classes subalternas no Brasil. No que se

refere ao trabalho autônomo, em 2009, 22,9 milhões de ocupados eram assim classificados. Segundo Pochmann (2012, p. 79), “a presença feminina passou de 13,1%, em 1970 para 37,3% do total das ocupações autônomas em 2009”.

Os dados apresentados anteriormente indicam que há um deslocamento das posições na base da pirâmide, principalmente no que se refere às condições de trabalho, obtenção de trabalho precário, autônomo, informal, terceirizado, acentuando ainda mais as diferenças que se referem à faixa etária, escolaridade, cor e gênero, por exemplo, cada vez mais, o trabalho nas atividades primárias e autônomas vem sendo exercido por mulheres e pela população não branca. Entretanto, há necessidade de levar em consideração o tipo de emprego, as ocupações, os salários percebidos, as condições de trabalho, os setores em desenvolvimento, o nível de representação sindical e a obtenção de direitos trabalhistas.

Compreende-se que a possível inserção dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou em processo de exclusão social enquanto Políticas Públicas de Emprego fazem-se necessárias. No entanto, são insuficientes para resolver problemas estruturais e conjunturais que atingem a classe trabalhadora. Os resultados das recentes políticas sociais de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil ainda estão por serem analisados, apesar das mudanças em relação às estruturas sociais, às estratégias de inclusão e inserção social, os redirecionamentos políticos e às concepções ideológicas. No que se refere à composição do trabalho autônomo no Estado do Paraná, houve a redução de 1%, passando de 6,5%, em 1980 para 5,5%, em 2009.

Os cursos de operador de máquina de costura industrial, corte e costura, costura industrial, designer de moda, malharia, mecânico de máquina de costura industrial, modelista de confecções e outros relacionados à área têxtil e manufatureira industrial, podem ter sido direcionados a atender às necessidades dessas pequenas empresas responsáveis por um número significativo de ocupados no mercado de trabalho paranaense. Os impactos da crise exterior podem ter afetado esses setores e conseqüentemente, houve uma redução das ações do Estado no campo da qualificação profissional, direcionadas às necessidades dos empregadores das empresas de micro e pequenos negócios, conforme os cursos oferecidos.

No que se refere às ocupações geradas nas pequenas empresas no Brasil, os dados do MTE indicam maior rotatividade da mão de obra, principalmente se a faixa etária corresponder ao ensino fundamental e médio. Por exemplo, em 2009, a taxa de rotatividade dos trabalhadores nas empresas formais era superior na faixa etária dos 17 anos, equivalente a 71,4%. A taxa de rotatividade apresenta elevados índices nas empresas formais que oferecem até 1 salário mínimo, equivalente a 85,3%.

Segundo Pochmann (2012, p. 90), o estoque de empregos entre 1989 e 2009, se deve à “forte expansão do comércio (3,5 milhões de empregos) e serviços (3,1 milhões de empregos), responsáveis por quase 79% do total do saldo de empregos gerados nas micro e pequenas empresas”. No que se refere à queda no valor real do rendimento médio dos ocupados formais, o autor (2012, p. 91) constata que, “em 2009 foi de 9,8% inferior ao recebido no ano de 1989, ao passo que, nas grandes empresas, a queda foi de 23,8%. Para os trabalhadores em médias empresas, a queda na remuneração média entre 1989 e 2009 foi de 31,1%”. Percebe-se que as grandes empresas para enfrentarem a concorrência internacional e ampliarem seus lucros, reduzem os salários oferecidos a seus trabalhadores. Os novos modelos organizacionais de produção e gestão implicam na redução de custos e maior produtividade. Portanto, os trabalhadores de maior remuneração possuem as menores taxas de rotatividade em suas ocupações. Se levarmos em consideração o nível de escolaridade, percebe-se que quanto menor a faixa etária, maior a taxa de rotatividade. Por outro lado, ela é menor quanto maior o grau de escolaridade. Conforme Pochmann (2012, p. 94), “na faixa de 15 a 20 salários mínimos mensais, por exemplo, a taxa de rotatividade decresceu de 15,7% para 7,3%, o que equivale a queda de 53,5% entre 1999 e 2009”.

Entende-se que os maiores problemas encontrados pelo Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, estão relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional devido à baixa qualidade das vagas oferecidas pelos empregadores e consequentemente aos baixos salários oferecidos, à faixa etária formada majoritariamente por jovens, justamente onde a taxa de rotatividade da mão de obra é maior. Em relação ao emprego feminino pode-se constatar maior rotatividade, se comparado ao masculino (RADZINSKI, 2007).

Diante da alta rotatividade da força de trabalho no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, concentrada principalmente nessa faixa etária até os 40 anos de idade, a efetividade dos cursos de qualificação profissional via PlanTeQ/PR é relativa, porque não garante que o trabalhador qualificado irá atuar na área que foi treinado ou que irá permanecer nela. Muitas vezes, a maior preocupação do Estado está relacionada à oferta dos cursos, às executoras responsáveis pela execução dos mesmos, os investimentos realizados conforme os setores em expansão, independentemente de motivações pessoais e subjetivas.

Percebe-se que as maiores dificuldades encontradas pelos trabalhadores em relação à sua inserção no mercado de trabalho, se deve em muitos casos a falta de experiência, às exigências de registro anterior em Carteira de Trabalho, especificamente por serem jovens. Entretanto, faz-se necessário relacionarmos as ocupações de curta duração com os

trabalhadores cadastrados no Sistema Público de Emprego no Brasil, que buscam o primeiro emprego.

Do total de 4,3 milhões de empregos formais de curta duração registrados em 2009, 47,2% estavam nos micro e pequenos negócios (2 milhões de postos de trabalho). Na faixa de até 17 anos de idade, o peso do emprego formal temporário no total das ocupações das micro e pequenas empresas teve um aumento de 23,2% para 31%, ao passo que nas demais faixas etárias houve regressão relativa entre 1989 e 2009 (POCHMANN 2012, p. 100).

Em relação aos Estados da Federação, no que se refere às ocupações em micro e pequenos negócios, a maior expansão se deu no nordeste, equivalente a 26%. Percebe-se que a maior inserção dos trabalhadores vem ocorrendo principalmente nas pequenas empresas, nos pequenos empreendimentos empregatícios, diferentemente da maior inserção dos trabalhadores em períodos históricos anteriores que ocorriam sistematicamente mediante maiores intervenções no mercado de trabalho, sejam elas via investimentos estatais ou privados que geralmente estavam relacionados às grandes empresas, corporações, associações empregatícias, e outros.

Conforme Pochmann (2012, p. 105–106) a participação do emprego temporário formal no total da ocupação nas micro e pequenas empresas no Estado do Paraná, se mantiveram em 13,2% entre 1989 e 13,3% em 2009. Em relação à participação do emprego temporário formal nas micro e pequenas empresas no total da ocupação de curta duração, esse percentual saltou de 13,2% em 1989 para 54% em 2009. Essa alta rotatividade nas ocupações de curta duração reduziram a eficácia dos cursos de curta duração oferecidos via PlanTeQ/PR.

Acompanhemos análise sobre os trabalhadores inscritos no SPE em 2010.

2.5 Trabalhadores brasileiros Inscritos no Sistema Público de Emprego em 2010.

Compreende-se que há características locais, territoriais e particularidades próprias das ações de intermediação de mão de obra e qualificação profissional, desenvolvidas em cada Estado da Federação apesar de elas serem nacionais. Nesse sentido, faz-se necessário estabelecer relações entre as ações de qualificação desenvolvidas via PlanTeQ e intermediação de mão de obra no Estado do Paraná com outros Estados, estabelecer comparações, analisar particularidades, variações, limites, possibilidades para perceber seu alcance, sua eficácia.

Os PlanTeQs incluem também as ações de intermediação de mão de obra, habilitação do Seguro Desemprego e informações sobre o mercado de trabalho. As ações de qualificação social profissional são analisadas, aprovadas em primeira instância e homologadas pelas Comissões/Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda, e

posteriormente submetidas ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os PlanTeQs estão voltados exclusivamente para qualificação social e profissional vinculada ao desenvolvimento econômico e social do território, às oportunidades de desenvolvimento local e regional, à implantação de empresas, ao atendimento de populações vulneráveis, e outros.

Acompanhemos a seguir alguns dados que foram elaborados pelo DIEESE em 2010, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Tais dados se referem ao perfil dos trabalhadores inscritos, encaminhados e alocados via Sistema Público de Emprego em cada Estado e região. Essa relação dos dados sobre a intermediação de mão de obra entre os Estados da Federação faz-se necessária no sentido de percebermos algumas diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais existentes em nível local, territorial e regional. Iniciemos essa comparação indagando qual a correlação do PlanTeQ/PR e do SINE/PR com outros Estados? Quais suas similaridades e diferenciações?

Conforme o DIEESE (2010), o número de inscritos no Sistema Público de Emprego, no Brasil, em 2010, era de 4.325.238 trabalhadores. Desses, 0,7% eram analfabetos, 5,7% possuíam a 4ª série incompleta e 4,9% completa, 13,5% possuíam o ensino fundamental incompleto e 9,1% completo, 16,1% possuíam o ensino médio incompleto e 39,5% completo, 6% possuíam o ensino superior incompleto e 4,6% completo. Entre 1995 e 2009 a escolaridade média dos 20% mais pobres dobrou, passando de 2 para 4 anos de estudo. Portanto, a elevação da escolaridade, o aumento do salário mínimo e a geração de empregos formais foram os principais fatores responsáveis pelo crescimento da renda do trabalho entre os 20% mais pobres.

No Estado do Paraná, em 2010, o número de inscritos no Sistema Público de Emprego era de 758.955 trabalhadores. Desses, 0,3% eram analfabetos, 4,6% possuíam a 4ª série incompleta e 6,6% completa, 14,9% possuíam ensino fundamental incompleto e 11,7% completo, 15,5% possuíam ensino médio incompleto e 34,9% completo, 6,1% possuíam ensino superior incompleto e 5,4% completo. Apesar do número significativo de trabalhadores cadastrados até o ensino médio completo, a distribuição das vagas foi praticamente equivalente nos diferentes graus de escolaridade até o ensino médio. No entanto, o número de trabalhadores com o ensino fundamental e ensino médio incompleto foi de praticamente 15% de encaminhamento e alocação no mercado de trabalho. Percebe-se que houve maior alocação desses trabalhadores nessa faixa etária, dos 25 aos 39 anos, conforme seu grau de escolaridade. Na comparação com outros Estados, a região Sul apresentou o menor índice de analfabetismo e o menor número de trabalhadores cadastrados até a 4ª série.

No Brasil, no que se refere à situação em que se encontravam os trabalhadores, 39,3% estavam desempregados e 41,1% eram requerentes do Seguro Desemprego, 8,5% trabalhavam empregados com carteira e 9,3% estavam procurando o primeiro emprego. Os demais inscritos eram beneficiários do Seguro Desemprego, empregados sem carteira, trabalhadores autônomos, aposentados e outros, equivalentes a 2% do total de inscritos.

Em relação à situação na família, 26,8% dos trabalhadores inscritos eram chefes de família, 46,6% contribuía com a renda familiar e 26,6% eram dependentes. Na região Norte, o Estado do Amapá teve o maior número de dependentes inscritos no SINE, em 2010. Os Estados do Nordeste que tiveram o maior número de dependentes inscritos foram: Ceará com 41,5%, Maranhão com 49%, Paraíba com 53,1%, Piauí com 47,5%, Rio Grande do Norte com 42,3% e Sergipe com 64,5% dos inscritos. Na região Sudeste, o Estado de Minas Gerais teve 37,4% dos trabalhadores inscritos. Na região Sul, o Estado do Paraná teve apenas 13,8% do inscritos como dependentes, sendo que, 33,1% eram chefes de famílias e 53,2% contribuía com a renda familiar.

Em relação à distribuição dos trabalhadores inscritos no SINE, segundo experiência anterior com registro em carteira na região Norte, 61,7% dos inscritos possuíam experiência e 38,3% não apresentavam nenhuma experiência. Desses, 49,8% colocados com experiência anterior e 50,2% sem experiência. No Nordeste, 43,6% dos inscritos não tinham experiência anterior e 56,4% tinham. Em relação aos trabalhadores colocados, 52% eram sem experiência e 48% com experiência.

Os dados elaborados pelo DIEESE (2010 p, 32), indicam que 35,3% dos inscritos, em nível nacional, possuíam experiência anterior com registro em carteira e 64,8% não. Esse percentual apresentou pequena variação na região Sul, sendo que 35,3% dos inscritos possuíam experiência anterior com registro em carteira e 64,7% não.

Em relação à colocação, conforme a ocupação obtida, na região Norte e Nordeste, os colocados com e sem experiência anterior com registro em carteira foi praticamente a mesma, equivalente a 50%. Os colocados sem experiência anterior com registro em carteira foi equivalente na região Sudeste, Centro-Oeste, ficando em torno de 32% e 67% com experiência anterior com registro em carteira. Na região Sul, houve uma variação significativa entre trabalhadores colocados sem experiência anterior com registro em carteira, 11,3% e colocados com experiência anterior com registro em carteira, 88,7%. Percebe-se que na região Sul, o trabalho obtido anteriormente, juntamente com a experiência, pode ser considerado um imperativo para obtenção da inserção no mercado de trabalho com carteira assinada. Nesse sentido, na região Sul, a colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho com carteira

assinada, especificamente no Estado do Paraná, diferencia-se significativamente dos demais Estados demonstrando que as exigências de qualificação, escolaridade e experiência anterior com registro em carteira, são maiores que em outros Estados de modo geral. Essas dificuldades foram apontadas em análise anterior (RADZINSKI 2007).

Além de considerarmos as particularidades de cada Estado e fazermos ponderações em relação aos diferentes contextos econômicos, políticos e sociais, culturais e históricos, os dados sobre a distribuição dos trabalhadores colocados, segundo experiência anterior com registro em carteira, indicam questões pontuais que também se referem ao processo de industrialização e inserção competitiva do Brasil no mercado internacional. A maior colocação de trabalhadores via sistema Público de Emprego em 2010, ocorreu na região Nordeste. Dos 810.706 inscritos, 320.319 foram colocados no mercado de trabalho, equivalente a 39,5%. Portanto, os programas sociais desenvolvidos no governo Lula apresentaram maior alcance nessa região devido estarem direcionados principalmente àqueles que viviam no limiar da pobreza, excluídos ou em processo de exclusão social. Em outras regiões em 2010, a taxa de alocação ficou entre 20% e 25%.

Os programas de inclusão social desenvolvidos no Governo Lula foram mais eficazes nos Estados do Norte e Nordeste e menos eficazes nos Estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Conforme dados do DIEESE (2010), os programas sociais desenvolvidos no governo Lula, associados às Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, apresentaram maiores resultados e foram mais eficazes nos Estados e municípios mais pobres da Federação e menos eficazes nos Estados e municípios mais ricos do Brasil.

Em relação ao volume de capitais, concentração de renda, produção industrial, circulação de mercadorias, transações financeiras, investimentos externo e internos, a região Sudeste é a principal referência no Brasil. O Estado de São Paulo é o principal centro de investimentos nacionais e internacionais do Brasil, apesar desse capital ser altamente flexível e volátil. Compreende-se que as crises que ocorrem no centro do sistema econômico capitalista, provocam diferentes impactos na economia brasileira, mas diferenciam-se especificamente conforme o contexto regional, estadual e municipal. Entende-se que o contexto estadual não está descolado do nacional, assim como o nacional não está descolado do internacional. Há uma afinidade entre as Políticas Públicas de Emprego desenvolvidas no âmbito estadual e nacional. Portanto, faz-se necessário levarmos em consideração os impactos da revolução tecnológica e informacional e os impactos das políticas desenvolvidas no contexto internacional, no âmbito do Sistema Público de Emprego.

A região Sudeste, Centro-Oeste e Sul, juntas, concentram o maior número de empresas transnacionais que possuem suas filiais neste país. Elas estão ligadas às inovações tecnológicas, informacional e organizacional e preocupam-se exclusivamente com a obtenção de lucro. Nessas empresas, a possibilidade dos trabalhadores cadastrados e encaminhados pelo Sistema Público de Emprego conseguirem emprego é menor, devido terem participado de cursos de curta duração e disputarem vagas que são oferecidas principalmente aos trabalhadores que possuem maior qualificação, indicação, boas referências, experiência anterior com registro em carteira, e outros. A baixa colocação em empresas multinacionais está relacionada ao perfil dos trabalhadores que buscam as agências, formado majoritariamente por jovens que muitas vezes não possuem experiência, buscam o primeiro emprego e encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

O alcance e a eficácia do programa de intermediação de mão de obra se diferem de um Estado para outro, inclusive no próprio Estado e entre municípios, devido à facilidade de mobilidade do capital para determinadas áreas em expansão. Os setores que apresentam maior crescimento são lugares em que há maiores incentivos fiscais, dispõem de um maior contingente de mão de obra barata e outras particularidades. Diante dessa variedade de fatores que influenciam direta ou indiretamente na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho é que o discurso da qualificação pode ser relativizado. A volatilidade do capital causa prejuízos à força de trabalho, aos trabalhadores, principalmente para aqueles que não conseguem acompanhar os movimentos do capital, sua flexibilidade. As maiores dificuldades encontradas pelos trabalhadores que buscam o Sistema Público de Emprego também estão relacionadas à nova fase de acumulação do capital. As mudanças ocasionadas pela revolução tecnológica e informacional se impõem aos trabalhadores. Quando o capital não obtém os lucros desejados num determinado setor, região ou município desloca-se para outros setores e atividades, buscando nichos de mercado e outras fontes de lucro. A capacidade de assumir riscos, as instabilidades financeiras, as oscilações do mercado de trabalho, a instabilidade das profissões e do emprego, é inerente ao sistema econômico capitalista.

Conforme dados elaborados pelo DIEESE (2010), na região Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, onde há maior concentração do capital, renda e salários, maiores são as exigências de experiência anterior com registro em carteira. Nessas regiões, de modo geral, mais de 67% dos trabalhadores colocados apresentavam esse perfil, apesar dessas dificuldades também serem encontradas pelos inscritos no sistema de intermediação de mão de obra e qualificação profissional em outras regiões.

Além das exigências de qualificação, experiência anterior com registro em carteira, e maior escolaridade, outro fator que influi no número de colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego está relacionado à idade dos trabalhadores. Percebe-se que a maior inserção ocorre até os 25 anos. Nessa faixa etária, encontramos o maior número de trabalhadores inscritos e alocados em nível Estadual e Nacional. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho são cada vez maiores, principalmente a partir dos 40 anos de idade.

As ações do Estado acontecem em conformidade com as exigências do mercado de trabalho e com o contexto político e econômico. Muitas vezes a qualificação oferecida pode se tornar obsoleta devido às instabilidades do mercado e das profissões. Ao mesmo tempo, as empresas e os empregadores, disputam entre si os trabalhadores que possuem maior qualificação e que não fazem elevadas exigências salariais, tornando-as mais competitivas, pois aferem maiores lucros, intensificando a exploração da força de trabalho, apesar da sua heterogeneidade e das diferenças regionais.

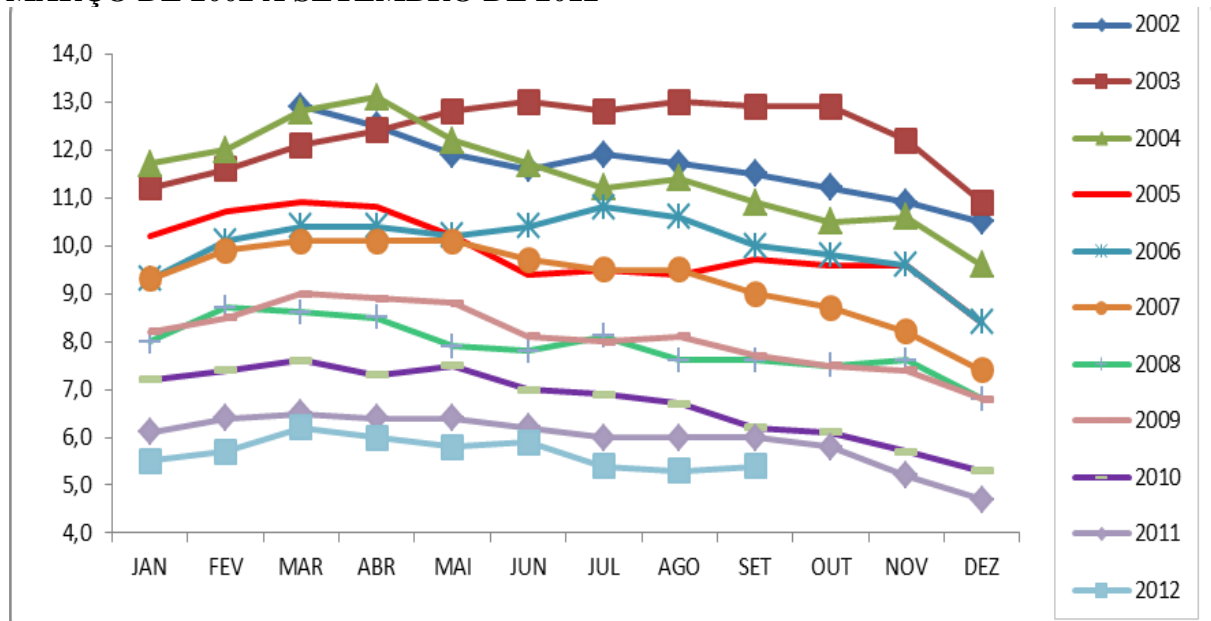
Nesse sentido, as Políticas Públicas de Emprego no período analisado, estavam voltadas mais para a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho do que para a qualificação profissional em si. De um lado, o crescimento do trabalho formal no Brasil é indicativo do fortalecimento de compromissos mais duráveis entre empregadores e trabalhadores. De outro, o controle da inflação, o crescimento de postos de trabalho e a elevação do poder de compra do salário mínimo contribuíram para o fortalecimento de relações empregatícias fundadas em maior responsabilidade social.

2.6 O crescimento do Emprego Formal no Brasil.

Conforme pesquisa mensal de emprego apurada pelo IBGE, realizada em seis regiões metropolitanas entre elas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, no mês de setembro de 2012, a taxa de atividade foi estimada em 57,6% e o nível da ocupação em 54,5%. A taxa de desocupação era de 5,4% para o conjunto das seis regiões.

O **Gráfico 1** a seguir demonstra que o desemprego apresentou o menor índice nas regiões pesquisadas nos últimos 10 anos. Mediante o gráfico podemos observar a tendência de queda do desemprego no Brasil no período de março de 2002 a setembro de 2012.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL DE MARÇO DE 2002 A SETEMBRO DE 2012



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego. 2012, p.6.

Percebe-se que de março de 2002 a setembro de 2012, a taxa de desocupação apresentou queda significativa equivalente a praticamente 50% do desemprego nas regiões pesquisadas na última década. O nível da ocupação das regiões metropolitanas pesquisadas que era de 47,9%, em março de 2002, subiu gradativamente para o patamar de 54,7%, em setembro de 2012. A variação do nível da ocupação nos Estados pesquisados não foi significativa. Essa redução do desemprego no país nos leva a indagar se tal tendência será mantida nos próximos anos. A persistência da terceirização, da precarização, dos baixos salários, entre outros elementos, não nos autorizam a sermos muito otimistas quanto à queda do desemprego, porque as políticas de Estado e suas intervenções no mercado de trabalho podem atuar sob diferentes objetivos e perspectivas, conforme a maior ou menor representatividade de determinados grupos ou classes sociais.

Segundo o IBGE (2012) os indicadores de distribuição da população ocupada das regiões metropolitanas pesquisadas, segundo os agrupamentos de atividades para os meses de setembro de 2004 a 2012, apresentaram os seguintes resultados: Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água 16,92%; Construção 7,33%; Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis 18,95%; Serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira 15,1%; Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social 16,02%; Serviços domésticos 7,7%; Outros serviços: alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais, 17,36%.

Conforme o IBGE (2012), os indicadores de distribuição da população ocupada das regiões metropolitanas pesquisadas, segundo a posição na ocupação para os meses de setembro de 2004 a 2012, apresentaram os seguintes resultados: A porcentagem dos trabalhadores empregados com Carteira de Trabalho assinada no setor privado que era de 38,8% em setembro de 2004, subiu para 49,3% em setembro de 2012; A porcentagem dos trabalhadores empregados sem Carteira de Trabalho assinada no setor privado que era de 15,9% em setembro de 2004, foi reduzida para 10,6% em setembro de 2012; A porcentagem dos trabalhadores militares e funcionários públicos que era de 7,3% apresentou pequena variação, subindo para 7,6%; A porcentagem dos trabalhadores por conta própria que era de 20,4% em setembro de 2004, foi reduzida para 17,5% em setembro de 2012; A porcentagem de empregadores que era de 5,3% em setembro de 2004, caiu para 4,5% em setembro de 2012. A hipótese de redução do emprego informal e crescimento do emprego formal no Brasil é fato mediante a apresentação dos dados das seis regiões metropolitanas, abrangidas pela pesquisa mensal de emprego do IBGE.

O setor privado foi responsável pelo maior percentual de empregos com carteira assinada enquanto que dos militares e funcionários, manteve-se entre 7,1% e 7,8%, no referido período. A redução do número de trabalhadores sem Carteira de Trabalho assinada no setor privado indica a existência de maior regulamentação das relações de trabalho nesse setor. Em outros termos, essa retomada de uma maior regulamentação das relações de trabalho no Brasil que em outros contextos históricos apresentou um crescimento ascendente, vem ocorrendo graças a uma maior fiscalização e o maior incentivo por parte do Estado à regulamentação das relações Capital Trabalho, o empreendedor individual pode ser considerado um exemplo. No entanto, há necessidade de fazermos ressalvas e ponderações sobre essa tendência porque o trabalho terceirizado, subcontratado, precário, flexível persiste em nossa sociedade. Isso não quer dizer que esses tipos de trabalho e contratos sejam irreversíveis na sociedade. Essa maior regulamentação das relações de trabalho no Brasil também é fato mediante a redução dos trabalhadores por conta própria, sendo que, houve uma redução de 20,4% para 17,5% no referido período. O número de empregadores também caiu de 5,3% para 4,5%. De um lado, o Estado é fortalecido mediante maior regulamentação das relações de trabalho, de outro, a redução do número de empregadores indicam uma maior centralização do capital. Pode-se afirmar que a inserção no mercado de trabalho de uma parte dos trabalhadores qualificados no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, via PlanTeQ/PR, foi favorecida pelo aquecimento da economia no Brasil nos últimos anos.

O crescimento do trabalho registrado em Carteira de Trabalho no Brasil e, especificamente no Estado do Paraná nos últimos anos, por exemplo, das empregadas domésticas, ocorreu mediante incentivos fiscais e a própria lei. Outro indicativo importante para ser analisado, refere-se ao aumento das taxas de exportações do Brasil que fortaleceram a economia local, regional e nacional. Houve um crescimento significativo das exportações do Estado do Paraná para o exterior nos últimos anos. O aquecimento do mercado interno proporcionado pelo acesso ao crédito provocou a elevação das taxas de importação. O crescimento do consumo no país está relacionado à reposição do salário mínimo, do crescimento do número de empregos formais, propiciados principalmente pela expansão do setor de comércio e serviços.

Em outros termos, esses indicadores revelam o acentuado crescimento do processo de acumulação capitalista no Brasil, segundo suas particularidades, especificações e principalmente sua capacidade de lidar com a permanente crise instalada nos países centrais do capitalismo. No contexto internacional, o Brasil está de certo modo preparado para enfrentar os impactos das sucessivas crises provocadas pelo sistema econômico capitalista. Nesse sentido, o Brasil passou a ser visto no cenário internacional como local viável para a realização de elevados investimentos, apesar das especulações do mercado financeiro internacional. Consequentemente, os recursos investidos a curto, médio e longo prazo, contemplam a lógica de acumulação capitalista e centralização do capital. O mercado financeiro no Brasil aponta nessa direção. Isso explica em parte a realização de elevados investimentos realizados por empresas multinacionais e transnacionais no país, nos últimos anos. No entanto, esse fortalecimento da economia brasileira é sustentado por uma maior exploração da força de trabalho que faz parte da base da pirâmide social brasileira e procura ascender socialmente. Apesar dos dados indicarem algumas melhorias para os trabalhadores de baixa renda e salários, o maior beneficiado é o capital.

Nesse sentido, as ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, foram favorecidas pelo contexto econômico e político que o Brasil se encontra e pela sua capacidade de enfrentar os impactos causados pela crise estrutural e conjuntural existente no centro do sistema econômico capitalista. Evidentemente, há uma variedade de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais que não podem ser associados porque possuem particularidades e especificidades incomparáveis. A conjuntura brasileira e os dados estatísticos apresentados pelos principais centros de pesquisa mostram uma posição favorável do Brasil, consequentemente, da economia e do mercado de trabalho, no período analisado. No entanto há necessidades de realizarmos ressalvas e ponderações.

Ao comparar os dados sobre emprego e desemprego, no Brasil e, especificamente no Estado do Paraná, percebe-se que as ações desenvolvidas pelo Estado no campo da qualificação profissional atuam em conformidade com as oscilações do mercado de trabalho. Diante do crescimento do desemprego, o Estado intensifica suas ações no campo da qualificação profissional. Ao seguir a lógica do mercado de trabalho paranaense, as ações do Estado via PlanTeQ/PR, em determinada medida podem estar sendo coniventes com as pressões e opressões que o capital exerce sobre os trabalhadores. Nos anos 1990, esse posicionamento favorável do Estado em relação ao capital, efetivou-se mediante a chamada flexibilização da legislação trabalhista e intensificação das políticas neoliberais.

Ao analisar os cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, podemos aferir que eles, direta ou indiretamente, auxiliaram no desenvolvimento local e regional da economia paranaense, mediante a oferta de mão de obra melhor qualificada para atuar no mercado de trabalho. Os cursos de modo geral serviram para dar suporte ao desenvolvimento de empregos formais e informais, principalmente no setor de comércio e serviços. Boa parte dos cursos oferecidos via PlanTeQ/PR contemplaram trabalhadores ligados ao programa economia solidária, cooperativados, associados, empreendedores, em busca do primeiro emprego, e outros, inclusive àqueles que já estavam inseridos no mercado de trabalho e conseguiam aferir Trabalho, Emprego e Renda.

Conclui-se que, a redução do desemprego e conseqüente inflexão da informalidade durante o 1º e 2º mandatos do governo Lula estava relacionado ao desenvolvimento dos programas de governo e das políticas sociais adotadas, à descentralização das Políticas Públicas de Emprego, às alternativas e soluções para o problema do desemprego buscadas de maneira coletiva por toda a sociedade de modo geral.

Vimos neste capítulo que, a redução do desemprego no período analisado se deve às Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, às políticas de redistribuição de renda adotadas nos governos Lula, entre elas: o controle da inflação, o crescimento econômico e do emprego formal, a redução dos índices de desemprego, a inflexão da informalidade, a valorização do salário mínimo, a expansão do Bolsa Família, a elevação da escolaridade do trabalhador brasileiro entre outros.

Acompanhemos no **Cap. 3** o perfil das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego no Brasil, os cursos oferecidos via PlanTeQ pelas executoras parceiras do Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná e o perfil dos trabalhadores qualificados, no período de 2004 a 2010.

CAPÍTULO III

AS AÇÕES DAS COMISSÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EMPREGO E O PERFIL DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2004 A 2010.

O CODEFAT estabeleceu a gestão tripartite do Sistema Público de Emprego que é formada pelos seguintes atores: Pela bancada dos trabalhadores, com representações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS); Pela bancada dos empregadores que tem como representantes atuais a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Pela bancada do governo, representada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Agricultura e BNDES.

As Comissões de Emprego atuantes no Brasil são formadas por pessoas que fazem parte de diferentes categorias de trabalhadores, de vários segmentos sociais, possuem interesses divergentes e que representam diferentes segmentos de trabalhadores. Conforme a resolução de nº 80, os membros do Conselho do Trabalho não poderão receber nenhum tipo de remuneração ou benefício pela atividade desenvolvida. Por outro lado, a existência das Comissões/Conselhos de Emprego/Trabalho se constitui necessária para a transferência de recursos do FAT.

O programa de formação de Conselheiros resultou de dois convênios estabelecidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), um com a UNITRABALHO e outro com o DIEESE. Segundo Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007), o curso apresentou-se como uma oportunidade de geração de informações, diagnóstico e análise sobre sua dinâmica de funcionamento e suas condições de existência. Os dados sobre as Comissões de Emprego e os Conselheiros atuantes no Sistema Público de Emprego no Brasil fazem parte de pesquisa realizada pelos autores, utilizadas a seguir como parte de nossa revisão bibliográfica.

Conforme os autores, o perfil das Comissões de Emprego colocam questões desafiadoras no campo da representatividade revelando um deslocamento entre representantes e representados em relação aos seguintes aspectos: sexo, faixa etária, etnia/raça, deficiência física, escolaridade, situação de trabalho e renda.

Entre os presidentes presentes no curso de Conselheiros, a maioria era do sexo masculino e tinham acima de 36 anos de idade. Apenas 16% dos participantes tinham menos de 25 anos. Pode-se notar que a maioria dos participantes era formada por Conselheiros que possuem uma trajetória em relação às suas instituições de origem e com o trabalho, enquanto que os trabalhadores mais jovens são os menos representados politicamente. Em 2005, conforme dados da PNAD (2005b) esse segmento de trabalhadores representava 45% da população no país que tinham até 24 anos de idade.

Conforme Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007, p. 124), 59,3% dos Conselheiros apresentaram-se como homens brancos e tinham acima de 35 anos de idade. Esses dados indicam consequências da estratificação social brasileira onde “a população considerada de cor/raça branca se encontra historicamente no topo das relações de dominação – sobre as relações de poder presentes nas instituições de origem dos Conselheiros e, por conseguinte, na composição das Comissões/Conselhos”. Em relação às necessidades especiais, apenas 6,5% dos Conselheiros respondentes afirmaram que portavam alguma deficiência física e/ou visual.

No que se refere ao grau de escolaridade, a maioria dos participantes do curso de formação de Conselheiros responderam que haviam concluído o ensino médio, sendo que 68% estavam cursando ou haviam concluído o ensino superior ou, ainda faziam ou tinham concluído um curso de pós-graduação. Contrastando com esse quadro, os dados da PNAD, (2005b) indicam que entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes no país, o número médio de anos de estudo limitava-se a 6,6%.

Em relação à situação de trabalho, os dados a seguir indicam o espaço de representação social da composição dos Conselheiros/Comissões, certos deslocamentos entre a ocupação dos conselheiros e a bancada que representam. Conforme Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007, p. 132), dos Conselheiros respondentes, apenas 28% dos membros da bancada dos empregadores declararam-se como empregadores e 44% desses, apresentaram-se como empregados com carteira assinada. Talvez, mantenham vínculo com entidades sindicais empresariais ou com órgãos do Sistema S, através dos quais atuam como representantes do setor empresarial. Dos membros da bancada do governo, praticamente 15% definiram-se como empregados com ou sem carteira assinada e não como funcionários públicos, opção feita pela maioria dos membros da referida bancada. Uma minoria dos membros da bancada dos trabalhadores definiram-se na condição de trabalho por conta própria. Os dados demonstram que os trabalhadores por conta própria se encontram sub-representados e colocam um desafio, especialmente para o sindicato de trabalhadores, sob a base de representação dos trabalhadores não assalariados.

Dos Conselheiros respondentes, a maioria afirmou perceber uma renda familiar acima de R\$ 700,00 até R\$ 7.000,00, enquanto que 3,6% desses situaram-se no patamar de até R\$ 700,00 e outros 13%, em um patamar acima de R\$ 7.000,00. O setor informal estava excluído ou sub-representado nas instituições e processos de diálogo social. Dados da PNAD, (2005b) informam que 78% das pessoas com 10 anos ou mais de idade, declararam-se sem rendimentos ou percebendo até dois salários mínimos.

Conforme Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007, p. 138), “a capacidade de representação social por parte desses espaços não pode deixar de ser associada à representatividade das organizações sindicais e entidades patronais. São processos mutuamente implicados”. Sobre a bancada dos empregadores, conclui-se que o perfil dos seus representantes situa-se numa composição social bastante diversa do perfil dos executivos dos grupos empresariais mais importantes, atuantes no país. Portanto, a situação de trabalho e renda dos trabalhadores e empregadores representantes e representados se difere. Em relação aos trabalhadores, o perfil dos representantes demonstra-se superior aos representados, apresentando melhores condições de Trabalho, Emprego e Renda; dos empregadores, menor renda se comparado ao perfil dos grupos empresariais mais importantes no país.

A experiência com políticas públicas direcionadas à questão do emprego mediante adoção de formas mais participativas de gestão pública e em outras áreas, ainda é recente no Brasil. Esse processo de descentralização foi ampliado com a Constituição de 1988, a criação do FAT e CODEFAT. Entre os fatores que contribuíram para a ampliação do Sistema Público de Emprego no Brasil, nossa abordagem destaca a constituição das Comissões de emprego criadas a partir de 1994, o novo contexto que se configura a partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República e a realização de dois Congressos Nacionais para tratar do tema, em 2004 e 2005. Em 2005, o CODEFAT, a partir de intenso debate e por meio da resolução nº 466 (CODEFAT, 2006), deu um passo adiante e instituiu o Plano Plurianual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Entre os espaços de participação da sociedade civil na gestão pública, encontram-se experiências como os Conselhos de Gestão nos campos da educação, da saúde, da criança e do adolescente, a experiência do Orçamento Participativo e outros.

Acompanhemos a seguir a análise elaborada por Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007), sobre o perfil dos Conselheiros e das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego realizadas após o I e II Congresso Nacional, em 2004 e 2005, sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

3.1 O perfil dos Conselheiros e das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego.

A parte majoritária da bancada dos trabalhadores vem se fazendo representar no âmbito dos Conselhos e Comissões Municipais e Estaduais pelo segmento dos sindicatos e centrais sindicais. Apenas 2,2% dos representantes faziam parte de outras entidades de trabalhadores, evidenciando uma contradição, além do acúmulo de papéis. No caso da política de qualificação profissional (PlanTeQ), trabalhadores, empregadores, representantes do governo, estão ligados às instituições que representam, nos respectivos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda. De modo geral, interesses de segmentos de trabalhadores ligados aos sindicatos e centrais sindicais são representados e não o conjunto dos trabalhadores que procuram o Sistema Público de Emprego, principalmente os desempregados, trabalhadores informais, autônomos, sem registro em Carteira de Trabalho, aqueles que de modo geral percebem baixos salários ou não conseguem obter Trabalho, Emprego e Renda.

No que se refere à bancada dos empregadores, conforme a distribuição dos conselheiros por entidades que representam, sinalizam que as federações da indústria, comércio e agricultura, compõem os Conselhos e Comissões com 40%, os sindicatos com 32,7%, o sistema S com 10,9%. A federação das micro e pequenas empresas com 3,6% e outras entidades patronais com 12,7%, respectivamente. No caso da bancada do governo, ficaram para a representação do MTE 17,4%, das secretarias estaduais 26,7%, das secretarias municipais 39,5%, fundações estaduais 4,7%, fundações municipais 4,7% e outras entidades governamentais 7%.

Na comparação da taxa geral de rotatividade dos trabalhadores de emprego formal em 2009 com a de 1999, constata-se acréscimo de 10,1%, pois passou de 33,5% para 36,9%. A elevação na taxa de rotatividade no emprego feminino foi a responsável pelo crescimento na rotação global dos trabalhadores com carteira assinada no Brasil (POCHMANN, 2012, p. 93).

No que se refere à representação dos trabalhadores nos Conselhos Estaduais e Municipais do Trabalho, o número de mulheres é significativamente inferior ao número de homens. A alta rotatividade existente na representação dos trabalhadores e a alta rotatividade de mão de obra existente no mercado de trabalho comprometem a representação social.

Apesar dos Conselhos Estaduais e Municipais terem começado em 1994, a partir da resolução nº 63 do CODEFAT, apenas 14,5% dos Conselheiros respondentes afirmaram terem mais de 5 anos de mandato, 14,5% de 3 a 5 anos, 34,7% de 1 a 3 anos e a maioria, 36% menos de 1 ano. Pode-se notar que há uma alta rotatividade nessas representações. Na bancada do governo, essa rotatividade ou permanência está relacionada com as mudanças de governo. A permanência ou rotatividade dos conselheiros está relativamente relacionada com

a flutuação dos próprios governantes. Percebe-se que, o tempo de atuação como conselheiro sem interrupção é baixa, 36% menos de 1 ano e 35% de 1 a 3 anos. Mais de dois terços, cerca de 70% responderam que tal tarefa foi designada pela sua instituição de origem. Segundo algumas problematizações poderiam ser postas:

Em que medida os conselheiros atuam mais movidos por um sentido de interesse público do que de interesse privado? Quais as correspondências e tensionamentos que constituem o cotidiano dos Conselhos e Comissões, no que se refere às relações entre essas duas ordens de formação de interesses, tendo-os nas suas devidas esferas de legitimidade? (OLIVEIRA E SOCHACZEWSKI (Org.), 2007, p. 147).

Os autores colocam algumas problematizações sobre a atuação dos Conselheiros. Entre as atribuições das Comissões e Conselhos, destacam-se a aprovação do PlanTeQ 86%, Plansine 65% e projetos de geração de Trabalho 55%. Por outro lado, o acompanhamento do desenvolvimento de tais programas, o percentual se mostra relativamente baixo. A atuação do conselheiro muitas vezes limita-se à homologação dos programas referidos. Nesse sentido faz-se necessária uma articulação e integração do Sistema Público de Emprego com as políticas públicas de desenvolvimento, divulgação dos objetivos e resultados das ações das Comissões e Conselhos para a sociedade civil organizada, em defesa do interesse público, limitando os interesses privados.

A participação do espaço público estabeleceu-se ao mesmo tempo como oportunidade de participação democrática e captação de recursos. Os sindicatos enfraquecidos com as mudanças oriundas do Mundo do Trabalho, passaram ser atores partícipes das políticas públicas de cunho social, principalmente da política pública de qualificação profissional. Conforme Oliveira e Sochaczewski (Org.) (2007, p. 165), o novo contexto que se configura a partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, repercute de maneira importante no campo das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e das Comissões e Conselhos de Emprego e Trabalho. Retoma-se o debate sobre a participação social, mesmo que sob contradições e limitações e se reconhece que a política de estabilização iniciada em 1994, impactou negativamente no mercado de trabalho, ampliando o problema do desemprego, o grau de informalidade e provocando uma queda significativa da evolução real dos rendimentos.

Segundo Pochmann (2012, p. 40-42), “na década de 2000, o Brasil gerou 14,7 milhões de ocupações para trabalhadores de salário de base acima de 9 anos de estudos, contra 3,9 milhões nos anos 1990 e 3,7 milhões na década de 1980”. Pode-se observar que a maior exigência de escolaridade não tem repercutido necessariamente na elevação dos salários e renda. Pochmann (2012, 40-42) constata também uma elevação da presença feminina no total de ocupados de baixa remuneração, “em 2009, por exemplo, a cada dois ocupados de

salário base, um era mulher, ao passo que, em 1979, o sexo feminino representava apenas um terço dos trabalhadores de reduzida remuneração”.

Esse dado revela que a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, geralmente acontece em patamares de menores salários. A análise do perfil dos cursistas, apresentada no **Cap. 3**, indica que cerca de 60% dos cursistas eram mulheres e 40% homens. Os dados revelam que, de modo geral, a oferta dos cursos de curta duração não é suficiente para inserí-los em postos de trabalho de maior remuneração. As maiores dificuldades por eles encontradas não estão relacionadas necessariamente à obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, e sim à remuneração. Destacamos aqui o desafio de realizar futuras pesquisas sobre a trajetória de remuneração da classe trabalhadora no Brasil.

Ao analisar a trajetória das Políticas Públicas de Emprego no Brasil, Tatagiba (2002) considera que,

Os Conselhos/Comissões têm uma existência, em termos histórica, ainda curta. Outra questão evidente, até o presente momento, além do exercício de vários papéis, não remuneração, pouco tempo de atuação dos Conselheiros é um reconhecimento unânime da falta de capacitação, tanto governamentais quanto não governamentais, para uma intervenção mais ativa no diálogo deliberativo no interior dos conselhos (TATAGIBA, 2002, p. 69).

A autora, por sua vez prossegue,

Os caminhos pelos quais os conflitos de interesses têm sido resolvidos no interior dos conselhos nem sempre passam pela explicitação das diferenças e pela construção dos acordos por meio do debate de ideias, programas e projetos. Ao contrário, o que a bibliografia aponta como tendência é uma imensa dificuldade de explicitação dos interesses, do reconhecimento da existência e legitimidade do conflito e da troca de ideias como procedimento para a tomada de decisão (TATAGIBA, 2002, p. 73-74).

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, principalmente no período de 2003 a 2010, a possibilidade de representação dos trabalhadores nos espaços públicos, mediante ações descentralizadas, conforme o segmento cor, sexo/etnia, idade, renda e salários, podem ser relativizados. A participação dos atores nos Conselhos Estaduais e Municipais do Trabalho no Estado do Paraná é variada. Em alguns casos podem estar ligados a representantes de entidades que têm por objetivo apenas o repasse de recursos do FAT e não necessariamente aos interesses públicos de diferentes áreas. Em outros, ela pode ser mais eficaz.

Acompanhemos a seguir a elaboração das ações prioritárias do PlanTeQ/PR.

3.2 Ações prioritárias do Plano Territorial de Qualificação no Estado do Paraná.

A realização de um diagnóstico sobre o mercado de trabalho paranaense e do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foram considerados pelos Conselheiros Estaduais e Municipais do Trabalho como critérios importantes para a definição das ações prioritárias no campo da qualificação profissional.

No ano 2000, a população paranaense aproximava-se dos 10 milhões de habitantes. Destes, mais de 50% faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA). Neste ano, os escritórios regionais de Curitiba e Maringá indicavam haver uma ocupação de praticamente 70% das vagas ocupadas no setor de comércio e serviços. Os escritórios regionais de Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina, apresentavam um patamar superior a 50% das vagas ocupadas no setor de serviços e comércio. Os dados sobre os escritórios regionais de Cianorte, Cornélio Procopio, Ivaiporã, Jacarezinho, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória indicavam haver uma ocupação entre 30% e 40% das vagas ocupadas no setor de comércio e serviços.

Conforme Censo Demográfico do IBGE (2012), a população brasileira cresceu 12,3% desde 2000, quando havia 169,8 milhões de habitantes no país e chegou a 190.755.799 no ano de 2010. Nesse período, a população rural perdeu 2 milhões de pessoas e reduziu sua participação para 15,6% do total. No Estado do Paraná, o Censo constatou um crescimento de 9,16%. Em 2010, o Estado possuía uma população de 10.439.601 habitantes contra 9.563.458 verificado no ano 2000 e correspondia a 5,47% dos habitantes brasileiros. Desses 5.128.503 eram homens e 5.311.098 eram mulheres. Com relação às áreas habitadas no Estado, o Censo apontou que 8.906.442 pessoas residiam em áreas urbanas e 1.533.159 residiam em áreas rurais.

No ano 2000, a SERT fez um levantamento sobre as áreas de ocupação, o PIB, o número de habitantes, as vagas ocupadas, os empregos formais em cada escritório regional, no intuito de atender as demandas locais de qualificação. Tais dados foram importantes para a elaboração do PlanTeQ/PR 2004 a 2007. A definição das ações de qualificação, bem como a caracterização da população alvo prioritária foi estabelecida conforme os fundamentos da resolução 333/03 do CODEFAT, Art. 3º e Art. 8º.

Em relação à área de ocupação é importante observar que as vagas ocupadas no setor do comércio e serviços eram de 49%, ou seja, representavam quase a metade dos empregos formais no Estado do Paraná, enquanto que, a ocupação no setor agropecuário era de 31%, revelava-se superior ao setor industrial que era de 20%.

Percebe-se que a definição das ações prioritárias de qualificação profissional estavam antenadas com as demandas locais e internacionais do mercado de trabalho, os interesses da iniciativa privada local e em outras instâncias, às demandas do capitalismo brasileiro na sua fase de ascensão e crescimento econômico.

A definição dos cursos pela SETP ao atenderem as demandas do mercado de trabalho paranaense podem interferir na própria escolha da carreira profissional dos trabalhadores jovens que buscam o primeiro emprego, dos desempregados e trabalhadores sem oportunidades de trabalho. A escolha de um determinado curso de qualificação profissional pelo trabalhador pode estar condicionada a lógica e as leis do mercado, atendendo aos interesses do capital. É importante ressaltar que isso não acontece só para esse grupo. Assim também, os cursos oferecidos podem estar preparando os trabalhadores para atenderem apenas às demandas locais, momentâneas, muitas vezes transitórias, outras vezes pontuais do capitalismo, pois, de modo geral a qualificação oferecida pelo Sistema Público de Emprego não garante a conquista do primeiro emprego, a reinserção no mercado de trabalho ou mesmo a permanência no emprego, bem como não impede a rotatividade de mão de obra e não garante que os trabalhadores qualificados irão se tornar profissionais naquela área.

Com base no número de habitantes, nos setores de atividades empregatícias desenvolvidas em cada município do Estado do Paraná, bem como nos anos de escolaridade dos habitantes, predominantes em cada escritório regional e a necessidade de qualificação profissional, o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais do Trabalho, juntamente com a SETP, seguindo as diretrizes do CODEFAT, estabeleceram ações prioritárias para o Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná para o período de 2004 a 2007, com recursos do FAT e Tesouro Estadual.

O estabelecimento de ações prioritárias no campo da qualificação profissional no SPE no Estado do Paraná resultou na oferta e execução dos cursos profissionalizantes com recursos do FAT e TE oferecidos nos escritórios regionais no período de 2004 a 2010 que será analisada a seguir.

3.3 As ações da Coordenadoria de Qualificação Profissional no Paraná.

A Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP) é uma unidade da Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, responsável pela gestão do programa de qualificação social e profissional do trabalhador no âmbito do Sistema Público de Emprego e Renda, mediante convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O plano de qualificação profissional foi organizado a partir das reuniões dos Conselhos Municipais do Trabalho e seu objetivo era analisar as potencialidades, o perfil econômico dos municípios, identificando os setores econômicos em expansão ou em estagnação, as características da população em termos de movimento migratório e de emprego, as taxas de escolarização e os salários percebidos pelos trabalhadores. Essas ações prioritárias de qualificação e aplicação de recursos do FAT e Tesouro Estadual fizeram parte do PlanTeQ/PR 2003 a 2007. Após esse diagnóstico foi realizado um levantamento dos setores em que se justificam as ações de qualificação, conforme os objetivos e os públicos prioritários do Plano Nacional de Qualificação.

O objetivo geral da política pública de qualificação é proporcionar aos trabalhadores conhecimentos que lhe permitam atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo Mundo do Trabalho, para que possam qualificar-se ou requalificar-se de maneira compatível com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade que lhe permitam condições de reinclusão social e profissional.

Os objetivos específicos da política pública de qualificação são: auxiliar na ampliação da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego; Favorecer o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; Facilitar a inserção e reinserção no mercado de trabalho; Contribuir para a elevação do nível de escolaridade; Contribuir para a erradicação do analfabetismo da PEA; Oportunizar condições para o resgate da cidadania, buscando a articulação entre o pensar e o fazer, o produzir e o construir a cidadania; Auxiliar no avanço conceitual e metodológico da educação profissional de nível básico, em busca de novos paradigmas (CODEFAT, Resolução 333/2003).

As ações de qualificação social e profissional são desenvolvidas por meio de planos de qualificação, concebidos em três modalidades: Planos Territoriais de Qualificação em parceria com o MTE, municípios e entidades sem fins lucrativos, visando atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade; Planos Setoriais de Qualificação em parceria com MTE, sindicatos, empresas, movimentos sociais e governos municipais que buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializados de qualificação e Projetos Especiais de Qualificação em parceria com MTE, entidades do movimento social e organizações não governamentais que se destinam ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional.

A comissão de qualificação do Conselho Estadual do Trabalho participa das etapas do programa de qualificação profissional, acompanhando-as e informando ao Conselho Estadual do Trabalho (CET) os resultados, realizando reuniões com as entidades executoras com o objetivo de prepará-las para a execução das ações dentro dos objetivos do PNQ, discutindo sobre a concepção da educação social e profissional, as características do PNQ, o público prioritário, mencionando indicadores de qualidade pedagógica, auxiliando na utilização do Sistema de Gestão de Ações de Emprego.

No jogo de interesses, entre os atores envolvidos, predominam ainda os da iniciativa privada. Atualmente, o sistema oferece subsídios às entidades executoras dos cursos de qualificação profissional, auxiliando no atendimento do público alvo, informando-as sobre os requisitos dos cursos e as exigências do PNQ, unificando os dados mediante o programa nacional SIGAE, atendendo também, os interesses dos empregadores que utilizam o discurso da qualificação para rebaixar os salários dos trabalhadores, reduzindo os custos do trabalho e ampliando seu capital.

As ações da Coordenadoria de Qualificação Profissional da SETP referem-se a planejar, coordenar, gerenciar e avaliar o programa de qualificação profissional em nível estadual, em sintonia com o CET, os escritórios regionais e as agências públicas de emprego em nível municipal, articular com os Conselhos do Trabalho, secretaria de educação e demais agentes do Sistema Público de Emprego, quais as necessidades de qualificação dos trabalhadores, juntamente com outros setores da SETP, especialmente com a intermediação de mão de obra e Geração de Emprego e Renda, de forma que se realizem ações de formação profissional com encaminhamento ao mercado de trabalho ou outras formas de geração de trabalho e renda, na ocupação de vagas, no apoio às ações do Banco Social, da economia solidária, intervindo junto às entidades executoras, assegurando que as mesmas se enquadrem no perfil definido pelo CODEFAT e atendam as diretrizes do PNQ.

Faz-se necessário também, o desenvolvimento de parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) para que se prevejam ações que contribuam para a erradicação do analfabetismo e elevação da escolaridade dos trabalhadores e outras secretarias como a da Agricultura (EMATER), da Saúde (ISEP), Indústria e Comércio, os institutos de pesquisas como o IBGE, DIEESE, IPARDES, na execução de projetos nas áreas de atuação, na constituição dos perfis regionais, para auxiliar nas definições das demandas locais. O Conselho Estadual do Trabalho tem a responsabilidade de deliberar sobre as propostas do Plano Estadual construída a partir das demandas municipais e do Sistema Público de

Emprego, acompanhar as fases de execução, análise dos planos de trabalho, contratação de executoras, monitoramento das ações e avaliação.

A execução dos cursos de qualificação profissional é celebrada mediante contratos de prestação de serviços com instituições legalmente constituídas e que preencham os requisitos indispensáveis ao desenvolvimento das ações de qualificação profissional. A contratação de entidades executoras deve ser realizada conforme as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei 8.883/94, em estrito cumprimento ao disposto nos artigos 4º, 5º e 7º da resolução 333 do CODEFAT. Poderão participar do credenciamento à execução de ações de qualificação do trabalhador entidades brasileiras do ramo de educação profissional, sem fins lucrativos.

Além da documentação legal exigida e do preenchimento das condições determinadas pelo CODEFAT e pela SETP, as entidades deverão comprovar qualificação técnica, capacidade pedagógica, existência de recursos humanos compatíveis com as características das ações a serem executadas, assim como instalações e equipamentos adequados e condizentes. Caberá às entidades responsabilizar-se pela execução das ações em todas as suas fases, articuladamente com o Sistema Público de Emprego e Renda e Conselhos Municipais do Trabalho, prestando-lhes informações sobre metas, resultados e o provimento da infraestrutura, mediante instalações, laboratórios, recursos e materiais didáticos. Cabe ainda à executora responder pelo integral cumprimento dos objetivos do contrato de prestação de serviços, guiando-se pelas diretrizes do PNQ.

A resolução 333/2003 do CODEFAT estabelecia as exigências às entidades prestadoras de serviços, executoras dos cursos de qualificação profissional. Aquelas que não conseguiam atender aos requisitos estabelecidos eram impedidas de participarem das ações de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego. As instituições como a FUNTEL, o SENAI, SENAC e SENAT, possuem trajetória histórica, infraestrutura, recursos financeiros e humanos adequados. As instituições sem trajetória no ramo da qualificação profissional dificilmente conseguem participar das licitações dos cursos de qualificação profissional porque não conseguem atender os requisitos exigidos devido dificuldades ou disposição de recursos financeiros, físicos e humanos compatíveis com as exigências do CODEFAT.

As instituições como a FUNTEL, o SENAC, SENAI e SENAT, possuem tradição no ramo da qualificação profissional, são predominantes, porque no jogo de interesses, nas disputas de poder, por conta das pressões realizadas pelos empregadores em relação às suas necessidades e exigências em termos de qualificação, tem maior peso na hora da escolha e seleção dos cursos a serem oferecidos aos trabalhadores. As pretensões e os interesses dos

trabalhadores ficam em segundo plano. Os cursos são oferecidos como uma mercadoria a ser consumida pelos trabalhadores que não conseguem realizar sua qualificação na rede estadual de ensino. Muitos jovens ao terminarem o Ensino Médio permanecem desempregados. As parcerias da Secretaria de Estado da Educação (SEED) com as instituições privadas de ensino não conseguem se desvincular dos interesses de mercado e obtenção de lucro por parte do capital.

Conforme a resolução 333, do CODEFAT, os trabalhadores qualificados devem ser encaminhados ao mercado de trabalho ou outras formas de geração de Trabalho, Emprego e Renda, realizando a atualização dos dados cadastrais, verificando a possibilidade de adaptação do perfil às vagas ofertadas, ou ainda, desenvolvendo mecanismos de encaminhamento para organizações associativas ou cooperativadas e programas de microcrédito. Na avaliação do PlanTeQ, o número dos trabalhadores concluintes deve ser igual ou superior a 75% do número de matrículas, para as ações voltadas à população de baixa escolaridade, e não inferior a 90% para os outros públicos. Já, a avaliação dos trabalhadores e dos Conselhos Municipais do Trabalho e Conselho Estadual do Trabalho (CTE), será relacionada à inserção dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho ou de encaminhamento a outras formas de Trabalho, Emprego e Renda. O objetivo das reuniões mensais do CET é orientar os escritórios regionais, acompanhar, verificar o atendimento de demandas e do uso do SIGAE, em especial o preenchimento da ficha dos trabalhadores, elaborar informes, relatórios e balanços sobre a execução das ações e sua discussão com os dirigentes técnicos da SETP, executores, membros de CET e avaliadores.

O acompanhamento do programa de qualificação profissional deve acontecer de forma descentralizada, através dos escritórios regionais das SETP e dos Conselhos Municipais do Trabalho orientados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional, mediante avaliação junto aos trabalhadores e instrutores, através de visitas técnicas e de outros instrumentos. Os resultados de consultas aos trabalhadores e instrutores, constituem-se em ferramentas fundamentais para fornecer os indicadores necessários às reorientações do processo em curso ou subsidiar planejamentos futuros.

A **Tabela 6** indica a referência de custos dos cursos de qualificação profissional via PlanTeQ/PR. Os cursos contemplavam o setor industrial, comércio e serviços, agricultura, transporte e construção civil. Acompanhemos a seguir o número de cursistas por turma, a carga horária, o valor pago por cursistas e o custo mínimo e máximo por setor econômico conforme recomendação do PlanTeQ/PR.

TABELA 6 – CARGA HORÁRIA REFERÊNCIA DE CUSTOS DOS CURSOS OFERECIDOS POR CURSISTAS VIA PLANTEQ/PR EM CADA SETOR (R\$)

SETOR	CURSISTAS P/TURMA	CARGA HORÁRIA	VALOR/CURSISTAS	CUSTO MÍNIMO	CUSTO MÁXIMO
Indústria	15	300	771,00	2,50	2,90
Comércio e Serviços	20	200	514,00	2,30	2,70
Agricultura	15	150	385,50	2,00	2,30
Transporte	20	200	514,00	2,10	2,50
Construção Civil	15	250	642,50	2,50	2,90

Fonte: SERT/Coordenadoria de Qualificação Profissional. **Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná (PlanTeQ/PR 2004 – 2007**. Acesso, 10 de maio de 2012. www.sine.pr.gov.br/setp/cqp/planteq. p. 61.

Os investimentos realizados constituem indicativo importante a ser analisado. De 2003 a 2009 o Estado do Paraná repassou R\$ 19,4 milhões para a qualificação profissional dos trabalhadores. Durante esse período mais de 50.000 trabalhadores se qualificaram nos cursos gratuitos oferecidos em parceria com o governo Federal. Conforme a regulamentação do Art. 8º da resolução 333/03, a maior prioridade foi dada para os trabalhadores inscritos no SPE e economia solidária, equivalente a 37,8% do total, seguido dos trabalhadores rurais 16,2%, trabalhadores de inclusão social 14,3%, do Programa de Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda 11%, gestores de políticas públicas 7,2%, trabalhadores ocupados autoemprego 6,7%, trabalhadores da reestruturação produtiva 3,6%, trabalhadores dos setores de utilidade pública 2,2%, trabalhadores situação especial 1%, totalizando 5.518 a serem qualificados com recursos do FAT na ordem de R\$ 2.732.519,00. A média dos investimentos em qualificação para cada trabalhador era de R\$ 514,00, exceto para os gestores de políticas públicas, equivalente a R\$ 251,38.

No ano de 2003, o Estado do Paraná não tinha um orçamento próprio para desenvolver ações de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego. No entanto, as ações foram desenvolvidas mediante um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e recursos do FAT. As maiores dificuldades encontradas estavam relacionadas à demora no repasse dos recursos, ao descompasso entre o planejado e o executado. Em 2003 foram formadas 462 turmas através de contratos de parcerias com 9 entidades executoras, que foram desenvolvidas em 169 municípios do Estado, qualificando 8.756 cursistas, em diversos setores (PlanTeQ/PR 2004-2007, p.7).

No ano de 2004, o Estado do Paraná tinha um orçamento próprio no valor de R\$ 597.877,00. Esses recursos foram obtidos junto ao Tesouro Estadual (TE) com a finalidade de qualificar 1.365 trabalhadores, 250 trabalhadoras domésticas, 550 trabalhadores de inclusão social e 565 gestores de políticas públicas. A média dos recursos da contrapartida para a qualificação dos 1.365 trabalhadores ficou em torno de R\$ 438,00. Nesse ano, o número de trabalhadores qualificados da População Economicamente Ativa (PEA) ficou em 0,16%, ou

seja, foram inscritos 8.130 trabalhadores via Sistema Público de Emprego e 7.040 concluíam seus cursos.

A seguir nos referimos ao número de cursistas inscritos e concluintes em cada escritório regional do PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010. Posteriormente, analisaremos os cursos oferecidos pelas executoras atuantes. Utilizamos como critério de análise o contexto histórico, político, econômico, cultural e social e a trajetória das ações desenvolvidas como sendo mais significativa do que a análise anual.

3.4 Cursistas inscritos e concluintes no PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2010.

Em 2004, foram inscritos 8.130 trabalhadores nos cursos de qualificação em todo o Estado do Paraná. Desses, 7.040 realizaram sua qualificação em 425 turmas nos diversos municípios do Estado para 7.679 vagas efetivadas. A média de cursistas por turmas era de 18 trabalhadores. O investimento médio por cursista ficou em torno de R\$ 497,00 reais. Se o número de trabalhadores inscritos nos cursos de qualificação oferecidos pelas executoras não atingisse a meta estabelecida pelo SERT, a turma não era aberta. Se o número de trabalhadores fosse superior ao número de trabalhadores cadastrados, o excedente de trabalhadores inscritos era excluído. A consequência disso foi a exclusão de muitos trabalhadores dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. Nesse caso, os dados sobre o número de inscritos e concluintes, não se referem à evasão, mas à abertura ou fechamento de turmas.

No escritório regional de Curitiba mais de 1.500 trabalhadores realizaram sua qualificação no Sistema Público de Emprego no ano de 2004, equivalente a 21,5% do total. O escritório regional de Londrina, Maringá, Jacarezinho, Guarapuava e Ponta Grossa contabilizaram 2.705 trabalhadores qualificados, equivalente a 38,5% do total. Os demais escritórios regionais, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Paranavaí, Cianorte, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Ivaiporã, União da Vitória, Umuarama, Pato Branco e Irati foram responsáveis pela qualificação de 2.819 trabalhadores, ou seja, 40% do total.

O CODEFAT realizou para o ano de 2004 o detalhamento do público prioritário elaborando uma planilha sobre o público alvo, os trabalhadores a serem qualificados, os recursos a serem investidos com recursos do FAT e de contrapartida do Tesouro Estadual. Os recursos de contrapartida foram direcionados às trabalhadoras domésticas, aos trabalhadores de inclusão social do programa Fome Zero e a formação de gestores de políticas públicas, correspondendo a 1.365 trabalhadores a serem qualificados. Nesse ano, houve uma elevação

de 21,6% do número de trabalhadores qualificados em relação à previsão do CODEFAT e, o montante de recursos investidos, no decorrer do mesmo ano, foi 6 vezes maior que o orçamento, resultando em vários pedidos de recursos financeiros ao CODEFAT por parte da SETP.

Os programas de governo foram integrados às Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e vice-versa. Ambos estavam associados a um projeto de desenvolvimento nacional, de retomada do crescimento econômico e inclusão social. Apesar das ações de qualificação profissional serem desenvolvidas de maneira descentralizada, integradas a outras políticas sociais, associadas aos programas de governo, apenas 7 executoras participaram do programa de qualificação profissional desenvolvido no Sistema Público de Emprego, no Estado do Paraná, em 2004. Na ordem decrescente, conforme o número de cursistas concluintes, o SENAC teve a maior representatividade com 2.153 concluintes; a FUNTEL com 1.630 concluintes; o SENAI com 1.542 concluintes; o SENAT com 1.208 concluintes; a Geração e Talentos com 194 concluintes; a Escola Sul com 159 concluintes e PROVOPAR com 154 concluintes. Juntas, estas Instituições totalizaram, em 2004, a qualificação de 7.040 cursistas concluintes. As dificuldades encontradas no desenvolvimento de políticas sociais estão relacionadas aos interesses divergentes entre patrões e trabalhadores, às instituições públicas e privadas, às políticas distributivas e redistributivas.

Em 2005, foram inscritos 8.929 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional. Destes, 7.729 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 496 turmas no Estado do Paraná para 8.540 vagas efetivadas. A média do número de cursistas por turma era de 16 trabalhadores. O investimento médio por cursistas ficou em torno de R\$ 443,00 reais. A iniciativa do Estado em oferecer qualificação gratuita é valorizada pelos trabalhadores, porque, veem nela uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho e manutenção do emprego, mesmo que essa iniciativa não implique numa elevação de sua renda e salário.

Os trabalhadores foram qualificados com recursos do FAT e do Tesouro Estadual mediante 8 executoras parceiras no ramo da qualificação profissional. Acompanhemos a seguir, os dados sobre a representatividade das executoras, em 2005, na ordem decrescente, o SENAI teve o maior número de cursistas e concluintes contemplando, quase 3.000, correspondendo a 38,3% dos concluintes, o SENAC teve 2.180 concluintes, equivalente a 28,2% dos concluintes, o SENAT teve 1.279 concluintes, equivalente a 16,5%. Juntos, SENAI, SENAC e SENAT, totalizaram 83% dos concluintes. A FUNTEL aparece em 4º lugar, com 630 concluintes, equivalente a 8,2%. A AGT, FCG, FECILCAM e AMBIENS,

juntas, qualificaram 683 trabalhadores, totalizando apenas 8,8% dos concluintes qualificados no SPE em 2005.

Em 2006, foram inscritos 7.735 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional no SPE no Paraná. Desses, 6.902 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 337 turmas no Estado do Paraná. A média do número de cursistas por turma era de 22 trabalhadores. O investimento médio por cursistas foi de R\$ 436,00 reais. Percebe-se que a taxa de evasão por escritório regional variou de zero a 15%, porcentagem tolerada pelo MTE.

Os dados demonstram que a taxa de evasão varia de acordo com a organização de cada escritório regional, conforme as demandas locais, as necessidades dos empregadores, a cultura local e onde o discurso da qualificação profissional é mais efetivo entre os trabalhadores. A taxa relativamente baixa de evasão dos cursistas por turmas revela a responsabilidade dos trabalhadores em relação aos investimentos realizados pelo Estado em sua qualificação profissional.

Os dados mostram que o número de qualificados no Sistema Público de Emprego continuou semelhante ao número de trabalhadores qualificados em 2004. Os escritórios regionais que tiveram o maior número de trabalhadores concluintes foram Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Em 2006, 15 executoras participaram do PlanTeQ oferecendo vários cursos de qualificação profissional, na maior parte dos municípios do Paraná. Tal participação foi marcada por uma abertura democrática e maior envolvimento da sociedade civil organizada no desenvolvimento de Políticas Públicas de Emprego no Estado do Paraná. No entanto, houve uma centralização e monopolização dos cursos oferecidos pelas executoras tradicionais, ou seja, as ações do Estado no campo da qualificação profissional foram determinadas pelas condições de licitação impostas pelo CODEFAT.

Em 2007, foram inscritos 7.398 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional. Desses, 6.625 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 350 turmas no Estado do Paraná. A média do número de cursistas por turma era de 19 trabalhadores. Os dados mostram que em 2007 houve um investimento superior a R\$ 3 milhões e meio. O investimento médio por cursistas ficou em torno de R\$ 522,00 reais. Dos 6.840 inseridos nos cursos de qualificação profissional no ano de 2007 e 215 trabalhadores desistiram durante a execução dos cursos.

Os dados indicam que o escritório regional de Curitiba teve o maior número de trabalhadores inscritos, concluintes e conseqüentemente evadidos. Curitiba e Região Metropolitana foram o principal alvo das políticas públicas de qualificação profissional com 27,8% do total de concluintes e um investimento superior a R\$ 1 milhão, equivalente a quase

1/3 do total do valor pago pelo Sistema Gerencial de Ações de Emprego. Os outros 2 escritórios regionais com maior número de concluintes foram o de Londrina com 607 trabalhadores qualificados e de Francisco Beltrão com 480 concluintes. Os demais escritórios regionais foram responsáveis pela qualificação de 3.696 trabalhadores, equivalente a 57,8% do total.

Entre as 3 maiores executoras que atuaram o SPE, em 2007, encontram-se a FUNTEL com 1.435 trabalhadores qualificados, o SENAC com 1.373 concluintes e o SENAT com 1.236 concluintes. Juntas, elas foram responsáveis pela qualificação de 4.046 trabalhadores, equivalente a 61% do total dos concluintes. As executoras que tiveram um número equivalente de trabalhadores qualificados foram: o SENAI e a AGT, com 1.278 concluintes; a ADESOBRAS e a IWPICLER, com 830 concluintes; a FCG, a SOCIESC e a TECXEL, com 473 concluintes.

Os dados a seguir demonstram uma redução significativa do número de trabalhadores qualificados no Sistema Público de Emprego em 2008. Houve uma redução de mais de 50% dos investimentos realizados em relação a 2006. A carga horária dos cursos foi padronizada em 200 horas, exceto de alguns cursos. Outras mudanças e desdobramentos sobre a política de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego será analisado a seguir.

Em 2008, foram inscritos 2.388 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional. Destes, 2.166 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 126 turmas. A média do número de cursistas por turma era de 17 trabalhadores. O investimento médio por cursista ficou em torno de R\$ 649,00 reais. Dos 2.219 realmente matriculados nos cursos de qualificação profissional no ano de 2008, 53 trabalhadores desistiram dos cursos no decorrer de sua execução. A média do número de inscritos por turma variou entre 15 e 20 cursistas, ocorrendo algumas exceções com turmas de 25 cursistas. Essa redução do número de trabalhadores qualificados em 2008, pode ser relacionada ao crescimento da economia no Brasil, ao crescimento do número de empregos, particularmente no Estado do Paraná, nos últimos anos, e sinaliza que, o discurso da falta de qualificação é, em parte, utilizado para justificar a falta de empregos, principalmente nos contextos de crises econômicas que se estabelecem no país. Portanto, o contexto econômico de crescimento do número de empregos ou desemprego, pode acarretar em maior ou menor eficácia dos cursos oferecidos pelo Estado.

Percebe-se que houve uma redução significativa do número de trabalhadores qualificados no Sistema Público de Emprego no Paraná em 2008. Essa redução significativa de investimentos em qualificação profissional, número de inscritos e concluintes em relação aos anos anteriores veio acompanhada de uma maior descentralização dos cursos executados

nos escritórios regionais que até então estavam centralizados principalmente na capital e nos grandes centros comerciais e urbanos do Estado do Paraná como, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Francisco Beltrão.

A política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e PlanTeQ/PR visa promover gradativamente o direito ao trabalho, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego de boa qualidade e remuneração, promover uma participação efetiva dos trabalhadores nos Conselhos Municipais e Estaduais do Trabalho, em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

Em 2009, foram inscritos 1.698 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional. Destes, 1.512 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 95 turmas no Estado do Paraná. A média do número de cursistas por turma era praticamente 17 trabalhadores. O investimento médio por aluno ficou em torno de R\$ 810,00 reais. Dos 1.590 realmente matriculados nos cursos de qualificação profissional em 2009, 78 trabalhadores desistiram dos cursos no decorrer de sua execução.

Percebe-se que houve uma redução significativa do número de turmas no decorrer da década passada e conseqüentemente do número de trabalhadores qualificados. Por outro lado, o investimento realizado para cada trabalhador matriculado foi aumentando gradativamente. O atendimento ao público alvo passou a ser cada vez mais específico e direcionado a um número cada vez menor de trabalhadores. O crescimento do número de empregos no Brasil, nos últimos anos, a redução das desigualdades sociais e vulnerabilidades, são alguns fatores responsáveis por essa redução da oferta dos cursos de qualificação profissional. Portanto, as políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda, voltadas para as populações mais vulneráveis no país, as mudanças ocorridas em relação ao trabalho e no mercado de trabalho, a ampliação da renda de boa parte dos trabalhadores que se encontravam na base da pirâmide social brasileira, reduziu a ênfase dada à oferta dos cursos de curta duração.

Entre 2004 a 2007, o escritório regional de Curitiba apresentou o maior número de trabalhadores inscritos e concluintes. No entanto em 2009, aparece em quarto lugar com apenas 155 concluintes. Os escritórios que tiveram o maior número de concluintes foram, em primeiro lugar, Campo Mourão com 263 trabalhadores, em segundo, Guarapuava com 222 concluintes e em terceiro, Londrina, com 177 concluintes.

Em 2009, os escritórios regionais que tiveram o menor número de trabalhadores qualificados foram Irati, Ivaiporã e Jacarezinho, totalizando 92 trabalhadores. Os escritórios

regionais de Cianorte, Foz do Iguaçu, Paranavaí e Umuarama não qualificaram nenhum trabalhador nesse ano. O número de cursistas nos outros 7 escritórios regionais variou entre 49 e 129 concluintes, totalizando 603 trabalhadores.

Em 2010, foram inscritos 2.410 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional. Desses, 1.807 realizaram sua qualificação. Nesse ano foram geradas 120 turmas no Estado do Paraná. A média do número de cursistas por turmas era de 18 trabalhadores. Pode-se aferir que ao final do mandato do governo Roberto Requião, houve mudanças estruturais e conjunturais nas Políticas Públicas de Emprego. Na mudança de governo houve remanejamento dos cargos de confiança, mudanças de gabinete, secretariado do trabalho, agentes públicos e profissionais do ramo em diversos setores da organização.

Em 2010, houve uma descentralização ainda maior dos cursos oferecidos no Estado do Paraná. Os escritórios regionais de Cornélio Procópio, Campo Mourão, Curitiba, Guarapuava, Cascavel e Londrina, tiveram o maior número de cursistas e concluintes. Os escritórios regionais que tiveram o menor número de cursistas concluintes foram Cianorte, Ivaiporã, Jacarezinho, Maringá, União da Vitória, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Irati. Nesse ano, o número de executoras dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego, no Estado do Paraná, foi reduzido para 5. Entre elas, o SENAI teve 680 concluintes, o SENAC 540, a FUNTEL 221, o SENAT 200 e o IFPR 166 cursistas concluintes.

Após realizarmos uma abordagem sobre o número de cursistas inscritos e concluintes no PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, nosso foco de análise a seguir está relacionado aos cursos oferecidos pelas executoras participantes.

Prosseguiremos nossa análise mediante os cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná pelas executoras que qualificaram o maior número de cursistas, conforme o ano de atuação até as executoras que qualificaram o menor número de cursistas e que manifestam a participação dos diferentes atores nas ações de qualificação profissional desenvolvidas no referido período.

3.4.1 Cursos de qualificação executados pelo SENAC/PR.

A **Tabela 7** apresenta na ordem decrescente os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC/PR, no período de 2004 a 2010. Nesse período, o SENAC/PR realizou a qualificação de 9.059 trabalhadores, mediante a oferta de uma variedade de cursos via Sistema Público de Emprego, principalmente no setor de comércio e serviços.

TABELA 7 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAC NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES

Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Vendedor(a)	250	442	570	377		119	175	1.933
Panificação, confeitaria/culinária básica	213	449	346	201	69	18	19	1.315
Auxiliar de serviços administrativos	177	247	389	115	21	38	117	1.104
Recepcionista de hotel	439	237	20			22		718
Auxiliar de serviços domésticos/limpeza	215	125	148	68	20		20	596
Garçom/Barman	122	77	119	76	21	13	50	478
Auxiliar de serv. operacionais de super.	135	76	178	45	42			476
Produção de artesanato local e regional	183	138	70					391
Cozinheiro/auxiliar de cozinha	98	31		83	23		75	310
Gestão de negócios/peq. empreendedores			170	73				243
Serviço de secretária		65		93				158
Atendente de Farmácia/comercial	44	91						135
Serviços depart. pessoal/financeiros		24	38	25	22		17	126
Açougueiro para supermercado	14		41	53			17	125
Serviços de cabeleireiro			24	39	14		36	113
Porteiro	25	35	19	21				100
Corte e costura	96							96
Ecoempreendedor – M. de recicláveis	31		21	43				95
Camareiro(a) de hotel		38	16		22		10	86
Barman/Bartender flair	21	11			33			65
Telefonista		43	20					63
Operador em terminais de containers	53							53
Zelador(a) de edifício			52					52
Agente comunitário de saúde	37							37
Frentista de posto de combustível			21	27				48
Jardineiro			17	18				35
Serviços de decoração de vitrinas				16			4	20
Serviços de governança em hotel		20						20
Cuidador de idosos domiciliar			21					21
Culinária/típica/tropeirismo		18						18
Doces artesanais			16					16
Serviços de amoxarifado		13						13
Total de cursistas concluintes	2.153	2.180	2.316	1.373	287	210	540	9.059

Fonte: SETP/PlanTeQ, 2004 a 2010.

Pode-se aferir no conjunto dos cursos oferecidos pelo SENAC/PR um maior direcionamento para o trabalho feminino, para ocupações onde o trabalho é mais instável, flexível e precário.

Na década de 2000, por exemplo, quase 60% das ocupações geradas absorveram mulheres. Durante os anos 1990, o emprego feminino respondeu por dois terços do total dos postos de trabalho gerados, ao passo que, na década de 1980, eram as ocupações masculinas que predominavam (POCHMANN, 2012, p. 32).

Conforme a **Tabela 7**, os cursos de auxiliar administrativo e vendedor oferecido pelo SENAC/PR revelam o crescimento do setor de comércio e serviços no Brasil nos últimos anos. Vários cursos podem ser associados às políticas sociais direcionadas principalmente a geração de empregos na faixa etária até os 25 anos de idade. O acesso ao emprego e à renda de um contingente significativo de trabalhadores desempregados repercutiu na elevação dos índices de consumo interno e provocou o aquecimento do mercado interno. As intervenções do Estado no mercado de trabalho podem ser observadas mediante a oferta de cursos direcionados aos setores em expansão, onde há maior demanda de mão de obra qualificada.

Os cursos de serviços de panificação e confeitaria e de garçom, foram oferecidos de maneira constante no referido período. Houve uma redução na oferta de cursos relacionados à gestão de pequenos negócios, produção de artesanato local e regional. Os cursos oferecidos no setor de serviços e comércio foram predominantes. No entanto, os que foram oferecidos no Sistema Público pelo SENAC contemplavam o crescimento do número de empregos de baixa qualificação e remuneração, predominantes no Brasil no decorrer da primeira década do terceiro milênio. A interrupção pontual de vários cursos pode estar relacionada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, à rotatividade de mão de obra, às exigências dos empregadores, à oferta de empregos conforme os setores em expansão e ao desenvolvimento de outros programas sociais e de governo desenvolvidos no 2º mandato do governo Lula. A redução dos investimentos realizados na qualificação profissional dos trabalhadores via SPE, fez com que muitos cursos oferecidos no início do seu 1º mandato deixassem de ser oferecidos. Os cursos oferecidos de maneira constante foram: os cursos de auxiliar de serviços operacionais de supermercado, produção de artesanato local e regional, porteiro de edifícios e recepcionista de 2004 a 2006; o curso de cabeleireiro de 2006 a 2008, os cursos serviços domésticos e limpeza de 2004 a 2008, o curso de vendedor de 2004 a 2007 e o curso de serviços administrativos de 2007 a 2010.

Percebe-se que a atuação do Estado mediante a oferta de cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego, particularmente no Estado do Paraná, estava relacionada à política econômica adotada nos governos Lula. Nesse sentido, nossa análise sobre os cursos oferecidos não pode ser dissociada das políticas de governo e dos programas sociais adotados que dialogavam com as políticas de qualificação profissional no âmbito Nacional e Estadual. Conforme Pochmann (2012, p. 46) “a alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada da elevação real das remunerações, capaz de potencializar a mobilidade social e a inclusão no mercado de bens e consumo”.

Na década de 2000, a inserção social mediante o desenvolvimento de políticas públicas limitou-se ao acesso ao emprego, à renda, ao crédito, à sociedade de consumo de um contingente significativo de pessoas que se encontravam em processo de exclusão social acentuado pelo predomínio das políticas neoliberais hegemônicas na década de 1990. Entretanto, essa inserção social se restringiu à sociedade de consumo. A redução das disparidades de renda e salários e a possibilidade de emancipação e autonomia da classe trabalhadora poderão ser ampliadas nos próximos anos. A inserção social não pode se restringir à sociedade de consumo, mas deve ser ampliada para uma inserção mais democrática, igualitária, plural e ecologicamente sustentável. Os direcionamentos políticos, as estratégias de organização da classe trabalhadora, a atuação dos movimentos sociais e dos sindicatos das diferentes categorias de trabalhadores, poderá levar a uma maior autonomia dos trabalhadores frente à exploração capitalista da força de trabalho.

Após a difusão das políticas neoliberais no Brasil, a intensificação da concorrência capitalista, a abertura subordinada da economia ao mercado internacional, a política econômica adotada no período de 2003 a 2010 e na contramão, voltou-se para uma maior intervenção do Estado no mercado de trabalho. As políticas desenvolvidas nesse período promoveram a aceleração do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil mediante maior estímulo ao consumo interno, à redução do desemprego, à inflexão da informalidade, maior formalização das relações Capital Trabalho, à geração de empregos de baixa qualificação e remuneração. Conforme Pochmann (2012, p. 43) “o setor terciário, por outro lado, tem aumentado relativamente a sua participação no total da ocupação de baixa remuneração, passando de 45,2%, em 1979, para 62,5%”, apesar dos diferentes subsetores. Entretanto, esse processo vem acentuando diferenças históricas entre diferentes áreas geográficas e regiões. Há um distanciamento cada vez maior entre regiões, categorias de trabalhadores e as classes sociais, apesar da referida mobilidade na base da pirâmide social.

No ano de 2004, foram qualificados no município de Ponta Grossa 37 agentes comunitários de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa inovação no campo das Políticas Públicas de Emprego fez parte do plano de ação estabelecido pelo CODEFAT e revelou a necessidade do estabelecimento de vínculos com as políticas públicas Estaduais. Paralelamente a qualificação dos agentes comunitários de saúde, foram qualificados também 44 trabalhadores como atendente de farmácia, em Londrina e Foz do Iguaçu. Praticamente 30% dos concluintes que participaram dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego pelo SENAC no ano de 2004, eram de auxiliar administrativo, panificação e confeitaria, serviços domésticos e operacionais de supermercado.

Em Curitiba, 21 trabalhadores concluíram o curso de Barman/Bar tender Flair com carga horária de 200 horas; 22 como garçon auxiliar, em Ponta Grossa, com carga horária de 300 horas e, 81 como garçon auxiliar em outros municípios com carga horária de 200 horas. Os cursos de cozinheiro auxiliar e culinária básica com duração de 200 horas corresponderam a praticamente 10% dos trabalhadores concluintes. O número de trabalhadores concluintes pelo SENAC, no curso de corte e costura, foi equivalente a 4,5%, sendo relativamente inferior, no ano de 2005. Outros cursos oferecidos pelo SENAC em 2004 foram de empreendedor e manuseio de recicláveis com 14 trabalhadores qualificados em Umuarama e produção de artesanato local e regional, com 183 trabalhadores. O trabalho para as famílias e nas atividades primárias e autônomas ou temporárias, geralmente está relacionado ao setor informal, por conta própria, agregando micro e pequenos empreendedores, diferente de uma formação específica, direcionada a formar 53 operadores em terminais de containers, para atuarem no porto de Paranaguá.

Os cursos de recepcionista e vendedor foram oferecidos pelo SENAC em 2004 em vários municípios do Estado do Paraná. Conforme a análise realizada no **Cap. 2**, os empregos gerados no setor de comércio e serviços foram influenciados pelo aquecimento do mercado de trabalho no Brasil, nos últimos anos. O curso de vendedor teve como público alvo os trabalhadores jovens que buscam o primeiro emprego. As políticas públicas e os programas sociais desenvolvidos durante o governo Lula auxiliaram na geração de empregos de 1 a 2 salários mínimos, proporcionando a inclusão social de uma parcela significativa da população brasileira, permitindo o acesso ao crédito e inserção no mercado de consumo. Os cursos de recepção e vendas correspondem a praticamente 10% dos cursistas concluintes no SPE em 2004. A carga horária variou entre 100 e 200 horas para os cursos de recepcionista e 200 e 300 horas para os cursos de vendedor. Os 2 cursos de qualificação executados pelo SENAC em 2005 que contemplaram o maior número de trabalhadores foram: o curso de recepcionista com 237 concluintes, seguido do curso de vendedor com 442 concluintes.

Ao analisar os cursos oferecidos pelas executoras, pode-se aferir que cada uma delas possui seu campo de atuação específico, sua particularidade, seu diferencial no mercado. As diferenças podem ser observadas em relação ao foco de atuação, aos conteúdos dos cursos oferecidos, as metodologias utilizadas, as avaliações realizadas geralmente por elas mesmas, e outros. As executoras menores e com menos tempo no mercado, menor influência no campo da qualificação profissional, estrutura física inadequada e falta de representatividade política, encontram maiores dificuldades de se inserirem no mercado, entre elas, as ONGs,

organizações filantrópicas, instituições privadas e associações, ou seja, são atores sociais que disputam espaço, representatividade e hegemonia no campo da qualificação profissional.

Entre os cursos de qualificação executados pelo SENAC em 2005, destacam-se os cursos de auxiliar administrativo com 227 concluintes; auxiliar de serviços domésticos com 125 concluintes; produção de artesanato local e regional, com 138 concluintes, ambos com carga horária de 200 horas. O curso de panificação, confeitaria e culinária básica com menor carga horária de 160 horas, contemplou 355 participantes do programa Fome Zero.

Os cursos oferecidos pelo SENAC em 2006 representaram 33,6% do total dos cursos oferecidos no Sistema Público. A atuação do SENAC continuou predominante no setor de comércio e serviços. Os cursos mais representativos foram de auxiliar administrativo, panificação e confeitaria, serviços domésticos, serviços operacionais de supermercado, garçom auxiliar, gestão de negócios para pequenos empreendedores e de panificação, confeitaria e culinária básica. No entanto, os empregos gerados no setor de comércio e serviços tendem a ser mais precários se comparados aos empregos gerados no setor industrial. Mas, ambos estavam mais relacionados a execução de tarefas e menos ao trabalho inventivo, criativo e intelectual.

O curso de vendedor teve o maior número de concluintes no SENAC em 2006. O capital procura de várias maneiras seduzir os consumidores a atenderem suas exigências e suprir suas necessidades racionalizadas. Vendedores e consumidores são levados a reproduzirem o capital. O consumo exagerado, desenfreado, é prejudicial ao meio ambiente. As necessidades básicas muitas vezes ficam em segundo plano. Em algumas situações, necessidades, criadas, despertadas, difundidas pelo sistema capitalista ficam em primeiro plano.

Em 2008, o SENAC qualificou apenas 287 trabalhadores no setor de serviços com recursos do FAT. Nesse ano foram formadas 14 turmas e 10 cursos foram oferecidos. O público contemplado era formado pelos trabalhadores cadastrados no Sistema de intermediação de mão de obra e beneficiários do programa de Seguro Desemprego.

Em 2009, os cursos de qualificação profissional executados pelo SENAC foram reduzidos para cinco, com uma carga horária de 200 horas e tiveram como público alvo os trabalhadores do programa de intermediação de mão de obra. Ambos os cursos estavam relacionados ao setor de comércio e serviços, financiados com recursos do FAT.

O público alvo do SENAC em 2010 era formado por trabalhadores inscritos no programa de intermediação de mão de obra em vários municípios do Estado do Paraná. Os cursos estavam direcionados ao setor de comércio e serviços. Nesse ano, o SENAC ofereceu

11 cursos de qualificação, entre eles, 6 estavam relacionados aos serviços auxiliares, qualificando 314 trabalhadores, ou seja, 58% dos concluintes nos cursos oferecidos pelo SENAC no Sistema Público de Emprego em 2010. Os outros 5 cursos oferecidos; açougueiro, camareira, empregados domésticos, vendedor e vitrinista, qualificaram 226 trabalhadores, equivalente a 42% do total. Os cursos foram financiados pelo FAT e Tesouro Estadual.

Em 2010, os municípios de Cascavel, Curitiba e Região Metropolitana, Foz do Iguaçu e Londrina também qualificaram o maior número de trabalhadores no setor de comércio e serviços. Ambos os cursos estavam relacionados ao atendimento ao público. Esses empregos exigem determinadas habilidades e capacidades específicas dos trabalhadores, como por exemplo, se expressar adequadamente, transmitir informações com clareza, objetividade, saber se relacionar com clientes, apresentar capacidade de interação social, sendo gentil, prudente e prestativo em relação aos patrões e clientes.

A difusão e expansão da qualificação profissional no SPE atende de modo peculiar às exigências do mercado de trabalho em nível local. Os cursos de curta duração se configuram como uma qualificação paralela oferecida aos trabalhadores desprivilegiados, empreendedores, informais, autogestionados, cooperativados, a manterem-se no mercado de trabalho e muitos consideram necessário para conquistar o primeiro emprego. Esses cursos podem estar suprindo parte do déficit de mão de obra qualificada deixada pelo governo FHC.

Ao realizar a reforma educacional mediante a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), lei nº 9.394/96, o governo FHC reduziu os cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil, as verbas destinadas à rede estadual de educação e instituições privadas que ofereciam essa qualificação. O crescimento do desemprego, o arrocho salarial e a redução dos salários da maioria das categorias de trabalhadores nos anos 1990, fez com que um contingente significativo de trabalhadores que não possuíam condições financeiras de realizar o ensino superior, encontrasse na oferta dos cursos oferecidos no SPE uma alternativa para realizarem sua qualificação e disputarem as vagas que restavam no mercado de trabalho.

Acompanhemos a seguir os cursos de qualificação oferecidos pelo SENAI/PR, segunda maior executora atuante no Sistema Público de Emprego, no período de 2004 a 2010.

3.4.2 Cursos de qualificação executados pelo SENAI/PR.

Ao analisarmos os cursos oferecidos pelo PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2010, faz-se necessário levarmos em consideração o perfil dos cursistas. Há necessidade de considerarmos o perfil dos cursistas e fazermos ressalvas e ponderações em relação àqueles que conseguiram se reinserir no mercado de trabalho. O fato da maioria dos cursistas, cerca de 70%, pertencerem a várias comunidades e por estarem inseridos em programas de associativismo, cooperativismo e economia solidária, explica a pouca inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Boa parte dos cursistas já estavam inseridos no mercado de trabalho ou eram beneficiários do programa Seguro Desemprego.

Entretanto, a baixa alocação não invalida o treinamento uma vez que os cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná atendiam a outras expectativas dos cursistas como por exemplo estímulo aos estudos, melhoria dos relacionamentos pessoais e familiares, melhoria da autoestima, ampliação das relações comunitárias como também da sociedade mediante maior envolvimento dos indivíduos em empreendimentos coletivos, apoio à reabilitação dos egressos do sistema penal e busca coletiva de soluções e alternativas ao problema do desemprego.

Pode-se dizer que os atores envolvidos foram levados a compreender que as soluções ao problema do desemprego não dependem exclusivamente do indivíduo e não se restringem à mera qualificação profissional. Ambos os atores envolvidos nas ações de qualificação via PlanTeQ/PR, vivenciaram uma variedade de experiências, obtiveram aprendizados de maior ou menor complexidade no que se refere ao excedente de mão de obra no mercado de trabalho e seus impactos na vida cotidiana dos trabalhadores, a diferença entre qualificação de fato e discurso da qualificação, o desenvolvimento de políticas sociais, os programas de governo e seus impactos, bem como sobre as tensões, disputas e contradições existentes nas relações Capital Trabalho, as disputas de interesses entre as classes sociais e a atual fase de acumulação capitalista.

Os dados da **Tabela 8** demonstram que houve uma grande variedade de cursos oferecidos pelo SENAI no período de 2004 a 2010.

TABELA 8 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAI NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTE

Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Operador de máquina de costura industrial	877	1.995	145	388	36	128		3.569
Costura industrial		136					183	319
Mecânica de máquina de costura industrial	45	102			64	23	12	246
Desenho de estilo/técnico de moda	73	88		68				229
Modelista de confeções		72	12	63			19	166
Planejamento de riscos e corte	20	95		12				127
Modelagem industrial infantil/masculina/feminina	12	65						77
Planejamento de coleções	16	11		11				38
Estofador de móveis						14	10	24
Modelagem informatizada		23						23
Auxiliar de ser. gerais (ind. da confecção)	5							5
Auxiliar de costura	4							4
Soldador	10	29	28		98		62	227
Eletricista instalador predial	25	68	15	14	16			138
Eletricista de manutenção industrial	13	26	16	14	17		38	124
Torneiro mecânico/repuxador/CNC	12	40	28	16	11			107
Básico de mecânica industrial	72							72
Mecânica de manutenção industrial	34	27						61
Auxiliar de produção/metalúrgica			16	30				46
Caldeireiro	25					17		42
Operador de processo de produção							38	38
Operador de caldeira	14						11	25
Mecânica industrial básica		23						23
Eletricidade e mecânica industrial					13			13
Op. de dobradeira, guilhotina e prensa excêntrica					12			12
Serralheiro/armador de ferro							8	8
Pedreiro/azulejista	43	46		7			112	208
Encanador	12		12	9				33
Pinto de obras							16	16
Carpinteiro de obras				12				12
Mecânico de manutenção de automóveis	58	15			13		30	116
Montador de chicotes automotivos	109							109
Mecânica de motos	17							17
Mecânica Diesel			13					13
Formação/ desenvolvedores e suporte de software					39	124	56	219
Manipulador de alimentos		12	50					62
Filetagem de peixes							42	42
Auxiliar de produção/indústria de alimentos	21							21
Transformação de citrus em suco							14	14
Marceneiro/móveis	15	36	12		9		16	88
Montador de móveis							13	13
Auxiliar de produção/indústria moveleira	10							10
Auxiliar de supervisor de produção		20						20
Auxiliar de produção com planejamento/Produção		13						13
Croanálise		15						15
Total de cursistas concluintes	1.542	2.957	347	644	328	306	680	6.804

Fonte: SETP, PlanTeQ, 2004 a 2010.

Agrupamos na **Tabela 8**, os cursos afins ou por setores, oferecidos pelo SENAI/PR, no período de 2004 a 2010, usando as cores destacamos: Em 1º lugar, os cursos relacionados ao setor têxtil e confeções; Em 2º lugar, os cursos relacionados ao setor industrial, à indústria pesada; Em 3º lugar, àqueles direcionados à construção; Em 4º lugar, àqueles voltados para o setor automotivo; Em 5º lugar, o curso que contemplou o setor de informática; Em 6º lugar,

àqueles relacionados à indústria de transformação; Em 7º lugar, os cursos direcionados ao setor moveleiro; Em 8º lugar, auxiliar de produção e; Em 9º lugar, o curso de croanálise.

É provável que essa diversificação dos cursos oferecidos não tenha sido casual, mas pode ter ocorrido conforme questões políticas, escolhas racionalizadas pelo mercado de trabalho que contemplaram os diferentes tipos de empregos, oferecendo qualificações específicas conforme as necessidades dos empregadores.

Ao relacionarmos a oferta desses cursos pelo Sistema Público de Emprego via PlanTeQ/PR, com a análise realizada no **Cap. 2** sobre a evolução dos empregos no Estado do Paraná no período de 2003 a 2004, podemos perceber uma íntima relação entre os cursos oferecidos e a trajetória de evolução dos empregos mantidos e gerados pelo desenvolvimento econômico paranaense. De um lado, essa inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho ocorreu ao lado do desenvolvimento dos programas sociais implantados no governo Lula. De outro, a valorização cambial da moeda brasileira pode ser apontada como um dos fatores responsáveis pela inflexão de vários setores produtivos, a partir da metade da década de 2000. Entre outros fatores, essa retomada do crescimento econômico, com geração de empregos formais, pode ter levado a uma redução do número de cursos oferecidos via PlanTeQ/PR.

A qualificação oferecida pela maior parte desses cursos não era encontrada na rede estadual de educação, na rede privada ou nos cursos técnicos profissionalizantes. Isso nos leva a aferir que existem vagas de emprego praticamente reservadas aos trabalhadores que de modo geral vivem no limiar da pobreza e estão em busca do primeiro emprego ou do emprego perdido. Nesses setores econômicos, a mobilidade social é muito pequena.

Em 2005, o SENAI executou no Sistema Público de Emprego vários cursos com carga horária de 100, 120, 150, 200 e 300 horas. Percebe-se que os cursos oferecidos pelo SENAI, apresentavam-se relacionados, complementares, semelhantes, associados, como se os resultados esperados dos cursos de qualificação surtiram os efeitos desejados numa rede de produção, especificamente no setor de vestuário e têxtil. Entre os cursos destacavam-se o de operador de máquina de costura industrial, máquina de costuras especiais, planejamento de riscos e corte, modelagem industrial masculina, feminina e infantil, modelista de confecções, desenho de estilo avançado, mecânica de manutenção industrial, mecânico de máquina de costura industrial, e outros. Ao fazermos uma relação entre os cursos oferecidos e a evolução do número de empregos no Estado do Paraná, conforme dados do IPARDES (2012), percebemos que elas não exigiam uma elevada qualificação. É provável que a renda, os salários obtidos pelos cursistas encaminhados e alocados, apresentem diferenças significativas. Por outro lado, os benefícios trabalhistas e as condições de salários destes, não

são as mesmas se comparado àqueles que possuem maior escolaridade e qualificação. A diferenciação que o Estado faz em relação aos trabalhadores fica evidente, apesar de assistir os desassistidos. Tal política trata os cidadãos de maneiras diferenciadas. Nesse sentido, a exclusão social, as desigualdades sociais e as diferenças de classe, manifestam-se no núcleo das ações de qualificação profissional desenvolvidas pelo Estado via Sistema Público de Emprego.

O curso de operador de máquina de costura industrial, teve o maior número de concluintes no período, equivalente a 3.569 cursistas em todo o Estado do Paraná. Associativismo e cooperativismo continuaram fazendo parte das principais Políticas Públicas de Emprego difundidas pela SETP. A necessidade de qualificação nessa área assim como na época da fundação dessa instituição, estava relacionada às exigências do capital para suprir o déficit de mão de obra existente no mercado de trabalho. Ao conceder incentivos fiscais aos empregadores, empresas nacionais e internacionais, o Estado facilita a expansão da produção em determinado setor, município ou região.

O SENAI foi responsável pela qualificação de apenas 5% dos cursistas em 2006. Sua posição caiu de primeiro lugar em 2005, para a sexta posição em 2006, ou seja, o número de trabalhadores qualificados caiu de 2.957 concluintes para 347 trabalhadores qualificados. Isso se deve aos cursos selecionados pela SERT. Mesmo assim, o curso de operador de máquina de costura industrial continuou sendo o mais representativo. Na área da construção civil o SENAI ofereceu dois cursos; um de eletricitista instalador predial e outro de encanador. Na área metalúrgica ofereceu os cursos de auxiliar de produção metalúrgica, mecânica diesel, soldador e torneiro mecânico.

Em 2007, o SENAI atuou no escritório regional de Francisco Beltrão e Pato Branco. Percebe-se que as instituições tradicionais mantêm suas práticas metodológicas, seus conteúdos pragmáticos, sua visão sobre o mercado de trabalho e sua atuação no campo da política de qualificação profissional. A ação da FUNTEL, SENAC, SENAI e SENAT é a mesma no decorrer da sua atuação no SPE. Se os resultados de determinados cursos fossem melhor avaliados e outras experiências participativas fossem valorizadas e difundidas, talvez a efetividade das ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego poderiam apresentar maior alcance. Portanto, analisar e compreender as mudanças que estão ocorrendo no Mundo do Trabalho, perceber onde postos de trabalho estão sendo extintos e onde outros estão sendo criados, faz-se necessário para o desenvolvimento de ações extratêgicas por parte do Estado, visando se antecipar perante os impactos da economia globalizada, fortalecendo os trabalhadores em âmbito local, regional e nacional. Os cursos

podem estar sendo vistos pelos executores, gestores, Conselheiros do Ministério do Trabalho e SERT apenas como uma maneira de amenizar os problemas do desemprego, as consequências decorrentes da falta de trabalho e renda.

Em 2008, o SENAI qualificou apenas 328 trabalhadores no setor industrial com recursos do FAT e do Tesouro Estadual. No total foram oferecidos 11 cursos conforme os anos anteriores, mas com uma carga horária superior, entre 200 e 340 horas. Os 3 cursos que tiveram o maior número de trabalhadores concluintes foram o de soldador, mecânica industrial e operador de máquina industrial, qualificando 198 trabalhadores, equivalente a 60% dos concluintes dos cursos oferecidos pelo SENAI em 2008.

Os cursos oferecidos pelo SENAI em 2009 no SPE, financiados com recursos do FAT, foram executados nos escritórios regionais de Francisco Beltrão, Maringá e União da Vitória, contemplando 17 municípios do Estado do Paraná. Os cursos de formação de desenvolvedor e suporte de software, mecânica e operador de máquina de costura industrial, exceto uma turma em Dois Vizinhos, tiveram como público alvo 262 trabalhadores da educação, totalizando 83% dos cursistas concluintes que participaram dos cursos executados pelo SENAI em 2009. O curso de caldeireiro foi oferecido em São Mateus do Sul, qualificando 17 trabalhadores. O curso de estofador de móveis foi oferecido em Irati, qualificando 14 trabalhadores e operador de máquina de costura industrial em Dois Vizinhos, qualificando 13 trabalhadores, totalizando 17% dos trabalhadores do programa de intermediação de mão de obra contemplados pelo SENAI em 2009.

Em 2010 a maioria do público alvo do SENAI era formado por trabalhadores inscritos no programa de intermediação de mão de obra em vários municípios do Estado do Paraná. O curso de desenvolvedor e suporte de software com carga horária de 300 horas teve como público alvo trabalhadores da educação nos municípios de Cascavel, Dois Vizinhos e Pato Branco, qualificando 56 trabalhadores. Os demais cursos oferecidos estavam direcionados à construção civil e ao setor industrial. Os dados do IPARDES (2012), indicam que, no período de 2003 a 2010, houve um crescimento acentuado do número de empregos relacionados à construção civil, em Curitiba e Região Metropolitana e em vários centros urbanos no Estado do Paraná.

Podemos afirmar que a necessidade de qualificação de profissionais nesse setor era uma das exigências do capital financeiro imobiliário local e que estava associado aos interesses do Estado no desenvolvimento da construção civil, visando suprir o déficit habitacional no país, conforme os objetivos do PAC 1 e 2. É importante analisar que em 2010, o SENAI e o SENAC juntos tiveram 1.220 concluintes, ou seja, 67,5% dos trabalhadores

qualificados no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. As demais executoras juntas, qualificaram 32,5% do total.

Os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAI durante o período 2004 a 2010 estavam voltados para o setor industrial, mecânica e confecções, especificamente os cursos de operadores de máquina de costura industrial. Ambos estavam relacionados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)¹² formados por aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação, interligadas com o governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Essas aglomerações de empreendimentos são formadas por uma mesma atividade produtiva em uma determinada região geográfica. Portanto, as ações desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR, faziam parte de uma política nacional integrada aos programas de governo e que envolviam a participação de toda a sociedade na busca de alternativas ao problema do desemprego. A intervenção do Estado no mercado de trabalho direciona-se à conciliação de interesses entre a classe trabalhadora e o capital, mediante o desenvolvimento de ações coletivas, cooperativas, associativas dos atores sociais.

As saídas apresentadas pelo Estado ao problema do desemprego mediante a oferta de cursos de curta duração aos trabalhadores, pode ser considerada uma alternativa pontual e emergente, mas que em longo prazo precisa ser ampliada, visando a obtenção de Trabalho, Emprego e Renda de melhor qualidade e remuneração. A persistência do trabalho flexível, informal, precário, de baixa qualificação e remuneração, nos deixam dúvidas sobre essa possível melhoria das condições de trabalho em relação àqueles que conseguiram ingressar no mercado de trabalho. Essa melhoria das condições de trabalho é resultante das ações coletivas dos trabalhadores e das pressões que exercem sobre o mercado de trabalho. A conquista de direitos e benefícios obtidos, regulamentados e instituídos legalmente, não foram doados pelo Estado ou pelo capital, mas são resultante das manifestações coletivas, das lutas de diferentes categorias de trabalhadores e dos diferentes tipos de pressões que exercem coletivamente.

Compreende-se que o trabalho dos operadores de máquinas de costura industrial está relacionado à produção em larga escala, ao trabalho repetitivo, fordista e taylorista. É importante observar que os cursos oferecidos pelo Sistema S no SPE fazem parte dos cursos

¹² Os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

que já eram oferecidos em sua trajetória de atuação na área de qualificação profissional no Estado do Paraná. Portanto, as ações do Estado no campo da qualificação profissional atendiam a interesses de grupos específicos.

O SENAI está presente em todas as regiões do Paraná por meio de 32 unidades. Os cursos são compatíveis com o grau de conhecimento técnico e com o nível de escolaridade dos cursistas. O SENAI desenvolve também o programa 'menor aprendiz', destinado aos jovens maiores de 16 anos. Esse programa está voltado para a atualização ou complementação de conhecimentos de acordo com as mudanças tecnológicas e organizacionais que vem ocorrendo no Mundo do Trabalho. A maior parte do público alvo contemplado pelos cursos de qualificação profissional executado pelo SENAI/PR era formado por trabalhadores cadastrados no programa de intermediação de mão de obra, ou seja, trabalhadores que buscam seu primeiro emprego ou sua reinserção no mercado de trabalho.

Ao ofertar cursos de qualificação profissional no SPE, o Estado fortaleceu a educação paralela, utilizando-a como uma medida de curto prazo, focalizada e pontual para resolver os problemas educacionais no Brasil. Os investimentos em educação abaixo dos 10% do PIB mantém o Brasil refém dos interesses de grupos econômicos, de grandes corporações financeiras internacionais, de empresas multinacionais e transnacionais, de laboratórios estrangeiros que investem em pesquisas científicas e daqueles que utilizam matérias primas e mão de obra barata disponível nos países periféricos do capitalismo, ampliando seu potencial tecnológico e informacional nos países desenvolvidos. O capital se move para as regiões onde obtêm maiores lucros. Ao tornar-se altamente volátil, ocasiona um processo de territorialização e desterritorialização da mão de obra disponível no mercado de trabalho. Essa mão de obra qualificada é levada a acompanhar o movimento do capital em busca de melhores alternativas e vantagens competitivas necessárias para a sua reprodução.

Acompanhemos a seguir os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAI/PR, no período de 2004 a 2010.

3.4.3 Cursos de qualificação executados pelo SENAI/PR.

O SENAI foi a terceira maior executora de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego. Seu foco de atuação foi o sistema de transporte, qualificando 5.254 trabalhadores, ou seja, 15,5% do total no referido período.

Acompanhemos na **Tabela 9** os cursos de qualificação oferecidos pelo SENAI/PR.

TABELA 9 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELO SENAT NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTES

Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Condutor de veíc. de transp. de produtos perigosos	975	890	635	672	68	51	93	3.384
Condutor de veíc. de transp. coletivo de passageiros	233	171	216	119	73	25		814
Operador de empilhadeira		148	19	39	20		36	262
Mecânica de automóveis				244				244
Condutor de veículos de transporte escolar		49	69	24		23		165
Logística em transporte		21	63	48				132
Cobrador de ônibus			49	50				99
Motorista de ônibus							71	71
Mecânica Diesel			20	18				38
Eletricista de automóveis				22				22
Total de cursistas concluintes	1.208	1.279	1.071	1.236	161	99	200	5.254

Fonte: SETP, PlanTeQ, 2004 a 2010.

O SENAT está presente no Estado do Paraná por meio de 9 unidades. Seu objetivo é desenvolver e disseminar a cultura de transporte, promovendo a melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional dos trabalhadores, bem como a formação e a qualificação de novos profissionais para eficácia dos serviços a serem prestados à sociedade, melhorar a saúde e o bem estar dos trabalhadores em transporte, além de ser um centro de entretenimento em esporte, cultura e lazer, principalmente para os filiados e associados. Muitos não têm acesso aos seus serviços.

A maior oferta de cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAT, ligados ao setor automobilístico e de transporte ocorreu entre 2004 a 2007. No período de 2004 a 2010, a qualificação de condutores de veículos de produtos perigosos manteve-se constante, qualificando mais de mil trabalhadores a cada ano, até 2007. De 2008 a 2010, o número de trabalhadores qualificados a cada ano ficou abaixo de 200 cursistas. Os demais cursos que se mantiveram constantes foram os de condutor de veículos de transporte escolar e logística em transporte entre 2005 a 2007, condutor de veículos de transporte coletivo de passageiros entre 2004 a 2009 e operador de empilhadeira entre 2005 a 2007. O curso de mecânica de automóveis foi oferecido apenas no ano de 2007 e o curso de motorista de ônibus em 2010.

Os cursos oferecidos pelo SENAT correspondem a 17,2% dos trabalhadores qualificados concluintes em 2004. Os cursos de qualificação de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros e transporte de produtos perigosos com carga horária de 100, 150 e 200 horas foram realizados em 31 municípios no Estado do Paraná. Em 2004, 80,7% dos cursos oferecidos pelo SENAT, apesar da variação de horas estavam ligados à formação de condutores de veículos de transporte de produtos perigosos e 19,3% estavam voltados para a formação de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros. Em 2004, o SENAT havia oferecido o curso de qualificação de condutores de veículos de

transporte de produtos perigosos de 100, 150 e 200 horas. Em 2005, a duração desse curso foi padronizada e teve uma duração de 100 horas. É importante observar que esse curso apresentava o mesmo conteúdo e a mesma metodologia, o que mudou foi a carga horária. Essas mudanças decorreram de negociações internas entre a SETP e o SENAT, devido a disponibilização de recursos do FAT e TE. Além de qualificar condutores de veículos rodoviários de transporte de produtos perigosos, o SPE qualificou, em 2005, trabalhadores para atuarem com condutores de veículos de transporte escolar, logística em transporte e operadores de empilhadeira, o que demonstra a diversificação dos cursos e ampliação das vagas, que se estende até 2007.

O curso para condutores de veículos de transporte de produtos perigosos é previsto pelo art. 15 do regulamento para transporte de produtos perigosos, aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), por proposta do Ministério dos Transportes e pela resolução nº 168/04 e 205/2006 e portaria nº 23/05, 1.758/06 e 2002/07 do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A resolução 168/04 do CONTRAN estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados e reciclagem. Os conteúdos dos cursos estão relacionados à legislação de trânsito, direção defensiva, noções de primeiros socorros, respeito ao meio ambiente, prevenção de incêndio e especificamente, à movimentação de produtos perigosos. O curso para condutores de veículos de transporte de produtos perigosos também é oferecido por autoescolas locais, empresas de transporte e carga pesada estaduais, nacionais e internacionais, pelo DETRAN, SENAI, SENAC, SENAT, em outros Estados.

No que se refere ao transporte escolar, além de atender alguns interesses das instituições privadas de educação, o Estado também necessita de mão de obra qualificada para atuar no setor de transportes. Os cursistas podem atuar como funcionários públicos, condutores de veículos de transporte escolar de escolas públicas. Esse curso evidencia a conciliação de alguns interesses do estado, trabalhadores e empregadores.

Em 2006 o SENAT ofereceu dois novos cursos de qualificação no Sistema Público de Emprego do Paraná: o de cobrador de ônibus e mecânica diesel. Aquele ano, foram qualificados 1.071 trabalhadores na área de transporte. Em nível Estadual e nacional o SENAT devido às suas especificidades, tem-se tornado referência nesse ramo. O número de cursistas concluintes dos cursos de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros e de produtos perigosos, manteve-se praticamente constante até 2007. No período de 2004 a 2007, esses dois cursos juntos, apresentam o maior número cursistas concluintes,

totalizando 3.911 trabalhadores. O aquecimento da economia explica a acentuada oferta desses cursos neste setor, principalmente no período de 2004 a 2007. Em 2008 o SENAT ofereceu o curso de condutor de veículos de transporte coletivos de passageiros qualificando 24 motoristas no município de Fazenda Rio Grande, 24 em Guarapuava e 2 em Ortigueira. O curso de condutor de veículos de transporte de produtos perigosos com carga horária de 100 horas foi oferecido em Ibaiti, Iporã e Florestópolis, qualificando 68 trabalhadores. O curso de operador de empilhadeira foi oferecido em Ponta Grossa qualificando 20 trabalhadores. No total foram qualificados 161 trabalhadores, o que nos parece pouco significativo.

Em 2009 o SENAT executou os mesmos cursos desenvolvidos nos anos anteriores na maioria dos municípios do Estado do Paraná. Entre eles, o curso de condutor de veículos de transporte coletivo de passageiro, transporte escolar e transporte de produtos perigosos. Mediante esses cursos o SENAT qualificou o maior número de trabalhadores no Sistema Público de Emprego. Em 2009 os cursos executados pelo SENAT tiveram como público alvo os trabalhadores inscritos no programa de intermediação de mão de obra e foram financiados pelo FAT. No total, os 3 cursos executados tiveram 99 cursistas concluintes nos municípios de Bandeirantes, São Mateus do Sul, Florestópolis e Porecatu.

Em 2010 o SENAT ofereceu 3 cursos de qualificação profissional tendo como público alvo trabalhadores sem ocupação do Sistema Público de Emprego e economia solidária, 2 cursos possuíam carga horária de 100 horas e 1 de 200 horas. A carga horária do curso de motorista de produtos perigosos de 200 horas foi reduzida para 100 horas e teve 107 trabalhadores qualificados, equivalente a 46,5% dos concluintes. O curso de motorista de ônibus qualificou 71 trabalhadores, equivalente a 35,5% dos concluintes e o curso de operador de empilhadeira qualificou 36 trabalhadores, equivalente a 18% dos trabalhadores qualificados no setor de transporte.

Segundo Soares (2011), o trabalho dos motoristas de ônibus em Curitiba ocorre em horários irregulares, com sistema de rodízio e são pressionados pelo cumprimento de horários. A posição desconfortável onde os trabalhadores permanecem por longos períodos, exposição à vulnerabilidade dos acidentes trabalho, trânsito e assaltos, ausência de instalações sanitárias, distúrbios psíquicos e fisiológicos podem ser associados às condições precárias de trabalho e de saúde e ao stress ocupacional desses trabalhadores. Conforme o autor, a capacidade para a tomada de decisão é influenciada pelas condições de trabalho. Sonolência, jornada excessiva e outros fatores geram a diminuição da atenção, provocando outras consequências sociais. Além disso, existe o trabalho invisível decorrente de outros mecanismos de controle, mediante o trabalho de logística e em escala, da lei seca e do descanso obrigatório, dos tacógrafos e

outros. Essas maiores preocupações resultantes do trabalho invisível revelam o impacto do desenvolvimento das novas tecnologias e sua maior complexificação embarcada nos meios de transportes. Os cursos de curta duração de condutores de veículos de transporte coletivo e produtos perigosos oferecidos pelo SENAT podem estar sendo direcionados para uma aprendizagem técnica das habilidades de manobra, controle do veículo, conhecimentos sobre a legislação e o veículo. O curso de logística em transporte contemplou apenas 132 trabalhadores no período de 2004 a 2010. A realização de um curso pelo trabalhador depende do encaminhamento realizado, como é realizado e por quem é realizado. Os cursos realizados pelos trabalhadores podem influenciar na busca ou permanência no emprego, nos salários percebidos, nos benefícios obtidos, nas condições de trabalho, nas escolhas subjetivas, afetivas, racionalizadas e profissionais.

O trabalho dos condutores de transporte coletivo de passageiros requer de modo geral atenção, paciência, direção defensiva, conhecimentos básicos de mecânica, localização geográfica, profissionalismo com os passageiros, respeito com as pessoas idosas, gestantes, crianças, deficientes físicos e outros.

Os empregos gerados no setor de transporte de produtos perigosos são constituídos em sua maioria por empregos formais, ligados à iniciativa privada e que requerem elevado grau de responsabilidade e compromisso com a empresa por parte dos trabalhadores que atuam nessa área. Esses trabalhadores possuem pouca autonomia perante as decisões tomadas pelo comando superior das empresas, pela gestão de produção, por aqueles que desenvolvem o trabalho de planejamento e logística, e, por ser um trabalho menos manual e mais intelectual, os salários percebidos e os benefícios obtidos por essa categoria de trabalhadores são superiores em relação aos executores operacionais de manobras no trânsito, àqueles que estão sujeitos aos acidentes de trânsito, assaltos, roubos, vários tipos de violências, atropelamentos, multas, fadiga, stress, depressão, e outros. Esses recebem o adicional de periculosidade que é um valor devido ao empregado exposto a atividades perigosas, conforme algumas condições preestabelecidas pelo MTE, atividades ou operações, onde a natureza ou os seus métodos de trabalhos configurem um contato com substâncias inflamáveis ou explosivas, substâncias radioativas, ou radiação ionizante, ou energia elétrica, em condição de risco acentuado. A execução dos cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego mediante a captação de recursos do FAT e do Tesouro Emprego por parte das instituições de qualificação profissional, entre elas: a FUNTEL, o SENAC, SENAI e SENAT, pode ter ampliado sua influência no campo da qualificação profissional, na formação de mão de obra técnica operacional e industrial.

A falta de um projeto de desenvolvimento estatal rodoferroviário, já no início da industrialização no Brasil, faz com que a qualificação de profissionais nessa área seja importante para manter a circulação de pessoas e mercadorias em todo o território nacional. As consequências das políticas implantadas no setor de transporte no Brasil em décadas passadas se fazem presentes no contexto atual e a solução encontrada pelo Estado é manter o quadro de trabalhadores nesse ramo, não buscando alternativas para a superação dos problemas deixados pelas políticas adotadas no setor de transporte em décadas passadas.

A atuação do SENAT no campo da política pública de qualificação profissional, possui uma ligação estreita com a indústria automobilística e com o setor petrolífero. O Estado deixou de investir na malha ferroviária, desconsiderando a utilização de outras fontes energéticas, as chamadas ‘energias limpas’ e em meios de transporte menos poluentes. Os investimentos realizados pela Petrobrás nos últimos anos, principalmente no pré-sal, indicam que o Brasil irá manter essa política no setor de transporte nos próximos anos. Isso não quer dizer que a formação de profissionais para atuarem nesta área não seja importante, pois há necessidade de substituir trabalhadores efetivos que se aposentam e outros que ficam inválidos por acidente de trabalho ou perdem sua vida no trabalho.

Acompanhemos a seguir os cursos de qualificação profissional oferecidos pela Fundação de Ensino Técnico de Londrina (FUNTEL), no período de 2004 a 2010. A maior parte dos cursos oferecidos estavam direcionados ao ensino técnico, em sua maioria, ao setor têxtil e confecções. Outros estavam voltados para o setor industrial técnico e informacional, ao associativismo e cooperativismo, à construção, à indústria de transformação, à marcenaria, às vendas e em menor número, o curso de produção artesanal com materiais recicláveis. Agrupamos na **Tabela 10** a seguir os cursos e usamos as cores para destacar cursos de um mesmo ramo ou afins.

3.4.4 Cursos de qualificação executados pela FUNTEL.

A FUNTEL foi criada em 17 de dezembro de 1968, através da Lei Municipal nº 1.432. Nasceu da proposta do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina que via a necessidade da existência na cidade de uma instituição voltada para o ensino técnico. Essa fundação atua mediante o Instituto Politécnico de Londrina (IPOLON) que oferece ensino técnico de nível médio; o Instituto de Preparação de Mão de Obra de Londrina (IPEMOL) que oferece cursos rápidos de formação e qualificação profissionalizante à população em geral e do Instituto de Ensino Superior Tecnológico de Londrina (ISTEL) que introduz na FUNTEL o

ensino superior e o campo da pesquisa tecnológica. As principais atividades estão relacionadas ao ensino técnico industrial de nível médio, através de cursos de educação profissional, cursos de qualificação profissional nos setores da indústria, construção civil, artesanato, eletrônica, eletrotécnica e profissões de nível técnico e prestação de serviços à região através de pesquisas, assistência técnica e execução de serviços técnicos.

TABELA 10 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA FUNTEL NO PERÍODO DE 2004 A 2010 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTE

Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Operador de máquina de costura industrial	1.382	205	325	640	151	308		2.949
Costura industrial	81	36	61	56			73	307
Mecânico de manut. maq. de costura Industrial	18	14		45		14		91
Modelagem industrial	51			22				73
Corte e costura	20	32	40					70
Modelista de confecções			19					19
Malharia			19					19
Tapeceiro/Estofador		18						18
Designer de moda				11				11
Eletricista instalador predial		127		133	14			274
Soldador	33			184			39	256
Mecânico de manutenção de automóveis							61	61
Torneiro mecânico			21			16	14	51
Operador de caldeira de indústria		11			16		16	43
Manutenção de microcomputadores		34						34
Operador de processo de produção						28		28
Pintor à pistola			20					20
Manutenção e reparos em eletrodomésticos		17						17
Auxiliar técnico de eletromecânico						15		15
Associativismo e cooperativismo				142				142
Gestão de empreendimentos solidários				87				87
Pedreiro/azulejista/construção civil	16	48	17	35	15	15	18	164
Encanador			21	18	15			54
Manipulação de alimentos	14	42						56
Dessossador				22				22
Transformação de citrus em suco						17		17
Marcenaria básica industrial	15	31	16					62
Marceneiro/laminador		15						15
Vendedor				27				27
Produção/Artesanato com mat. Recicláveis				13				13
Total de cursistas concluintes	1.630	630	559	1.435	211	413	221	5.099

Fonte: SETP/PlanTeQ, 2004 a 2010.

A **Tabela 10** apresenta os cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego pela quarta maior executora no período de 2004 a 2010. No que se refere à qualificação profissional no Sistema Público de Emprego, a FUNTEL atua junto a SERT há mais de uma década. A FUNTEL se mantém no mercado da qualificação profissional através de mensalidades pagas pelos cursistas e convênios com o poder público e empresas. Os convênios com as empresas e o Sistema Público de Emprego têm permitido essa instituição manter os laboratórios atualizados em termos tecnológicos. A oferta de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego auxiliou na ampliação e difusão do ensino

técnico no Estado do Paraná. Nesse sentido, a oferta do ensino técnico e dos cursos de curta duração durante o período analisado, foram importantes para o crescimento do número de empregos em expansão e, para a inserção de muitos trabalhadores no mercado de trabalho.

Vários cursos estavam relacionados, por exemplo, os cursos de corte e costura industrial e operador de máquina de costura industrial. Outros estavam relacionados à construção, como pedreiro, azulejista e encanador, além dos cursos de marcenaria básica industrial. Os cursos estavam direcionados aos diferentes perfis de trabalhadores. Entre 2004 a 2007, houve 4.254 cursistas qualificados pela FUNTEL. Em 2005 e 2006, o número de trabalhadores qualificados ficou acima de 500 cursistas e em 2008 a 2010, acima de 200 trabalhadores. Os diversos cursos oferecidos revelam a preocupação dessa instituição em contemplar o perfil dos trabalhadores cadastrados no Sistema Público de Emprego. Os cursos oferecidos em cada ano foram: marceneiro/laminador, operador de caldeira de indústria, tapeceiro/estofador, em 2005; operador de máquina de costura industrial e costura industrial especial, malharia, em 2006; associativismo e cooperativismo, gestão de empreendimentos solidários e artesanato com materiais recicláveis, em 2007; caldeireiro, em 2008; auxiliar de eletromecânico, azulejista e operador de processo de produção, em 2009; construção civil e mecânico de manutenção de automóveis, em 2010.

A FUNTEL atuou no escritório regional de Campo Mourão, Cornélio Procópio, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina e Paranaíba, correspondendo a 23,1% dos trabalhadores concluintes no SPE em 2004. Mais de 90% dos cursos de qualificação profissional oferecidos pela FUNTEL estavam relacionados à área industrial, principalmente no setor de operação de máquinas de costura industrial com ênfase na confecção de tecidos. Dos 1.630 trabalhadores concluintes dos cursos de qualificação executados, 1.501 realizaram cursos na área de costura industrial, onde o trabalho é operacional, repetitivo e metódico.

Em 2005 a FUNTEL teve uma redução do número de trabalhadores concluintes na ordem de 1.000 cursistas em relação a 2004, passando da segunda posição de maior executora para a quarta, enquanto que o SENAI passou da terceira posição de maior executora para a primeira, superando o SENAC. Esse voltar-se para a indústria tem relação com a retomada do crescimento econômico brasileiro. Nesse ano, a FUNTEL executou a maior parte de seus cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego, no setor industrial, especificamente na área têxtil, entre eles, o curso de corte e costura, costura industrial, mecânico de manutenção industrial com solda, operador de caldeira de indústria, operador de máquinas de costura industrial adotando uma metodologia associativista e cooperativista. Muitas formas de emprego disfarçado encontram-se nas franjas da grande produção ou na

ponta da cadeia produtiva. Nesse caso, o número de cursos oferecidos, bem como o número de cursistas concluintes e encaminhados ao mercado de trabalho nos autorizam a afirmar que houve uma tendência em atender aos que estavam na informalidade, e uma expansão, via flexibilização dos contratos de trabalho e da produção nesse setor da economia paranaense, no período analisado. Assim, a elevada oferta destes cursos pode significar a extensão das novas configurações do trabalho, a adequação dos trabalhadores aos sistemas flexíveis de produção ao longo da cadeia produtiva, assim como, a maior formalização do trabalho informal, nos últimos anos, devido à maior fiscalização do Estado e incentivos à formalização dos contratos. Os contratos estabelecidos pelas cooperativas junto a seus associados muitas vezes se configuram como desfavoráveis aos trabalhadores, porque não estão adequadamente regulamentados e escapam aos controles da legislação trabalhista e sindical.

A redução significativa dos investimentos realizados via PlanTeQ/PR, bem como a redução do número de cursistas concluintes e encaminhados pelo SPE ao mercado de trabalho, estão relacionados à redução do predomínio das políticas neoliberais no Brasil. Nossa análise indica que, a redução dos cursos oferecidos e dos investimentos realizados, principalmente a partir de 2008, pode ser considerado algo positivo. Mediante os dados apresentados nesta tese, vislumbramos a gradativa melhora na área social e relativa redução das desigualdades sociais, bem como, uma redução da influência das políticas neoliberais no campo econômico, que haviam se tornado hegemônicas nos anos 1990.

Os incentivos do Estado em relação à maior formalização dos contratos de trabalho, por exemplo, do empreendedor individual, revelam uma nova dinâmica da economia brasileira. Entretanto, a atuação do Estado em relação ao mercado de trabalho passou a contemplar outras perspectivas de inclusão social, enfrentando outros obstáculos e desafios, mediante a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O programa 'BRASIL MAIOR' e sua participação no grupo dos BRICS (Brasil – Rússia – Índia - China e África do Sul), por exemplo, insere o Brasil numa nova dinâmica de desenvolvimento econômico e social e requer o desenvolvimento de futuras análises que vão além do nosso foco de pesquisa.

Em 2006 a FUNTEL manteve o número de trabalhadores concluintes em relação ao ano de 2005. Os cursos mantiveram-se praticamente os mesmos, exceto o curso de encanador, executado em Londrina. A FUNTEL executou cursos de associativismo e cooperativismo com carga horária de 200 horas, gestão de empreendimentos solidários com 100, 150 e 200 horas, de pedreiro e produção de artesanato com materiais recicláveis com recursos do Fundo

do Tesouro Estadual. A FUNTEL, durante vários anos destacou-se como grande parceira da execução dos cursos de qualificação profissional oferecidos via Sistema Público de Emprego, teve apenas 211 concluintes em 2008. O curso de operador de máquina de costura industrial teve o maior número de concluintes e foi financiado com recursos do TE. Os cursos de caldeireiro, eletricista instalador predial, encanador e pedreiro foram financiados pelo FAT.

Os cursos executados pela FUNTEL em 2009 foram financiados com recursos do FAT, contemplando os trabalhadores do sistema de intermediação de mão de obra, exceto o curso de azulejista que contemplou egressos do sistema penal submetidos a medidas sócio-educativas. Os cursos tiveram uma duração de 200 horas, exceto o curso de torneiro mecânico com carga horária de 250 horas. O curso de operador de máquina de costura industrial teve o maior número de concluintes, qualificando 308 trabalhadores.

Em 2010 a FUNTEL ofereceu 6 cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego, 3 cursos com carga horária de 200 horas e 3 com 250 horas. O público-alvo era formado pelos trabalhadores inscritos no programa de intermediação de mão de obra. Percebe-se que os cursos foram oferecidos de maneira diversificada para atender demandas específicas do mercado de trabalho, empregos que foram alterados significativamente pelos impactos da revolução informacional, pela produção flexível, pela reestruturação produtiva, pelas inovações tecnológicas e organizacionais. O curso mais oferecido pela FUNTEL, no período de 2004 a 2009, foi o curso de operador de máquina de costura industrial e teve o maior número de cursistas concluintes.

A FUNTEL foi criada em 1968 e tinha por objetivo estabelecer uma cooperação entre Capital e Trabalho. Após o Brasil sofrer os impactos das políticas neoliberais dos anos 1990, a questão do desemprego foi sendo desvinculada do Estado e aos poucos foi sendo concebida como uma questão social e de responsabilidade de toda a sociedade. As políticas adotadas no governo Lula conseguiram alavancar o capitalismo brasileiro, superando sua fase de estagnação e imobilismo social, marcada pelo crescimento do desemprego, privatização de empresas estatais, redução do poder aquisitivo do salário mínimo, e outros.

As ações do Estado, em relação às políticas de emprego, variam de acordo com as disputas de poder e os interesses de classe. Nesse jogo, os interesses e privilégios de empresários, patrões e empregadores se sobressaem sobre os interesses e as necessidades dos trabalhadores, àqueles que vendem sua força de trabalho ao capital.

Os cursos oferecidos pelas executoras parceiras no ramo da qualificação profissional que contemplaram os integrantes do programa Fome Zero com ênfase para os cursos de panificação, confeitaria e culinária básica, principalmente os participantes do programa

economia solidária, indicam uma aproximação do Estado com os movimentos sociais de base, os sindicatos e as ‘instituições sem fins lucrativos’, que buscam alternativas ao problema do desemprego. As disputas entre Capital e Trabalho continuam sendo desfavoráveis aos trabalhadores que percebem baixos salários, principalmente aqueles que estão subordinados ao trabalho precário e as precárias condições de trabalho, apesar de existirem algumas tendências de melhorias.

Entende-se que a qualificação profissional oferecida no Sistema Público de Emprego é uma política pública direcionada aos mais pobres e, mesmo que os resultados não sejam satisfatórios, ela representa avanços mínimos nessas áreas. Os programas sociais desenvolvidos no governo Lula impactaram na redução das desigualdades sociais, principalmente entre os 20% mais pobres.

A educação foi responsável por 38% do crescimento da renda do trabalho entre os 20% mais pobres. O restante decorreu de aumentos do salário mínimo e geração de empregos formais. Além disso, a educação explica 42% da queda da desigualdade em termos de renda do trabalho e 26% em termos de renda familiar (incluindo as rendas de outras fontes) entre 2001 e 2009 (FILHO, 2012).

O autor afirma que até o início dos anos 1990 as pessoas das classes mais baixas eram praticamente desassistidas pelo Estado. Os programas sociais adotados no governo Lula estimularam a retomada de crescimento econômico. No entanto, o acesso ao crédito, ao consumo, mesmo que promovendo uma pequena ascensão dos trabalhadores em processo de exclusão do mercado de trabalho, não foi suficiente para promover uma ruptura com o sistema de acumulação e centralização do capital.

Acompanhemos a seguir os cursos de qualificação profissional oferecidos pela PlanTeQ/PR e executados pela Associação Gerações e Talentos (AGT).

3.4.5 Cursos de qualificação executados pela Associação Gerações e Talentos.

A Associação Gerações e Talentos é uma instituição ‘sem fins lucrativos’, localizada em Curitiba/PR. Acompanhemos a seguir os cursos oferecidos pela AGT no período de 2004 a 2009.

TABELA 11 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA AGT NO PERÍODO DE 2004 A 2009 E O NÚMERO DE CURSISTAS CONCLUINTE

Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Produção e transformação do pescado e curtimento da pele do peixe		25	85	48			158
Produção e transformação do pescado	138						138
Costura e customização com resíduos do peixe			90				90
Produção de ostras		53					53
Industrial. do pescado e curtimento da pele do peixe		52					52
Auxiliar de panificação e confeitaria	13	15					28
Manipulação de alimentos				14			14
Manicuro, pedicuro, depilação e maquiagem		30	15	31		15	91
Cabeleireiro, corte e tintura	19	11		14		15	59
Auxiliar administrativo		28		19			47
Garçom			15	29			44
Camareira e auxiliar de serviços domésticos			15	17			32
Gestão empreendedora			26				26
Vendedor						21	21
Recepcionista						19	19
Costura industrial	24	41	64	105			234
Operador de máquina de costura industrial						41	41
Modelagem/acabamento				15			15
Mec. de máquina de costura industrial				14			14
Cuidar de idosos				51			51
Jardinagem e produção de mudas		42					42
Fabricação de equipamento para captação de água.			41				41
Manejo de tratador de cavalo				32			32
Química – Aperfeiçoamento em produtos de limpeza			13	14			27
Técnico de preparo de produtos domissanitários						14	14
Marcenaria básica e artefatos em madeiras		59	40	38		15	152
Mecânica de barco				23			23
Mecânica de manutenção de embarcações					14		14
Reparo e manutenção de microcomputadores			30	49			79
Eletricista instalador predial			38		29		67
Mecânica de automóveis					15		15
Arte e cultura/cenografia/iluminação/fotografia				82			82
Serigrafia			12	21		15	48
Pintor de obras			47			45	92
Pedreiro				18			18
Azulejista						14	14
Total de cursistas concluintes	194	356	531	634	58	214	1.987

Fonte: SETP, PlanTeQ, 2004 a 2010.

O principal foco de qualificação da AGT estava voltado para a indústria alimentícia com foco na produção e transformação do pescado; de forma aparentemente complementar, o curso de mecânica de manutenção de embarcação, contemplando trabalhadores do litoral paranaense, auxilia em suas atividades laborais e na obtenção de Trabalho, Emprego e Renda. A AGT ofereceu 36 cursos para atender demandas específicas de qualificação, conforme as necessidades locais de grupos de trabalhadores organizados, empregadores e empreendedores.

A **Tabela 11** apresenta um agrupamento dos cursos afins ou complementares. Em 1º lugar, os cursos oferecidos pela AGT estavam direcionados à indústria alimentícia com foco na produção e transformação do pescado; Em 2º, ao setor de comércio e serviços, mediante a oferta de cursos em vários municípios paranaenses; Em 3º, estavam voltados para o setor têxtil e de confecções; Em 4º, diferenciavam-se da maioria dos cursos oferecidos por outras

executoras, caracterizando-se como inovadores; Em 5º, eram oferecidos aparentemente de forma complementar ao seu principal foco de atuação – a pesca no litoral paranaense; Em 6º, estavam voltados para a prestação de serviços; Em 7º, referiam-se à arte e à cultura e; Em 8º, estavam focados na construção civil, atuando em conformidade com a tendência de crescimento nacional desse setor nos últimos anos. Entre as executoras parceiras do PlanTeQ/PR, a AGT ofereceu a maior diversificação de cursos se comparado a outras executoras parceiras, especificamente em relação aos temas e conteúdos abordados. A seguir apresentamos os cursos oferecidos pela AGT anualmente.

Em 2004 a AGT executou os cursos de auxiliar de panificação e confeitaria, cabeleireiro e costura industrial em Curitiba e Região Metropolitana e o curso de produção e transformação do pescado, no litoral paranaense, com recursos do FAT, via Sistema Público de Emprego.

Em 2005 a AGT executou em Curitiba e Região Metropolitana o curso de costura industrial, jardinagem e produção de mudas; em Piraquara especificamente, executou os cursos de auxiliar de panificação e confeitaria, corte e tintura de cabelo, manicuro, pedicuro, depilação e maquiagem; em Curitiba ainda executou o curso de marcenaria básica e em Ponta Grossa os cursos de marcenaria básica e artefatos em madeiras. No litoral paranaense a AGT executou os cursos de auxiliar administrativo, industrialização do pescado e curtimento da pele do peixe, produção e transformação do pescado e produção de ostras.

Em 2006 o público qualificado pela AGT era formado por pescadores e piscicultores, nos cursos de costura e customização com resíduos do peixe; produção e transformação do pescado e curtimento da pele do peixe em Antonina, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná. Outra parte do público qualificado pela AGT era formada por egressos do sistema penitenciário e submetidos a medidas sócio educativas nos cursos de camareira e auxiliar de serviços domésticos, costura industrial, eletricitista predial, garçom, manicuro e pedicuro, marcenaria básica e com ênfase em artefatos de madeira, produtos químicos de limpeza, reparo e manutenção de microcomputadores, pintor de parede e serigrafia.

Em 2007 a AGT atuou no litoral paranaense, em Curitiba e Região Metropolitana. Em Curitiba foi oferecido o curso de arte e cultura com carga horária de 216 horas em edição de vídeo, cenografia, produção musical, iluminação e fotografia para trabalhadores autônomos e por conta própria, totalizando 82 trabalhadores qualificados nessa área. O curso para cuidar de idosos foi oferecido em Curitiba e teve 51 concluintes. Outros cursos diversos oferecidos em relação aos anos anteriores foram de manejo de tratador de cavalo no município de Piraquara e mecânico de barco em Paranaguá.

Em 2006 e 2007, houve o maior número de trabalhadores concluintes dos cursos de qualificação executados pela AGT no SPE. Em 2010 a AGT não executou nenhum curso de qualificação. Percebe-se que boa parte dos cursos oferecidos no referido período estavam relacionados ao setor industrial e ao setor de serviços, entre eles: trabalho de jardinagem, produção de mudas, fabricação de equipamentos para captação de água e outro para cuidar de idosos.

Em 2008 a AGT atuou nos municípios de Campo Largo, Antonina e Paranaguá oferecendo os cursos de eletricista instalador predial, mecânica de automóveis e manutenção de embarcações. No total, a AGT realizou a qualificação de 58 trabalhadores.

Os cursos de qualificação executados pela AGT em 2009 tiveram como público alvo os trabalhadores em situação especial, egressos do sistema penal submetidos a medidas sócio educativas. Nesse ano não houve trabalhadores qualificados no escritório regional de Cianorte. Pode-se aferir, mediante os cursos executados pela AGT, que as Políticas Públicas de Emprego adotadas em nível nacional e Estadual no período de 2003 a 2010, estavam associadas às políticas públicas de inclusão social e obtenção de renda adotadas no governo Lula.

O Estado ao oferecer cursos de qualificação profissional aos egressos do sistema penitenciário procura readaptá-los ao trabalho, à sociedade. A obtenção de renda é um fator importante para a inserção social e sua falta implica num processo de exclusão social. Muitas vezes os egressos do sistema penitenciário se deparam com a falta de perspectivas e oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda. O enfrentamento ao problema da violência e desigualdade social por parte do Estado mediante a oferta de cursos de qualificação profissional é visto de maneira positiva pela sociedade. Na prática, as possibilidades de reinserção social nem sempre são efetivadas e muitas vezes acabam limitando-se à inserção na sociedade de consumo.

Acompanhemos a seguir os cursos de qualificação oferecidos pela Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (ADESOBRAS), no ano de 2007 e 2008.

3.4.6 Cursos de qualificação executados pela ADESOBRAS em 2007 e 2008.

A ADESOBRAS é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ‘sem fins lucrativos’, criada em 2003. Tem como objetivo ser um importante agente na implantação de políticas públicas e programas de governo. A agência realiza um trabalho em parceria com o poder público, promovendo ações nas áreas de educação, saúde, cultura,

geração de renda, meio ambiente, entre outras. Os cursos oferecidos pela ADESOBRAS realizados em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP/PR), qualificaram trabalhadores nas áreas de construção civil, comércio e serviços, economia solidária, associativismo e cooperativismo.

Formação em rede solidária do vestuário e alimentação, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo foram os cursos mais oferecidos pela ADESOBRAS, parceira do PlanTeQ/PR no ano de 2007 e 2008, que estabeleceu parceria com o programa economia solidária, principalmente na região de Guarapuava onde esse programa de desenvolvimento social e econômico e sustentável é mais atuante no Estado do Paraná.

Acompanhemos na **Tabela 12** a seguir os cursos de qualificação profissional oferecidos pela ADESOBRAS no Sistema Público de Emprego no ano de 2007 a 2008, uma vez que esta organização não ofereceu cursos de 2004 a 2006 e de 2009 a 2010.

TABELA 12 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA ADESOBRAS NO ANO DE 2007 E 2008

Cursos de qualificação profissional	2007	2008	Total
Formação em rede solidária do vestuário		203	203
Gestão de empreendimentos solidários	166		166
Empreendedorismo		32	32
Associativismo e cooperativismo	24		24
Formação em economia solidária	23		23
Formação em rede solidária de alimentação		20	20
Operador de máquina de costura industrial		320	320
Costura industrial	79		79
Vendedor		83	83
Serviços administrativos	23	22	45
Serviços de departamento pessoal	25		25
Reciclagem de papel	23		23
Serviços de cabeleireiro		22	22
Serviços de cozinheiro		20	20
Telefonista		19	19
Técnicas de recepção	17		17
Soldador	13	14	27
Serralheiro	13	15	28
Pedreiro	25		25
Encanador	13		13
Total de cursistas concluintes	444	770	1.214

Fonte: SETP/PlanTeQ, 2004 a 2010.

Em 2007 a ADESOBRAS atuou nos escritórios regionais de Curitiba, Cascavel e Foz do Iguaçu qualificando 444 trabalhadores. O curso de associativismo e cooperativismo e gestão de empreendimentos solidários, exceto no município de Cascavel foi realizado com investimentos do Fundo do Tesouro Estadual manifestando assim o interesse do Estado em investir na área de micro e pequenos negócios. Entende-se que a responsabilidade do Estado

perante os trabalhadores foi transformada numa questão social, estendida para toda a sociedade. Essa postura do Estado busca estabelecer uma aliança entre Capital e Trabalho.

O perfil dos cursistas qualificados pela ADESOBRAS em 2008 era formado por 439 trabalhadores sem ocupação, do Sistema Público de Emprego e economia solidária e 331 trabalhadores ocupados, ou seja, 57% sem ocupação e 43% ocupados. Ambos os cursos foram financiados com recursos do FAT. A duração da maior parte dos cursos oferecidos era de 200 horas, exceto os cursos de empreendedorismo que eram de 100 horas, formação em rede solidária do setor de vestuário de 150 horas e formação em rede solidária do setor de vestuário da moda, com carga horária de 250 horas. Os cursos de formação em rede solidária de alimentação e vestuário tiveram como público alvo trabalhadores cooperativados e associados, autogestionados, micro e pequenos empreendedores.

Em 2008 a ADESOBRAS teve o maior número de concluintes qualificados no Sistema Público de Emprego no Paraná, superando a FUNTEL, o SENAC, o SENAI e o SENAT. Com a mudança de governo, a participação da ADESOBRAS nos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego foi extinta e o número de executoras foi limitado para 6. Em 2009, além das executoras tradicionais no ramo da qualificação, manteve-se a executora Canto da Ilha e a AGT. Em 2010 a restrição foi maior ainda, restando apenas 5 executoras. Portanto, manteve-se as instituições tradicionais e se incluiu o IFPR, conforme a análise realizada adiante.

Os cursos oferecidos pela ADESOBRAS estavam em sua maior parte direcionados aos trabalhadores do programa de intermediação de mão de obra e voltados para o setor de serviços e indústria. A organização dos trabalhadores em rede solidária indica um caminho, uma alternativa ao problema do desemprego e importante para a manutenção do emprego. Esse tipo de organização é utilizado como mecanismo de resistência dos trabalhadores em relação ao capital, por aqueles que vivem às margens do sistema capitalista e lutam para se manterem inseridos no mercado de trabalho. União, companheirismo, ajuda mútua fazem com que os trabalhadores estabeleçam laços de solidariedade entre si. Conforme Sennett (1999), esses valores outrora eram utilizados pelos trabalhadores na luta contra o capital, hoje se esfacelam diante do individualismo predominante nas relações entre Capital e Trabalho. A superação do individualismo revela-se extremamente importante na luta dos trabalhadores contra o capital.

Acompanhemos a seguir os cursos executados pela Fundação Cândido Garcia (FCG), um vez que esta organização não ofereceu cursos no ano de 2004 e no ano de 2008 a 2010.

3.4.7 Cursos de qualificação executados pela Fundação Cândido Garcia.

A FCG é uma instituição ‘sem fins lucrativos’, com sede em Umuarama/PR, atua no segmento de escolas particulares. No período de 2005 a 2007, foi responsável pela qualificação de 1.011 trabalhadores no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. Desses trabalhadores, 584, ou seja, 57,8% participaram dos cursos relacionados à operação de máquina de costura industrial, mecânica e modelagem. Acompanhem a seguir os cursos executados.

Agrupamos a seguir o foco dos cursos oferecidos pela FCG, parceira do PlanTeQ/PR, no ano de 2005 a 2007.

TABELA 13 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXECUTADOS PELA FCG NO ANO DE 2005 A 2007

Cursos de qualificação profissional	2005	2006	2007	Total
Costura industrial – Cooperativismo		362	30	392
Operador de máquina de costura industrial	28	60		88
Modelagem em confecção		54		54
Mecânica de máquina de costura industrial		50		50
Gestão empreendedora/empreendimentos solidários		25	23	48
Customização/personalização/confecções			31	31
Auxiliar de produção - indústria de alimentos (leite/carne)	45			45
Controle de produção			18	18
Controle de qualidade			18	18
Manipulação de alimentos	17			17
Panificação/confeitaria/culinária Fome Zero	19			19
Produção de leite e derivados	62			62
Cuidador de idosos			23	23
Eletricista instalador predial	45	56	17	118
Eletricista de manutenção industrial			15	15
Mecânica de automóveis		13		13
Total de cursistas concluintes	216	620	175	1.011

Fonte: SETP/PlanTeQ, 2004 a 2010.

Os cursos executados pela FCG em 2005 foram financiados com recursos do FAT e estavam direcionados aos trabalhadores rurais, egressos do sistema penitenciário submetidos a medidas sócio educativas e trabalhadores inscritos no sistema de intermediação de mão de obra. Enquanto o Sistema S e a FUNTEL atenderam o maior contingente de trabalhadores, público alvo de PlanTeQ, as pequenas ONGs, sindicatos e organizações, atenderam os trabalhadores menos representados, conforme as definições do público alvo e tiveram como foco, políticas alternativas de emprego, ligadas a pequenos empreendimentos, trabalho informal, artesanal, cooperativo, associativo e outros. Portanto, novos parceiros em nichos especializados, como a AGT, a Ambiens, a Fecilcam, a FCG, passaram a atuar no campo da qualificação profissional no Sistema Público de Emprego.

Os cursos oferecidos pela FCG foram financiados pelo FAT e seguiam a mesma linha do SENAI. Ambos estavam voltados para a área industrial, especificamente, mediante os cursos de operador de máquina de costura industrial e modelagem em confeções, além da oferta de cursos no setor de serviços auxiliares. O público alvo da FCG era formado por trabalhadores autônomos e por conta própria, cooperativados e associados, autogestionados, micro e pequenos empreendedores e sem ocupação do SPE e economia solidária.

Em 2007 a FCG executou os cursos de controle de produção e qualidade no município de Altônia, costura industrial em Alto Piquiri, cuidador de idosos, customização, eletricitista de manutenção industrial em Umuarama, eletricitista instalador predial em Cruzeiro do Oeste e gestão de empreendimentos solidários no município de Guaíra, qualificando 175 trabalhadores.

O curso de cuidador de idosos aparece como um diferencial dos cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego. Há no Congresso Nacional um projeto de lei (PLS 284/11) da relatora Marta Suplicy, ex-governadora de São Paulo, sobre o reconhecimento, a valorização e a regulamentação dessa profissão. O objetivo do projeto em discussão é garantir amparo legal aos profissionais que trabalham como cuidadores de idosos e proteger as famílias no que se refere à prestação deste tipo de serviço. A perspectiva de vida da população brasileira vem aumentando cada vez mais. Nesse sentido, faz-se necessário a preparação de profissionais para atuarem nessa área. O perfil dos profissionais que atuam nessa área é formado majoritariamente por mulheres com idade acima de 35 anos que possuem baixa escolaridade e percebem baixos salários. Em 2009, esse segmento social representou mais de 14% da população economicamente ativa, ao passo que em 1995 não atingia 4%.

Não podemos desconsiderar o fato de que muitos empregos gerados recentemente estão relacionados ao trabalho para famílias ricas, para aqueles que tiveram seus ganhos e sua renda ampliada por conta do aquecimento do mercado e aceleração da acumulação capitalista e centralização do capital no Brasil, nas últimas duas décadas. Tal processo em curso vem provocando um distanciamento ainda maior entre os pobres e os muito ricos. Apesar das mudanças sociais recentes terem favorecido de modo geral os detentores da renda do trabalho, tais avanços na área social precisam ser vistos de maneira ponderada.

Conforme nossa metodologia de apresentação dos cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná via PlanTeQ, no período de 2004 a 2010, agrupamos a seguir, na ordem decrescente as demais executoras parceiras das ações de qualificação profissional. Percebe-se que alguns cursos oferecidos foram predominantes no referido período, como o curso de operador de máquina de costura industrial e outros cursos

relacionados, revelando uma tendência das ações desenvolvidas pelo Estado do Paraná conforme as normas, as instruções, as resoluções e as diretrizes do CODEFAT e Ministério do Trabalho. Outros cursos oferecidos apresentaram descontinuidade no tempo, assim como a atuação das demais executoras que serão apresentadas a seguir.

As ações desenvolvidas pelas demais instituições parceiras do Sistema Público de Emprego não podem ser desconsideradas, relativizadas ou consideradas menos importantes. Elas apresentavam várias metodologias de atuação no mercado de trabalho, ora semelhantes àqueles cursos oferecidos pelas executoras apresentadas anteriormente, ora diferentes quanto às metodologias utilizadas e objetivos propostos.

Os cursos que apresentaram continuidade no tempo estavam relacionados à política econômica adotada, aos programas sociais de governo direcionados aos setores econômicos em expansão, aos empregos gerados em cada região e, principalmente ao setor de comércio e serviços. Os que apresentaram descontinuidade no tempo estavam relacionados a diferentes alternativas de obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, geralmente associados às instituições que promovem ações alternativas de solução ao problema do desemprego, entre elas, ações associativas, cooperativas, empreendedoras, muitas vezes responsáveis pela geração de empregos precários, de baixos salários e desregulamentados.

Acompanhemos a seguir a atuação das demais instituições parceiras das ações de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná.

3.4.8 Executoras com menor número de cursistas no período de 2004 a 2010.

A seguir, apresentamos na ordem decrescente, as executoras com menor número de cursistas qualificados no período de 2004 a 2010. Entre elas: A Fundação Educacional Iwpicler, a rede de cooperação para sustentabilidade, a Escola de Turismo Canto da Ilha, a Fundação Assis Guargacz, o Instituto Pé na Vila, a Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão, o Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Instituição Pública de Ensino Superior de Ponta Grossa, a Sociedade Educacional de Santa Catarina, o Instituto Federal do Paraná, a Escola Sindical Sul, o Programa do Voluntariado Paranaense, a Universidade Federal do Paraná, a FECILCAM, a Sociedade Civil de Desenvolvimento Humano e Socioeconômico do Brasil, a Sociedade Cooperativa Ambiens e a Associação dos Fabricantes de chinelos e sandálias de Apucarana/PR.

TABELA 14 – EXECUTORAS QUE QUALIFICARAM MENOR NÚMERO DE TRABALHADORES VIA PLANTEQ/PR, NO PERÍODO DE 2004 A 2010

EXECUTORA	Cursos de qualificação profissional	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Fundação Educacional Iwpieler	Gestão de empreendimentos solidários				91				
	Manipulação de alimentos				84				
	Corte e costura				66				
	Artesanato e cooperativismo				32				
	Costura industrial				30				370
	Culinária básica				17				
	Customização				16				
	Produção de artesanato com materiais recicláveis				15				
	Azulejista				10				
Pedreiro e encanador				9					
Rede de Cooperação para Sustentabilidade	Qualificação em associativismo e cooperativismo			117					
	Mecânica de automóveis			47					
	Artesanato e cooperativismo			33					
	Auxiliar de panificação e confeitaria			43					362
	Auxiliar de cozinha			40					
	Chapeiro			37					
	Gestão de empreendimentos individuais			24					
Acougueiro			21						
Canto da Ilha	Manipulação de alimentos e Economia Solidária						270		
	Formação em rede solidária de alimentação					82			352
Fundação Assis Guargacz	Gestão de empreendimentos individuais			176					
	Gestão empreendedora			76					
	Reciclagem de plástico			26					320
	Panificação, confeitaria e culinária básica			24					
	Derivados do leite			18					
IPV	Gestão empreendedora			127					
	Gestão de negócios			51					
	Panificação, confeitaria e culinária básica			46					
	Segurança alimentar			24					
	Artesanato e cooperativismo			24					
Oper. e produção em rádio e TV comunitários			21					293	
TECXEL	Auxiliar de panificação e confeitaria				41				
	Eletricista instalador predial				21	16			
	Manipulação de alimentos			36					
	Marcenaria básica				13	15			
	Serviço de Garçom				19				240
	Mecânica de automóveis					17			
	Operador de máquina de costura industrial			17					
	Encanador				15				
	Mecânica de máquina do ramo madeireiro				15				
Pedreiro				15					
IEPE	Cond. de veículos de transp. de produtos perigosos					46			
	Operador de máquina de costura industrial					35			
	Soldador					35			
	Cond. de veículos de trans. coletivo de passageiros					24			
	Serviços administrativos					20			221
	Serviços de secretária					20			
	Empreendedorismo					15			
	Serviços de garçom					14			
Mecânica industrial					12				
UEPG	Qualificação em associativismo e cooperativismo			99					
	Gestão empreendedora			68					205
	Artesanato em bambu			20					
	Artesanato em taboa			18					
SOCIESC	Mecânica básica industrial			13	61				
	Leiturista				65				199
	Soldador			27	33				
IFPR	Des., Gestão e Comercialização de produtos						166	166	
ESCOLA SUL	Oficina de Trabalho I – II – III.	159						159	
PROVOPAR	Qualificação profissional para seg. Alimentar	154						154	
UFPR	Cooperativismo			104				104	
FECILCAM	Manejo e bovinocultura do leite		23						
	Agricultura orgânica		21						
	Manejo e cultivo do bicho da seda		21						65
SODHEBR	Auxiliar de serviços domésticos			63				63	
AMBIENS	Agroecologia/olericultura – Fome Zero		24						
	Associativismo/cooperativismo		22						62
	Gestão em cooperativismo				16				
A. FACHISA	Mecânica de máquina de costura industrial			18				18	
Total		313	111	1.458	684	351	270	166	3.353

Fonte: SETP/PlanTeQ/PR, 2004 a 2010.

A **Tabela 14** apresenta outras instituições parceiras das ações de qualificação profissional via PlanTeQ/PR, os cursos oferecidos, o ano de atuação e número de trabalhadores qualificados por cada uma delas, no período de 2004 a 2010, equivalente a 3.353 concluintes. Podemos perceber mediante análise desta **Tabela** como essas instituições parceiras do SPE, contribuem para difundir a filosofia do cooperativismo e associativismo e também do empreendedorismo.

A Fundação Educacional Iwpicler recebeu recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para executar programas de educação e qualificação em Curitiba e Região Metropolitana. Os cursos oferecidos foram: artesanato e cooperativismo, azulejista, corte e costura, costura industrial, culinária básica, customização, gestão de empreendimentos solidários, manipulação de alimentos, pedreiro, encanador e produção de artesanato com materiais recicláveis. Mediante esses cursos foram qualificados 370 trabalhadores em 2007.

A Rede de Cooperação para Sustentabilidade é uma instituição ‘sem fins lucrativos’ e sem vínculos partidários ou religiosos, sob a forma de organização da sociedade civil de interesse público, sediada em São Paulo e que atua no âmbito regional e nacional. Sua ação está focada na qualificação social e profissional, na assessoria a empreendimentos populares para geração de trabalho e renda, no associativismo e cooperativismo, na preservação e conservação do patrimônio natural e uso sustentável da biodiversidade, agenda 21 local, incluindo a construção de políticas públicas em economia solidária, cooperativismo, recursos hídricos e envolvimento urbano e ambiental.

A Rede de Cooperação para Sustentabilidade desenvolveu cursos de qualificação com metodologia e materiais didáticos próprios em diversas áreas. Seu público alvo era formado por adultos, trabalhadores dos programas de inclusão social, ocupados pelo autoemprego. O seu programa de qualificação profissional era formado por módulos e composto por 70 encontros de 3 horas cada, totalizando 210 horas. Além de promover oficinas e cursos sobre economia solidária, projetos de incubação e assessoria de empreendimentos populares e redes locais de economia solidária que fomentam o associativismo e o cooperativismo, buscando ampliar as relações de cooperação e solidariedade entre os participantes, há envolvimento desses na construção de alternativas que melhorem a qualidade de vida da comunidade e de si próprios. O objetivo da rede é a reintegração social dos desempregados e sua reinserção profissional mediante o desenvolvimento de micro e pequenos negócios.

O Estado precisa estabelecer políticas públicas de inclusão social contra hegemônicas de fato e que não estejam associadas ao capital. O mercado não é tudo e nem

tudo acontece no mercado. O Estado tem o papel de contribuir para o desenvolvimento de outra sociedade, outra visão sobre o mercado de trabalho, onde o trabalho não seja considerado o único meio de inserção social, onde as pessoas trabalhem para viver e não vivam para trabalhar. Existem mecanismos de inclusão social ou inserção social que são abolidos pelo capital, práticas econômicas que são desacreditadas por ele, experiências solidárias, fraternas que deixam de ser difundidas pelos trabalhadores, devido ao predomínio do individualismo nas relações sociais e nas relações de trabalho.

A Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha com sede em Ponta das Canas, Florianópolis-SC, tem sua atuação educacional pautada pelos acúmulos metodológicos advindos das experiências educativas desenvolvidas pela rede de formação da Central Única dos Trabalhadores. Ela desenvolve ações de educação profissional junto aos trabalhadores, empregados e desempregados da cadeia produtiva do turismo e hospitalidade, a partir da concepção de educação integral. Segundo seus coordenadores a educação profissional dos trabalhadores assume, cada vez mais, um papel estratégico e insere-se no contexto das reivindicações populares pelo acesso à educação gratuita e de qualidade e pela necessidade de construção de alternativas de desenvolvimento local sustentável para o qual se deve considerar a vocação socioeconômica local e regional.

Entende-se que a qualificação profissional não se restringe a conhecimentos específicos, à mera preparação dos trabalhadores para o desempenho de funções específicas, ao desenvolvimento de atividades laborais e execução de tarefas. Há necessidade de problematizar a realidade, para que os trabalhadores possam apropriar-se criticamente da totalidade dos processos que ocorrem no Mundo do Trabalho e na sociedade em geral, propondo alternativas que apontem para a melhoria das condições de trabalho e de vida. A partir desse pressuposto, a formação técnica para o trabalho compreendida como qualificação profissional, precisa ser somada à preparação para a vida, para o exercício da democracia e da cidadania ativa.

Em 2008 a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha executou o curso de formação em rede solidária de alimentação no Sistema Público de Emprego qualificando trabalhadores em 3 municípios, entre eles: Reserva do Iguaçu, Goioxim e Laranjeiras do Sul, totalizando 82 concluintes. Em 2009, executou o curso de manipulação de alimentos e economia solidária no escritório regional de Guarapuava com recursos do FAT. Ela teve como público alvo os trabalhadores autogestionados e ocupados pelo autoemprego.

A Fundação Assis Guargacz (FAG) foi criada em Cascavel em outubro de 1997. É uma Instituição “sem fins lucrativos”, mantenedora da Faculdade Assis Gurgacz, em

Cascavel/PR. Seu objetivo é promover ações ligadas à cidadania, meio ambiente e qualidade de vida. Ela visa o desenvolvimento do ser humano, promovendo o crescimento social mediante programas de ensino em todos os níveis e modalidades de projetos educacionais, culturais, esportivos, de lazer, saúde, comunicação, meio ambiente e ecologia. Os projetos desenvolvidos estimulam ações de conscientização ecológica, participação cultural e educação integral e, por fim, buscam mover ações voltadas para a promoção e cuidados de saúde.

Os cursos de qualificação profissional executados pela FAG em 2006 foram financiados pelo FAT e estavam voltados para os trabalhadores ocupados pelo autoemprego. O público alvo contemplado pela FAG no curso de reciclagem de plástico era formado por trabalhadores do programa economia solidária, trabalhadores da reestruturação produtiva no curso de panificação, confeitaria e culinária básica, trabalhadores de micro e pequenos empreendedores no curso de derivados do leite, trabalhadores dos programas de microcrédito e geração de emprego e renda, micro e pequenos empreendedores do curso de gestão empreendedora e de empreendimentos individuais. Os cursos de gestão empreendedora e de empreendimentos individuais tiveram em média uma duração de 40 horas. Os cursos voltados para o trabalho empreendedor estavam focados no indivíduo e sua capacidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

O Instituto Pé na Vila (IPV) é uma instituição ‘sem fins lucrativos’, fundada em 20 de outubro de 2004, com sede na Rua Francisco Caron, 630, no Pilarzinho, em Curitiba. O IPV desenvolve projetos sociais na área de geração de renda como ensino na produção de artesanato, além de cursos de capacitação profissional e educação ambiental em escolas públicas. Pode-se observar que os cursos oferecidos pelas demais executoras parceiras das ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná via PlanTeQ, no período de 2004 a 2010, e das executoras com o maior número de cursistas concluintes, analisadas anteriormente, se diferem dos cursos oferecidos durante o PLANFOR em relação aos conteúdos, a carga horária, aos investimentos realizados e das políticas educacionais de inspiração neoliberal predominantes na década de 1990, conforme a política econômica adotada no 1º e 2º mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso que responsabilizavam os trabalhadores pela sua situação de emprego ou desemprego.

Os cursos de gestão de negócios e gestão empreendedora corresponderam a 60% dos cursos oferecidos pela IPV e estavam ligados a organização de pequenas comunidades, a formação de pequenos grupos que se articulam para driblar os problemas ocasionados pelo

desemprego. Nessa forma de organização alternativa, para obter trabalho e renda, os trabalhadores não agem individualmente, mas em pequenos grupos, de maneira coletiva.

A Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão (TEXTEL) é uma Instituição “sem fins lucrativos”, com sede em Francisco Beltrão/PR. Em 2006, a TEXTEL executou 2 cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego. O curso de manipulação de alimentos e operador de máquina de costura industrial. Ambos com carga horária de 200 horas. Em 2007, atuou no escritório regional de Francisco Beltrão qualificando 139 trabalhadores nos cursos de auxiliar de panificação e confeitaria, encanador, eletricista instalador predial, marcenaria básica, mecânica de máquinas do ramo madeireiro, serviços de garçom e pedreiro. Em 2008, executou apenas 3 cursos de qualificação profissional no SPE com recursos do FAT, entre eles: eletricista instalador predial, marcenaria de móveis e mecânica de automóveis, com carga horária de 200 horas, cada.

O Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão (IEPE) foi fundado em março de 2000, por professores e funcionários da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procopio (FAFICOP), surgiu para atuar em diversas atividades, tais como: áreas de ensino, assessoria e consultoria educacional e empresarial, cursos preparatórios para concursos e habilitação profissional, pesquisas sociais e mercadológicas e concursos públicos.

O IEPE executou cursos de qualificação apenas no ano de 2008 e teve um número de concluintes superior ao SENAT, inclusive, devido a uma parte dos cursos oferecidos estarem relacionados à área de transporte, qualificando 70 trabalhadores com recursos de contrapartida do Tesouro Estadual. Os demais cursos oferecidos pelo IEPE foram financiados com recursos do FAT e qualificaram 151 trabalhadores. O IEPE também ofereceu cursos no setor de comércio, serviços e, no setor industrial.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é uma Instituição Pública de ensino superior mantida pelo governo do Estado do Paraná, com sede na cidade de Ponta Grossa, e com campi nas cidades de Telêmaco Borba, Palmeira, Castro, São Mateus do Sul e Jaguariaíva. Nos anos 1990, as políticas neoliberais exerceram influências inclusive no campo universitário. Em 2006 UEPG qualificou 205 trabalhadores, entre eles alguns integrantes do programa economia solidária, autogestionados e associados. Os investimentos realizados na geração de empregos informais, autônomos, por conta própria mediante o microcrédito no meio urbano e mediante o PRONAF, o Banco da Terra no meio rural, fortalecem a hipótese de que a ação do Estado em relação às Políticas Públicas de Emprego é pontual, focalizada e não se demonstra radical, porque não mexe nas estruturas sociais que fundamentam as desigualdades sociais existentes.

O Estado mediante a oferta de cursos de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego, busca assistir aos trabalhadores que outrora eram desassistidos, desamparados e excluídos. Esses, após receberem uma qualificação pontual, buscam através dessa qualificação, conseguir obter renda, mesmo que de trabalho precário e baixos salários e assim, deixam de pressionar o mercado de trabalho. Nesse sentido, o Estado pode estar atuando de maneira favorável ao capital e aos trabalhadores, mediante ações pontuais, principalmente ao garantir condições mínimas de Trabalho, Emprego e Renda para aqueles que não as possuem.

A Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC) é a entidade mantenedora do Colégio Tupy, Escola Técnica Tupy e do Instituto Superior Tupy. É uma associação 'sem fins lucrativos', tendo como sócios algumas das principais empresas da região do Norte de Santa Catarina, além da própria associação empresarial de Joinville e um significativo conjunto de pessoas físicas com grande liderança regional e nacional na indústria de transformação. Ela foi fundada em 1959 em Joinville (SC), primeiramente com a criação da Escola Técnica Tupy, que tinha como objetivo a formação e o aperfeiçoamento profissional da comunidade. Ela oferece serviços de engenharia, consultoria e gestão para o desenvolvimento de novas tecnologias para empresas nacionais e internacionais. Os serviços são oferecidos a partir da moderna infraestrutura com laboratórios nas áreas de metrologia, química e mecânica, por meio das áreas de gestão tecnológica e pesquisa e desenvolvimento, ferramentaria, fundição e tratamento térmico. Em 2006, ofereceu o curso de mecânica básica industrial e soldador, qualificando 40 trabalhadores. Em 2007, executou o curso de leiturista com carga horária de 100 horas em Curitiba, mecânica básica industrial em Curitiba, Pinhais e Piraquara, qualificando 61 trabalhadores e soldador de eletrodo/oxiacetileno, em Campo Largo e Curitiba, qualificando 33 trabalhadores.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) executou o curso de desenvolvimento, gestão e comercialização de produtos com carga horária de 200 horas qualificando 166 trabalhadores autogestionados do setor de economia solidária no ano de 2010. A atuação do IFPR ocorreu em 3 escritórios regionais. No escritório regional de Campo Mourão qualificando trabalhadores no município de Iratema e Roncador, no escritório regional de Curitiba qualificando trabalhadores no município de Fazenda Rio Grande e, principalmente, no escritório regional de Guarapuava qualificando 127 trabalhadores.

A Escola Sindical Sul teve uma participação importante no Sistema Público de Emprego em 2004, especificamente, na formação de Conselheiros do Trabalho e Emprego, mediante o desenvolvimento de 3 oficinas de trabalho, qualificando 159 gestores. Ela foi

criada em 11 de junho de 1990 e integra a política de formação da CUT. A formação sindical é voltada aos dirigentes, lideranças, trabalhadores de base, formadores e assessores do movimento sindical na região Sul. A Escola Sul destina-se à formação sindical e à educação integral dos trabalhadores através da produção de conhecimentos, da troca de experiências e tem por objetivo defender os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, como melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira.

As oficinas de trabalho foram destinadas aos membros das Comissões e Conselhos do Trabalho e Emprego. A oficina de trabalho I, com carga horária de 16 horas, contou com a participação de 29 conselheiros. A oficina de trabalho II, com carga horária de 32 horas, ocorreu em Curitiba e contou com a participação de 65 conselheiros. A oficina de trabalho III, com carga horária de 20 horas, também ocorreu em Curitiba e foi uma extensão das etapas anteriores de formação dos membros de Comissões de Emprego e Conselheiros Estaduais e Municipais do Trabalho e Emprego. Ela contou com a participação de representantes dos 18 escritórios regionais do trabalho, atuantes no Estado do Paraná.

O Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) existe desde 15 de abril de 1980, a partir do decreto nº 2.194, vinculado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. Em 17 de junho de 1983 o PROVOPAR foi desvinculado do Estado e passou a atuar em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais, colocando em prática programas de natureza social através de ações de caráter emergencial, mediante políticas de assistência aos trabalhadores e de caráter estrutural e apoio aos projetos de geração de Trabalho, Emprego e Renda. O PROVOPAR procura viabilizar programas e ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população com baixo índice de desenvolvimento humano, aproveitando as potencialidades locais, promovendo a inclusão social. O PROVOPAR executou o curso de qualificação para a segurança alimentar qualificando 154 trabalhadores em 2004. As ações do PROVOPAR têm o objetivo de promover a autonomia e independência das pessoas envolvidas através de ações de qualificação profissional, empreendedorismo e geração de renda, priorizando as regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, esse desinteresse das Instituições ‘sem fins lucrativos’ é questionável. A atuação do Estado no campo da qualificação profissional oferecida no Sistema Público de Emprego em parceria com as Instituições ‘sem fins lucrativos’ e das ações sociais por elas desempenhadas, podem indiretamente estar atribuindo aos trabalhadores uma maior responsabilidade pela sua inserção no mercado de trabalho e sua manutenção no emprego. O problema do desemprego

passa a ser visto como uma questão social e as soluções e alternativas precisam ser buscadas por toda a sociedade de modo geral.

Existem vários fatores que explicam a não continuidade de algumas instituições parceiras do PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010. As questões metodológicas, ideológicas e conceituais incluem ou excluem várias executoras do SPE, entre eles: a redução dos investimentos do Estado em qualificação, disputas internas, descumprimento de prazos estabelecidos pelo CODEFAT, planos, metas, prestação de contas ou desmotivação e desistência de algumas instituições em relação à política estatal. A escolha das executoras responsáveis pelo desenvolvimento das ações do PlanTeQ/PR estava relacionada à confiabilidade, aos compromissos assumidos, ao tempo de atuação no campo da qualificação profissional, aos recursos humanos, à infraestrutura e os recursos financeiros disponíveis. Não podemos desconsiderar o fato de que o interesse maior de algumas executoras estava relacionado à possibilidade de repasse de recursos do FAT, porque seus objetivos estavam vinculados aos processos licitatórios e nem sempre contemplavam os interesses coletivos, não contribuíam significativamente para a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) executou em 2006 o curso de cooperativismo qualificando 104 trabalhadores cooperativados e associados nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Entre eles: Araucária, Colombo, Quatro Barras e Guaratuba. As questões burocráticas como o cumprimento de metas, prazos estipulados para o preenchimento de turmas e a incompatibilidade de horários fez com que a UFPR desistisse de oferecer o referido curso de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego.

A Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), contemplou trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais do público prioritário do CODEFAT. Em 2005, qualificou 21 trabalhadores no município de Quarto Centenário, 23 em Iretama e 21 em Altamira do Paraná. Os 3 cursos oferecidos estavam relacionados a agricultura orgânica, ao manejo e bovinocultura do leite e sericultura com destaque para o manejo e cultura do bicho da seda. Esses cursos expressam a relação direta e indispensável do homem com a natureza.

A Sociedade Civil de Desenvolvimento Humano e Socioeconômico do Brasil (SODHEBR) é uma instituição 'sem fins lucrativos', com sede no bairro Juvevê, Curitiba/PR. Em 2006, executou o curso de auxiliar de serviços domésticos, qualificando 28 trabalhadoras domésticas para atuarem em Curitiba e 35 trabalhadoras para atuarem em 2 municípios da Região Metropolitana de Curitiba: 15 trabalhadores em Almirante Tamandaré e 20 no município de Fazenda Rio Grande.

A Sociedade Cooperativa Ambiens é uma organização coletivista de profissionais fundada em julho de 2000, na cidade de Curitiba/PR. Por defender relações de trabalho democráticas, emancipatórias, criativas e enraizadas em uma ética socializante, a Ambiens adotou o cooperativismo como forma de organização da sua produção e gestão. O escopo da sua atuação envolve as temáticas da cidade, do campo e do trabalho emancipatório. A Ambiens desenvolve projetos relacionados ao planejamento urbano, rural e regional, ao desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de habitação, regularização fundiária, desenvolvimento agrário e turismo, à gestão ambiental, à gestão do patrimônio histórico e cultural, à gestão participativa e ao cooperativismo popular. Apesar de contemplar um número reduzido de trabalhadores, a realização desse curso demonstra a preocupação que a sociedade de modo geral precisa ter com as questões ambientais e ecológicas. Essas questões fazem parte de vários estudos, inclusive do debate sociológico atual. Em 2005 a AMBIENS executou o curso de agroecologia e olericultura do programa Fome Zero, qualificando 24 trabalhadores domésticos(as), em Curitiba e o curso de associativismo e cooperativismo, qualificando 46 trabalhadores associados em Araucária.

As executoras parceiras das ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, no período de 2004 a 2010, apresentavam diferentes objetivos quanto à sua finalidade social. No entanto, o alcance de suas ações pode ser relativizado. A eficácia de suas ações no que se refere à questão do emprego ou desemprego depende do contexto histórico em que foram efetivadas, de questões políticas e administrativas, das motivações e interesses dos atores envolvidos e, principalmente, do desenvolvimento de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda de maior alcance.

A Associação dos Fabricantes de Chinelo e Sandálias de Apucarana (A.FACHISA) foi fundada em 2001. É uma instituição ‘sem fins lucrativos’ que tem como parceiros importantes a prefeitura de Apucarana, o conselho tutelar, a polícia militar e os empresários da região. Em parceria com a prefeitura e com a polícia militar, mantém em antigos módulos policiais, trabalhos comunitários onde os associados podem comercializar produtos feitos nas comunidades, no modo feira do produtor, aferindo assim, uma renda extra, melhorando o seu nível de vida e o de sua família. Apucarana foi o primeiro município a formar a primeira turma de jovem aprendiz. A formatura da turma aconteceu no salão nobre da prefeitura com a presença de prefeitos, vereadores, secretários, chefes das agências locais do MTE, empregadores, autoridades locais, professores, cursistas, pais e convidados.

Em 2006, A. FACHISA executou o curso de mecânica de máquina de costura industrial no município de Apucarana, desenvolvido em parceria com o programa ‘jovem

aprendiz', destinado aos jovens de 14 a 24 anos que queriam aprender uma profissão, qualificando 18 trabalhadores. Para participarem do programa, os jovens precisavam estar frequentando o ensino médio e apresentarem a Carteira de Trabalho. Em 2007 A. FACHISA executou o curso de gestão em cooperativismo qualificando 16 trabalhadores em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba. As maiores dificuldades dos jovens em encontrar o primeiro emprego nos grandes centros urbanos, estão relacionadas à falta de oportunidades de emprego para determinadas faixas etárias, à falta de experiência, à falta de indicação de parentes, amigos e vizinhos. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho nem sempre estão relacionadas à falta de qualificação profissional ou de habilidades para a execução de determinadas tarefas. Nesse sentido qualificação e discurso da qualificação se diferem.

Ao analisar os cursos de qualificação profissional oferecidos via Sistema Público de Emprego, compreende-se que a política de qualificação adotada pelo Estado não levou em consideração as mudanças tecnológicas e organizacionais que estão ocorrendo no Mundo do Trabalho, oriundas dos processos de reestruturação produtiva, flexibilização da produção e da revolução tecnológica e informacional.

A qualificação oferecida no Sistema Público de Emprego não conseguiu se desvincular de sua trajetória histórica e continuou contemplando setores de desenvolvimento considerados importantes nas décadas passadas, inclusive no início da industrialização do Brasil e que mantêm um número significativo de postos de trabalho, apesar das mudanças ocasionadas no Mundo do Trabalho. Entende-se que o Brasil deveria adotar políticas educacionais que impliquem em mudanças de longo prazo, necessárias para a superação do atraso tecnológico existente em várias áreas do conhecimento e na redução da desigualdade social. É preciso adotar PPE que propiciem uma redistribuição de renda equânime e conseqüentemente, a inserção da nação num patamar mais elevado de desenvolvimento tecnológico, no campo da robótica, das nanotecnologias, das novas tecnologias de informação e do 'trabalho virtual'. As Políticas Públicas de Emprego no Brasil se restringem muito mais às políticas distributivas e menos às políticas redistributivas que envolvem maiores tensões sociais.

Acompanhemos a seguir a análise dos dados sobre as ações de qualificação desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR, em cada um dos 18 escritórios regionais, em 2009.

3.5 Ações do PLANTEQ desenvolvidas no Paraná em 2009.

As ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná têm nos remetido a acompanhar a trajetória histórica da qualificação profissional no Brasil. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, criado na metade da década de 1990, foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional. Além da análise sobre as Políticas Públicas de Emprego, fez-se necessário uma análise comparativa das políticas sociais e dos programas de governo adotados especificamente nas últimas duas décadas. A seguir, nosso foco de análise está especificamente relacionado aos dados obtidos junto à Coordenadoria de Qualificação Profissional do Estado do Paraná, utilizando como referência metodológica o ano de 2009. Optamos em analisar o número de cursistas cadastrados e concluintes, encaminhados e sem encaminhamento, aceitos e não aceitos no mercado de trabalho, em 2009, devido à disponibilidade dos dados cadastrais junto a Coordenadoria de Qualificação Profissional, especificamente, por ser o penúltimo ano do foco de nossa análise e 2010 ser um ano eleitoral. Acompanhemos na **Tabela 15** os dados sobre os trabalhadores sem encaminhamento, encaminhados, aceitos, não aceitos e alocados no mercado de trabalho, em cada escritório regional, no ano de 2009.

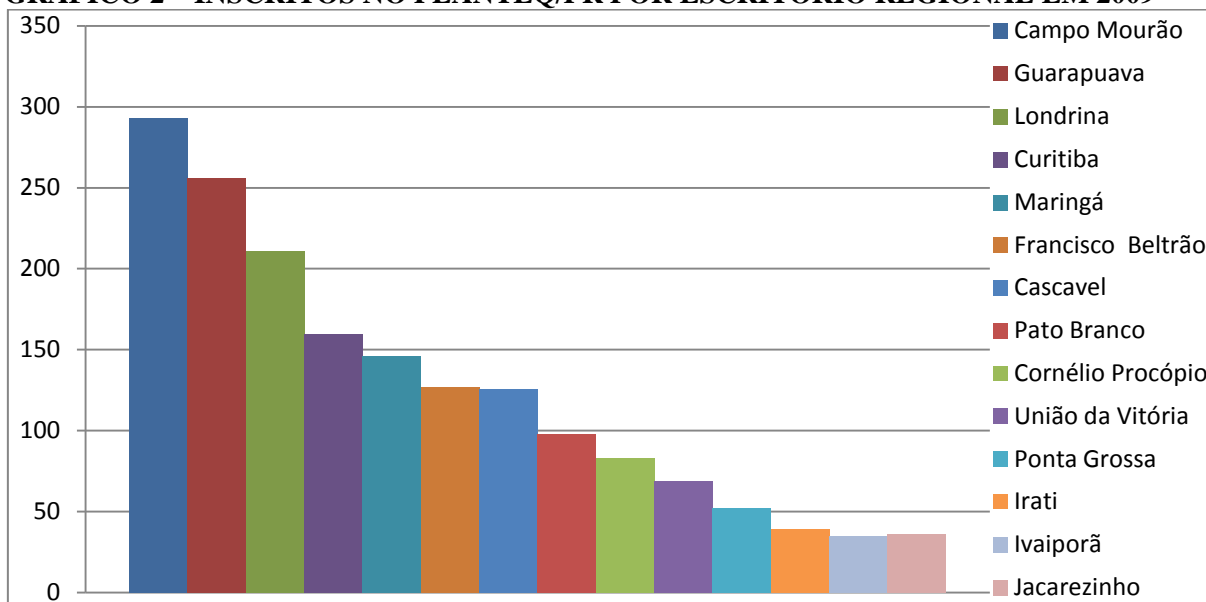
TABELA 15 – DADOS DO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009

ESCRITÓRIO REGIONAL	INSCRITOS	CONCLUINTE	EVADIDOS	ENCAMINHADOS	ACEITOS	NÃO ACEITOS	SEM ENCAMINHAMENTO	CONCLUINTE ALOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO
CAMPO MOURÃO	293	265	28	66	38	22	199	14,3%
CASCADEL	126	107	19	68	17	48	39	15,9%
CORNÉLIO PROCÓPIO	83	73	10	6	3	1	67	4,1%
CURITIBA	160	157	3	17	2	10	140	1,3%
FRANCISCO BELTRÃO	127	106	21	40	31	3	66	29,2%
GUARAPUAVA	256	221	35	0	0	0	221	0%
IRATI	39	27	12	13	2	8	14	7,4%
IVAIPORÃ	35	32	3	0	0	0	32	0%
JACAREZINHO	36	33	3	9	8	1	24	24,2%
LONDRINA	211	179	32	53	36	14	126	20,1%
MARINGÁ	146	131	15	58	38	12	73	29%
PATO BRANCO	98	80	18	48	30	18	32	37,5%
PONTA GROSSA	52	48	4	11	10	0	37	20,8%
UNIÃO DA VITÓRIA	69	62	7	19	5	10	43	8%
TOTAL	1.731	1.521	210	408	220	147	1.113	15,14%

Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

Acompanhemos no **Gráfico 2** o número de cursistas qualificados em 2009 pelo PlanTeQ/PR, em cada escritório regional.

GRÁFICO 2 – INSCRITOS NO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009



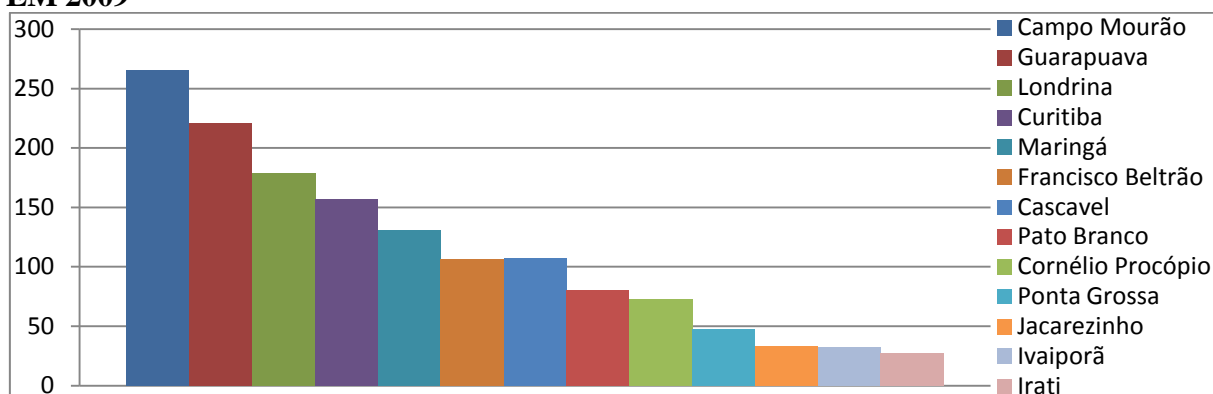
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

O **Gráfico 2** demonstra que dos 18 escritórios regionais de qualificação profissional existentes no Estado do Paraná, 14 ofereceram variados cursos de qualificação em 2009. Os escritórios regionais de Cianorte, Foz do Iguaçu, Paranavaí e Umuarama não ofereceram nenhum curso de qualificação profissional em 2009. O número de inscritos no PlanTeQ/PR nos 14 escritórios regionais de qualificação profissional com sede e vários municípios do Estado do Paraná foi de 1.731 cursistas. O maior número de inscritos em 2009, acima de 200 inscritos, ocorreu nos 3 escritórios regionais: Campo Mourão com 293 pessoas; Guarapuava com 256 pessoas e Londrina com 211 pessoas, totalizando 770 inscritos, praticamente 44% do total. Em seguida, encontram-se os escritórios regionais com mais de 100 pessoas inscritas: Curitiba com 160; Maringá com 146, Francisco Beltrão com 127, Cascavel com 126, totalizando 559 pessoas inscritas, equivalente a 32,3% do total.

Os 7 escritórios regionais com menos de 100 pessoas inscritas, totalizaram 412 cursistas, equivalente a 23,7% do total: Pato Branco com 98, Cornélio Procópio com 83, União da Vitória com 69, Ponta Grossa com 52, Irati com 39, Jacarezinho com 36 e Ivaiporã com 35. Nos escritórios regionais com menos inscritos, o número de turmas variou entre duas e quatro.

O **Gráfico 3** apresenta o número de concluintes dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo PlanTeQ/PR, por escritórios regionais no SPE, em 2009.

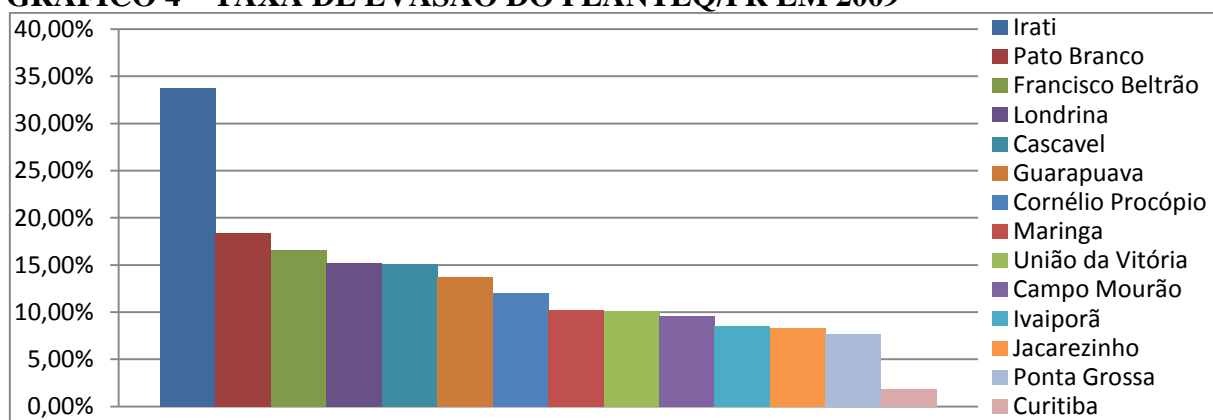
GRÁFICO 3 – CONCLUINTE DO PLANTEQ/PR POR ESCRITÓRIO REGIONAL EM 2009



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

O **Gráfico 3** demonstra que os 7 escritórios regionais com mais de 100 concluintes em 2009 foram: Campo Mourão, Guarapuava, Londrina, Curitiba, Maringá, Francisco Beltrão e Cascavel, totalizando 1.166 trabalhadores. Os escritórios regionais com menos de 100 concluintes foram: Pato Branco, Cornélio Procópio, Ponta Grossa, Jacarezinho, Ivaiporã, Irati e União da Vitória, totalizando 355 trabalhadores concluintes.

GRÁFICO 4 – TAXA DE EVASÃO DO PLANTEQ/PR EM 2009

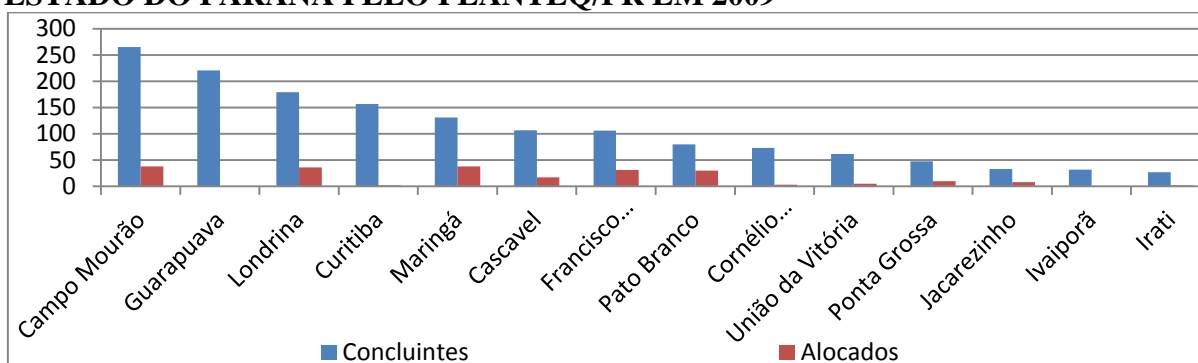


Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

O **Gráfico 4** revela que o índice de evasão em 2009 não foi proporcional ao índice de inscritos em cada escritório regional. A soma dos 7 escritórios regionais com maior número de inscritos equivale a 76,3% do total. Os demais escritórios regionais totalizam 412 inscritos, praticamente $\frac{1}{4}$ do total, ou seja, 23,7%. Em 2009 o número de inscritos foi de 1.731 enquanto que o número de concluintes foi de 1.521. A taxa de evasão esteve próximo da média estabelecida pelo PNQ, conforme a resolução nº 333 do CODEFAT que estabelecia um limite de 15% de evasão.

O escritório regional de Curitiba teve o menor índice de evasão, ficando em menos de 2%, enquanto o escritório regional de Irati teve o maior índice, ficando acima de 30%. Os escritórios regionais que apresentaram resultados esperados, conforme o índice de evasão aceitável pela resolução do CODEFAT, foram os escritórios regionais de União da Vitória, 10,4%, Maringá, 10,3%, Ivaiporã, 8,6%, Jacarezinho, 8,3% e Ponta Grossa, 7,7%. A média de evasão nesses 5 escritórios regionais correspondeu a 9%. Os demais escritórios regionais tiveram uma evasão considerada próximo da média e acima da média, entre 12% e 18%. Entre eles: Pato Branco, 18,4%, Francisco Beltrão 16,5%, Londrina 15,2%, Cascavel, 15%, Guarapuava, 13,7% e Cornélio Procópio 12%, correspondendo a uma média superior a 15%, configurando uma preocupação para os gestores das políticas públicas de qualificação profissional.

GRÁFICO 5 – CONCLUINTES E ALOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ PELO PLANTEQ/PR EM 2009



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

O **Gráfico 5** mostra o número de cursistas concluintes dos cursos de qualificação profissional e alocados no mercado de trabalho em 2009. Dos 1.520 concluintes, 408 foram encaminhados para realizar entrevistas nas vagas oferecidas pelos empregadores e apenas 220 foram aceitos. Do total de inscritos, somente 15% foram alocados no mercado de trabalho, o que revela uma baixa taxa de alocação. Pode-se observar que o número de concluintes no escritório regional de Curitiba foi de 157. Desses, apenas 17 foram encaminhados e só 2 foram alocados no mercado de trabalho. Os dados demonstram que nos grandes centros urbanos, as exigências para preenchimento das vagas são maiores. As oportunidades dos trabalhadores desempregados ou em busca do primeiro emprego encontrarem trabalho nos grandes centros urbanos, muitas vezes é menor que em municípios com menor número de habitantes. Por outro lado, há cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego que facilitam a inserção de muitos trabalhadores no mercado de trabalho, geralmente de autoemprego, trabalho informal, empreendedor de micro e pequenos negócios.

A baixa alocação no mercado de trabalho está relacionada a diversos fatores, entre eles: o grau de escolaridade, a experiência no ramo, a idade acima dos 40 anos, a falta de indicação e boas referências, a qualidade das vagas, os salários oferecidos, e outros. A maior parte dos trabalhadores busca o Sistema Público de Emprego para acessar o Seguro Desemprego e, uma das exigências do programa é cadastrar-se a uma vaga no mercado de trabalho, ou ainda, realizar um curso de qualificação profissional. A análise desta variável é fundamental, porque induz à qualificação. Nesse sentido, fica claro que a política de qualificação é desenhada por e para os interesses do Estado. Portanto, o interesse da maior parte dos trabalhadores que buscam o Sistema Público de Emprego não é a realização de um curso de qualificação profissional. Muitas vezes, a realização de determinados cursos estavam relacionados às exigências dos programas de governo, por exemplo, ao programa Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola e outros, principalmente às exigências do programa Seguro Desemprego, conforme as resoluções do CODEFAT que estabeleciam ações integradas no âmbito do Sistema Público de Emprego. Estas questões podem ser consideradas auxiliares na geração de condicionamentos por parte do Estado em relação aos trabalhadores que perderam o emprego em períodos recentes ou buscam se inserir no mercado de trabalho.

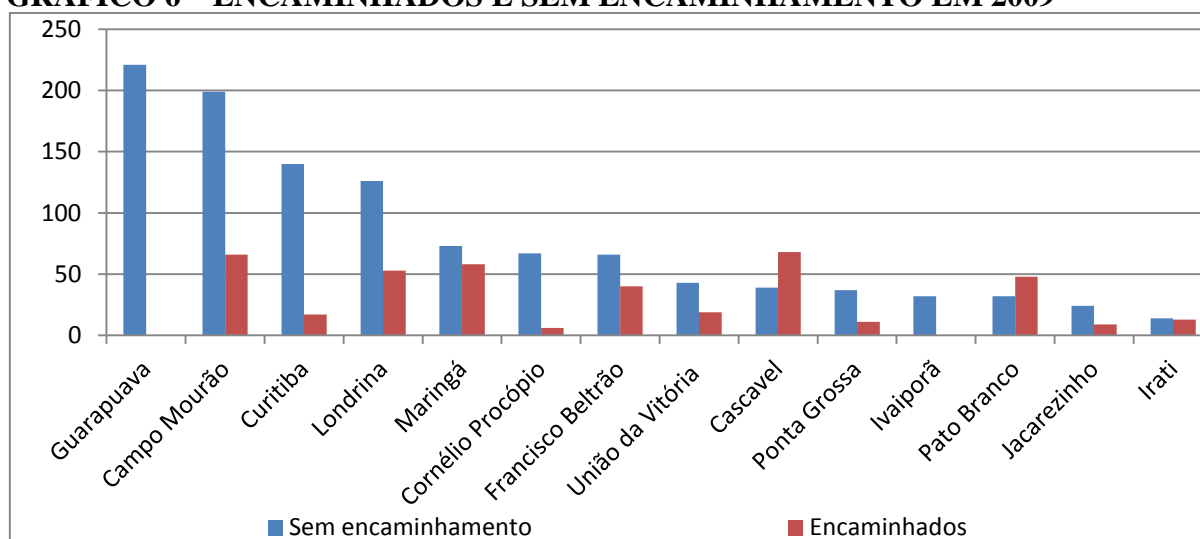
Outros fatores que nos auxiliam a explicar a baixa alocação dos trabalhadores qualificados via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, estão relacionados aos diferentes interesses dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação. De um lado, os cursos oferecidos no período de 2004 a 2010, integrados aos programas sociais de governo, auxiliaram os trabalhadores na busca de alternativas para o problema do desemprego. De outro, as ações do Estado, no campo da qualificação profissional, contemplaram também, questões subjetivas dos trabalhadores tais como: alteração da autoestima, melhora nos relacionamentos familiares e comunitários, estímulo aos estudos mediante a abordagem de temas ligados à ética, cidadania, desenvolvimento sustentável, e outros.

Além desses motivos, muitos cursistas participantes das ações de qualificação profissional desenvolvidas pelo Estado faziam parte do programa economia solidária, outros eram membros de associações, participantes de cooperativas de Trabalho, Emprego e Renda, outros eram integrantes de ações de reabilitação e reinserção desenvolvidas pelo Estado, como por exemplo, os egressos do sistema penitenciário. De outro lado, as políticas de governo, os programas sociais desenvolvidos, a redução dos índices de desemprego, a inflexão da informalidade, o controle da inflação, o crescimento econômico, o aquecimento do mercado e o desenvolvimento da política de qualificação profissional descentralizada e integrada a outras Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, contribuíram para a reinserção social

desses trabalhadores que passou a ocorrer de maneiras diferenciadas, não necessariamente via ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego.

As ações do Estado no campo da qualificação profissional não podem ser invalidadas devido ao aprendizado e às experiências obtidas por parte dos cursistas participantes, levando-os a buscar alternativas de Trabalho, Emprego e Renda mediante o desenvolvimento de ações coletivas que requerem o envolvimento e a participação de toda a sociedade de modo geral. Nesse sentido o problema do desemprego, predominante na década de 2000, passou a ser compreendido como uma questão social, dever do Estado e responsabilidade de todos. No entanto, questões políticas que envolvem os conflitos de interesses, as diferenças de classe, a concentração de renda e centralização do capital ficam em segundo plano. No primeiro plano, a inserção ou reinserção social acaba se limitando à sociedade de consumo, à negação da luta de classes e retomada do processo de acumulação capitalista, à centralização do capital, à intensificação da concorrência ainda que tais ações apontem para uma relativa melhora da base da pirâmide social brasileira e ínfima redução das desigualdades sociais, nos últimos anos. Além das dificuldades de encaminhamento dos trabalhadores qualificados via Sistema Público de emprego, há outros fatores que podem estar relacionados a essas dificuldades, entre eles a chamada ‘territorialização’ e ‘desterritorialização’, do capital. O capitalismo volátil, altamente flexível, desloca-se e centraliza-se em regiões e locais onde obtêm maiores taxas de lucros, mão de obra barata, incentivos fiscais, concentrando-se nos lugares que forem mais favoráveis, onde há maior crescimento econômico, onde determinados setores ou atividades econômicas encontram-se em expansão. O **Gráfico 6** apresenta o número de cursistas encaminhados e sem encaminhamento no ano de 2009.

GRÁFICO 6 – ENCAMINHADOS E SEM ENCAMINHAMENTO EM 2009



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

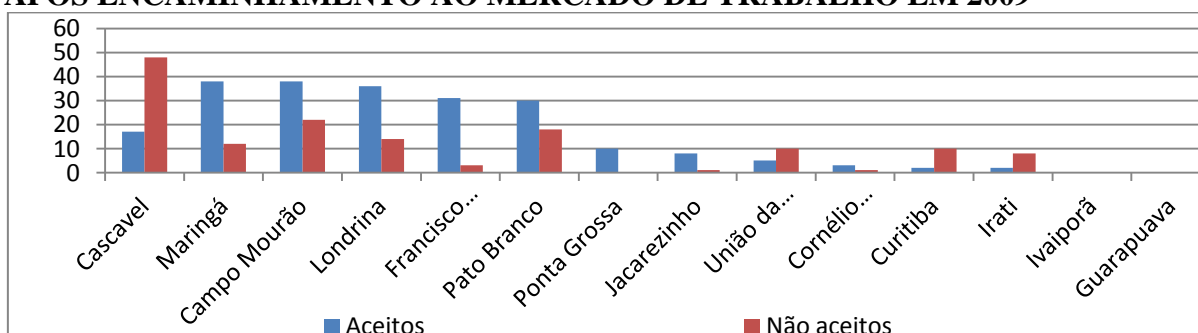
O **Gráfico 6** indica que há um baixo índice de trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho. Apenas 408 concluintes foram encaminhados ao mercado de trabalho, correspondendo a praticamente 30% dos trabalhadores que concluíram algum curso de qualificação oferecido pelo PlanTeQ/PR em 2009. Por outro lado, houve um elevado índice de trabalhadores concluintes não encaminhados ao mercado de trabalho, equivalente a 1.113, totalizando 73% dos concluintes.

O baixo índice de encaminhamento dos cursistas ao mercado de trabalho se deve entre outros motivos, ao perfil das vagas oferecidas pelos empregadores e sua incompatibilidade com perfil dos trabalhadores e às exigências dos empregadores quanto à qualificação dos trabalhadores. Ainda, as dificuldades do sistema, de encaminhar os trabalhadores que realizaram sua qualificação. As disputas entre Capital e Trabalho se fazem presentes nessas relações, quando os trabalhadores resistem às práticas adotadas pelos empregadores, às precárias condições de trabalho e aos salários oferecidos.

Dos 408 trabalhadores encaminhados em 2009, em todo o Estado do Paraná, 220 foram alocados no mercado de trabalho, 54% foram aceitos pelos empregadores e 147 não foram aceitos, ou seja, não foram alocados no mercado de trabalho. Houve uma rejeição por parte dos empregadores em relação aos trabalhadores equivalente a 36% dos encaminhados pelo Sistema Público de Emprego. Os não notificados, equivalente a 10%, representavam 41 trabalhadores que não foram contabilizados por falta de informações.

Os escritórios regionais com o maior número de trabalhadores sem encaminhamento ao mercado de trabalho foram: Guarapuava, 221; Campo Mourão, 199, Curitiba, 140 e Londrina, 126, totalizando 686 trabalhadores não encaminhados. Os escritórios regionais que encaminharam acima de 40 trabalhadores foram: Cascavel, 68, Campo Mourão, 66, Maringá, 58, Londrina, 53, Pato Branco, 48 e Francisco Beltrão com 40 trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho.

GRÁFICO 7 – NÚMERO DE TRABALHADORES ACEITOS E NÃO ACEITOS APÓS ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO EM 2009



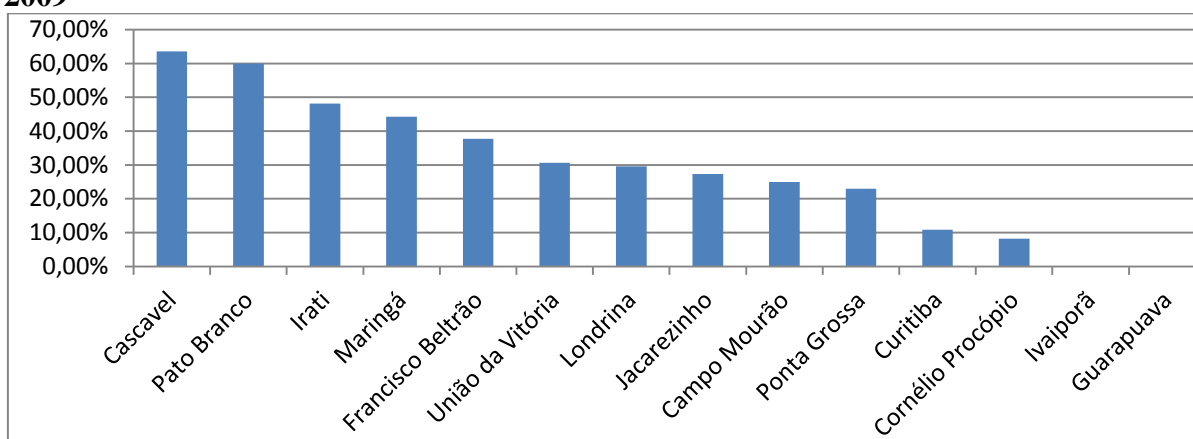
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

A maior parte dos trabalhadores aceitos no mercado de trabalho pelos empregadores ocorreu nos escritórios regionais que encaminharam o maior número de trabalhadores, entre eles: Maringá encaminhou 38 trabalhadores, Campo Mourão 38, Londrina, 36, Francisco Beltrão, 31, Pato Branco, 30. Os 8 escritórios regionais que alocaram o menor número de trabalhadores no mercado de trabalho foram: Guarapuava, Ivaiporã, Irati, Curitiba, Cornélio Procópio, União da Vitória, Jacarezinho e Ponta Grossa.

As imposições do capital são exteriorizadas mediante a recusa dos trabalhadores que não atendem ao perfil solicitado pelos empregadores. A incompatibilidade entre o perfil do trabalhador e o perfil da vaga decorre entre outros motivos, de interesses divergentes entre patrões e trabalhadores que resulta de uma disputa de forças, entre aqueles que detêm o capital e aqueles que vendem sua força de trabalho. Entre outras exigências para o trabalhador conseguir emprego hoje, podemos mencionar a necessidade de apresentarem boa autoestima, serem perseverantes e continuarem procurando uma oportunidade de trabalho.

Os principais motivos da insatisfação dos trabalhadores que buscam o Sistema Público de Emprego, após realizarem um curso de qualificação e serem encaminhados ao mercado de trabalho e recusarem as vagas para qual foram encaminhados, pode ser explicado conforme análise realizada por Pochmann (2012), sobre o crescimento do número de emprego de baixa remuneração, às exigências dos empregadores, a flexibilização da legislação do trabalho, ao crescimento do trabalho precário resultante das políticas neoliberais difundidas no Brasil, nos últimos anos.

GRÁFICO 8 – TAXA DE ENCAMINHAMENTO DO PLANTEQ NO PARANÁ EM 2009

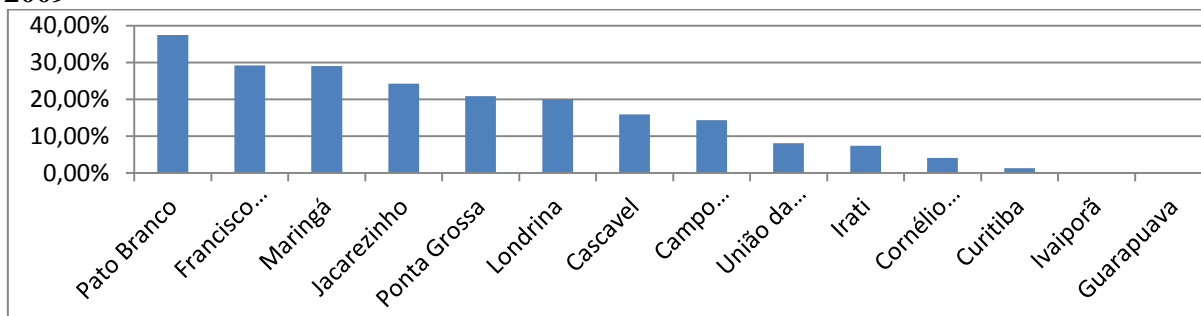


Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

Conforme o **Gráfico 8** a taxa de encaminhamento ao mercado de trabalho dos trabalhadores que fizeram os cursos, em cada escritório regional, no ano de 2009, foi de

63,5% em Cascavel, 60% em Pato Branco, 48,1% em Irati, 44,2% em Maringá, 37,7% em Francisco Beltrão, 30,6% em União da Vitória, 29,6% em Londrina, 27,2% em Jacarezinho, 24,9% em Campo Mourão, 22,9% em Ponta Grossa 10,8% em Curitiba, 8,2% em Cornélio Procópio, zero em Guarapuava e em Ivaiporã. A média da taxa de encaminhamento ao mercado de trabalho dos escritórios regionais ficou em praticamente 30%.

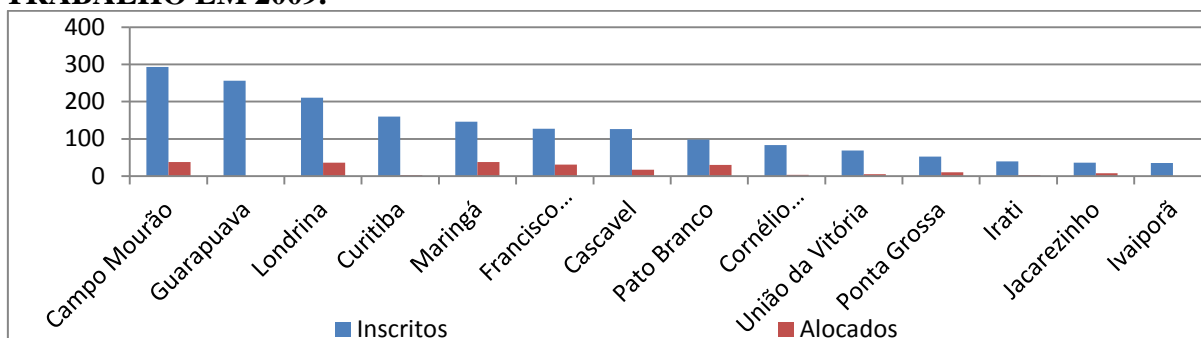
GRÁFICO 9 – TAXA DE COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PELO PLANTEQ NO PARANÁ MEDIANTE O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO EM 2009



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009

A taxa de colocação no mercado de trabalho em cada escritório regional no ano de 2009 foi de 37,5% em Pato Branco, 29,2% em Francisco Beltrão, 29% em Maringá, 24,2% em Jacarezinho, 20,8% em Ponta Grossa, 20,1% em Londrina, 15,9% em Cascavel, 14,3% em Campo Mourão, 8% em União da Vitória, 7,4% em Irati, 4,1% em Cornélio Procópio, 1,3% em Curitiba e zero em Ivaiporã e Guarapuava. A média de colocação no mercado de trabalho dos escritórios regionais ficou em 15,4%. De cada 2 trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho apenas 1 foi alocado. Quanto maior o número de trabalhadores encaminhados, maior o número de inseridos no mercado de trabalho. Um dos desafios encontrados pelo Sistema Público de Emprego está relacionado ao encaminhamento de trabalhadores que atendam as exigências das vagas oferecidas pelo Sistema de intermediação de mão de obra.

GRÁFICO 10 – INSCRITOS NO PLANTEQ/PR E ALOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO EM 2009.



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

O **Gráfico 10** apresenta o número de trabalhadores inscritos em cada escritório regional e alocados no mercado de trabalho no ano de 2009. O número de trabalhadores inscritos em cada escritório regional no ano de 2009 foi de 293 em Campo Mourão, 126 em Cascavel, 83 em Cornélio Procopio, 160 em Curitiba, 127 em Francisco Beltrão, 256 em Guarapuava, 39 em Irati, 35 em Ivaiporã, 36 em Jacarezinho, 211 em Londrina, 146 em Maringá, 98 em Pato Branco, 52 em Ponta Grossa e 69 em União da Vitória. A taxa de alocação no mercado de trabalho foi de 14,3% em Campo Mourão, 15,9% em Cascavel, 4,1% em Cornélio Procopio, 1,3% em Curitiba, 29,2% em Francisco Beltrão, 7,4% em Irati, 24,2% em Jacarezinho, 20,1% em Londrina, 29% em Maringá, 37,5% em Pato Branco, 20,8% em Ponta Grossa e 8% em União da Vitória. Em Guarapuava e Ivaiporã não houve alocação.

Mediante as ações de qualificação oferecidas via Sistema Público de Emprego, o Estado atende parcialmente às necessidades do mercado de trabalho, das empresas, dos patrões e empregadores, oferecendo mão de obra qualificada e dos trabalhadores desempregados ou em busca do primeiro emprego, oferecendo cursos de qualificação e oportunidades de emprego. No entanto, as ações do PlanTeQ/PR beneficiaram muito mais os interesses do capital, patrões e empregadores e menos aos interesses e perspectivas dos trabalhadores. Conforme a análise realizada no **Cap. 2**, mediante dados do IPARDES (2012), sobre a evolução dos empregos no Estado do Paraná, podemos aferir que a maior parte dos cursos de qualificação profissional, ofertados no SPE, contemplam setores da indústria, construção civil, transporte, turismo, artesanato, agricultura, comércio e serviços. Os cursos oferecidos foram direcionados para os setores em expansão que demandavam trabalhadores qualificados. Portanto, as ações do PlanTeQ/PR levaram em consideração o contexto de desenvolvimento econômico, no período de 2003 a 2010, e as diversas estratégias de atuação de vários segmentos sociais.

No governo FHC, mediante a chamada ‘reforma do Estado’ e ‘reforma educacional’, muitos dos cursos técnicos e profissionalizantes deixaram de ser prioridade do Estado e deixaram de ser oferecidos na rede pública de educação no seu governo. Isso indica que a política neoliberal havia se tornado hegemônica e exercia forte influência na área educacional. Os dados apresentados no **Cap. 2** indicam que no governo Lula, com a retomada do crescimento econômico, aquecimento do mercado de trabalho, crescimento do número de postos de trabalho, os cursos técnicos e profissionalizantes voltaram a ser valorizados, considerados importantes para a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Nesse aspecto, os empregadores veem seus interesses contemplados, pois além de não terem de investir na qualificação de seus funcionários que em outros contextos políticos

seria sua responsabilidade, agora conseguem alocar trabalhadores qualificados, suscetíveis aos baixos salários, ampliando assim suas margens de lucro, concentrando capital e reinvestindo estrategicamente no processo produtivo. Os conflitos resultantes das relações de trabalho, entre os atores envolvidos, trabalhadores e empregadores e o Estado é desconstruído e reconstruído sobre novas bases teóricas, fundamentado em relações corporativas, cooperativas, estimulando a competitividade entre os trabalhadores, acentuando as diferenças de renda e salários. Portanto, o percentual dos trabalhadores que conseguem realizar um curso de qualificação, ingressar no mercado de trabalho e ser bem remunerado, se comparado aos trabalhadores desempregados, cadastrados no SPE é relativamente baixo.

Os gestores do SPE ao serem orientados a sensibilizar o máximo possível os beneficiários da Bolsa Família, referindo-se a infraestrutura, aos investimentos a serem realizados pelo Estado em qualificação profissional, coordenados pelas instituições responsáveis pela prestação de serviços, beneficiam os interesses dos empregadores. Em determinadas circunstâncias, os trabalhadores, os gestores do Sistema Público de Emprego, sindicatos, ONGs, associações ‘sem fins lucrativos’, deixaram de realizar uma análise crítica sobre as Políticas Públicas de Emprego desenvolvidas pelo Estado, não responsabilizando os empregadores em relação à questão do emprego, não desenvolvendo uma análise crítica sobre as políticas de cunho neoliberal que favorecem aqueles que detêm o capital e são beneficiados por elas. Portanto, patrões, empresários, empregadores, empreendedores, utilizam do aparelho estatal para defender seus interesses quando lhes convêm, mantendo seus privilégios, concentrando capital e quando não lhes convêm, voltam-se contra o Estado, defendendo sua retirada de setores estratégicos da economia, defendendo a chamada ‘miniaturização’ do poder do Estado. Em determinados contextos, a qualificação oferecida aos trabalhadores no Sistema Público de Emprego pode tornar-se ineficaz devido à retirada do capital de setores estratégicos da economia, provocando maior desemprego local ou regional, deslocando-se para outras áreas, podendo até invalidar a qualificação dos trabalhadores que não apresentam as capacidades de flexibilidade e volatilidade exigidas pelo capital.

Ao atender aos interesses do mercado de trabalho a nível internacional, nacional e local, a qualificação profissional é apresentada como possibilidade de inserção social, obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, alternativa ao desemprego. Percebe-se que as iniciativas do PlanTeQ/PR atendiam os interesses dos cursistas participantes e de empresários da região que buscavam mão de obra qualificada sem ter que investir na qualificação de seus próprios trabalhadores. O que seria responsabilidade da iniciativa privada, foi delegado ao Estado, responsável pela qualificação dos trabalhadores cadastrados no SPE, orientado pelo

PNQ, mediante políticas como, Paraná Solidário, Bolsa Qualificação, Bolsa Família, menor aprendiz e outros.

A política pública de qualificação profissional apresentada como uma resposta ao desemprego pode levar os trabalhadores a optarem por cursos específicos que atendam às demandas locais do mercado de trabalho, direcioná-los para áreas específicas, conforme as necessidades dos empregadores e pode fazer com que os mesmos estejam dispostos a atuar em setores específicos, custeados com recursos do FAT, direcionados assim, ao atendimento aos interesses da iniciativa privada que veem seus interesses representados mediante o desenvolvimento de ações de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego.

Acompanhemos na **Tabela 16** a seguir, uma sistematização do número de cursistas qualificados conforme as executoras atuantes no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, totalizando 33.781 trabalhadores, no período de 2004 a 2010. Percebe-se que o maior número de trabalhadores qualificados ocorreu no período de 2004 a 2007, pelo SENAC, SENAI, SENAT e FUNTEL, totalizando 22.560 trabalhadores qualificados, equivalente a 66,8% do total. No período de 2008 a 2010, essas executoras qualificaram apenas 3.656 trabalhadores, equivalente a 10,8%. No período de 2004 a 2009, a AGT qualificou 1.987 trabalhadores, praticamente 5,6%. No ano de 2007 e 2008, a ADESOBRAS qualificou 1.214 trabalhadores, praticamente 3,6%. Entre 2005 e 2007, a Fundação Cândido Garcia qualificou 1.011 trabalhadores, praticamente 3% do total. As executoras que tiveram menor número de cursistas foram incluídas em outras e totalizaram 3.353 cursistas, praticamente 10% do total no referido período. Em 2004 o número de cursistas qualificados por outras executoras era de 313 trabalhadores, caindo para 111 em 2005, chegando à sua maior representatividade em 2006, equivalente a 1.458 dos concluintes. Posteriormente, houve uma queda no número de seus concluintes, restringindo-se a apenas 166 trabalhadores em 2010.

TABELA 16 – TRABALHADORES QUALIFICADOS POR EXECUTORA NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2004 A 2010

Executora	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
SENAC	2.153	2.180	2.316	1.373	287	210	540	9.059
SENAI	1.542	2.957	347	644	328	306	680	6.804
SENAT	1.208	1.279	1.071	1.236	161	99	200	5.254
FUNTEL	1.630	630	559	1.435	211	413	221	5.099
AGT	194	356	531	634	58	214		1.987
ADESOBRAS				444	770			1.214
FCG		216	620	175				1.011
Outras	313	111	1.458	684	351	270	166	3.353
Total	7.040	7.729	6.902	6.625	2.166	1.512	1.807	33.781

Fonte: SETP, PlanTeQ, 2004 a 2010.

Existem fatores que contribuíram para a ascensão e queda da participação de outras executoras no ramo da qualificação profissional: nos primeiros anos do governo Lula houve maior descentralização das ações de qualificação profissional e envolvimento das Instituições ‘sem fins lucrativos’. No final do seu segundo mandato, devido à redução dos investimentos do FAT e Tesouro Estadual, houve uma centralização das executoras parceiras no ramo da qualificação profissional. Houve denúncias sobre o uso indevido dos financiamentos públicos, irregularidades na prestação de contas que vieram à tona mediante alguns escândalos nos meios de comunicação de modo geral. Esta pesquisa não tem elementos para tratar de tais questões.

Outros fatores estavam relacionados à avaliação do Plano Plurianual 2004 a 2007, das experiências da participação social e reelaboração de novas diretrizes para a participação social, reelaboração de novas metodologias de participação social do Plano Plurianual 2008 a 2011, baseadas no estudo da dimensão territorial, num planejamento de longo prazo em base territorial, nos desafios da estratégia de financiamento para o desenvolvimento, orientação estratégica de governo e dos Ministérios, diagnóstico setorial e objetivos setoriais estavam presentes na elaboração dos Programas Plurianual 2008 a 2011.

A avaliação da experiência de participação social no Plano Plurianual 2004 a 2007 apontou para a necessidade de redesenhar a metodologia de participação social para o próximo Plano Plurianual. Nesse sentido, as discussões envolvendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria Geral da Presidência da República e representantes de ministérios convidados para debater o tema, resultou nas seguintes diretrizes para orientação do processo: Valorização dos canais de participação social existentes e das propostas já construídas nesses espaços (conselhos, conferências, fóruns, e outros); Construção conjunta de prioridades entre Ministérios e Conselhos para a elaboração do Plano Plurianual; Feedback para os atores envolvidos em todas as etapas do processo.

Além dos fatores que explicam a redução significativa do número de cursistas a partir de 2008, outros fatores estão relacionados à redução dos investimentos destinados à qualificação profissional via PlanTeQ/PR. Houve um afastamento das executoras menores devido às dificuldades dessas não conseguirem corresponder com às exigências e expectativas da SERT. As executoras que possuíam maiores recursos, infraestrutura e credibilidade, conseguiram manter-se atuantes. Aquelas com maiores dificuldades, não conseguiram manter a oferta de seus cursos no Sistema Público de Emprego. Por outro lado, conforme avaliação realizada em nível estadual e nacional, a qualificação oferecida via PlanTeQ, não resultou numa inserção significativa dos trabalhadores encaminhados no mercado de trabalho. Outros

fatores se referem à difusão do Ensino Técnico e profissionalizante, bem com outras políticas governo adotadas.

A maior inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho ocorreu mediante o crescimento da economia brasileira, associadas ao desenvolvimento de outras políticas de inserção social implantadas no governo Lula, ao crescimento de setores específicos da economia paranaense que passou a demandar um número maior de trabalhadores para atuar em várias áreas, principalmente no setor da construção civil, devido haver um crescimento acelerado nos últimos 10 anos. Nesse sentido, os cursos de porteiro, camareira, zelador(a) de edifício, pedreiro, azulejista, pintor de obras, recepcionista, auxiliar de cozinha e serviços domésticos, entre outros, atendiam às demandas específicas desse mercado em expansão.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 28 de janeiro de 2007, englobava um conjunto de políticas econômicas que foram planejadas até o ano de 2010 e tinham como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia, recursos hídricos, entre outros. Tais investimentos ocorreram mediante uma gradativa redução dos investimentos realizados em qualificação profissional, via PlanTeQ, particularmente no Estado do Paraná.

No período de 2004 a 2007, o SENAC, o SENAI, o SENAT e a FUNTEL, alavancaram o crescimento de empregos no setor industrial no Estado do Paraná, principalmente no setor têxtil e manufatureiro, chegando a suprir a demanda de trabalhadores qualificados nesse setor. A redução do número de empregos no setor industrial e consequente crescimento do número de empregos no setor de comércio e serviços resultam das políticas liberalizantes associadas ao consenso de Washington, implantadas pelas políticas neoliberais, principalmente no período de 1995 a 2003. Pode-se aferir que a partir de 2007, o setor industrial têxtil e manufatureiro paranaense perdeu importância como fonte geradora de empregos em função da transferência de algumas empresas ligado ao setor para o exterior. Por outro lado, os cursos oferecidos atendiam interesses regionalizados do empresariado paranaense mediante o repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Estadual.

Após a criação do PAC, o governo Lula se deparou com a necessidade de contar com recursos humanos nos Ministérios relacionados à infraestrutura para subsidiar a formulação de políticas públicas, planejar, coordenar, fiscalizar e oferecer assistência técnica na execução de projetos relativos à realização de obras de infraestrutura de grande porte. Para suplantar tal deficiência o governo editou a Medida Provisória 389/2007, convertida na Lei nº 11.539/2007

que criou a carreira de analista de infraestrutura e o cargo isolado de especialista em infraestrutura sênior, ambos regulamentados pelo decreto nº 6.693. Nesse sentido, a principal alternativa ao problema do desemprego foi atribuída ao crescimento da economia brasileira. No entanto, a partir de 2008 as principais executoras dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, SENAC, SENAI, SENAT, FUNTEL, ligadas principalmente ao setor industrial, comércio e serviços, tiveram uma redução no número de cursistas concluintes.

Outros fatores externos podem ter provocado a redução dos investimentos do PlanTeQ, no Estado do Paraná, entre eles, a crise internacional de 2008 e a consequente redução das exportações brasileiras. Outro fator que pode ter contribuído para a redução dos investimentos realizados em qualificação profissional no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, pode ser atribuído ao aquecimento do mercado de trabalho e ao próprio crescimento do número de empregos, equivalente a 13 milhões de empregos no 1º e 2º mandatos do governo Lula. No seu 1º mandato o SPE foi fundamental, porque o programa de qualificação profissional estava interligado e associado a outras políticas sociais, por exemplo, o programa Fome Zero, economia solidária, o Bolsa Família e outros. A partir de 2008, apesar da variedade e diversificação dos cursos oferecidos, a maioria deles estava voltada para o setor de comércio e serviços e menos para o setor industrial.

Conforme Radzinski (2007, p. 65), os investimentos em qualificação social e profissional realizados pela SETP com recursos do FAT, no período de 1996 a 2002, foram de praticamente R\$ 78 milhões no Paraná. No primeiro mandato do governo Lula, 2003 a 2006 os investimentos em qualificação profissional via PlanTeQ/PR foi reduzido para menos R\$ 10 milhões. No segundo mandato do governo Lula 2006 a 2010, houve uma redução dos investimentos do PlanTeQ/PR e ampliação da carga horária, ou seja, maior focalização dos investimentos por cursistas. Inicialmente, as grandes executoras absorveram a maior parte dos recursos do FAT e do Tesouro Estadual, destinados à qualificação dos trabalhadores no Estado do Paraná.

No ano de 2006 e 2007, houve maior participação de outras executoras de menor porte. Nesse momento, o Estado atendia de modo peculiar algumas reivindicações dos movimentos sociais, especificamente do programa economia solidária. Posteriormente, houve um processo de centralização das executoras acompanhadas de uma redução do número de trabalhadores contemplados, participantes e concluintes dos cursos de qualificação profissional.

As políticas neoliberais difundidas no Brasil procuraram aliar as necessidades dos trabalhadores às necessidades objetivas do capital, sem provocar rupturas sociais. Elas buscaram também revitalizar o processo de acumulação capitalista, incorporando a subjetividade dos trabalhadores. Bandeiras históricas dos trabalhadores e seus ideais passaram a ser redefinidos conforme a lógica do capital. Os conflitos existentes na esfera pública aos poucos foram cedendo espaço para a conciliação de interesses entre patrões e trabalhadores.

Ao absorver as demandas dos trabalhadores, o capital, com a mediação política do Estado, consegue tratar a questão da educação como um projeto que também é seu e do empresariado. E mais: amplia a discussão para a sociedade civil, como forma de comprometer todos os segmentos presentes na sociedade, numa tentativa de mostrar a esta que o projeto de educação é de responsabilidade de todos, nesse momento de crise e desemprego (AMARAL, 2005, p. 237).

Aos poucos, a reorganização do capitalismo brasileiro foi se efetivando mediante diferentes estratégias, utilizando-se de variados métodos de reprodução, genericamente mediante o estabelecimento de parcerias do Estado com o setor privado, com as Instituições ‘sem fins lucrativos’ do ramo da qualificação profissional. Entende-se que as ações do PlanTeQ/PR por si só são insuficientes e ineficazes para promover uma redução significativa das desigualdades sociais em nível local, regional e estadual. A intensificação da concorrência capitalista tem provocado uma concentração e centralização de poder econômico nas mãos das grandes empresas, de grupos econômicos que detêm o poder de empregar ou desempregar trabalhadores em determinados setores ou região. Essas questões vão muito além do discurso da qualificação utilizado como justificativa ao problema do desemprego.

Acompanhemos na **Tabela 17** uma sistematização dos cursos de qualificação profissional mais oferecidos e o número de concluintes, conforme 7 executoras atuantes no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná, no período de 2004 a 2010. Em 1º lugar, os cursos de operador de máquina de costura industrial e de confecções, mecânica de máquina de costura, corte e costura, designer de moda e modelagem, apresentaram o maior número de cursistas concluintes equivalente a 10.125; os cursos de cozinha, confeitaria, culinária e panificação, foram responsáveis pela qualificação de 2.255 trabalhadores; 1.933 vendedores; 1.233 serviços administrativos e financeiros; 976 entre recepcionista de hotel, camareiro(a), porteiro e zelador(a), totalizando 21.248 concluintes, equivalente a mais de 60% dos trabalhadores participantes dos cursos oferecidos no referido período. Esses dados evidenciam a intervenção pontual do Estado nos setores que encontravam-se em expansão e demandavam mão de obra qualificada, principalmente no setor têxtil e confecções. O Estado configura-se como um ator e, em torno dele, vários segmentos sociais buscam ser representados, contemplados, evidenciando assim, um campo de disputas entre os atores sociais.

TABELA 17 – PRINCIPAIS CURSOS EXECUTADOS NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO E TRABALHADORES CONCLUÍNTES NO PERÍODO DE 2004 A 2010

EXECUTORAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
SENAC								
Serviços administrativos e financeiros	177	274	427	140	43	38	134	1.233
Cozinha/confeitaria/culinária/panificação	526	623	510	352	112	18	114	2.255
Recepcionista de hotel, camareiro(a) porteiro, zelador(a)	464	330	107	21	22	22	10	976
Vendedor(a)	250	442	570	377		119	175	1.933
SENAI								
Operador de máquina de costura industrial	877	1.995	145	388	36	128		3.569
Corte e costura Designer de moda e modelagem	175	592	12	154	64	23	214	1.234
SENAT								
Cond. de veículos de transporte de produtos perigosos	975	890	635	672	68	51	93	3.384
Condutor de veículos de transporte coletivo	233	171	216	119	50	25		814
FUNTEL								
Operador de máquina de costura industrial. Corte e costura. Designer de moda e modelagem	1.552	287	464	774	151	322	73	3.623
Associação Geração e Talentos								
Operador de máquina costura industrial modelagem e mecânica	24	41	64	134		41		304
Produção e transformação do pescado e curtimento da pele do peixe e mecânica de barco	138	130	175	71	14			528
ADESOBRAS								
Formação em economia solidária e do vestuário								
Gestão de empreendimentos				189	223			412
Operador de máquina de costura industrial				79	320			399
Fundação Cândido Garcia								
Operador de máquina de costura industrial Modelagem e mecânica de máq. de costura industrial		28	526	30				584

Fonte: SETP/PlanTeQ, 2004 a 2010.

Segundo Camara; Souza; Oliveira (2006), o polo têxtil de confecção do Estado do Paraná engloba os municípios de Londrina, Maringá, Cianorte e Apucarana. Essa região é o segundo maior polo industrial têxtil e de confecção do Brasil, produzindo cerca de 150 milhões de peças ao ano, do total de 600 milhões da produção nacional.

Em 2005, o setor de confecção de Maringá gerou um faturamento de R\$ 224 milhões, representando 6% do faturamento da atividade industrial do município (IPARDES, 2005). Cerca de 580 estabelecimentos no setor têxtil empregavam aproximadamente 7.750 empregados. Juntos, Maringá e Cianorte são os dois grandes Polos de Confecção do Paraná. Esse setor era o segundo maior empregador de mão de obra do Paraná e empregava cerca de 30 mil trabalhadores industriais de um número de 83 mil trabalhadores do segmento em todo Estado (CENSO, 2006).

Nagamoto (2011, p. 77) afirma que, a distribuição por porte das 1.750 empresas do Arranjo Produtivo Local de confecção de Cianorte/Maringá, era formada por microempresas, com 0 a 19 empregados, 55%; Pequenas, com 20 a 99 empregados, 35%; Médias, com 100 a 499 empregados, 8% e; Grandes, apenas 2%. Essas empresas geravam 60 mil empregos diretos e 90 mil indiretos na região, dos quais 90% da mão de obra empregada trabalha na área operacional. Na região de Maringá, as indústrias de vestuário empregavam 26,5 mil

trabalhadores. Na região de Cianorte, são mais de 40 mil empregos diretos. A produção estimada é de 60 milhões de peças de confecção por ano (IPARDES, 2009).

Nagamatsu (2011, p. 87) buscou conhecer as principais estratégias conjuntas empregadas pelas empresas participantes dos Arranjos Produtivos Locais do polo têxtil de confecção do Paraná. Conforme a autora, a região de Londrina conta com 654 empresas de confecções. Destas, 50% são microempresas, com 0 a 19 empregados; 30% são pequenas, com 20 a 99 empregados; 10% são médias, com 100 a 499 empregados e; somente 10% são grandes empresas. A região de Londrina disponibiliza 14.500 empregos diretos, 6,27% da PEA do município, dos quais 80% da mão de obra trabalham na área operacional e 20% em área administrativa.

No que se refere ao foco desta tese, conclui-se que, a maioria dos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo PlanTeQ/PR estavam relacionados à expansão do polo têxtil e de confecções na região norte-noroeste do Estado do Paraná e outros municípios. Nossa análise indica que, a maioria dos cursos oferecidos pelo SENAI, FUNTEL, ADESOBRAS, Fundação Cândido Garcia, Associação Geração e Talentos, contemplavam os municípios de Londrina, Maringá, Cianorte e Apucarana, qualificando trabalhadores para atender às necessidades desse mercado em expansão, especificamente no Estado do Paraná, configurando-se o segundo maior polo industrial têxtil e de confecção do Brasil. Havia, portanto, uma correlação entre os cursos e as vagas de emprego oferecidas e ocupadas. Por outro lado, os cursos mais procurados e frequentados estavam relacionados ao setor industrial, comércio e serviços, conforme o crescimento do número de empregos, nas últimas duas décadas, no Brasil. Neste sentido, a oferta de cursos direcionados ao setor de comércio e serviços também estavam relacionados ao crescimento do número de empregos no período analisado, aos setores que estavam em expansão, em vários municípios paranaenses.

No período de 2004 a 2007, o mercado de trabalho paranaense demandou a maior qualificação de trabalhadores para esses setores em expansão. Portanto, as ações do Estado, no campo da qualificação profissional, desenvolvidas via PlanTeQ/PR, serviram como alternativas ao problema do desemprego.

A partir de 2007 houve uma redefinição da atuação do Estado brasileiro em relação a sua maior ou menor intervenção no mercado de trabalho, particularmente no que se refere à qualificação profissional. O Estado enquanto ator interventor levou em consideração a gradativa redução da informalidade e maior regulamentação das relações Capital Trabalho no Brasil, as estratégias de diversos segmentos sociais, o que repercutiu na redefinição dos investimentos realizados na qualificação dos trabalhadores via PlanTeQ, no Estado do Paraná.

Entre os vários segmentos sociais que participaram das ações de qualificação profissional desenvolvidas via Sistema Público de Emprego, no Estado do Paraná, destacamos a participação efetiva do programa economia solidária. Esse segmento social pode ser considerado o mais importante devido o número de trabalhadores associados, participantes dos cursos oferecidos, das ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR.

O Sistema Público de Emprego ao invocar a participação social para encontrar saídas para o problema do desemprego, envolvendo vários atores sociais se configura num espaço de disputas. No entanto, os antagonismos de classe continuam latentes nas relações Capital Trabalho, possibilitando a construção de outros projetos alternativos e contra-hegemônicos da classe trabalhadora. A possibilidade de emancipação dos trabalhadores no sentido de se tornarem sujeitos no processo de trabalho não se tornou efetiva, porque os cursos oferecidos estavam direcionados principalmente ao treinamento para o trabalho, ao exercício de tarefas rotineiras, repetitivas, manuais, instrumentais, para atender às demandas específicas do mercado de trabalho local, regional, nacional e global. Os cursos oferecidos contemplavam os movimentos conjunturais determinados pela esfera econômica e, principalmente às necessidades e exigências dos empregadores, ou seja, foram orientados pelas perspectivas do mercado e estavam voltados para atender os interesses pontuais da produção capitalista.

Algumas ressalvas sobre os cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná precisam ser realizadas, principalmente no que se refere à capacidade de emancipação dos trabalhadores. Conforme os cursos oferecidos, o saber apropriado pelos trabalhadores não foi capaz de comprometer as bases de sustentação dos interesses do capital, as estruturas e supraestruturas sociais, os interesses da classe hegemônica. Por outro lado, os trabalhadores não tiveram a oportunidade de participarem ativamente da elaboração dos conteúdos de sua formação.

As Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, não foram capazes de promover mudanças significativas na estrutura social e econômica. Em outros termos, o Estado aparece como mediador de interesses divergentes entre trabalhadores e empregadores, promotor das reformas necessárias ao capital. A redução do número de executoras revela a hegemonia dos interesses de algumas no ramo da qualificação profissional, evitando abordagens temáticas que não interessam ao capital. A qualificação dos trabalhadores desvinculada dos processos históricos da classe trabalhadora foi transformada numa mercadoria, onde o que é importante de fato é o valor de troca que atende aos interesses do capital, às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas em nível local, regional e global. Portanto, a execução dos cursos não resultou de uma

mobilização coletiva em defesa dos interesses da classe trabalhadora, num enfrentamento à ofensiva capitalista.

Ao atender às novas necessidades de acumulação capitalista, os cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego não objetivaram a independência da classe trabalhadora e sim procuraram adequá-las às necessidades que o mercado requer. Os cursos oferecidos foram apresentados aos trabalhadores e a sociedade como caminhos pragmáticos de acesso e manutenção do indivíduo no mercado de trabalho.

As propostas norteadoras das PPE foram apresentadas aos trabalhadores com uma clara pretensão de reformar o capitalismo brasileiro, pressupondo que a inserção social só seria possível mediante a capacidade dos trabalhadores poderem aferir Trabalho, Emprego e Renda. Os participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos via PlanTeQ/PR foram levados a acreditar que, somente essa iniciativa possibilitaria uma mobilidade social no interior do capitalismo brasileiro e só poderia acontecer mediante o trabalho. Acompanhemos a seguir a análise do perfil dos cursistas participantes dos cursos de qualificação profissional, conforme os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional, no período de 2004 a 2010.

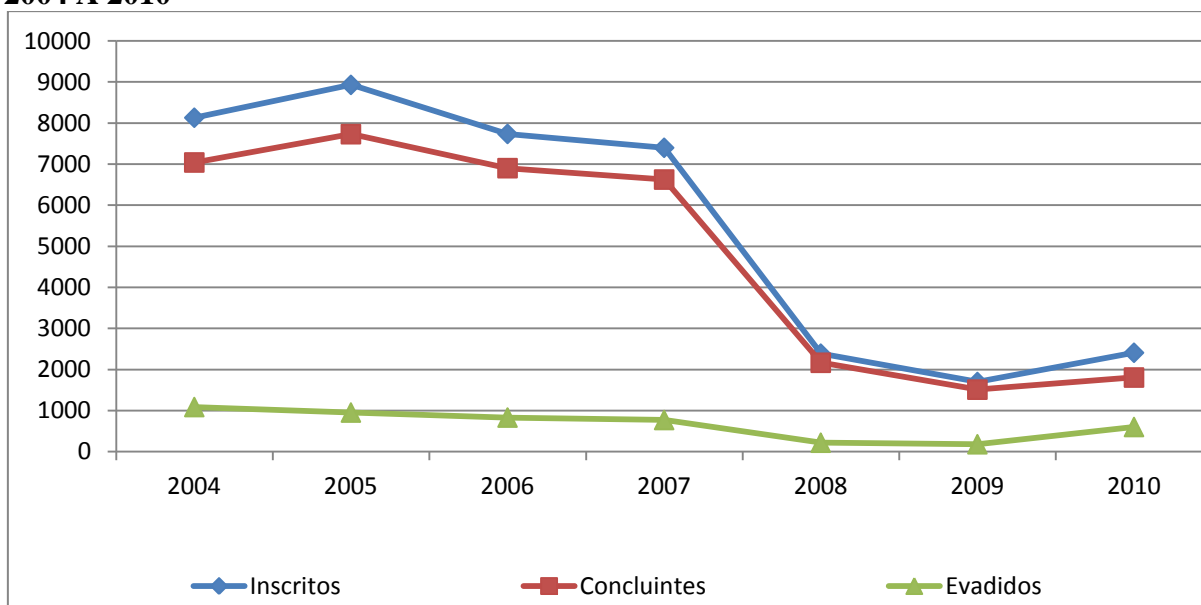
Apresentamos no decorrer deste capítulo, uma análise sobre o papel das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego, as ações da Coordenadoria de Qualificação Profissional e do PlanTeQ/PR, conforme o público alvo, o número de cursistas inscritos e concluintes. No ano de 2009, especificamente, realizamos uma análise sobre o número de cursistas inscritos, concluintes, encaminhados ao mercado de trabalho e sem encaminhamento e o número de cursistas alocados e não alocados. Em seguida, analisamos os cursos oferecidos pelas principais executoras parceiras das ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego no Paraná, no período de 2004 a 2010. É importante ressaltar que, apesar de utilizarmos como critério metodológico as executoras e os cursos por elas oferecidos, nossa pretensão não foi supervalorizá-las, mas considerar sua atuação enquanto parceiras das Políticas Públicas de Emprego desenvolvidas no âmbito do PlanTeQ, no Estado do Paraná.

E por fim, apresentamos a seguir o perfil dos trabalhadores que participaram dos cursos oferecidos durante a trajetória do PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, mediante consulta aos dados disponibilizados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional.

3.6 Perfil dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010.

Apesar do discurso da qualificação ser utilizado como uma justificativa ao problema do desemprego, pode-se aferir que houve um enfraquecimento desse discurso, principalmente nos últimos anos do período analisado. A redução significativa do número de trabalhadores inscritos e concluintes dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de emprego ocorreu a partir de 2007, no 2º mandato do governo Lula, devido avaliação realizada do período anterior, de 2004 a 2007 e o desenvolvimento de outros programas sociais, conforme a análise realizada no **Cap. 2**.

GRÁFICO 11 – TRABALHADORES INSCRITOS, CONCLUINTES E EVADIDOS 2004 A 2010



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

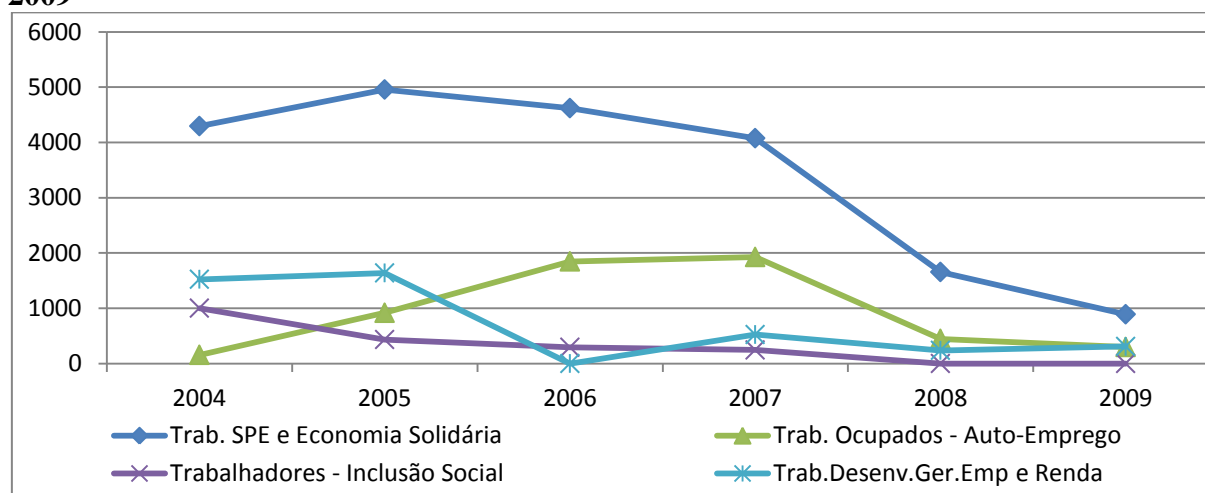
A análise sobre o ano de 2007 é significativa em vários aspectos, não só em relação à redução dos investimentos realizados e, conseqüentemente dos cursos oferecidos e do número de cursistas concluintes. Houve uma interligação ainda maior das ações PlanTeQ/PR com outros programas sociais, principalmente as obras da criação do PAC 1 e 2 e a elaboração do Plano Plurianual 2008 a 2011. Além desse maior dinamismo das PPE e da economia brasileira, abriram-se também brechas para a participação de outras executoras e aos novos cursos com caráter mais transformativo e menos técnicos, em alguns casos.

O **Gráfico 11** apresenta o número de trabalhadores inscritos, concluintes e evadidos nos cursos de qualificação profissional oferecidos no SPE no período de 2004 a 2010.

Percebe-se que houve uma elevação do número de trabalhadores inscritos e concluintes de 2004 para 2005 e uma redução significativa do número de inscritos e concluintes a partir de 2005 a 2009 e, principalmente de 2007 para 2008. Essa redução pode ser relacionada à criação do PAC 1 e PAC 2, à elaboração do Plano Plurianual de 2008 a 2011 e outros programas sociais, conforme análise realizada no **Cap. 2**. Esses programas sociais adotados foram significativos para alavancar o crescimento da economia brasileira e promover o crescimento do número de empregos formais, contribuindo assim para a redução do desemprego e da informalidade. Conforme os dados do IPARDES (2012), a redução do desemprego tem apresentado uma tendência de queda no Brasil, desde o início dos anos 2000.

O **Gráfico 12** apresenta o principal público alvo do PlanTeQ/PR no período analisado.

GRÁFICO 12 – PRINCIPAL PÚBLICO ALVO DO PEQ/PR NO PERÍODO DE 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

No período de 2004 a 2009 foram qualificados no Sistema Público de Emprego 36.081 trabalhadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Estadual. Praticamente 90% dos trabalhadores qualificados pertenciam às seguintes categorias de trabalhadores: Em 1º lugar, a maioria dos cursistas beneficiados pelos cursos de qualificação profissional no Paraná e o principal público alvo do Plano Estadual de Qualificação era composto pelos trabalhadores do programa economia solidária, participantes dos cursos de qualificação profissional, totalizando 20.499 trabalhadores, ou seja, 56,8% no referido período; Em 2º, eram trabalhadores ocupados, empreendedores, por conta própria, informais, autônomos, subcontratados, terceirizados, trabalhadores do setor de serviços e comércio, totalizando 5.596 trabalhadores, 15,5% do total dos qualificados; Em 3º, 11,7% dos

trabalhadores eram participantes do Programa de Desenvolvimento, Geração Emprego e Renda, totalizando 4.234 trabalhadores; Em 4º, 5,8% eram trabalhadores participantes dos programas de inclusão social, como por exemplo, o Bolsa Família, totalizando 1.975 trabalhadores. Portanto, houve uma associação entre os programas sociais desenvolvidos no governo Lula com o desenvolvimento das Políticas Públicas de Emprego. Os trabalhadores dos programas de inclusão social em 2004 representavam praticamente 13% do total de qualificados no SPE, em 2008 e 2009 não receberam nenhum tipo de qualificação.

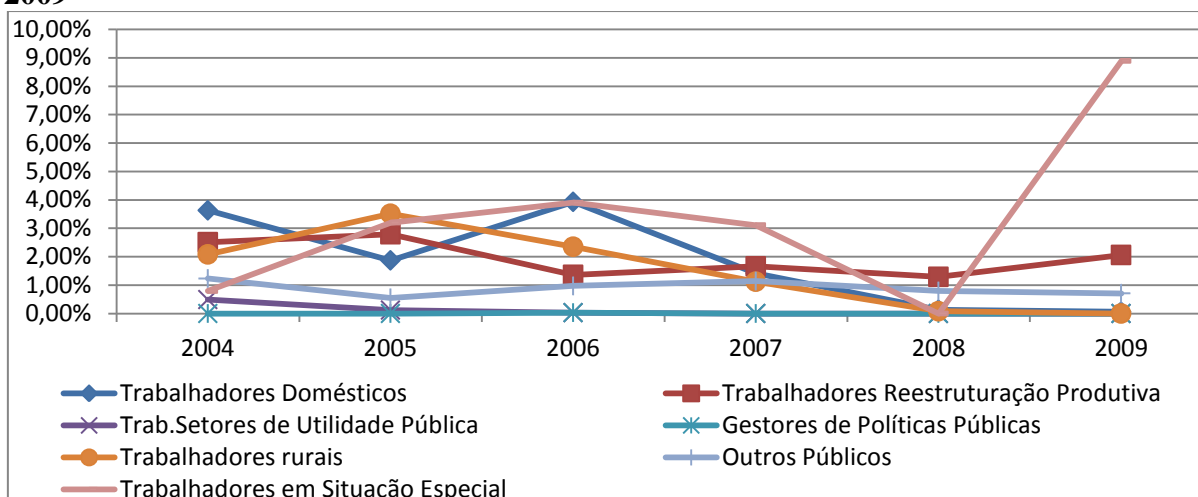
Percebe-se que houve uma redução gradativa e significativa do número de trabalhadores participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos no período de 2004 a 2009 e dos investimentos realizados na qualificação dos trabalhadores no Estado do Paraná. A linha dos trabalhadores ocupados por conta própria, pelo autoemprego e dos trabalhadores participantes dos Programas de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda praticamente se encontraram em 2009. A linha dos trabalhadores do programa economia solidária continuou sobressaindo sobre as demais, indicando a valorização e manutenção desse programa como sendo a Política Pública de Emprego mais eficiente, uma alternativa de inclusão social e geração de Trabalho, Emprego e Renda aos trabalhadores.

Os programas sociais de distribuição de renda desenvolvidos no governo Lula conseguiram atingir os bolsões de pobreza, os trabalhadores que não conseguiam acessar os benefícios sociais, não possuíam garantias mínimas de Trabalho, Emprego e Renda estabelecidas legalmente via Seguro Desemprego, acesso ao crédito, à educação, a qualificação profissional, a casa própria e outros. Esses programas sociais mesmo que pontuais e insuficientes para resolver os problemas do desemprego e das desigualdades sociais, podem ser considerados indicadores do reconhecimento da dívida social e histórica com os desempregados, os indígenas e afrodescendentes entre outros.

Além disso, o Estado vem desenvolvendo políticas de geração de Trabalho, Emprego e Renda mediante a oferta de micro crédito e incentivos fiscais visando o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras. Boa parte dos cursos oferecidos se destinava a atender o perfil desse público formado por micro e pequenos empreendedores voltados para arranjos produtivos locais, trabalhadores autônomos, associados, cooperativados e àqueles que buscam o primeiro emprego. A busca de alternativas ao problema do desemprego por parte do programa economia solidária, disputam espaço com práticas mercantilistas, capitalistas e hegemônicas. A difusão de práticas alternativas questionam a ordem estabelecida, a sociedade do espetáculo e do consumo, o processo de acumulação capitalista e centralização do capital.

O **Gráfico 13** apresenta o número de trabalhadores domésticos(as), trabalhadores da reestruturação produtiva, trabalhadores dos setores de utilidade pública, trabalhadores gestores de políticas públicas, trabalhadores rurais, trabalhadores em situação especial e outros participantes das ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2009.

GRÁFICO 13 – PÚBLICO SECUNDÁRIO DO PEQ/PR NO PERÍODO DE 2004 A 2009



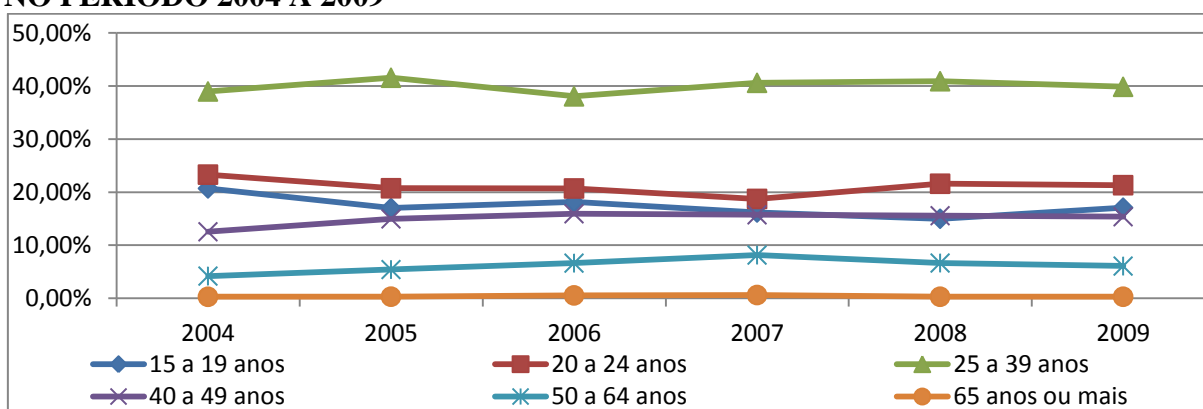
Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

O público menos contemplado com cursos, pelo PlanTeQ/PR no ano de 2004 a 2009, correspondia em média 10% dos trabalhadores qualificados a cada ano. Durante o referido período foram qualificados 747 trabalhadores rurais, 865 trabalhadores domésticos, 742 trabalhadores que sofreram os impactos da reestruturação produtiva, 1.034 trabalhadores em situação especial, 53 trabalhadores dos setores de utilidade pública, 2 gestores de políticas públicas e 336 trabalhadores faziam parte de outros públicos.

A qualificação profissional enquanto PPE também está relacionada ao cumprimento de leis nacionais elaboradas pelo MTE, às exigências realizadas pelo Estado às empresas, patrões e empregadores. Por outro lado, a qualificação oferecida pelo Estado via SPE pode estar levando muitos trabalhadores a aceitarem as condições do mercado de trabalho, suas imposições, como se elas fossem incontestáveis. A ação do Estado no campo da qualificação profissional juntamente com os programas sociais desenvolvidos no período analisado, contribuíram para acelerar o desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro em nível local e regional, dinamizando as oportunidades de obtenção de lucro, além de incentivar a exploração racional dos nichos de mercado pelas empresas, patrões e empregadores em diversos espaços econômicos.

Em relação aos trabalhadores, a qualificação foi endereçada àqueles que, de modo geral, possuem condições mínimas de inserção no mercado de trabalho e obtenção de renda. Em relação aos patrões, a qualificação oferecida pelo Estado serve como amparo legal para fazer cumprir a lei de inclusão social dos portadores de deficiência, menor aprendiz, trabalho estagiário, e outros. Ao cumprir a lei, os empregadores atendem algumas exigências do Estado e conseguem obter mão de obra qualificada sem ter que investir na qualificação desses trabalhadores. Acompanhemos a seguir a faixa etária dos trabalhadores qualificados via PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2009.

GRÁFICO 14 - FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO SPE NO PERÍODO 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

Em 1º lugar, os cursos de qualificação profissional atendiam de modo peculiar os trabalhadores que estavam em idade ativa no mercado de trabalho, chefes de família, trabalhadores autônomos que dependiam de Trabalho, Emprego e Renda. Em 2º, atendiam os interesses dos trabalhadores que lutavam para se inserir no mercado de trabalho, muitos haviam terminado o ensino médio e não tinham oportunidades de continuar os estudos, outros dependiam de uma preparação específica para um determinado setor econômico, àqueles que precisam e não tiveram a oportunidade de realizar um curso profissionalizante. A qualificação representava para esses trabalhadores uma alternativa viável para disputar as vagas existentes no mercado de trabalho. Em 3º, atendiam os interesses dos jovens que buscam o primeiro emprego. Em 4º, atendiam os trabalhadores que se encontravam na faixa etária acima dos 40 anos de idade.

Compreende-se que a qualificação profissional de curta duração por si só não é suficiente para atender as exigências das empresas que oferecem as vagas. A não aceitação de uma variedade de vagas por parte dos trabalhadores expressa o crescimento do número de empregos de baixa qualificação e remuneração, nos últimos anos.

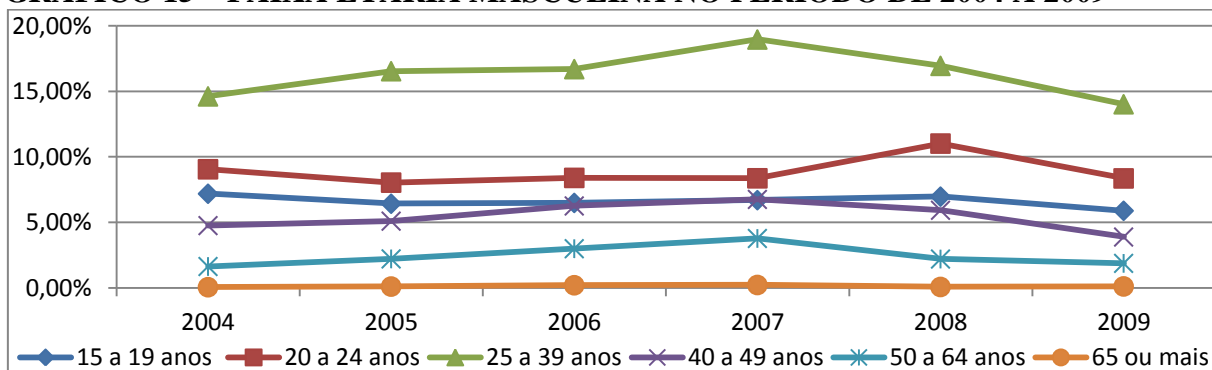
A redução dos índices de desemprego no período de 2003 a 2010, o controle da inflação, a retomada da regulamentação das relações Capital Trabalho, bem como a inflexão da informalidade, repercutiram numa redução significativa do número de trabalhadores inscritos nos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego no Paraná. Após a avaliação do PlanTeQ/PR 2004 a 2007, houve ampliação da carga horária e elevação dos investimentos realizados por cursistas.

Durante o período de 2003 a 2010, boa parte dos trabalhadores desempregados foram inseridos no mercado de trabalho formal e assalariado, conforme dados do IPARDES (2012), sobre o crescimento do número de empregos por atividade econômica no Estado do Paraná, conforme a análise realizada no **Cap. 2**. Esse crescimento do número de empregos formais assalariados estava relacionado à indústria de transformação, ao setor de comércio e serviços e outros setores em expansão. Tais estatísticas repercutiram numa redução das pressões realizadas pelos patrões e empregadores em relação às exigências de qualificação profissional dos trabalhadores e enfraquecimento da política neoliberal, predominante nos anos 1990.

Entende-se que a qualificação de curta duração é importante, mas não é suficiente para garantir a reinserção dos trabalhadores cursistas no mercado de trabalho formal e assalariado. Muitos trabalhadores permanecem no mercado informal, autônomo, por conta própria, devido estarem preocupados principalmente com a obtenção de Trabalho, Emprego e Renda. Entretanto, as ações desenvolvidas pelo Sistema Público de Emprego buscam recuperar a dignidade dos trabalhadores e a cidadania. Os jovens sonham com um projeto de inclusão no mercado de trabalho, buscam por uma qualificação, obtêm diferentes tipos de aprendizagens. Neste sentido, as ações do PlanTeQ/PR podem ser consideradas eficazes, porque os trabalhadores desempregados ou excluídos do mercado de trabalho podem sonhar com a possibilidade de obter um emprego.

Acompanhemos no **Gráfico 15 e 16** a variação da faixa etária masculina e feminina.

GRÁFICO 15 – FAIXA ETÁRIA MASCULINA NO PERÍODO DE 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

As diferenças de gênero podem ser observadas na proporção de homens e mulheres que procuram pelos cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego. Percebe-se que o número de mulheres que realizaram sua qualificação profissional no período de 2004 a 2009 foi 20,4% superior o número de homens. Os dados indicam mudanças importantes que estão ocorrendo no interior da sociedade contemporânea. O **Gráfico 15** indica que não houve variação significativa em relação à faixa etária masculina, mantendo-se praticamente estável em todas as idades, apesar de algumas variações. A faixa etária masculina entre 25 a 39 anos no período de 2004 a 2009 ficou em torno de 14%, com um pico em 2007; entre 20 e 24 anos em 9%; entre 15 e 19 anos em aproximadamente 6%; entre 40 e 49 anos em 4%; entre 50 a 64 anos em 2% e 65 anos ou mais, menos de 1%.

Os dados indicam uma predominância da busca pelos cursos de qualificação profissional por parte das mulheres, no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. Esse predomínio também está relacionado ao crescimento de empregos ocupados por mulheres nos últimos anos, cujo trabalho é mais precário e de menores salários. A maior parte do trabalho feminino no Brasil não é registrado em Carteira de Trabalho. Assim, de modo geral, não possuem direitos trabalhistas e poucas contribuem de maneira autônoma para a previdência e não possuem acesso aos benefícios da previdência. Por outro lado, o crescimento do emprego feminino indica uma maior elevação do poder aquisitivo das famílias de classe média e alta.

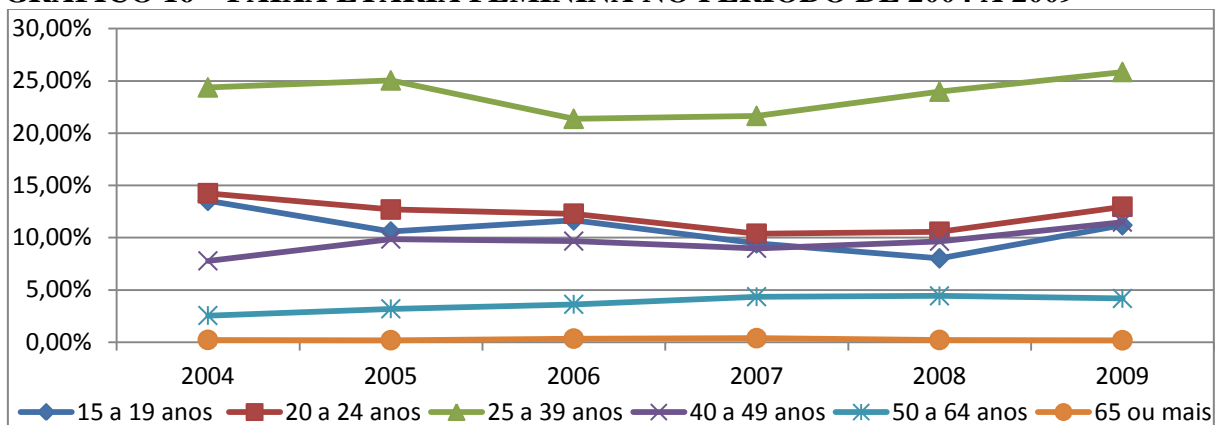
Do conjunto dos trabalhadores que desenvolvem atividades no interior das unidades familiares, 70,7% exercem na condição de mensalistas e 29,3%, na condição de horistas. O total de ocupados em unidades familiares responde por 12,6% do total das ocupações urbanas, embora absorva somente 4,6% do total do rendimento do trabalho do país (POCHMANN, 2012, p. 61).

Assim, como as mulheres são maioria nessas funções, explica-se parcialmente a baixa remuneração, em relação à dos homens.

No ano de 2009, menos de 13% dos trabalhadores domésticos tinham até 24 anos de idade, ao passo que, em 1970, eram quase 61%. Em compensação, aumentou a presença da faixa etária de 25 a 44 anos, que já compreende a maioria dos postos de trabalho domésticos, pois passou de 29,1%, em 1970, para 55,8%, em 2009 (POCHMANN, 2012, p. 63).

O maior número de mulheres participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego está relacionado ao crescimento do emprego doméstico, a geração de postos de trabalho no setor de comércio e serviços para essa categoria, ao crescimento de empregos de até 1,5 salário mínimo no Brasil, nos últimos anos.

Os dados do **Gráfico 16**, a seguir, indicam também a elevação da faixa etária do emprego doméstico.

GRÁFICO 16 – FAIXA ETÁRIA FEMININA NO PERÍODO DE 2004 A 2009

Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

O **Gráfico 16** indica que a média dos trabalhadores do gênero feminino que realizaram algum curso de qualificação profissional no período de 2004 a 2009 era de 60,2% e do gênero masculino 39,8%. Houve uma variação de 20,4% do gênero feminino em relação ao gênero masculino. A faixa etária das mulheres também era maior que a faixa dos homens. No ano de 2009 houve praticamente uma equiparação entre a faixa etária entre 15 a 24 anos e 40 a 49 anos. Houve uma procura menor pelos cursos de qualificação profissional na faixa etária de 15 a 19 anos, caindo de 13,5% em 2004 para 8% em 2008.

A média da faixa etária feminina entre 25 a 39 anos no período de 2004 a 2009 ficou em torno de 24%, ou seja, 10% superior à masculina, entre 20 e 24 anos em 12%, 3% superior à masculina, entre 15 e 19 anos em 10,7%, 4% superior à masculina. Entre 40 e 49 anos a média da faixa etária feminina subiu de 7,8% para 11,5% e de 50 a 64 anos passou de 2,5% para 4,2%. A faixa etária de 65 anos ou mais se manteve estável.

Atualmente, as mulheres fazem parte da maioria dos alunos que frequentam o ensino médio e superior, tanto na rede estadual de educação quanto na rede privada, protelando assim sua inserção no mercado de trabalho. Em longo prazo poderá haver uma inversão da renda salarial das mulheres em relação aos homens, chegando a uma equiparação. Hoje apesar das mulheres possuírem escolaridade igual a dos homens, percebem de modo geral salários menores.

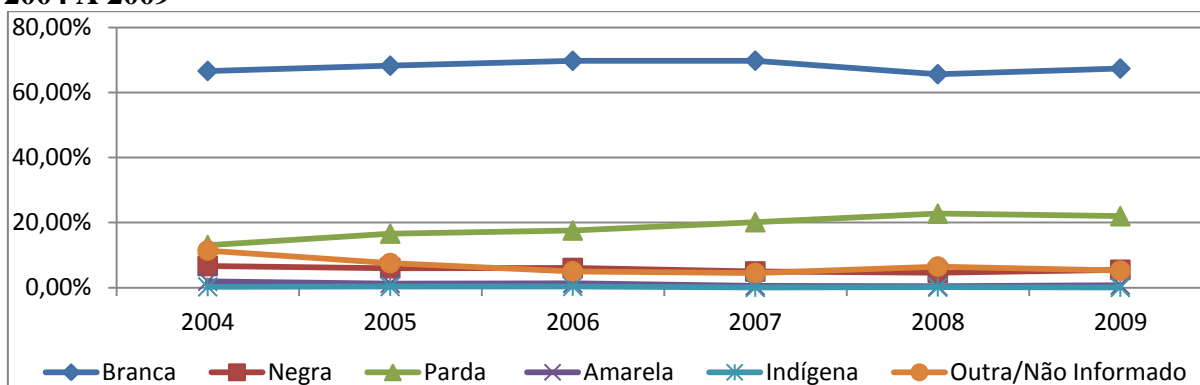
A maior inserção dos jovens no mercado de trabalho formal ou informal é outro indicativo importante para ser observado. Os empregadores de modo geral estão optando pelo trabalho de jovens muito mais do que o trabalho dos adultos, devido aos jovens apresentarem maior disposição para o trabalho e poderem receber salários menores, se comparado ao salário percebido pelos trabalhadores que são chefes de família e dependem de maior salário e renda. Diante da elevação da expectativa de vida dos brasileiros, uma iniciativa viável por parte do

Estado, em relação ao problema do desemprego, seria protelar o ingresso de jovens no mercado de trabalho ao invés de incentivá-los à obtenção de trabalho precário, subcontratado, aos contratos superterceirizados, flexível, instável, por tempo determinado, temporário, e outros. Os trabalhadores que possuem maior faixa etária geralmente possuem maior experiência profissional, mas nem sempre atuam na área de maior qualificação. Por outro lado, o tempo de experiência por si só, não é um indicativo de manutenção no emprego. Demitir trabalhadores que atuam mais tempo na empresa e contratar trabalhadores mais jovens, tornou-se uma prática constante dos empregadores. Tal prática implica na redução dos custos do trabalho e consequentemente na obtenção de maiores lucros das empresas, dos patrões e empregadores.

Os trabalhadores mais jovens não possuem uma trajetória de luta sindical por melhores salários e condições de trabalho. Os jovens tendem a atuar individualmente no mercado de trabalho, disputando as melhores vagas e os empregos que lhes restam. A elevação da faixa etária dos jovens entre 15 e 19 que procuram pelos cursos de qualificação para ingressarem no mercado de trabalho e os trabalhadores acima dos 40 anos de idade que lutam para não serem excluídos do mercado de trabalho, indicam a alta rotatividade existente no mercado de trabalho, a prática de demitir e contratar, adotadas por empresas e empregadores.

O **Gráfico 17** a seguir refere-se a cor dos cursistas participantes do PlanTeQ/PR. Conforme o Censo Demográfico (2010), o Brasil não é um país de população majoritariamente branca, pois 96.795.294 pessoas se declararam ‘pretas’ ou ‘pardas’, totalizando 50,74% do total, ao passo que 91.051.646 se disseram ‘brancas’, 47,7%. A contagem apontou também 2.084.288 ‘amarelos’, entre eles chineses, japoneses, coreanos e outros, equivalente a 1% e uma população indígena de 817.963 pessoas, equivalente a 0,43%.

GRÁFICO 17 – COR DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO PERÍODO DE 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

A maioria dos trabalhadores que realizaram algum curso de qualificação no período de 2004 a 2009 declararam ser de cor branca, uma média de 65% a 70% no referido período. Entre 2004 e 2009 houve uma elevação dos trabalhadores de cor parda de 13% para 21%. O número dos cursistas que declararam ser de cor negra, outra cor ou não informaram, igualou-se em 2009, em torno de 5%. O número dos cursistas que declararam ser de cor amarela e indígena, juntos não atingiram a média de 1% no referido período. Ao comparar os dados do perfil dos cursistas dos cursos executados no Sistema Público de Emprego com os dados do Censo Demográfico de 2010, percebe-se que houve diferenças significativas entre os trabalhadores contemplados pelos cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego que declararam ser da cor branca e não branca.

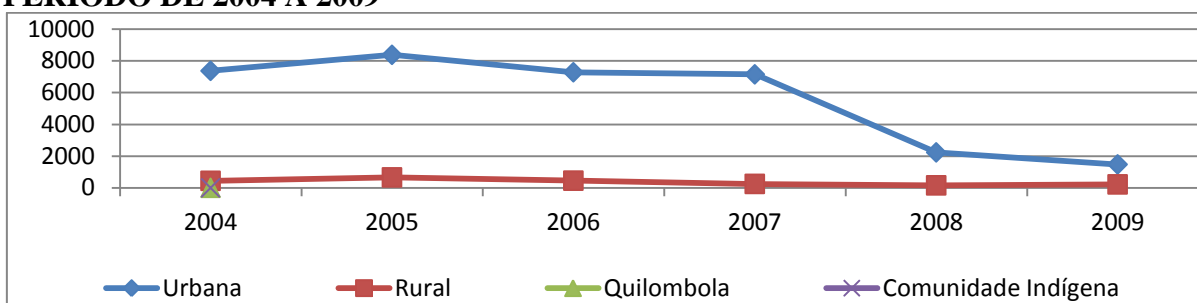
O baixo índice de trabalhadores de cor negra, parda, amarela, indígena ou outra, reflete a trajetória do processo de exclusão social existente no Brasil. Os dados reforçam a tese de que as Políticas Públicas de Emprego adotadas no Estado do Paraná, nas últimas duas décadas, revelam as maiores dificuldades e os maiores obstáculos do PlanTeQ/PR em atender de fato os trabalhadores de cor negra, parda, amarela, indígena e outras. No entanto, a qualificação profissional é mais eficaz para os trabalhadores que declararam ser de cor branca, ou seja, aqueles que possuem maior escolaridade e obtêm renda.

O trabalho autônomo vem sendo exercido pela população não branca. Até o fim da década de 1990, o contingente numérico dos trabalhadores brancos era levemente superior dentro do total das ocupações autônomas. No ano de 2009, porém, os ocupados não brancos representavam quase 55% do total do trabalho autônomo no país (POCHMANN, 2012, p. 81).

Os dados revelam a situação da exclusão social no Brasil, inclusive aquela existente no interior dos programas de inclusão social. A qualificação profissional mesmo sendo considerada uma PPE pontual, não consegue atingir de fato os trabalhadores que se encontram numa relação desigual frente à rede de proteção social existente no Brasil. Entende-se que houve vários avanços na área social no Brasil, principalmente nos últimos anos, mas falta avançarmos ainda mais, no sentido de buscarmos reduzir as desigualdades em relação à obtenção Trabalho, Emprego e Renda, aos salários percebidos e a proteção social existente.

Os dados apresentados no **Cap. 2** indicam uma retomada da mobilidade social, principalmente na base da pirâmide social brasileira que pode ser observada mediante a redução da miséria e do número de trabalhadores que se encontravam na linha da pobreza e da redução dos índices de desemprego no período analisado.

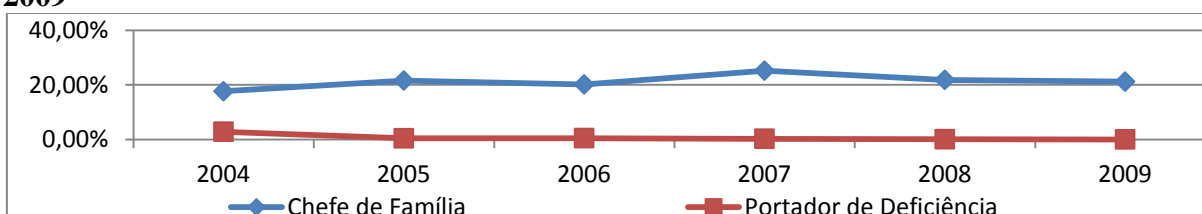
GRÁFICO 18 – LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO PERÍODO DE 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

O **Gráfico 18** indica que a localização ou os grupos da maioria dos trabalhadores qualificados no período de 2004 a 2009 eram da área urbana. A maior parte dos cursos de qualificação profissional oferecidos no referido período foram implantados nos municípios paranaenses com maior número de habitantes. Nas cidades onde houve maior migração, nas regiões que apresentavam maior crescimento econômico, nas áreas de crescimento industrial e econômico, nos grandes centros urbanos, direcionados principalmente aos trabalhadores da área industrial, comércio e serviços onde haviam maiores exigências de qualificação por parte dos empregadores. Houve uma pequena elevação dos trabalhadores da área rural que realizaram algum curso de qualificação profissional, aumentando de 5,7% em 2004 para 13% em 2009 mediante a formação de cooperativas, a criação de micro empresas e pequenos negócios na área rural. Esses trabalhadores foram subsidiados também por outros programas sociais desenvolvidos durante o 1º e 2º mandatos do governo Lula, por exemplo, o programa Luz para Todos, o Banco da Terra, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Bolsa Escola, e outros, além disso, podemos considerar as ações desenvolvidas pelo programa economia solidária como sendo importantes alternativas na busca de soluções ao problema do desemprego.

GRÁFICO 19 – PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E CHEFES DE FAMÍLIA. 2004 A 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

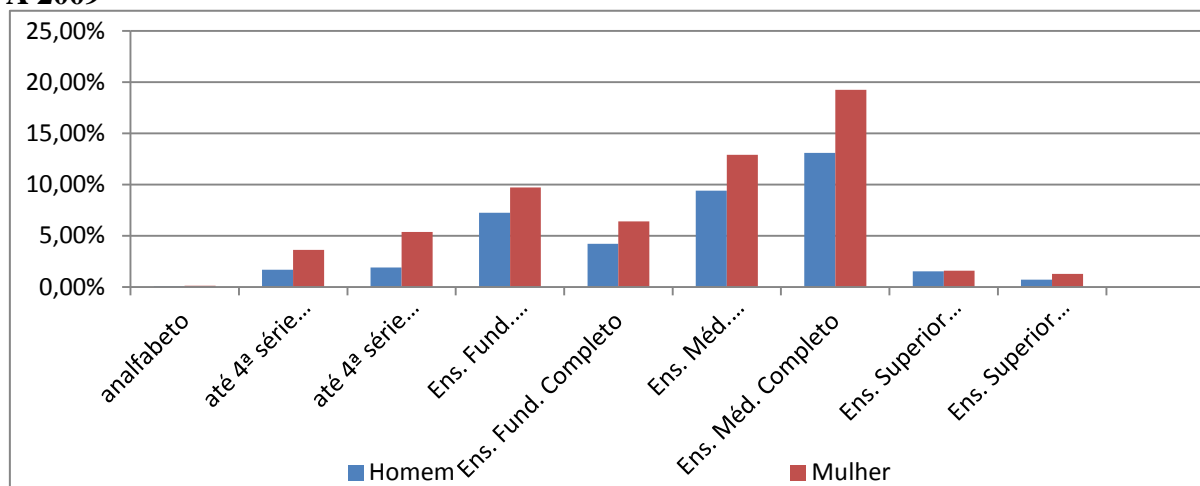
A média dos trabalhadores portadores de deficiência que participaram de algum curso de qualificação profissional no SPE não chegou a 1% no referido período, revelando-se

extremamente baixa em relação às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência no Estado do Paraná. A porcentagem dos trabalhadores chefes de família que realizaram algum curso de qualificação profissional no SPE manteve-se entre 20% e 25%.

Segundo IBGE (2010), o Brasil conta com 24 milhões de pessoas com deficiência. As políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, tendo por base o discurso humanista e humanizador, também contribuem com o processo de expansão e acumulação capitalista, à medida que pretendem inserir essas pessoas no mercado como consumidoras. A legislação estabeleceu a obrigatoriedade das empresas com 100 ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência. A reserva legal de cargos é também conhecida como Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91). A cota depende do número geral de empregados que a empresa tem no seu quadro, na seguinte proporção, conforme estabelece o art. 93 da Lei nº 8.213/91: De 100 a 200 empregados 2%; De 201 a 500, 3%; 501 a 1.000, 4% e de 1.001 em diante, 5%. Essa lei não foi ainda capaz de resolver os problemas relacionados à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No entanto, ela representou um avanço significativo quanto à abertura de oportunidades de trabalho, embora algumas vezes não se concretizem. A qualificação profissional oferecida via PlanTeQ/PR juntamente com a obrigatoriedade da Lei de Cotas tem contribuído para a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Conforme Radzinski (2007), existem vagas de emprego no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná que são oferecidas exclusivamente para esses trabalhadores via o programa de intermediação de mão de obra.

Acompanhemos a apresentação da escolaridade média dos cursistas participantes das ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR no período de 2004 a 2009.

GRÁFICO 20 – ESCOLARIDADE MÉDIA DOS CURSISTAS NO PERÍODO DE 2004 A 2009



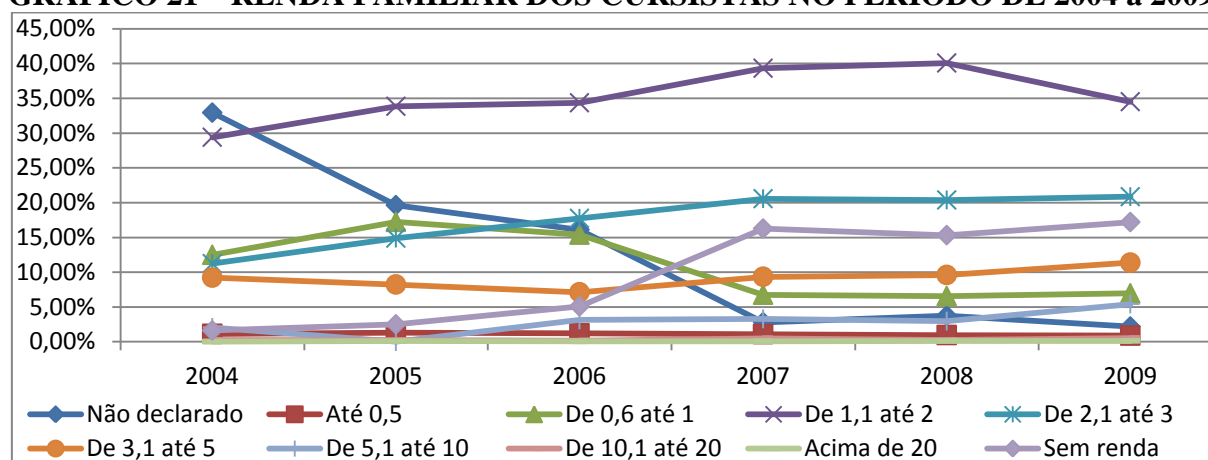
Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

O **Gráfico 20** apresenta a média da escolaridade dos cursistas participantes dos cursos de qualificação profissional oferecidos no SPE no Paraná no período de 2004 a 2009. Percebe-se que a escolaridade das mulheres em média era 20% superior à escolaridade dos homens. Essa disparidade só se iguala em relação ao ensino superior incompleto e se diferencia ao término do Ensino Superior Completo, de 0,7% para 1,3%. Atualmente, as mulheres possuem maior escolaridade que os homens apesar de perceberem salários menores, se comparado à média salarial percebida pelos homens. No entanto, os dados apresentam a interrupção dos estudos da maior parte da população no Estado do Paraná ao término do ensino médio e revelam uma perspectiva nacional. Essa parcela da população brasileira percebe de modo geral até 3 salários mínimos.

No que se refere a escolaridade dos cursistas em 1999 e 2009, percebe-se que depois de uma década, o grau de escolaridade dos trabalhadores qualificados no SPE diminuiu em 9,5% até a 4ª série completa e aumentou em 16,4% no ensino fundamental incompleto até o ensino médio completo.

O **Gráfico 21** apresenta a renda familiar dos cursistas inscritos no SPE 2004 a 2009.

GRÁFICO 21 – RENDA FAMILIAR DOS CURSISTAS NO PERÍODO DE 2004 a 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

O **Gráfico 21** demonstra que um número maior de trabalhadores passou a declarar sua renda. No ano de 2004, 33% dos trabalhadores não revelavam sua renda. Eram trabalhadores que não possuíam renda ou provavelmente a renda obtida era baixa e insuficiente para manter a si e sua família. A elevação do poder aquisitivo do salário mínimo no governo Lula elevou a renda dos trabalhadores que percebiam menos de 3 salários mínimos e, principalmente daqueles que viviam no nível de pobreza e próximos da margem da miséria. Além da elevação de renda houve também uma elevação da autoestima desses

trabalhadores, conseqüente do aquecimento do mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI. Esse percentual de trabalhadores que não declaravam sua renda em 2004 caiu para 2% em 2009.

A reposição gradativa e valorização do salário mínimo enquanto política pública passou a ser considerada a política mais eficiente e viável de elevação de renda no governo Lula. Apesar da luta dos sindicatos e dos trabalhadores de várias categorias, a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas não foi efetivada devido encontrar forte resistência no meio empresarial, principalmente por parte dos patrões, empresários e empregadores. A redução da jornada de trabalho como alternativa ao desemprego seria uma alternativa muito mais eficaz de inserção no mercado de trabalho do que a mera qualificação profissional dos trabalhadores.

A qualificação profissional de curta duração não se constitui como uma PPE efetiva de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. No entanto, as ações de qualificação profissional via PlanTeQ/PR, ao serem descentralizadas, integradas e associadas aos programas de governo e às demais políticas sociais, impactaram na redução dos índices de desemprego e inflexão da informalidade.

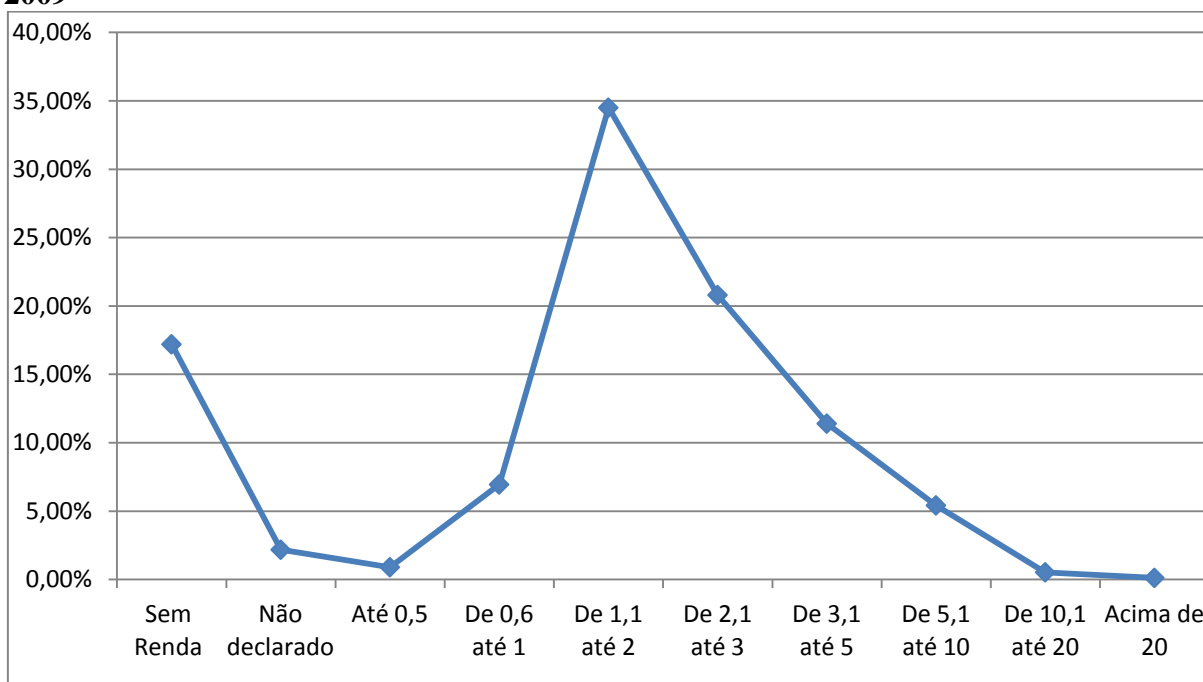
Segundo o IBGE (2012), os trabalhadores que percebiam de 1,1 até 3 salários mínimos tiveram elevação de renda. O total dos trabalhadores que percebiam em 2004 de 1,1 até 2 salários mínimos, subiu de 29% para 35% em 2009, e aqueles que percebiam de 2,1 até 3 salários mínimos subiu de 11% para 21%. Aqueles que percebiam de 3,1 até 5 salários mínimos, tiveram uma ligeira queda de 2004 para 2006, elevando sua renda de 2006 a 2009. Houve inicialmente uma elevação daqueles que percebiam de 0,6 até um salário mínimo, seguindo uma queda de 2005 a 2007, mantendo-se estável de 2007 a 2009.

Pode-se aferir que 50% dos trabalhadores conseguiram melhorar sua renda. No entanto, outros 50% deixaram de obter trabalho e renda. A porcentagem de trabalhadores sem renda que em 2004 era de 1,6%, chegou a 17% dos trabalhadores qualificados no SPE em 2009. A inserção social via qualificação profissional fez com que uns conseguissem melhorar suas condições de trabalho e obter maior renda enquanto outros não tiveram as mesmas oportunidades. Portanto, a qualificação é mais eficaz para aqueles que já conseguem aferir alguma renda e menos eficaz para os desempregados, trabalhadores sem ocupação, ou seja, aqueles que não conseguem aferir renda alguma. Os trabalhadores desempregados, sem renda e sem ocupação que deveria ser o principal alvo da Política Pública de Emprego, acabam sofrendo ainda mais com a intensificação da concorrência de mão de obra qualificada excedente no mercado de trabalho.

Percebe-se que não houve melhora para aqueles trabalhadores que percebem até meio salário mínimo. A qualificação profissional se revela ineficaz e ineficiente, principalmente aos trabalhadores desempregados, sem ocupação e de baixa renda. Aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho e possuem uma trajetória de trabalho e renda, mesmo que baixa, conseguem melhorá-la gradativamente, mas não de maneira significativa. Portanto, as Políticas Públicas de Emprego adotadas no Estado do Paraná nos últimos anos não foram capazes de alterar as estruturas sociais vigentes que fomentam as desigualdades sociais e as diferenças de renda e salários.

O **Gráfico 22** apresenta a renda dos cursistas inscritos nos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná em 2009. A renda familiar em salário mínimo dos cursistas qualificados pelo SPE em 2009 apresentava as seguintes características: 35% percebiam até 2 salários mínimos e 20% até 3.

GRÁFICO 22 – RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIO MÍNIMO) DOS CURSISTAS EM 2009



Fonte: SERT/PR-SIGAE, PEQ/PR, 2011.

Ao somar a renda de 1 a 2 salários mínimos dos trabalhadores que realizam algum tipo de qualificação no SPE, tem-se uma média de 55% do total. Percebe-se que essa média é menor se comparada à média nacional dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho que percebiam até 2 salários mínimos. O índice de 33% dos trabalhadores que não declaravam sua renda em 2004 caiu para 2% em 2009. No entanto, o índice dos trabalhadores que se declararam sem renda saltou de 1,6% para 17,2% em 2009.

Os dados indicam que um número maior de pessoas passou a obter renda, acesso ao crédito e, conseqüentemente tornaram-se potenciais consumidores ao lado de um número maior de pessoas sem renda, sem acesso ao crédito e ao consumo, revelando uma contradição social. Apesar do crescimento do número de ocupações por atividade econômica no Estado do Paraná no período analisado, as ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego via PlanTeQ/PR foram mais eficazes para os trabalhadores que já possuíam outros vínculos de inclusão social, tais como: associativismo, cooperativismo, ou seja, para aqueles que já possuíam alguma renda ou trabalho e que lutavam de várias maneiras para manter suas posições no mercado de trabalho, buscando maiores reconhecimentos, valorização no sentido de pertencimento social e menos eficazes para aqueles que eram pobres de fato, que não obtinham renda alguma e viviam na linha da pobreza ou da miséria. No entanto, a condição de obtenção de emprego e renda não pode ser vista como o único critério para avaliar a qualidade de vida do cidadão, o índice de desenvolvimento humano (IDH), o Bem-Estar Social, escolaridade, saúde, habitação, lazer, esporte e cultura são outros indicativos fundamentais e indispensáveis para avaliar a qualidade de vida do cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlnTeQ/PR ocorreram num campo de disputas entre os diferentes modelos de desenvolvimento econômico adotados nos governos FHC e Lula. Neste sentido, os resultados das ações de qualificação profissional dos trabalhadores via Sistema Público de Emprego no Brasil, particularmente no Estado do Paraná, não podem ser analisados de maneira dissociada dos programas de governo adotados em cada contexto econômico, político e cultural.

As políticas neoliberais implantadas no Brasil na década de 1990, reduziram a intervenção do Estado nas relações Capital Trabalho, afetando o Sistema Público de Emprego. Conforme a análise realizada sobre o PLANFOR, o Estado em suas ações privilegiou os interesses do capital oferecendo cursos de qualificação profissional aos trabalhadores conforme as demandas do mercado de trabalho em detrimento dos seus interesses, seus objetivos, seus ideais, suas perspectivas históricas e suas lutas.

Depois de um período de crescimento acelerado do trabalho informal no Brasil, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, houve uma retomada do crescimento econômico, do trabalho assalariado registrado em carteira, nos governos Lula. Isto se explica, em parte, devido aos incentivos às empresas ou empregadores para formalizarem contratos de trabalho, registrarem parte dos trabalhadores que outrora só conseguiam atuar na informalidade. Essa iniciativa enquanto Política Pública de Emprego se fez necessária numa perspectiva de longo prazo, no sentido de fortalecer a previdência e amparar os trabalhadores informais, autônomos, por conta própria, legalmente. Tal política foi importante para a redução dos índices de trabalho informal, irregular e instável. Por outro lado, o crescimento do trabalho assalariado e formal indica um enfraquecimento do predomínio das políticas neoliberais implantadas no Brasil, principalmente na década de 1990, conforme análise realizada no **Cap. 1**.

O foco desta tese foi o Plano Territorial de Qualificação desenvolvido no Estado do Paraná, no período de 2003 a 2010, durante o 1º e 2º mandatos do governo Lula. A descentralização das Políticas Públicas de Emprego nesse período buscou desvincular a questão da qualificação profissional do discurso da qualificação que havia se tornado hegemônico, principalmente na década de 1990, como justificativa ao problema do desemprego no Brasil.

O desenvolvimento de ações descentralizadas via PlanTeQ/PR, associadas aos programas de governo desenvolvidos em âmbito nacional repercutiram numa maior inserção

social dos trabalhadores. O crescimento econômico juntamente com o crescimento do número de empregos e consequente inflexão da informalidade se deve às políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda adotadas pelos governos Lula no período de 2003 a 2010.

Conforme o foco desta tese, o direito ao emprego e à qualificação levou a sociedade de modo geral a aceitar que os caminhos para resolver os problemas do desemprego devem ser encontrados coletivamente. A sociedade civil organizada, sindicatos, ONGs e especificamente, as instituições ‘sem fins lucrativos’ que participaram das ações de qualificação profissional oferecidas via Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná nos últimos anos, envolveram-se na busca de alternativas para resolver o problema do desemprego no sentido de promover maior inserção social dos trabalhadores no mercado de trabalho. No entanto, os resultados obtidos não contemplaram de maneira significativa os interesses dos trabalhadores que participaram dos cursos de qualificação profissional devido à baixa alocação, o perfil das vagas oferecidas no mercado de trabalho, o tipo de vagas captadas pelo sistema de intermediação de mão de obra, os salários percebidos pelos trabalhadores alocados e as condições de trabalho. O Estado, ao atender as demandas específicas do mercado de trabalho em expansão principalmente os setores têxtil e de confecções, manufatureiro, da construção civil, do comércio e serviços, reproduziu a lógica capitalista em sua fase de ‘acumulação flexível’.

No período de 1995 a 2002, durante o 1º e 2º mandatos do governo FHC, as ações desempenhadas pela qualificação profissional, desenvolvidas via Sistema Público de Emprego no Brasil, seguiam a lógica neoliberal de inserção competitiva do Brasil no mercado internacional, focalizadas nos trabalhadores excluídos ou em via de exclusão, favorecendo o capital em detrimento dos seus interesses e não atendiam aos objetivos de manutenção ou reinserção no mercado de trabalho formal.

As ações do Estado em relação às Políticas Públicas de Emprego no governo FHC configuraram-se como contraditórias porque durante o desenvolvimento do PLANFOR, houve achatamento salarial da maior parte das categorias de trabalhadores, elevação do custo de vida, crescimento do desemprego, aumento das desigualdades sociais, inserção subordinada na economia internacional, predomínio das políticas neoliberais, favorecimento dos investimentos estrangeiros mediante incentivos fiscais, isenção de impostos, reforma educacional, difusão do discurso da qualificação, repressão aos movimentos sociais, e outros.

No período de 2003 a 2010, durante o 1º e 2º mandatos do governo Lula, as ações de qualificação profissional via Sistema Público de Emprego, particularmente via PlanTeQ/PR, conforme o foco desta análise, ao serem descentralizadas e integradas aos programas de

governo, contribuíram para maior inclusão social dos trabalhadores. O aquecimento do mercado de trabalho possibilitou maior acesso ao mercado de consumo, crescimento do número de empregos formais, maior regulamentação das relações Capital Trabalho e inflexão da informalidade o que repercutiu numa redução significativa dos índices de desemprego, equivalente a mais de 50%, nos últimos 10 anos. No entanto, houve uma ínfima redução das desigualdades sociais. Outras análises precisam ser realizadas no sentido de entender as múltiplas faces e facetas do capitalismo brasileiro, bem como do desenvolvimento das Políticas Públicas de Emprego e seu alcance.

Nos governos Lula, parte do empresariado brasileiro conseguiu ampliar seu patrimônio, sua renda, seu capital. Parte dos trabalhadores passou a aferir renda e se inserir na sociedade de consumo. Uma parcela da população conseguiu elevar sua renda, juntamente com a política de reposição gradativa do poder de compra do salário mínimo.

As mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho ocasionadas pelo predomínio da política neoliberal tais como reestruturação produtiva, flexibilização da legislação do trabalho e, diferentemente do que afirma o discurso da qualificação predominante nas últimas duas décadas, não é a falta de qualificação profissional e formação dos trabalhadores que os exclui do mercado de trabalho, mas sim, a baixa qualidade das vagas oferecidas, os baixos salários, jornada de trabalho, os novos contratos de trabalho, a ineficácia em atender aos trabalhadores verdadeiramente excluídos, aqueles que estão mais tempo desempregados ou que ainda não tiveram oportunidades de se inserir no mercado de trabalho formal.

A qualificação profissional oferecida no Sistema Público de Emprego configura-se como um campo de disputa de vários interesses políticos entre os atores que dela fazem parte. De um lado, a efetividade das ações de qualificação ficou em segundo plano e em primeiro, predominaram os interesses econômicos capitalistas. De outro, tais políticas não conseguiram se desvincular do controle disciplinar dos trabalhadores e seus interesses que deveriam ficar em primeiro plano. Os resultados do PLANFOR indicam que o Estado ao aderir às políticas neoliberais, ocultou as reais causas do desemprego no sentido de maquiagem suas consequências, não se posicionando contra o sistema de alienação e exploração do trabalho. Portanto, os anos de 1990 foram marcados pelo crescimento do desemprego e formas de ocupação consideradas atípicas; trabalho sem carteira assinada, autônomo, empreendedor, por conta própria, e outros.

O Plano de Qualificação Nacional adotado no Brasil, no período de 2003 a 2010, particularmente via PlanTeQ/PR, conforme nosso foco desta tese apresentou mudanças conceituais, estratégias metodológicas, ideológicas, pedagógicas e estruturais em relação ao PLANFOR. No 1º e 2º mandatos do governo Lula, as principais alternativas adotadas para

promover a inserção social ocorreram mediante o desenvolvimento de vários programas sociais, tais como, Bolsa Família, Bolsa Escola, Fome Zero, que contemplavam as classes menos favorecidas e não se limitavam à mera qualificação profissional dos trabalhadores como possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010, 22,7 milhões de brasileiros mudaram de patamar de renda, sobretudo nos últimos 5 ou 6 anos. Essa mobilidade que ocorreu na base da pirâmide social brasileira também pode ser associada às Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda implantadas durante o período analisado, às ações de qualificação profissional desenvolvidas no Sistema Público de Emprego, apesar dos diferentes resultados obtidos em cada região, Estados ou municípios. Paralelo ao desenvolvimento desses programas sociais, o crescimento da economia brasileira foi considerado uma alternativa viável para solucionar os problemas do desemprego no Brasil.

As Políticas Públicas de Emprego adotadas no Brasil particularmente no Estado do Paraná, ao seguirem as diretrizes das políticas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foram realizadas em parcerias com a sociedade civil e contemplaram os interesses de empregadores, patrões e empreendedores. O discurso da falta de qualificação profissional foi difundido por toda a sociedade, e conseqüentemente, foi associado a outros discursos, por exemplo, o discurso da empregabilidade, das competências e habilidades requeridas pelas transformações ocorridas no processo produtivo decorrentes do Mundo do Trabalho, das transformações tecnológicas no processo produtivo e da revolução informacional.

Apesar das ações do Estado no ramo da qualificação profissional possuírem uma orientação coletiva devido o envolvimento de vários segmentos sociais, a maioria dos trabalhadores qualificados que participaram de um dos cursos de qualificação profissional, não conseguem se inserir no mercado de trabalho de maneira significativa porque o mercado não consegue absorver a demanda. A permanência no emprego torna-se cada vez mais complexa diante da instabilidade das profissões, da volatilidade do capital, da rotatividade da mão de obra, das instabilidades econômicas e da sucessão de crises financeiras em nível local e global que favorecem o capital em detrimento dos direitos da classe trabalhadora, das condições de trabalho e dos salários percebidos.

Apesar das tentativas de reformulação do capitalismo brasileiro, nos últimos anos, o mercado não consegue absorver a demanda, mesmo que os trabalhadores estejam qualificados e atendam às exigências dos empregadores. Muitos não conseguem ser inseridos no mercado de trabalho. O processo de acumulação de capital implica em desigualdades sociais,

diferenças de renda e salários porque o sistema capitalista se preocupa exclusivamente com a obtenção de lucro, busca intensificar a exploração da força de trabalho e obter a mais-valia.

No que se refere à venda da força de trabalho, a oferta dos cursos de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego reforça a competitividade entre os trabalhadores, porque boa parte dos cursistas já se encontravam inseridos no mercado de trabalho e os cursos realizados podem ser vistos como importantes no sentido de auxiliá-los na manutenção do seu emprego. Já os trabalhadores que não possuem experiência no ramo, indicação e boas referências, principalmente aqueles que buscam o primeiro emprego encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Entre outras questões abordadas na presente tese sobre os cursos de qualificação profissional foi a da certificação. Entendemos que há diferenças entre a qualificação necessária para o desempenho de determinada função ou tarefa e o discurso que se faz da qualificação, utilizado de maneira inadequada e ideológica pelos empregadores que possuem interesses políticos e estratégicos. Podemos afirmar que muitos cursos podem apenas certificar, sem qualificar de fato os trabalhadores. Desse modo o Estado pode não estar cumprindo sua função social e transferindo a responsabilidade pela situação de desempregado e a qualificação para os trabalhadores.

Os cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, além de auxiliarem os trabalhadores participantes a obter Trabalho, Emprego e Renda, contemplaram outros interesses e perspectivas dos cursistas conforme a análise realizada. No entanto, muitos cursos oferecidos no Sistema Público de Emprego podem estar sendo direcionados para exercício de funções subalternas e periféricas do sistema produtivo, onde o trabalhador está sujeito às instabilidades do mercado de trabalho, às precárias condições de trabalho, à baixa renda e salários, apesar de reforçarem as perspectivas dos trabalhadores de conseguirem emprego, principalmente daqueles que buscam o primeiro emprego ou estão há mais tempo desempregados e sofrem com as consequências do desemprego de longa duração. É importante ressaltar que não são apenas os cursistas que estão sujeitos às instabilidades do trabalho precário, mas os trabalhadores de modo geral. Os cursistas não são exceção. Entretanto, são mais suscetíveis às situações de vulnerabilidade e instabilidade, inseridos em empregos condizentes com a atual política de desenvolvimento econômico e social.

A partir desta análise verificou-se que, os cursos de qualificação profissional mais oferecidos e frequentados pelos trabalhadores no Sistema Público de Emprego, estavam relacionados principalmente, ao setor de comércio e serviços. Por outro lado, houve um índice relativamente significativo de cursos relacionados ao setor industrial, transporte e turismo. De

modo geral, os cursos oferecidos estavam voltados para empregos de alta rotatividade, trabalho terceirizado, subcontratado, precarizado, informal, por conta própria, cooperado, autoemprego, autogestionado, empreendedor, e outros.

Constatou-se também que apenas 15% dos trabalhadores qualificados e encaminhados ao mercado de trabalho em 2009, conseguiram emprego devido aos cursos realizados via PlanTeQ/PR. Tal análise priorizou o setor de serviços e foi centrada nos trabalhadores participantes dos cursos oferecidos, encaminhados ao mercado de trabalho e alocados. Utilizamos como recurso metodológico os dados da Coordenadoria de Qualificação Profissional e revisão bibliográfica sobre o tema, resoluções, deliberações, e outros.

Ao realizar um diagnóstico sobre o perfil dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação oferecidos no período de 2004 a 2010, pode-se concluir que o Sistema de intermediação de mão de obra faz exigências aos trabalhadores que requerem o benefício do Seguro Desemprego, no sentido de realizarem algum curso de qualificação ou aceitarem determinada vaga no mercado de trabalho. Verificamos que, boa parte dos trabalhadores que procuram as agências públicas de emprego não visavam apenas encontrar um emprego, pois contavam com o suporte da família, do Seguro Desemprego ou estavam vinculadas a outros programas sociais, por exemplo, ao programa economia solidária. Muitos eram associados, cooperativados, autogestionados, e ao realizarem um curso de qualificação no Sistema Público de Emprego, buscavam outros objetivos, tinham outros interesses e perspectivas que extrapolavam a busca por Trabalho, Emprego e Renda. Portanto, os cursos oferecidos estavam voltados para atender os trabalhadores que perderam seus empregos em períodos relativamente recentes, possuem adequada qualificação para as vagas oferecidas, são relativamente exigentes e possuem bom perfil de inclusão. Porém para aqueles que são chefes de família, possuem filhos, cônjuge, a busca por qualificação profissional e obtenção de trabalho e renda é mais intensa e premente. Em relação aos trabalhadores excluídos socialmente, é importante considerar que, muitos não estão acostumados ao estilo de vida daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho. Esse processo de adaptação envolve questões subjetivas, formativas e vivências cotidianas, aprendizagens resultantes de uma trajetória de vida e sociabilidade. Em relação ao trabalho precarizado, é importante considerar o contexto de sua consolidação e condição no Brasil. Atualmente, há muitos jovens que não querem mais executar esse tipo de trabalho. Isso não se refere à questão da qualificação. Existem vagas que são recusadas pelos trabalhadores qualificados via Sistema Público de Emprego e encaminhados ao mercado de trabalho. Hoje, por exemplo, há Haitianos que vem para o Brasil fazer o trabalho que os brasileiros não querem mais fazer.

As Políticas Públicas de Emprego adotadas via PlanTeQ/PR atendiam de modo geral, os trabalhadores que estavam desempregados e aqueles que possuem autoemprego, trabalho informal, outros eram beneficiários do Seguro Desemprego, e muitos trabalhadores que conseguiam aferir alguma renda ou já estavam inseridos no mercado de trabalho.

O Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná realiza a divulgação dos dados sobre a execução dos cursos oferecidos, público alvo, inscritos, concluintes, evadidos, investimentos realizados, alocados. No entanto, no que se refere aos trabalhadores egressos não há dados para a realização de uma análise sobre os resultados efetivos. Essa dificuldade foi constatada diante da inviolabilidade dos dados cadastrais dos trabalhadores inscritos, participantes, concluintes, encaminhados e alocados no mercado de trabalho.

As mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho norteiam a vida cotidiana dos trabalhadores que buscam o Sistema Público de Emprego. Existem mudanças de grandes amplitudes e dimensões que afetam a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e acontecem, entre outros fatores, em função da introdução de novas tecnologias e inovações organizacionais, da nova divisão internacional do trabalho e outros.

A questão da qualificação já foi objeto de estudo de diferentes análises, interpretações, enfoques, perspectivas, linhas de ação, posicionamentos teóricos e metodológicos. No entanto, compreende-se que a qualificação profissional oferecida via Sistema Público de Emprego no Brasil está relacionada às distinções sociais, às condições de acesso à educação e/ou exclusão, às oportunidades encontradas por aqueles que possuem acesso aos bens simbólicos e dificuldades encontradas por aqueles que não possuem. Ao analisarmos as ações de qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR, no período de 2003 a 2010, nos referimos também às diferenças de classes, às posições sociais, aos papéis sociais desenvolvidos pelos atores envolvidos através de suas ocupações e profissões.

As ações desempenhadas pela qualificação profissional em sua trajetória histórica no Brasil apresentam múltiplas facetas, representação de interesses coletivos e individuais, vários desdobramentos, diferentes posições teóricas, metodológicas, concepções, visões de mundo e interpretações da realidade. No governo Lula, as ações de qualificação profissional foram elaboradas a partir de um processo de reavaliação e reformulação das Políticas Públicas de Emprego e Renda, de inovações organizacionais e diferentes estratégias de diversos segmentos sociais, se articulando com outros programas sociais, como o programa Fome Zero, o Bolsa Família, o Bolsa Escola, o PAC 1, o PAC 2 e outros.

Os benefícios advindos da qualificação profissional se diferem entre uma multiplicidade de cursos oferecidos e a posição teórica metodológica utilizada pelas

executoras parceiras no ramo da qualificação. Há diferentes perspectivas conforme o foco adotado por cada executora apesar da especificação do público alvo e das diretrizes nacionais que foram estabelecidas pelo CODEFAT, tornando difícil realizar um diagnóstico preciso sobre os conteúdos, as posições teórico metodológicas, as concepções sobre mercado, mercado de trabalho, objetivos, resultados almejados e realmente atingidos por cada uma das executoras que tem participado da execução dos cursos selecionados pela SERT, implantados nos municípios do Estado do Paraná e em cada escritório regional, assim como as disputas de poder e representação ocorridas na diversidade dos espaços locais e regionais. Pode-se dizer que os atores envolvidos no Sistema Público de Emprego, as diversas instituições públicas e/ou privadas, ONGs, sindicatos de determinadas categorias de trabalhadores e organizações empresariais, disputam espaço de representação política.

Os trabalhadores que se encontram em vias de exclusão do mercado de trabalho, aqueles que não tiveram oportunidade de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade e não tiveram condições econômicas de realizarem sua qualificação na rede privada de educação, dependem das políticas focalizadas e pontuais desenvolvidas pelo Estado. Estes veem como positiva a ação do Estado e sua preocupação em amenizar o problema do desemprego, mesmo que as alternativas apontadas por ele não sejam consideradas pelos trabalhadores que têm participado dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego nos últimos anos, como eficazes. Enquanto que para os trabalhadores restam poucas possibilidades de escolha devido aos cursos serem previamente determinados pelo mercado de trabalho, pelos interesses locais, regionais, pela atuação dos atores que representam os trabalhadores, entre eles: Conselheiros estaduais e municipais, gestores públicos e secretários municipais do trabalho, para as executoras é oferecida uma boa margem de escolha pelo fato delas executarem os cursos que já ofereciam à sociedade.

As ações do Estado em relação às PPE podem apresentar diferentes resultados, depende muito da maneira como são desenvolvidas e utilizadas pelos diversos atores que atuam no sistema. As finalidades podem ser múltiplas e variáveis, dependendo dos atores que dela fazem parte e podem ser utilizadas inclusive para a promoção pessoal ou institucional, para beneficiar grupos entidades ou instituições consideradas 'sem fins lucrativos', podem também beneficiar os interesses públicos ou a iniciativa privada, contemplar o desenvolvimento de políticas de Estado mediante o desenvolvimento de planos nacionais como o PLANFOR e o PNQ, planos estaduais como o PlanTeQ e outros, assim como ao atenderem as recomendações do FAT e CODEFAT contemplam interesses locais, regionais, territoriais de determinados grupos, categorias de trabalhadores, instituições privadas ligadas

ao ramo da qualificação profissional e instituições não governamentais que apresentam propostas alternativas ao problema do desemprego.

Os trabalhadores que buscam pelos cursos de qualificação profissional oferecidos no Sistema Público de Emprego, encontram-se em desvantagem em relação aos trabalhadores que pertencem à classe média, possuem maior qualificação, ocupam as melhores posições, conseguem aferir maior renda e obter melhores salários. Os trabalhadores qualificados para atuarem por conta própria, autoemprego, associados, cooperativados, autogestionados, micro e pequenos produtores e autônomos são os menos cobertos pelos direitos sociais, ocupam as posições mais penosas, associadas mais a execução de tarefas repetitivas, rotineiras e menos ao trabalho criativo e inventivo.

Nossa análise indica que a maioria dos trabalhadores participantes das ações de PlanTeQ/PR possuíam bom perfil de inclusão social, não visavam apenas a busca de emprego ou do primeiro emprego, muitos já estavam inseridos no mercado de trabalho, trabalhavam como autônomos, por conta própria, autogestionados ou atuavam na informalidade. O perfil dos trabalhadores qualificados via SPE no Estado do Paraná indica que, os cursos oferecidos no referido período contemplaram objetivos e perspectivas dos cursistas que vão além da mera busca de qualificação profissional, voltada para a obtenção de Trabalho, Emprego e Renda, por exemplo, o interesse pessoal pelo programa economia solidária, ampliação dos conhecimentos adquiridos, estímulo aos estudos no sentido de obter maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho e na sociedade de consumo, contato com os programas sociais de acesso ao crédito, financiamento do próprio negócio, inclusive da casa própria via o programa habitacional de governo – ‘Minha Casa, Minha Vida’, estímulo às iniciativas empreendedoras mediante isenção fiscal, conhecimento e informações sobre o mercado de trabalho, conhecimento e integração com temas ligados aos interesses públicos e coletivos, aqueles que fazem parte do debate sociológico atual e que se referem às questões da qualificação profissional dos trabalhadores, ao desenvolvimento social e econômico, às questões de gênero, cor e raça, à cidadania, ao desenvolvimento sustentável e outros. É provável que a inserção social destes trabalhadores no mercado de trabalho tenha ocorrido direta ou indiretamente, mediante múltiplas formas de inserção social, pertencimento e inclusão social, através do crescimento da economia brasileira e maior formalização das relações de trabalho, mediante o crescimento do emprego formal e inflexão da informalidade. Entende-se que a mera qualificação profissional por si só não pode ser considerada o único critério utilizado para avaliar a eficácia dos cursos oferecidos. Outros critérios estão relacionados à posição favorável do Brasil no cenário internacional, a reversão do quadro de

exclusão social predominante no período anterior, no governo de FHC, à implantação do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico 1 e 2, ao lado do plano de desenvolvimento econômico adotado no período analisado e sua relação com um processo de desenvolvimento econômico maior, denominado ‘Brasil Maior’, ao dar continuidade à política econômica desenvolvida no governo Lula e seus programas sociais, por sua sucessora Dilma Rousseff.

Entre outros benefícios obtidos pelos cursistas, podemos indicar haver uma melhora na autoestima e elevação do grau de escolaridade. Isso se deve entre outros motivos as maiores exigências do mercado, as exigências das vagas oferecidas no mercado de trabalho que requerem indicação, boas referências, experiência no ramo, tempo de serviço e outros. Além desses benefícios, podemos destacar a melhoria dos relacionamentos familiares e comunitários, a manutenção do emprego por parte daqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho e menor dificuldade de obtenção de Trabalho, Emprego e Renda por parte daqueles que estavam desempregados ou em busca do primeiro emprego.

O aquecimento do mercado de trabalho, as políticas de inclusão social adotadas no período de 2003 a 2010, provocaram um redirecionamento da política de qualificação profissional adotada no Brasil. Nesse sentido, a participação do programa economia solidária nos espaços de representação social está associado à busca de alternativas coletivas para o problema do desemprego, para a falta de Trabalho, Emprego e Renda daqueles que apresentam desvantagens de inserção social.

No que se refere aos cursos executados via PlanTeQ/PR, constatamos que a maior parte estavam relacionados à área têxtil e confecções, principalmente o curso de operador de máquina de costura industrial, oferecido na maioria dos municípios paranaenses. O perfil dos cursistas indica que cerca de 60% dos cursistas eram mulheres. Constatamos que há maior busca de qualificação por parte do gênero feminino, sendo que, a escolaridade das mulheres é maior se comparada a dos homens, inclusive a busca por emprego, representatividade, alternativas de inserção social, apesar de perceberem menores salários se comparados aos dos homens. A participação efetiva dos trabalhadores do programa economia solidária no Sistema Público de Emprego, nos últimos anos pode ser vista como um exemplo de comprometimento, envolvimento e valorização do Sistema Público de Emprego. O programa demonstra que não bastam ações individualizadas, mas que é preciso desenvolver e realizar ações coletivas. A busca de alternativas para o problema do desemprego deve ser coletiva e envolver todos os atores sociais, trabalhadores, empregadores e setor público, caso contrário as políticas adotadas favorecem determinadas categorias em detrimento de outras.

Atualmente, boa parte dos trabalhadores qualificados encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho e nem todos estão necessariamente interessados num emprego formal. A presente tese não nega a importância da qualificação profissional, mas busca apresentar as múltiplas faces, os diferentes pontos de vista, as diferentes análises e interpretações sobre o tema. A qualificação oferecida no Sistema Público de Emprego pode estar mais voltada para a manutenção das estruturas sociais e menos para promoção de mudanças estruturais no sistema. A geração de empregos de baixa remuneração e qualificação dificulta a redução das disparidades de salários e renda entre os trabalhadores.

A tão propalada ‘falta de qualificação’ existe realmente nos setores mais sofisticados que exigem formação profissional bem específica e estão relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento da tecnologia de ponta, predominante nos países altamente desenvolvidos e industrializados. Os arranjos salariais decorrentes das medidas flexibilizadoras apontadas por Krein (2001), a superterceirização do trabalho e dos contratos de trabalho, analisadas por Pochmann (2008), as inovações organizacionais, entre outros, são algumas medidas utilizadas pelo capital para dificultar a geração de postos de trabalho de boa qualidade e remuneração. Nos últimos anos os países subdesenvolvidos, em sua maioria conseguiram gerar trabalho precário de baixa remuneração e qualificação. As maiores exigências de mão de obra altamente qualificada veem acompanhadas da ampliação de um contingente de mão de obra menos qualificada.

A redução dos custos do trabalho mediante a flexibilização de direitos trabalhistas, coexistem com a ampliação das desigualdades de renda e salários, concentração do capital, acumulação flexível, especulação financeira, instabilidade econômica, crescimento urbano desordenado, degradação dos recursos naturais, desperdício ocasionado pela sociedade de consumo onde necessidades são criadas, despertadas e difundidas. As Políticas Públicas de Emprego adotadas no âmbito do Estado perpassam tais temas e ultrapassam a questão da mera qualificação dos trabalhadores como respostas ao problema do desemprego. O Estado encontra-se entre atores que procuram se afirmar como sujeitos de maneira coletiva ou individualizada. Os trabalhadores ao realizarem algum curso de qualificação procuram afirmar-se como sujeitos detentores de direitos, buscam ser reconhecidos e valorizados não apenas pela qualificação adquirida, mas como uma alternativa para fugir do processo de exclusão social.

Compreende-se que a qualificação é um requisito importante para conseguir emprego e reduzir o desemprego, no entanto o discurso da qualificação esconde as causas do desemprego. A qualificação é importante e necessária para os trabalhadores conseguirem se

inserir e se manter no mercado de trabalho, no entanto não é suficiente. As soluções focalizadas, pontuais e restritivas apresentadas pelo Estado, dificultam a busca de soluções de médio e longo prazo com eficácia. Para amenizar o problema do desemprego é preciso fortalecer o poder de intervenção do Estado nas relações Capital Trabalho, protelar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, reduzir a jornada de trabalho sem a redução dos salários, ampliar e estender os benefícios sociais mediante o desenvolvimento econômico com geração de vagas de boa qualidade e remuneração. Estas e outras medidas indicam caminhos e alternativas de médio e longo prazo.

Os cursos podem ter auxiliado de maneira relativa os jovens que buscam o primeiro emprego, trabalhadores informais, trabalhadores assalariados, empregados e desempregados. Os cursos atendiam também alguns interesses específicos do empresariado paranaense, fornecendo mão de obra para atuar nos setores que estavam em expansão, onde empregos estavam sendo gerados, principalmente no setor têxtil e de confecções. Portanto, as ações desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR serviram como alternativas ao problema do desemprego.

A descentralização das políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda, associadas aos programas de governo, atreladas ao crescimento econômico e retomada do processo de acumulação capitalista flexível no Brasil, na década de 2000, provocaram uma mobilidade na base da pirâmide social brasileira e uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza. As ações do Estado no campo da qualificação profissional desenvolvidas via PlanTeQ/PR, além de serem apresentadas como alternativas ao problema do desemprego, contemplaram diferentes interesses dos trabalhadores participantes dos cursos de qualificação. De um lado, os cursos oferecidos no período de 2004 a 2010, integrados aos programas sociais de governo, auxiliaram os trabalhadores na busca de alternativas para o problema do desemprego. De outro, as ações do Estado no campo da qualificação profissional contemplaram também, questões subjetivas dos trabalhadores tais como: alteração da autoestima, melhora nos relacionamentos familiares e comunitários, estímulo aos estudos mediante a abordagem de temas ligados à Ética, cidadania, desenvolvimento sustentável, e outros. A qualificação profissional passou a ser entendida como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, uma construção social.

Mediante os dados sobre a evolução do número de empregos no Estado do Paraná, podemos afirmar também que, alguns cursos oferecidos via PlanTeQ/PR, no período de 2004 a 2010, não estavam em sintonia com a evolução econômica, não estavam direcionados para os setores que realmente necessitavam da maior oferta de qualificação profissional dos trabalhadores, mesmo que de curta duração. A elaboração das ações prioritárias, em algumas

circunstâncias pode ter se tornado ineficaz perante a flexibilidade do capital, a alta rotatividade da mão de obra, às oscilações econômicas, à instabilidade das profissões e outros. Podemos apontar isso como uma das dificuldades e obstáculos impostos pelo capital aos trabalhadores e, conseqüentemente, à qualificação profissional oferecida via Sistema Público de Emprego no Paraná.

Entende-se que a qualificação dos trabalhadores enquanto mera qualificação por si só não basta, não é suficiente para garantir a inserção ou reinserção social dos trabalhadores. Talvez, essa seja uma das maiores dificuldades encontradas pelos Conselheiros do Trabalho e pelas Comissões Municipais e Estaduais do Emprego. A falta de projeções sobre os setores que realmente necessitam de maior qualificação, indicam dificuldades que precisam ser superadas. Há necessidade de se ter clareza sobre qualificar para quê? Para quem? De um lado, a oferta de determinados cursos podem ter resultado de disputas internas, escolhas, opções políticas, necessidades de grupos de interesses e outros. De outro, a expansão de determinados setores ou atividades econômicas, não indicam necessariamente a falta de qualificação profissional dos trabalhadores. Em alguns aspectos, podemos questionar a oferta de vários cursos ou a falta de outros. Em outros, o Estado não pode se tornar refém das necessidades hegemônicas do mercado, dos interesses de patrões, empregadores e das imposições do capital.

Há necessidade de estabelecer políticas públicas de qualificação profissional junto aos trabalhadores e suas reais necessidades, suas possibilidades de realizarem escolhas, conforme suas perspectivas de Trabalho, Emprego e Renda, caso contrário, o Estado pode estar atuando em benefício do capital, em detrimento dos interesses e das perspectivas dos trabalhadores. Essa dificuldade de acompanhamento dos trabalhadores egressos dos cursos de qualificação profissional, foi encontrada durante o desenvolvimento da presente pesquisa. Além disso, o sistema não dispõe de uma análise dos resultados efetivos de suas ações no campo da qualificação profissional. No presente momento, a realização de tal análise só é possível pelo próprio sistema. Nesse sentido, as ações do Estado são questionáveis porque falta clareza e transparência dos resultados efetivos obtidos. Mesmo após protocolarmos processo interno para realização de acompanhamento dos trabalhadores egressos das ações de qualificação profissional, tal parecer foi indeferido.

Mesmo diante dos desafios encontrados e limitações do alcance desta tese, buscamos compreender, analisar, comparar, relacionar qual a importância, o sentido, o significado das ações de qualificação profissional no Sistema Público de Emprego no Estado do Paraná. Tal análise não termina aqui, requer o desenvolvimento de outras pesquisas no sentido de buscar

alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, favoráveis aos trabalhadores. Deixamos como sugestão para futuras análises, as políticas públicas de qualificação profissional no Paraná, a partir de 2011.

Compreendemos que as mudanças sociais que ocorreram nos anos 2000, ocasionaram uma nova dinâmica social. O processo de desenvolvimento econômico brasileiro impactou numa nova dinâmica do mercado de trabalho, que vai além de uma qualificação profissional pontual dos trabalhadores, por exemplo, o Plano Brasil Maior – Inovar para competir – Competir para crescer. A questão da qualificação vem sendo reanalisada dentro dessa nova dinâmica e repensada. Apesar da atuação das diferentes executoras parceiras das ações desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR, a maior parte dos cursos oferecidos estavam voltados para o setor têxtil e de confecções, salvo algumas exceções. De outro lado, contemplavam a trajetória dos empregos gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado no governo Lula que analisamos no **Cap. 2**.

Confirmamos nesta análise que houve uma afinidade eletiva entre as ações de qualificação profissional desenvolvidas pelo PlanTeQ/PR e os interesses econômicos do empresariado paranaense, principalmente do setor têxtil e de confecções. Nessas disputas de poder e espaços de representação política que perpassam as ações pontuais de qualificação profissional pleiteadas pelo FAT e Tesouro Estadual, prevaleceram os interesses do capital em sua nova fase de acumulação flexível sobre os interesses da classe trabalhadora, apesar das ações do PlanTeQ/PR contemplarem outros interesses e expectativas dos cursistas participantes e terem contribuindo para a redução dos índices de desemprego e das desigualdades sociais, particularmente no Estado do Paraná.

Nestas disputas de poder e representação, os interesses de patrões e empregadores, são muito mais contemplados que os interesses e as expectativas históricas da classe trabalhadora. O capital beneficia-se das ações pontuais do Estado e da oferta de uma mão de obra mais qualificada para atuar nos setores econômicos que se encontram em expansão, no caso do Paraná, o setor têxtil e de confecções, além de outros setores que também apresentam um crescimento significativo nos últimos anos. De modo geral, esses setores em expansão, salvo algumas exceções, estão relacionados ao crescimento do número de emprego de baixos salários, ao trabalho flexível e precário que se estendem ao longo das cadeias produtivas.

O setor têxtil e de confecções vem apresentando um crescimento significativo no Estado do Paraná nos últimos anos, sobressaindo sobre outros estados da federação, concentrando-se principalmente no norte do Paraná, especificamente nos escritórios regionais do trabalho de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama e seus respectivos municípios.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Angela do. **Qualificação dos trabalhadores e estratégias de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Tese (Doutorado em Serviço Social). UFRJ, 2005.
- ABRANCHES, S. **Os despossuídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo: Brasiliense, 1997.
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil**. InterfacEHS (Ed. português), v. 1, 2008.
- _____. **A classe que vive do trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARAÚJO, Silvia Maria de. (org). **Trabalho e capital em trânsito**. A indústria automobilística no Brasil. Curitiba: UFPR, 2007.
- AZEREDO, Beatriz e RAMOS, C. Alberto. **Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios**. Planejamento e políticas públicas, nº. 12, IPEA. Brasília: 1995.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de Emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1997.
- BALTAR, P. E. A., DEDECÇA, C. S., HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B., MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil – modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.
- BARBOSA, Alexandre, MORETTO, Amilton. **Políticas de emprego e proteção social**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998. (Coleção ABET - Mercado de Trabalho, v. 1).
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994, p. 26.
- BENJAMIN, César (Org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERNARDES, N. O desemprego em massa entre os jovens. In: Carvalho, R e Horta, C. **Globalização, trabalho e desemprego**. Belo Horizonte: E. Arte, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **I Congresso Nacional:** sistema público de emprego, trabalho e renda. São Paulo: MTE, CODEFAT e Fonset, 2004.

_____. **II Congresso Nacional:** sistema público de emprego, trabalho e renda. São Paulo: MTE, CODEFAT e Fonset, 2005.

_____. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007.

CAMARGO, José Márcio (Org.). **Flexibilização do mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho.** São Paulo: Moderna, 2004.

CARVALHO, R. e Horta, C. (org.). **Globalização, trabalho e desemprego.** Belo Horizonte: E. Arte, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antônio David. **Processo de trabalho e novas tecnologias.** Porto Alegre: UFRGS, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1994.

DAIN, S e SOARES, L. Reforma do Estado e Políticas Públicas: Relações Intergovernamentais e Descentralização desde 1988. In: Oliveira, M. (org.). **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil.** Campinas: IE/Unicamp, 1998.

Decreto nº. 76.403, de 08 de outubro de 1975. **O Sistema Nacional de Emprego.** MT Brasília, 2010.

Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008. **Carreira de Analista de Infra-Estrutura e Especialista em Infra-Estrutura Sênior.** Brasília, 2008.

Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008. **Plano Plurianual de 2008 a 2011.** MTE. Brasília, 2008.

Decreto nº 6.693, converte a MP 389/2007 na lei nº 11.539/2007. MTE. Brasília, 2007.

DEDECA, Cláudio et al. **As mudanças recentes nas relações de trabalho no Brasil:** estudo sobre o trabalho no Brasil. Projeto de Investigação da OIT. Campinas: Cesit/Instituto de Economia/UNICAMP, 1997.

DIAS, Graciliano da Silva. **Educação profissional básica:** a ação do PLANFOR na qualificação para o setor automotivo em Curitiba. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003.

DIEESE. **Emprego e desenvolvimento tecnológico:** artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

_____. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Trabalhadores inscritos no Sistema Público de Emprego em 2010.** Ministério do Trabalho e Emprego. Coordenação do SINE: São Paulo: DIEESE, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica:** alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Senac, 2002.

D'INTIGNANO, B. **A fábrica de desempregados.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Educação, Bolsa Família e desigualdade. www.ihu.unisinos.br/noticiasesdesigualdade. (Acesso 20 de janeiro de 2013).

FIORI, José Luís e TAVARES, Maria da C. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **O voo da coruja.** Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho:** do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 24ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.** Minas Gerais, 2012.

GIANOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIMENEZ, D. **Política de emprego no capitalismo avançado, trajetória histórica e ruptura neoliberal.** Dissertação (Mestrado). Campinas, IE/UNICAMP, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho.** São Paulo: Annablume, 2003.

HARRES, Elaine Matos. **A qualificação do trabalhador:** os impactos da reestruturação produtiva e dos sistemas de qualidade – Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena. **Sobre o 'modelo' japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOFFMAN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.
- _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.
- _____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000** – documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2002.
- _____. **Censo Demográfico 2010** – documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Pesquisa Mensal de Emprego. 2012.
- Intermediação de Mão de obra: Um referencial teórico para o Sistema Nacional de Emprego**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.
- IPARDES. **Empregos por atividade econômica no Brasil e no Paraná no período de 1994 a 2010**. Paraná, 2012.
- JOIN-LAMBERT, M. **Politiques Sociales**. Paris: FNSP, 1997.
- KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado). Campinas. IE/UNICAMP, 2001.
- KREIN, J. D.; NOBRE JUNIOR, Hildeberto Bezerra; BIAVASCHI, Magda B. A Formalização dos Contratos e as Instituições Públicas. In: Eduardo Fagnani; Wilnês Henrique; Clemente Ganz Lúcio. (Org.). **Previdência Social: Como Incluir os Excluídos?** São Paulo: LTr, 2008.
- KRÜGER, Valdelucia Amaral. **As determinações restritivas das políticas públicas de qualificação profissional e os limites do PNQ** – Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores. Dissertação (Mestrado). UTFPR, 2006.
- LACERDA, Antônio C. **O impacto da globalização na Economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial**. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, novembro de 2003.

LANGER, André. O mito da qualificação como requisito para a superação do desemprego. A odisséia da exclusão dos jovens no Brasil. In: ARAÚJO, Silvia M; BRIDI, Maria Ap. & FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo equilibrista**. Entre o continuísmo e as novas práticas. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.

LAVINAS, Lena. As recentes políticas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: POSTHUMA, Anne C. (org.). **Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil: política para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. São Paulo: OIT/MET, 1999.

LDB. **Lei nº 9.394/96**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

Lei Complementar nº 128/2008 de 19 de dezembro de 2008. **Microempreendedor individual**. Brasília, 2008.

Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Planos de Benefícios da Previdência Social**. Brasília, 1991.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. **Trabalho e sociedade em transformação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.

LOYOLA, Sonia. **A automação da fábrica**. Curitiba: Ed. do autor, 1999.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MEHEDFF, Carmen Guimarães. **Trabalho, renda e participação social**. Questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais. Plano Editora – Brasília, DF, 2002.

MOURA, C., Paulo. **A crise do emprego**. Uma visão além da economia. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MORETTO, A. **Mercado de trabalho e políticas de emprego no Brasil**. Tese (Mestrado). Campinas, IE/UNICAMP, 2001.

MORETTO José Amilton; GIMENEZ, Denis Maracci & PRONI, Marcelo Weishaupt. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, Marcelo Weishaupt e HENRIQUE, Wilnês (Org.). **Trabalho mercado e sociedade**. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP. UNICAMP, 2003.

MTE - **Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego** (DEQ/SPPE/MTE). Brasília: 1995, 1997, 2001a. 2003a. (Acesso, www.mte, 12 de janeiro de 2009).

MTE - **Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego** (DEQ/SPPE/MTE). Brasília: 2005, 2010 (Acesso, www.mte, 17 de setembro de 2012).

NAIARA, Dal Molin. **As reformas trabalhista e sindical no Brasil nos governos Cardoso e Lula: conflitos e consensos.** (Tese). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

NAGAMATSU, Rosimeiri Naomi. **Análise da estrutura de governança dos arranjos produtivos locais do polo de confecção do norte-noroeste do estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado) – Setor Engenharia da Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa: UTFPR, 2011.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade.** Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

_____. **O capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das Políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira.** Campinas, Educ. Soc., v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Vêras (Org.) **Qualificar para quê? Qualificação para quem?** São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Vêras e MOREIRA, Eliana Monteiro. Sentidos da globalização: Um desafio ao pensamento sociológico. In MOREIRA, Eliana Monteiro e OLIVEIRA, Roberto Vêras (orgs.). **O fenômeno da globalização em perspectiva local e multinacional.** João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Vêras; Sochaczewski, Suzanna. Comissões/conselhos de emprego atuantes no Brasil: traços do perfil e problematizações. In: Vêras de Oliveira, Roberto. (Org.). **Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?** Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção (V. 1 e 2). São Paulo: Fundação Unitrabalho, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **A qualificação profissional como política pública.** Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005.

_____. A Constituição de 1988, a questão da participação e o sindicalismo: problematizações. In: José Dari Krein; Marco Aurélio Santana; Magda Biavaschi. (Org.). **Vinte anos da Constituição Cidadã no Brasil.** São Paulo: LTr, 2010.

PAULINO, Ana Yara e BÓGUS, Lúcia (Orgs). **Políticas de Emprego, Políticas de População e Direitos Sociais.** São Paulo: Educ, 1997.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

POCHMANN, Márcio. **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias atuais. São Paulo: Editora LTr, 1995.

_____. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, 1998.

_____. **Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro**. Campinas: s.n., 1998.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **A década dos mitos**: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001b.

_____. **e-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

_____. (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez e Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. (Org.). **Reestruturação produtiva**: Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **A superterceirização do trabalho**. São Paulo: LTr, 2008a.

_____. **A superterceirização dos contratos de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008b.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008c.

_____. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PLANFOR – **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**. Brasília: MTE, 1995.

PLANTEQ/PR – **Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná 2004 a 2007**. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SERT). Coordenadoria de Qualificação Profissional. Paraná: Curitiba, 2004.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1). Brasília: 22 de janeiro de 2007.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Brasília: 29 de março de 2010.

Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2003.

Pesquisa Nacional de Domicílios (PNADs.). Brasília: MTE, 1998, 2001, 2005a, 2005b, 2007, 2011.

Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD). Brasil: 2010.

QUADROS, W. J. **A evolução recente da estrutura social brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 2008.

_____. **Perfil social do desemprego recente.** TD. 156. Campinas, IE/Unicamp, 2009.

RADZINSKI, Vilmar. **Intermediação de mão de obra no Sistema Público de Emprego no Paraná** – Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Setor Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

RAMOS, Carlos Alberto e de FREITAS, Paulo Springer. **Sistema público de emprego: Objetivos, eficiência e eficácia** (Notas sobre os países da OCDE e o Brasil). Texto para discussão n°. 568. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 1998.

Relatórios da intermediação de mão de obra formal, Brasil, 1977 a 2001. Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Emprego - Ministério do Trabalho e Emprego.

Resoluções do CODEFAT n°s 63/1994, 80/1995, 114/1996, 126/1996, 194/1998, 223/1999, 227/1999, 234/2000, 258/2000, 262/2001, 270/2001, 333/2003, 365/2003, 439/2005, 467/2005, 469/2005, 679/2005, 34/2006, 477/2006, 655/2011, 699/2012, 705 e 706/2012.

Resoluções do I Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. São Paulo: MTE/CODEFAT/FONSET, 2004.

Resoluções do II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. São Paulo: MTE/CODEFAT/FONSET, 2005.

Resolução n°. 44/2002 da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do trabalho (SERT). Intermediação de mão de obra no SINE-PR. Paraná: Curitiba, 2002.

SABOIA, J. **Geração do emprego industrial nas capitais e interior do Brasil.** Brasília: SENAI, 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1998.

SALERNO, Márcio Sérgio. Reestruturação produtiva e sindicalismo. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 17, Caxambu, 1993.

SANSON, Cesar. **O feitiço da organização.** Novas relações de trabalho – Um estudo de caso. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Setor Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____. **Trabalho e subjetividade:** Da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Tese (Doutorado) – Setor Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTOS, Osmar de Almeida. **Em busca do emprego perdido:** O futuro do trabalho na era tecnológica. São Paulo: Texto Novo, 1997.

SARTI, F. ; HIRATUKA, C. **Ameaça das Exportações Chinesas nos Principais Mercados de Exportações de Manufaturados do Brasil.** Boletim NEIT, v. 12, p. 1-7, 2008.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo.** São Paulo: Record, 2006.

SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz. Trabalho e Política.** São Paulo: Annablume, 2002.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, C. (org.). **Geração de emprego e renda no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SOARES, Diogo Picchioni. **Percepção de risco do motorista de ônibus em Curitiba.** Dissertação (Mestrado) – Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de. **A qualificação do trabalhador e a política pública de emprego e trabalho:** A expressão do PLANFOR no Paraná. (Tese). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2002.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. **Qualificar para quê? Dilemas da Política de Qualificação Profissional.** (Tese). UFRJ: 2004.

SUPLICY, E. **Programa de garantia de renda mínima.** Brasília: Senado Federal, 1992.

STANDING, Guy. Em busca da igualdade de segurança na era da globalização. In: **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico:** Brasil e contexto internacional. DIEESE. São Paulo, 1998.

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. SERT. Planilha de ações de qualificação profissional do PlanTeQ/PR de 2004 a 2010. Paraná: Curitiba. Acesso 08 e 09 de dezembro de 2011.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo.** Trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

APÊNDICE

ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO TRABALHO

ATUANTES NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.

O Escritório Regional de Campo Mourão compreende os Municípios de Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

O Escritório Regional de Cascavel compreende os Municípios de Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa do Oeste, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Maripá, Matelândia, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguçu, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

O Escritório Regional de Cianorte compreende os Municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

O Escritório Regional de Cornélio Procopio compreende os Municípios de Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Itambaracá, Jataizinho, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre do Oeste, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

O Escritório Regional de Curitiba compreende os Municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Brando do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

O Escritório Regional de Foz do Iguçu compreende os Municípios de Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguçu, Serranópolis do Iguçu e Terra Roxa.

O Escritório Regional de Francisco Beltrão compreende os Municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge do Oeste e Verê.

O Escritório Regional de Guarapuava compreende os Municípios de Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Guarapuava, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond.

O Escritório Regional de Irati compreende os Municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

O Escritório Regional de Ivaiporã compreende os Municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

O Escritório Regional de Jacarezinho compreende os Municípios de Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

O Escritório Regional de Londrina compreende os Municípios de Alvorada do Sul, Apucarana, Araongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Kaloré, Londrina, Lupionópolis, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Novo Itacolomi, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rio Bom, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

O Escritório Regional de Maringá compreende os Municípios de Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floráí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa

Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

O Escritório Regional de Paranavaí compreende os Municípios de Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

O Escritório Regional de Pato Branco compreende os Municípios de Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, Renascença, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina e Vitorino.

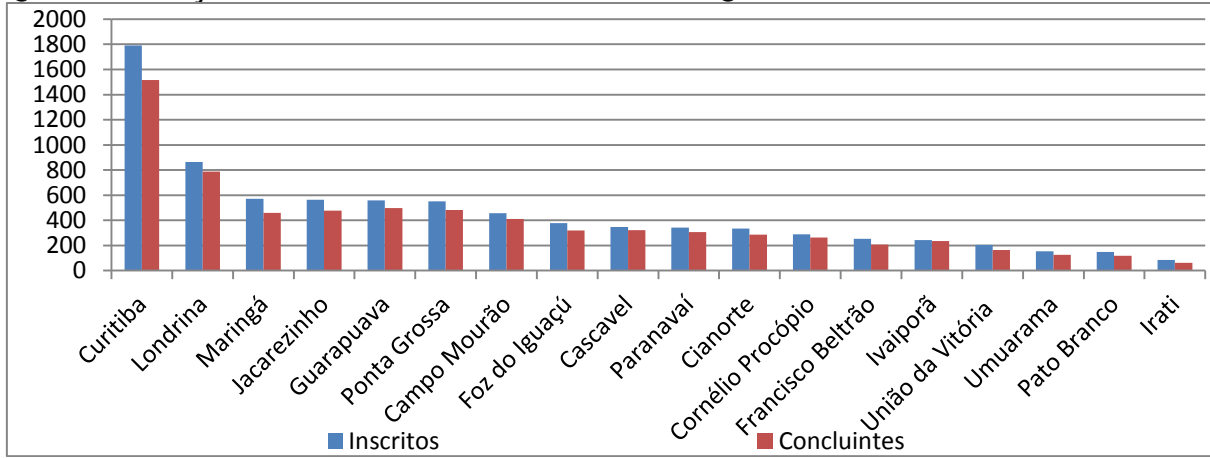
O Escritório Regional de Ponta Grossa compreende os Municípios de Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguaraíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

O Escritório Regional de Umuarama compreende os Municípios de Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Vila Alta e Xambrê.

O Escritório Regional de União da Vitória compreende os Municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória.

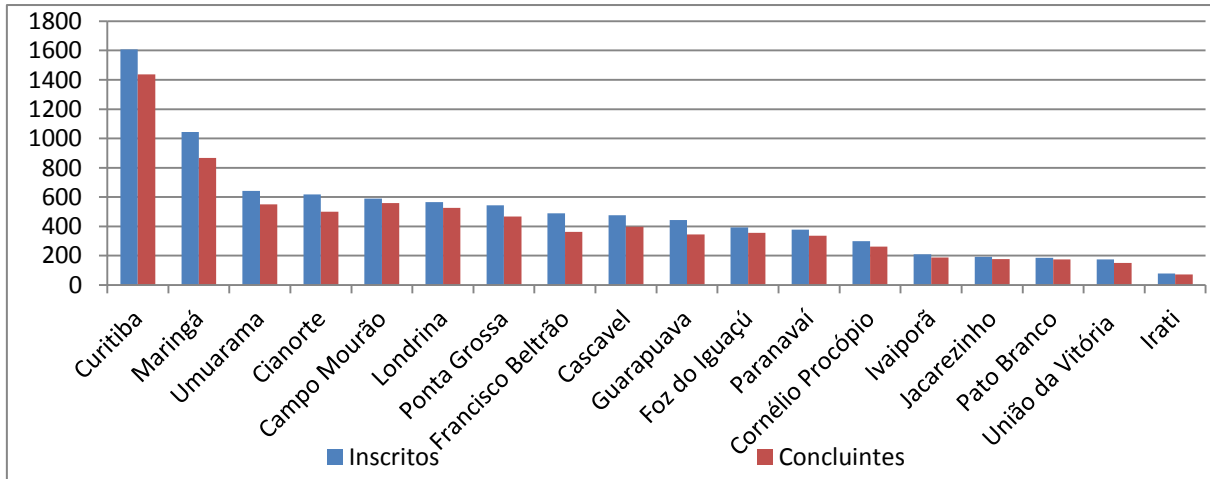
ANEXOS

GRÁFICO 23 - NÚMERO DE CURSISTAS INSCRITOS NOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERECIDOS PELO PLANTEQ/PR EM 2004 E CONCLUINTES



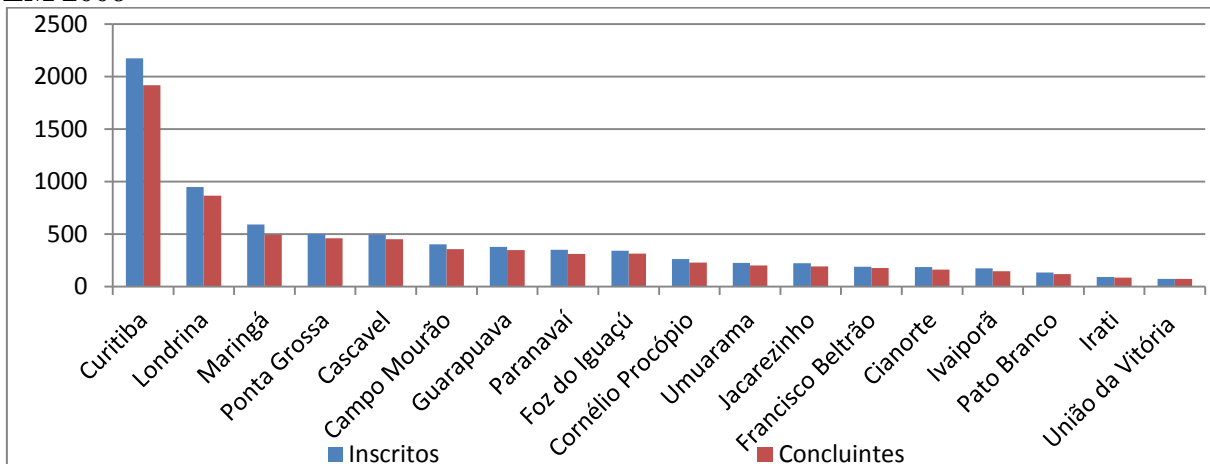
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2004.

GRÁFICO 24 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2005



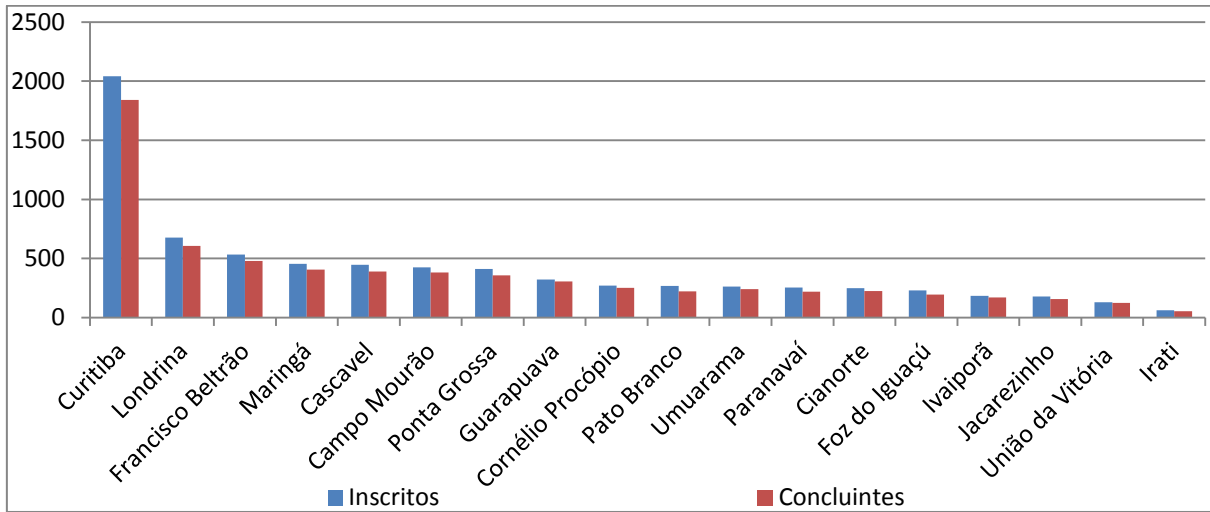
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2005.

GRÁFICO 25 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2006



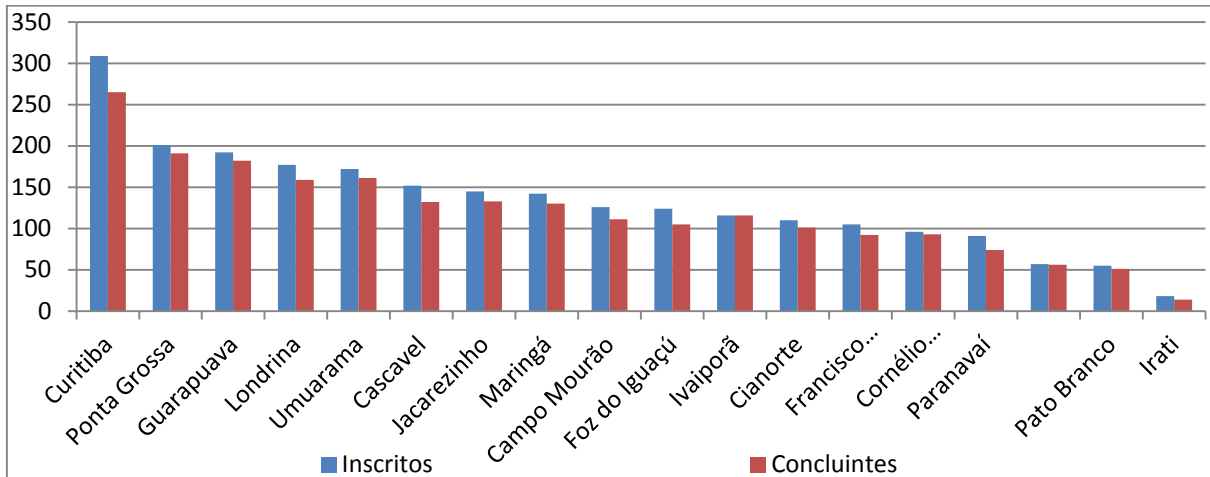
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2006.

GRÁFICO 26 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2007



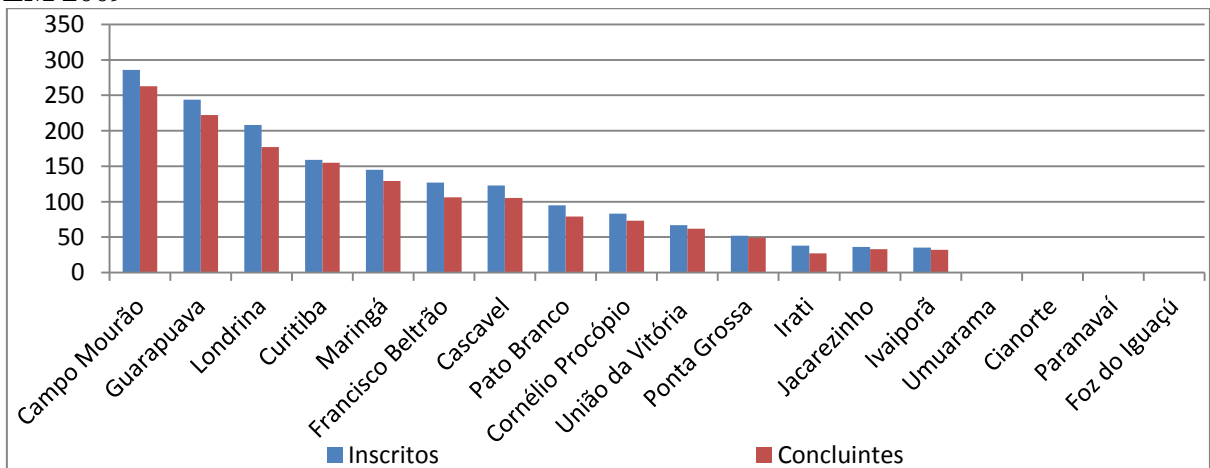
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2007.

GRÁFICO 27 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2008.



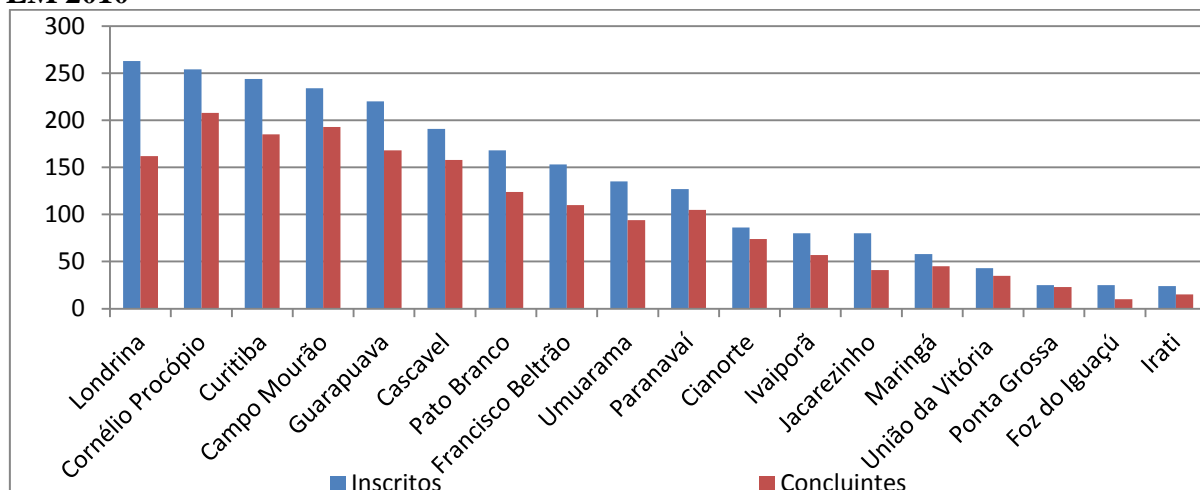
Fonte: SETP, PlanTeQ, 2008.

GRÁFICO 28 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2009



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2009.

GRÁFICO 29 - INSCRITOS E CONCLUINTES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM 2010



Fonte: SETP, PlanTeQ, 2010.

QUADRO 2 – LEIS DO CODEFAT SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Lei Nº 7.998, de 11/01/1990	Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.
Lei Nº 8.019, de 19/04/1990	Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.
Lei Nº 8.036 de 11/05/1990	Dispõe sobre o FGTS, e dá outras providências. (DOU de 13 mai. 90).
Lei Nº 8.352, de 28/12/1991	Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.
Lei Nº 9.394 de 20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei Nº 10.748, de 22/10/2003	Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.
Lei Nº 10.940, de 27/08/2004.	Altera e acrescenta dispositivos à Lei no 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE e à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências.
Lei Nº 11.110, de 25/04/2005	Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; da Lei no 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER; da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.
Lei Nº 11.180, de 23/09/2005	Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e dá outras providências.
Lei nº 11.542, de 12/11/2007	Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.
Lei Nº 11.692, de 10/06/2008	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.
Lei Nº 11.788, de 25/09/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Fonte: MTE, CODEFAT, 1990 a 2008.

QUADRO 3 – RESOLUÇÕES DO CODEFAT SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Resolução Nº 43, de 12/05/1993	Autoriza a alocação de disponibilidade financeira do FAT no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiamento de programas de geração de emprego e renda.
Resolução Nº 55, de 14/12/1993	Estabelece critérios para transferência de recursos para implementação do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
Resolução Nº 60, de 25/03/1994	Estabelece critérios para transferência de recursos para o Sistema Nacional de Emprego (SINE).
Resolução Nº 59, de 25/03/1994	Autoriza a alocação de recursos do FAT, excedente da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais.
Resolução Nº 58, de 25/03/1994	Altera critérios gerais para utilização de recursos oriundos de depósitos especiais do Fundo de Amparo ao trabalhador - FAT, para concessão de empréstimo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e dá outras providências.
Resolução Nº 63, de 28/07/1994	Estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível estadual, do Distrito Federal e municipal, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego.
Resolução Nº 80, de 19/04/1995	Altera a Resolução nº 63, de 28/07/1994, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.
Resolução Nº 93, de 14/09/1995	Destina recursos do PROGER-RURAL ao PRONAF.
Resolução Nº 95, de 18/10/1995	Altera a Resolução nº 77, de 16 de dezembro de 1994, que estabelece critérios para a transferência de recursos para o Sistema Nacional de Emprego, no exercício de 1995.
Resolução Nº 96, de 18/10/1995	Atribui a execução, a coordenação programática e a supervisão das ações de qualificação profissional à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR.
Resolução Nº 114, de 01/08/1996	Altera a Resolução nº 80, de 19/04/1995, que alterou a Resolução nº 63, de 28/07/1994.
Resolução Nº 103, de 06/03/1996	Autoriza a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO.
Resolução Nº 126, de 23/10/1996	Aprova critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, com vistas à execução de ações de qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período de 1997/1999.
Resolução Nº 131, de 27/11/1996	Dispõe sobre a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, excedente da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais no Banco do Nordeste do Brasil S.A, e autoriza o remanejamento dos recursos, alocados em depósitos especiais remunerados na Instituição, no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) ao Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER.
Resolução Nº 138, de 03/04/1997	Integração das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego no esforço Nacional de combate ao trabalho infantil.
Resolução Nº 143, de 02/07/1997	Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o Exercício de 1998.
Resolução Nº 144, de 30/07/1997	Elege o representante da Central Única dos Trabalhadores, Delúbio Soares de Castro, para Presidência do CODEFAT - período 1997/1998.
Resolução Nº 148, de 23/09/1997	Estabelece procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego e à reinserção do trabalhador requerente do benefício no mercado de trabalho.
Resolução Nº 185, de 02/07/1998	Condiciona a efetiva execução dos recursos da rubrica Qualificação Profissional, constantes dos aditivos de convênios assinados com os governos dos Estados de SP, RJ, PE, RO, PR e SC, à expressa aprovação pelo CODEFAT dos Planos de Trabalho vinculados aos respectivos convênios.
Resolução Nº 190, de 28/08/1998	Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o Exercício de 1999.
Resolução Nº 194, de 23/09/1998	Revogada pela Resolução nº 258/2000. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, do Ministério do Trabalho - MTb, por meio de Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período 1999-2002.
Resolução Nº 194, de 23/09/1998	Revogada pela Resolução nº 258/2000. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, do Ministério do Trabalho - MTb, por meio de Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período 1999-2002.
Resolução Nº 196, de 27/10/1998	Altera a Resolução Nº 194, de 23/09/1998.
Resolução Nº 200, de 04/11/1998	Revogada pela Resolução nº 591/2009. Dispõe sobre o pagamento da bolsa qualificação profissional.
Resolução Nº 201, de 26/11/1998	Aprova modelo de formulários para concessão do benefício do Seguro-Desemprego e da Bolsa Qualificação de que trata a Medida Provisória nº 1.726, de 4 de novembro de 1998.
Resolução Nº 204, de 11/03/1999	Define critérios para distribuição de programas dos PEQs em 1999.
Resolução Nº 205, de 17/03/1999	Altera a Resolução nº 197, de 4 de novembro de 1998.
Resolução Nº 216, de 14/09/1999	Autoriza a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, para continuidade de ações de qualificação profissional, no exercício de 1999.
Resolução Nº 223, de 09/12/1999	Revogada pela Resolução nº 258/2000. Altera a Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998.
Resolução Nº 227, de 09/12/1999	Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995 e revoga parcialmente a Resolução nº 114, de 1º de agosto de 1996 (Retificado no DOU de 21/1/2000, pág. 11, Seção 1).
Resolução Nº 258, de 21/12/2000	Revogada pela Resolução nº 224/1999. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio de Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 244, de 04/10/2000	Autoriza a Secretaria Executiva a executar ações visando à capacitação das Comissões Estaduais de Emprego.
Resolução Nº 234, de 27/04/2000	Revogada pela Resolução nº 258/2000. Altera a Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998 e a Resolução nº 223, de 9 de dezembro de 1999.
Resolução Nº 262, de 30/03/2001	Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, e suas alterações, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.
Resolução Nº 262, de 30/03/2001	Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, e suas alterações, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.
Resolução Nº 270, de 26/09/2001	Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, e suas alterações, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.

Resolução Nº 285, de 23/07/2002	Autoriza a transferência de recursos, à Fundação Banco do Brasil - FBB, no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania.
Resolução Nº 333, de 10/07/2003	Revogada pela Resolução nº 575/2008. Institui o Plano Nacional de Qualificação - PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT ao PNQ, implementado sob gestão do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - DEQ/SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio de Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais, e de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter nacional ou regional com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 365, de 17/09/2003	Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, e suas alterações, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.
Resolução Nº 368, de 06/11/2003	Altera a Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003 e dá outras providências.
Resolução Nº 374, de 02/12/2003	Prorroga, excepcionalmente, o prazo para apresentação e execução de projetos especiais de qualificação, no exercício de 2003.
Resolução Nº 376, de 19/12/2003	Institui o Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego - PLANSINE nos exercícios de 2004 a 2007 e estabelece critérios para a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT às unidades integrantes do Sistema Nacional de Emprego - SINE no exercício de 2004.
Resolução Nº 404, de 29/09/2004	Prorroga, excepcionalmente, os prazos de execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, instituído pela Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003.
Resolução Nº 408, de 28/10/2004	Revogada pela Resolução nº 575/2008. Institui os Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs no âmbito da Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003, e dá outras providências.
Resolução Nº 461, de 03/11/2005	Prorroga o prazo de execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, instituído pela Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003.
Resolução Nº 466, de 21/12/2005	Revogada pela Resolução nº 560/2007. Institui, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o PLANO PLURIANUAL NACIONAL E ESTADUAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA e o CONVÊNIO ÚNICO, visando a integração das funções e ações do Sistema no território.
Resolução Nº 475, de 13/02/2006	Autoriza a excepcionalidade na assinatura de convênios plurianuais únicos com estados ou municípios, visando à execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR nas unidades de atendimento anteriormente de responsabilidade das entidades representativas de trabalhadores no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e dá outras providências.
Resolução Nº 477, de 27/03/2006	Aprovar o anexo Termo de Referência para a avaliação da qualificação técnica de entidades executoras a serem contratadas no âmbito dos Convênios Únicos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, a serem celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e os entes federativos, conforme previsto na Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005.
Resolução Nº 478, de 28/03/2006	Revogada pela Resolução nº 560/2007. Altera a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003.
Resolução Nº 492, de 8/05/2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003.
Resolução Nº 495, de 13/06/2006	Estabelece critérios para a transferência de recursos das ações de 'Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra' e 'Habilitação ao Seguro-desemprego' ao Estado de Santa Catarina, aos Municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e às capitais que atualmente executam isoladamente as ações da Qualificação Social e Profissional, visando à integração das funções e ações do Sistema no território, conforme estabelecido pela Resolução CODEFAT nº 466, de 21 de dezembro de 2005.
Resolução Nº 514, de 20/11/2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução nº 492, de 8 de maio de 2006, para estabelecer novo prazo de entrega do plano de transição para que os municípios executores assumam integralmente a gestão em seus territórios de atuação.
Resolução Nº 527, de 29/03/2007	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
Resolução Nº 475, de 13/02/2006	Autoriza a excepcionalidade na assinatura de convênios plurianuais únicos com estados ou municípios, visando à execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR nas unidades de atendimento anteriormente de responsabilidade das entidades representativas de trabalhadores no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e dá outras providências.
Resolução Nº 477, de 27/03/2006	Aprovar o anexo Termo de Referência para a avaliação da qualificação técnica de entidades executoras a serem contratadas no âmbito dos Convênios Únicos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, a serem celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e os entes federativos, conforme previsto na Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005.
Resolução Nº 480, de 05/04/2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003.
Resolução Nº 481, de 19/04/2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003.
Resolução Nº 517, de 24/11/2006	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a prorrogação dos Convênios firmados em 2005 com o estado de Santa Catarina e municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo no âmbito do Sistema Nacional de Emprego.
Resolução Nº 518, de 12/12/2006	Estabelece critérios para a distribuição de recursos do aditivo aos Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias 'Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra', 'Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego' e 'Pesquisa sobre Emprego e Desemprego'.
Resolução Nº 520, de 14/12/2006	Altera a Resolução nº 518, de 12 de dezembro de 2006, que estabelece critérios para a distribuição de recursos do aditivo aos Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias 'Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra', 'Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego' e 'Pesquisa sobre Emprego e Desemprego'.
Resolução Nº 532, de 27/04/2007	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 de parte dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
Resolução Nº 556, de 26/09/2007	Recomenda ao MTE que realize estudos visando à elaboração de Termo de Referência para subsidiar a celebração de instrumento entre o MTE e instituição especializada com o objetivo de fazer avaliação externa das ações do Programa do Seguro-Desemprego, de forma integrada.
Resolução Nº 557, de 26/09/2007	Aprova Termo de Referência de Projetos Especiais com Recursos das Ações Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra e Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego.
Resolução Nº 558, de 28/11/2007	Autoriza a prorrogação da execução do Plano de Trabalho de 2007 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
Resolução Nº 560, de 28/11/2007	Estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito

	do Sistema Nacional de Emprego - SINE.
Resolução Nº 561, de 10/12/2007	Autoriza o remanejamento de recursos das ações de Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra e Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 563, de 19/12/2007	Estabelece critérios para distribuição de recursos nas ações 'Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra' 'Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego' e 'Pesquisa sobre Emprego e Desemprego', para execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e dá outras providências.
Resolução Nº 570, de 16/04/2008	Autoriza a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE a prorrogar a execução dos Planos de Trabalho dos Convênios Plurianuais Únicos.
Resolução Nº 575, de 28/04/2008	Revogada pela Resolução nº 679/2011. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 577, de 11/06/2008	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2008 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 578, de 11/06/2008	Revogada pela Resolução nº 679/2011. Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, para regular a execução de Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs no atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família e na aplicação de recursos provenientes de emendas ao Orçamento Geral da União.
Resolução Nº 583, de 06/11/2008	Altera a Resolução nº 560, de 28 de novembro de 2007, que estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE.
Resolução Nº 604, de 27/05/2009	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2009 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 621, de 05/11/2009	Autoriza o Ministério do Trabalho e Emprego a remanejar os recursos do orçamento do FAT não transferidos aos convenentes, no exercício de 2009, para execução das ações do Sistema Público de Emprego e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e estabelece percentual para destinação de vagas de cursos de qualificação social e profissional para portadores de deficiências.
Resolução Nº 591, de 11/02/2009	Dispõe sobre o pagamento da bolsa de qualificação profissional instituída pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, que acresceu artigos à Lei nº 7.998, de 1990.
Resolução Nº 633, de 25/03/2010	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2010 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 634, de 25/03/2010	Revogada pela Resolução nº 679/2011. Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 638, de 12/04/2010	Revogada pela Resolução nº 679/2011. Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 672, de 28/07/2011	Modifica a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, e o Termo de Referência aprovado na Resolução nº 667, de 26 de maio de 2011, bem como o Anexo da Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 679, de 29/09/2011	Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 666, de 26/05/2011	Estabelece o custo aluno/hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 667, de 26/05/2011	Revogada pela Resolução nº 679/2011. Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, Distrito Federal, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 670, de 28/06/2011	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2011 no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, que consiste em modalidade de operacionalização do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 679, de 29/09/2011	Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 696, de 28/06/2012	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
Resolução Nº 693, de 29/05/2012	Revogada pela Resolução nº 700/2012. Estabelece o custo aluno/hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.
Resolução Nº 689, de 25/04/2012	Aprova a distribuição de recursos para os Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs a serem pactuados em 2012 no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, e altera a Resolução CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011, e seu Termo de Referência.
Resolução Nº 700, de 30/08/2012	Estabelece o custo aluno hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ para 2012, e altera o Termo de Referência anexo à Resolução CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011.
Resolução Nº 706, de 13 de dezembro de 2012	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.

Fonte: MTE, CODEFAT, 1993 a 2013.